

# CENSOS 91

XIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO  
III RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

Seminário - Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

**Discurso do Presidente  
do Instituto Nacional de Estatística**

*Prof.Doutor Manuel José Vilares*

**Abertura do Seminário "Censos 91"**

**Coimbra  
22-23 Novembro de 1990**

Permitam-me que inicie a minha intervenção expressando, publicamente, o mais reconhecido agradecimento do Instituto Nacional de Estatística pela valiosa colaboração que lhe foi dispensada pelas demais entidades organizadoras deste Seminário: a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Comissão de Coordenação da Região Centro e a Universidade de Coimbra.

Não posso, naturalmente, deixar também de agradecer aos coordenadores das várias sessões, aos autores das Comunicações e, finalmente, mas não menos importante, à Comissão Organizadora do Seminário e demais colaboradores pelo empenho e dedicação postos na sempre difícil organização de iniciativas deste tipo.

Estou certo de que a forma como irá decorrer o Seminário compensará todos os esforços desenvolvidos.

A realização de Recenseamentos da População e Habitação remonta a tempos muito longínquos tendo, desde o último século, passado a ser apoiada em recomendações internacionais. Assim, o "Congresso Internacional de Estatística" reunido em S. Petersburgo em 1872, recomendou a realização em todos os países de censos decenais nos anos terminados em zero.

Em conformidade com estas recomendações foi, em 1887, determinado em Portugal que se procedesse de dez em dez anos ao Recenseamento Geral da População, devendo o primeiro realizar-se em 1890.

Desde essa data e até 1980 os Censos da População foram realizados nos anos terminados em zero, exceptuando-se apenas o Censo Geral da População que deveria ter sido efectuado em 1910 e que foi transferido para 1911, devido à implantação da República. Entretanto, em 1970, efectuava-se em conjunto com o Recenseamento Geral da População, o primeiro Recenseamento da Habitação.

Em 1981 realizaram-se, simultaneamente, os XII Recenseamento Geral da População e o II Recenseamento Geral da Habitação. A transferência destes recenseamentos para o ano de 1981 deveu-se a um ajustamento com o calendário censitário dos países da Comunidade Europeia, cujo momento censitário deveria ser marcado para uma data compreendida entre 1 de Março e 30 de Junho de 1981.

Estamos, presentemente, próximos da realização do XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, vulgo "Censos 91" aos quais este Seminário é dedicado.

O objectivo principal destes recenseamentos continua, naturalmente, a ser o mesmo: contar e caracterizar todos os residentes no território português, na altura do momento censitário e, ainda, o parque habitacional disponível no nosso país.

Trata-se, portanto, duma operação de fabulosa complexidade pois é a única que contacta todos os elementos da população e todo o parque habitacional. Os meios humanos e técnicos envolvidos são grandiosos.

Prevê-se que sejam envolvidas cerca de 15 000 pessoas, em regime de prestação de serviços, sendo a esmagadora maioria num período de tempo de cerca de dois meses. Um número limitado, entre 200 e 300 pessoas serão, contudo, ocupadas por um período de 10 a 12 meses. A estimativa dos custos financeiros ronda 1.500.000 contos para o período de 1990-1992. A maior parte dos custos concentra-se no ano de 1991, e respeita ao pagamento dos agentes locais.

No entanto, a importância da informação obtida nestes recenseamentos é inquestionável e só o simples facto de se realizarem há tantos anos aí está para o demonstrar de modo inequívoco.

É através destes recenseamentos que se obtém ao nível mais desagregado (de concelho, freguesia e mesmo lugar) informações sobre os recursos humanos e habitacionais em Portugal, ou seja: quantos somos, como somos e onde habitamos. A informação servirá, igualmente, de base para a produção da *Amostra - Mãe* que permitirá construir uma base de sondagem tecnicamente rigorosa, para produzir estatísticas nacionais e regionais, com baixos custos mas elevada fiabilidade.

Consciente da grande responsabilidade que lhe cabe na boa realização dos Censos 91, o Instituto Nacional de Estatística envolveu-se nos últimos anos profundamente nestas operações.

As acções realizadas, até ao presente, tiveram essencialmente três grandes objectivos:

**1ª) Criação de infraestruturas que deverão permitir a realização dos Censos 91 nas melhores condições.**

Neste contexto é de salientar: a produção de um programa de formação capaz de orientar os agentes que irão actuar na organização dos Censos; a adjudicação, juntamente com os equipamentos informáticos, dos programas de tratamento dos dados para os Censos; e, sobretudo, a continuação e conclusão da construção da Base Geográfica de Referenciação Espacial. Esta Base constitui um investimento cuja execução foi dispendiosa, mas que marcará seguramente os Censos 91 pelo impulso que proporciona à capacidade de planeamento e à economia de trabalho de campo.

**2ª) Sensibilização da população residente no nosso país para a importância dos recenseamentos, motivando-a para a sua colaboração.**

Foi, assim, desencadeado um processo de selecção que permitiu contratar uma empresa especializada em técnicas de comunicação. Esta empresa foi incumbida de organizar de forma integrada com a campanha institucional do INE - a publicidade e a política de mensagem dos Censos 91.

### 3ª) Preparação de um Programa Global de Censos

O terceiro grande objectivo das acções realizadas até ao presente foi, naturalmente, a preparação dum programa global dos Censos.

Este programa deveria satisfazer do melhor modo as necessidades dos utilizadores nacionais e, simultâneamente, assegurar o respeito pelas recomendações internacionais e a comparabilidade da informação obtida com a dos nossos parceiros da Comunidade.

Com este objectivo, foi nomeado sob proposta do INE, por despacho de 13 de Agosto de 1987, de Sua Exa. o Ministro do Planeamento e Administração do Território, um Grupo de Trabalho constituído por 27 entidades representantes da Administração Central, Regional e Local, das Centrais Sindicais, das Associações Empresariais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Este grupo iniciou a sua actividade no princípio de 1988, funcionou com elevada participação, tendo concluindo os seus trabalhos em finais de Junho de 1988 (portanto cerca de seis meses depois do início), com a apresentação do Programa Global e Plano de Apuramentos dos Censos 91.

Este programa possui, em relação aos programas dos Censos anteriores, inovações destinadas a aproximar a informação a obter das necessidades dos utilizadores. São disso exemplos: a consideração do estado civil de facto, para casais sem registo. A uniformização das referências do nível de instrução declarado (incluindo os cursos de formação profissional), com os níveis oficiais de ensino, a criação de uma nova unidade estatística (família institucional) para identificar "modus vivendi" específicos, a inclusão de questões sobre o tempo gasto no trajecto da residência para o local de trabalho, de modo a medir os movimentos de tráfego diários; o alargamento da tipificação das famílias clássicas a fim de permitir uma análise mais aprofundada da estrutura familiar em Portugal, etc.

Em termos do plano de apuramentos é de salientar o crescimento do número dos quadros de base de mais de 40% em relação aos Censos de 1981.

A satisfação das recomendações internacionais pelo programa dos Censos 91 começa com a própria marcação do momento censitário para o dia 15 de Abril de 1991, a qual respeita a directiva aprovada pelo Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia em 1987. Nesta directiva estabelece-se o período de 1 de Março a 31 de Maio de 1991 para a determinação do momento censitário pelos países membros.

Por outro lado, e sem nunca perder de vista as realidades específicas portuguesas, o programa dos Censos procurou adoptar conceitos harmonizados com as normas estatísticas internacionais, e em particular com as da CEE. São disso exemplos os conceitos adoptados para a naturalidade, serviço militar obrigatório, número de divisões nos alojamentos, época de conservação dos edifícios, etc.

No contexto da harmonização e inovação merece, ainda, particular realce a utilização de uma nova classificação de profissões. Seremos o primeiro país a recorrer à nova *classificação internacional tipo de profissões*, aprovada em 1988, e em torno da qual se trabalha, presentemente, no Eurostat para conseguir harmonizar as classificações nacionais de profissões.

É justo reconhecer que o trabalho realizado até à data beneficiou da profunda reestruturação a que foi sujeito o Sistema Estatístico Nacional e o INE em particular. De facto, não obstante um processo de transição acarretar sempre alguns problemas, o novo dinamismo e o grande empenho e profissionalismo que se vive, presentemente, no Instituto Nacional de Estatística têm permitido potenciar e adoptar métodos modernos ajustados aos tempos que vivemos.

No entanto, se o bom funcionamento do INE é condição necessária para a realização, com sucesso, dos Censos 91 está longe de ser uma condição suficiente.

O gigantismo e enorme complexidade de uma tão grande operação exigem o concurso de todos os intervenientes.

De acordo com a legislação já aprovada em Conselho de Ministros, e que será em breve apresentada na Assembleia da República, intervêm na realização dos Recenseamentos, para além do Instituto Nacional de Estatística:

- a Comissão dos Recenseamentos da População e Habitação.
- os Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- as Câmaras Municipais.
- as Juntas de Freguesia.

Permitam-me salientar aqui o papel decisivo que desempenharão as 305 Câmaras Municipais e as 4200 Juntas de Freguesia.

De facto, competirá, designadamente, a estas instituições, dentro da sua área de competência:

- a) organizar e coordenar as operações de recenseamento;
- b) promover e divulgar as actividades censitárias através de editais e outros meios enviados pelo INE;
- c) facultar os recursos indispensáveis às actividades censitárias, nomeadamente através de instalações, mobiliários e meios de transporte próprios;
- d) proceder ao alistamento de candidatos e agentes recenseadores que intervirão, localmente, nas operações censitárias;
- e) sancionar e devolver ao INE todos os instrumentos de notação recolhidos;
- f) proceder ao pagamento das remunerações do pessoal interveniente no recenseamento;

Naturalmente o INE não deixará de prestar toda a assistência técnica e transferirá para as Câmaras os meios financeiros que compensem os encargos assumidos. As relações entre o Instituto e as Câmaras serão asseguradas, preferencialmente, por um delegado concelhio, nomeado para o efeito, e que constituirá peça fundamental para o sucesso dos Censos 91.

Estou certo de que se irá verificar um óptimo relacionamento entre o INE e as Câmaras Municipais, pois a realização com sucesso dos Censos 1991 interessa a ambos. A informação que se irá obter é, como já foi salientado, de uma importância determinante para o conhecimento e desenvolvimento do nosso país. Conforme será ilustrado durante este Seminário, com os dados do Censo de 1981, para um Concelho do nosso país, os Senhores Autarcas terão ao seu dispôr, a partir do fim do próximo ano, a informação indispensável para o conhecimento das suas Autarquias e para elaboração e actualização dos Planos Directores Municipais.

O único limite imposto à disponibilidade desta informação é ditado pela necessidade de salvaguardar a privacidade dos cidadãos. As informações individualizadas são de natureza confidencial e não poderão ser divulgadas; princípio, aliás, consagrado na Lei de Bases do nosso Sistema Estatístico e na legislação dos Sistemas Estatísticos da generalidade dos países desenvolvidos.

Para terminar, desejaria salientar que o Instituto Nacional de Estatística deposita as mais fundadas esperanças sobre os trabalhos deste Seminário. Posso assegurar-vos que nos iremos debruçar com todo o interesse e atenção sobre as suas conclusões de modo a delas retirar ensinamentos úteis para a realização dos Censos 91.

Coimbra, 22 de Novembro de 1990

# CENSOS 91

XIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO  
III RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

## EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NO PERÍODO PRÉ-ESTATÍSTICO (1530 - 1864) - FONTES E PROBLEMAS DE MEDIÇÃO (RESUMO)

FERNANDO DE SOUSA

Seminário - Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

# Seminário CENSOS 91

## Evolução da população portuguesa no período pré-estatístico

### (1530 - 1864) - fontes e problemas de medição (resumo)

*Por:*

*Fernando de Sousa*

*Professor Catedrático da Universidade do Porto*

A nossa comunicação tem por objectivo o estudo da população portuguesa entre os séculos XVI e XIX, mais concretamente, entre 1527 - 1532 (anos em que Portugal, pela primeira vez, foi objecto de uma contagem geral de Fogos) e 1864 (ano em que, pela primeira vez se efectuou entre nós um Censo em moldes modernos). Trata-se, assim, de um longo período, que podemos caracterizar, sob o ponto de vista demográfico, de *Antigo Regime*, durante o qual os numeramentos e os Censos levantam numerosos problemas, a exigirem, da parte dos historiadores, um prévio levantamento da divisão administrativa e eclesiásticas do país, em ordem à detecção das lacunas de que as listagens da população enfermam e, por outro lado, uma crítica cerrada das fontes, que se revelam, quase sempre, de natureza eclesiástica.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA  
NO PERÍODO 1864 - 1981:  
EVOLUÇÃO GLOBAL DO CONTINENTE PORTUGUÊS

MARIA JOSÉ CARRILHO

eminário - Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

# Seminário CENSOS 91

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA  
NO PERÍODO 1864 - 1981:

*EVOLUÇÃO GLOBAL DO CONTINENTE PORTUGUÊS*

## TEMA 3

**Título: *A Evolução da Produção Estatística  
e da População através dos Censos.***

**Maria José Carrilho**

Gabinete de Estudos Demográficos  
do INE

▪ Se a vida normal do povo não voltar tão cedo a ser convulsionada por qualquer crise violenta como as que se verificaram neste período, e se, como é de esperar, progressivamente forem melhoradas as condições de vida do povo, facilitando-se a nupcialidade, e, pelo desenvolvimento dos serviços de assistência, diminuindo-se o índice de mortalidade e que, em 1920, se conservava ainda muito superior ao normal, é de prever que a população do Continente e Ilhas atingirá a cifra de dez milhões de habitantes no decénio 1980 - 1990. "

*in Relatórios sobre o Censo de População de Portugal no 1º de Dezembro de 1920, pág. VIII .*

## INTRODUÇÃO

A presente comunicação visa fundamentalmente dois objectivos.

O primeiro cumpre-se no destaque de alguns aspectos mais relevantes de cada uma das operações censitárias, nomeadamente, no modo como contribuíram para o aperfeiçoamento da informação estatística.

O segundo objectivo cumpre-se na apresentação sintética da natureza do crescimento da População do Continente no período de 1864 a 1981, bem como, da identificação sumária de alguns dos factores que o determinaram.

Naturalmente haveria outras questões importantes a abordar neste contexto. No entanto, como o objectivo prosseguido na comunicação é o realce dos aspectos julgados mais significativos, só estes poderão ser aqui encontrados.

## **1. A evolução dos Recenseamentos Portugueses**

Os objectivos dos Recenseamentos vão-se modificando, acompanhando a evolução e as preocupações da sociedade.

A título exemplificativo, pode referir-se, entre nós, como objectivos nos primeiros Recenseamentos para além de objectivos gerais, objectivos de tipo específico explicitados nos respectivos relatórios, como a quantificação dos mancebos, em idade de recrutamento e da população com direito eleitoral. Com efeito " (...) restringindo estes cálculos simplesmente aos varões, por serem os que me levaram a apurar as idades ano a ano, dentro do grupo dos 21 aos 25 anos, para por eles estudar o período em que estavam sujeitos à lei do recrutamento (...) " é uma das referências que se pode encontrar no Relatório do Censo de 1878.

No presente os Recenseamentos afastam-se de objectivos específicos daquele tipo, sendo uma fonte de informação indispensável à administração pública, às empresas e ao indivíduo em geral.

A necessidade de conhecer a população e as suas diferentes estruturas com vista a um correcto delinear de políticas de ensino, formação profissional, saúde, de terceira idade, transportes, construção de escolas, creches, universidades, complexos desportivos e hospitais, entre outras, é hoje bem reconhecida e exigida.

A execução dos Recenseamentos da População em Portugal sempre esteve atribuída aos organismos oficiais. À medida que se reconhece a importância do Recenseamento no desenvolvimento da sociedade portuguesa foram os diversos organismos reestruturados e ampliados; a finalidade era dar resposta às exigências que lhes foram feitas no campo da recolha e tratamento da informação.

É assim que, com a Lei 1911 de 23 de Maio de 1935 se cria o Instituto Nacional de Estatística, em substituição da Direcção Geral de Estatística.

A realização do Recenseamento Geral de 1940 já esteve a cargo do Instituto Nacional de Estatística, através da 1ª Repartição ligada à elaboração das Estatísticas Demográficas e Sociais e Administração Pública.

O próximo Recenseamento será já executado sob a responsabilidade de um serviço afecto à área demográfica, depois de cumprida mais uma reestruturação no órgão, responsável pela sua execução.

Os diferentes organismos responsáveis pelos Censos em Portugal podem ser identificados no Quadro 1.

## QUADRO 1

### Evolução dos Recenseamentos Gerais da População em Portugal

RECENSEAMENTOS Data de Realização	ORGANISMO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES
I Recenseamento <i>1 de Janeiro de 1864</i>	Repartição de Estatística  Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria	
II Recenseamento <i>1 de Janeiro de 1878</i>	Repartição de Estatística  Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria	
III Recenseamento <i>1 de Dezembro de 1890</i>	Repartição de Estatística Geral da Direcção da Estatística Geral, Comércio e Industria  Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria	Criada pela Lei de Junho de 1859
IV Recenseamento <i>1 de Dezembro de 1900</i>	Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais  Ministério da Fazenda	Criada em 1898.  A antiga Repartição Geral ascende à categoria de Departamento e muda de Ministério
V Recenseamento <i>1 de Dezembro de 1911</i>	Direcção Geral de Estatística 4ª Repartição (criada em 14 de Julho de 1911)  Ministério da Fazenda	Criada por Decreto de 14 de Janeiro de 1911.  Os Próprios Nacionais ficaram na Direcção Geral da Fazenda Pública
VI Recenseamento <i>1 de Dezembro de 1920</i>	Direcção Geral de Estatística  Ministério das Finanças	

## Evolução dos Recenseamentos Gerais da População em Portugal

<p><b>VII Recenseamento</b> <i>1 de Dezembro de 1930</i></p>	<p><b>Direcção Geral de Estatística</b>  Ministério das Finanças</p>	
<p><b>VIII Recenseamento</b> <i>12 de Dezembro de 1940</i></p>	<p><b>Instituto Nacional de Estatística</b> 1ª Repartição Secção do Censo (criada em 15 de Maio de 1940)</p>	<p>A Lei 1911 de 23 de Maio de 1935 extinguiu a Direcção Geral de Estatística e criou o Instituto Nacional de Estatística</p>
<p><b>IX Recenseamento</b> <i>15 de Dezembro de 1950</i></p>	<p><b>Instituto Nacional de Estatística</b></p>	
<p><b>X Recenseamento</b> <i>15 de Dezembro de 1960</i></p>	<p><b>Instituto Nacional de Estatística</b></p>	
<p><b>XI Recenseamento</b> <i>15 de Dezembro de 1970</i></p>	<p><b>Instituto Nacional de Estatística</b></p>	
<p><b>XII Recenseamento</b> <i>16 de Março de 1981</i></p>	<p><b>Instituto Nacional de Estatística</b>  Direcção de Serviços dos Censos e Inquéritos</p>	
<p><b>XIII Recenseamento</b>  <i>1991</i></p>	<p><b>Instituto Nacional de Estatística</b>  Departamento das Estatísticas Demográficas e Sociais - <b>Serviço dos Recenseamentos da População e Habitação</b></p>	<p>Lei 6/89 de 15 de Abril/90  Ordem de Serviço nº 5/89 IIª Série</p>

## 2. Breve descrição dos Recenseamentos e das condições em que foram feitos.

O Censo de 1864 é considerado como o 1º Recenseamento Geral da População realizado em Portugal atendendo a que foram utilizados os métodos estatísticos e seguidas as orientações das reuniões do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1853) e Paris (1855).

Uma das operações preliminares do Censo foi a elaboração da lista de fogos com objectivo de recolher informação sobre as casas habitadas e as desabitadas e identificar os chefes de família das primeiras.

Os indivíduos foram recenseados através dos boletins de família, cuja distribuição assentou na lista de fogos, com recurso ao método directo, nominal e simultâneo.

Todos os indivíduos deveriam responder aos seguintes quesitos: nome, sexo, idade, estado civil (solteiros, casados e viúvos), profissão ou situação e naturalidade.

A população de facto foi a base de desenvolvimento do Censo. No entanto, foram recenseadas não só as pessoas presentes como também os transeuntes e os ausentes de modo a conseguir-se reconstituir a população de direito ou legal.

A escassez de existência do número de polícia nas casas foi uma das grandes dificuldades encontradas para identificar os fogos e conseqüentemente, para distribuir os boletins de família.

O preenchimento do quesito profissão foi tão imperfeito que impediu o seu apuramento.

O conceito de *urbano*, igual a cidade e de *rural* como extra-urbano já estiveram presentes. As dificuldades encontradas na definição de população urbana levaram a adoptar como *urbana* a população das capitais de distrito e de mais onze cidades consideradas de interesse histórico ou político.

As idades foram apuradas por meses, até ao ano; grupos de 3 meses até aos 2 anos; idades ano a ano até aos 10 anos; grupos quinquenais até aos 100 anos; mais de 100 anos e idade desconhecida.

O Censo de 1878 seguiu os moldes do anterior excepto no apuramento das idades. O esquema foi simplificado e teve subjacente o agrupamento quinquenal: grupos etários quinquenais até aos 20 anos; idades ano a ano dos 21 aos 25 anos com o objectivo de recensear "os mancebos sujeitos ao recrutamento militar"; o apuramento quinquenal é retomado depois, até aos 100 anos; mantém-se o apuramento para a população com 100 e mais e idade desconhecida.

Este Recenseamento, como o anterior, apresentou a população eleitoral com 21 e mais anos para o conjunto dos dois sexos, não desagregada por idades.

Em 1878 continuaram a verificar-se as dificuldades impeditivas do apuramento do quesito relativo à profissão sentindo-se a falta de uma tabela de profissões.

As dificuldades na aplicação dos conceitos de população urbana e população rural persistiram. Adoptaram-se as definições do Recenseamento anterior sendo a população urbana acrescida da cidade da Covilhã entretanto elevada àquela categoria.

O facto de Vila Real, na qualidade de capital de distrito, ser incluída na população urbana sem ser cidade é considerado no relatório de apresentação do Censo como elemento perturbador do processo do Recenseamento.

Outra das dificuldades encontradas prende-se com o apuramento da população ausente. É notada a diferença entre o número de indivíduos casados na população total e na população de direito. É referida a disparidade entre o número de analfabetos e a população de facto.

Tais discrepâncias são atribuídas na Nota de Apresentação do Censo a erros de apuramento.

A carta lei de 25 de Agosto de 1877 determinou que Portugal adoptasse as directrizes do Congresso Internacional de Estatística de S. Pettersburgo, realizado em 1872 o qual preconizou a realização dos Censos de População de dez em dez anos, nos anos terminados em zero. O cumprimento dessa disposição iniciou-se em 1890; foi interrompido em 1910 pois a Implantação da República obrigou ao adiamento das operações censitárias para 1911; a realização dos Recenseamentos nos anos terminados em zero foi retomada em 1920 para só vir a ser novamente interrompida em 1981, de acordo com as normas da CEE em vigor.

A prossecução da melhoria da qualidade da informação censitária é uma constante na preparação do Recenseamento de 1890, como bem o evidencia o relatório que o introduz.

É digna de nota a preocupação manifestada pelo responsável pela operação censitária em conhecer e aproveitar da experiência de outros países e em adoptar as directrizes internacionais sobre a matéria.

O objectivo de aperfeiçoamento vem a traduzir-se desde logo, na delineação das instruções de preenchimento que, pela primeira vez, acompanharam o Boletim de Família.

Na tentativa de conseguir uma melhor cobertura da população o momento censitário foi antecipado para o 1º de Dezembro (nos recenseamentos anteriores a operação teve lugar na noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro) para evitar uma época do ano em que se processavam muitos movimentos da população.

A variável idade voltou a ter, em relação aos recenseamentos anteriores um tratamento diferente: idade ano a ano até aos 19 anos; de 4 em 4 até aos 99 ; 100 e mais anos e idade desconhecida.

O método adoptado para a inquirição da idade foi a inscrição do número de anos completos e para os menores de um ano, o número de meses e dias embora sem inquirir o ano de nascimento.

Introduziu-se também o estado de "separado judicialmente".

Apuramentos inovadores foram ainda o número de famílias e a sua constituição bem como o numero dos estrangeiros segundo a nacionalidade.

O Censo de 1890 foi o primeiro a apurar dados relativos a doze categorias profissionais.

Em 1900 introduz-se no boletim de família o quesito referente à religião (católicos, protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos, sem religião e de religião ignorada).

Neste Censo ressalta o tratamento dado ao quesito profissão. São consideradas as pessoas que exercem uma profissão (as grandes categorias profissionais adoptadas em 1878), ventilados por grupos de idade (menos de 20 anos; 20-39 anos; 40 a 50 anos e mais de 50 anos) e sexos.

Aparece o conceito de profissão principal definida como a que ocupasse mais tempo ao recenseado; este é inquirido sobre o ramo do comércio ou da indústria em que exercesse a sua actividade.

Surgem os conceitos de população a cargo dos activos (pessoas de família sem ocupação lucrativa) e de serviçais empregadas nos serviços domésticos.

Em relação aos censos anteriores o de 1911 incluiu no estado civil a categoria de divorciados.

Embora adoptando os grandes grupos profissionais de 1900 denota-se a intenção de precisar melhor o conceito de profissão que é identificado não com a situação ou ocupação do recenseado mas, com a arte ou ofício exercidos.

As instruções para o preenchimento dos boletins precisavam que os indivíduos a viverem dos rendimentos e as mulheres que se ocupassem exclusivamente das lides da casa deveriam ser considerados "sem profissão". É clara pois, a tentativa de separar os conceitos profissão e ocupação.

Embora não tivesse sido formulada qualquer pergunta sobre a actividade, as instruções aconselhavam o recenseado a precisar o ramo de actividade do comércio ou da indústria em que exercia a profissão.

O Recenseamento que se seguiu, o de 1920, pode considerar-se como um passo em frente na definição do conceito de profissão. A este, delimitado à arte ou ofício exercidos, foi associada a profissão principal considerada como a mais lucrativa para o recenseado. Acrescentou-se também o conceito de situação na profissão definido como a entidade para quem se exerce a profissão.

Fez-se a primeira tentativa para inquirir sobre o meio de vida do recenseado ao incluir a pergunta (independente) "*vive da caridade pública*". Não se procedeu ao apuramento dos resultados.

Este Recenseamento encontrou sérias dificuldades na sua execução que se sintetizaram na falta de compreensão, interesse, e cuidado por parte dos organismos locais ( Lisboa foi excepção com a Direcção Geral de Estatística ) encarregados das operações de recolha.

O Recenseamento de 1930 é um retrocesso no campo do conceito de profissão já que esta volta a ser equiparada à situação ou ocupação do recenseado.

Os boletins foram acompanhados de uma lista de 61 grupos profissionais devendo os recenseados indicar aquele em que se situavam. Estes dados foram apurados. No entanto, os elementos relativos à profissão continuaram sem ser apurados, à semelhança dos Censos anteriores. Apesar dos esforços feitos, as operações censitárias continuavam a debater-se com sérias dificuldades na definição de profissão confundindo-se nos apuramentos finais profissões e actividades.

É feita também uma tentativa para identificar o número de habitações de cada fogo com recurso ao Boletim de Fogos e ao de Família mas, como o apuramento não tinha sido previamente definido não se efectuou.

O Recenseamento de 1940, o primeiro efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística é aceite como um marco na história dos Recenseamentos portugueses.

A definição de novos conceitos e a precisão de outros existentes foi uma das características fundamentais deste Censo.

Começa-se por precisar o momento censitário: 0 horas do dia 14 de Dezembro de 1940, de importância crucial para a correcta determinação da população residente e presente. As instruções gerais que acompanhavam os boletins referiam com clareza: " não devem ser inscritas as pessoas falecidas antes ou nascidas depois do momento censitário ".

Surge pela primeira vez o conceito de Prédio isto é "*toda a construção permanente que possa ser destinada a habitação, alojamento ou abrigo de pessoas*".

Deixou de se equiparar o conceito de Família com o de Fogo tal como aconteceu nos Recenseamentos anteriores. A Família adoptada no censo de 1940 compreendia: " o grupo de pessoas unidas por parentesco legítimo ou ilegítimo que residiam na mesma habitação e cujas refeições eram normalmente tomadas em conjunto; A pessoa que residia só, em habitação separada". Foi criado também o conceito de casal e estabelecidos critérios para uma correcta indicação do chefe de família (em geral o que assegurasse a manutenção dos restantes membros da família).

Surge igualmente o conceito de convivência como o agrupamento de pessoas que habitam o mesmo fogo, têm um chefe comum e não cabem no conceito de família acima exposto.

No que se refere à profissão retoma-se o conceito do Censo de 1920 e identifica-se com o *ofício directa e pessoalmente exercido pelo recenseado*.

Apresentou-se o conceito de população desempregada no qual se incluíram os indivíduos que já tendo exercido uma profissão, procuravam empregar-se novamente e estavam em condições físicas de o fazerem. Esta definição correspondia ao actual conceito de população desempregada à procura de novo emprego.

O conceito de ramo de actividade é introduzido e claramente definido : " a instituição em que o recenseado exerce a sua actividade ".

A indagação sobre o meio de vida é feita independentemente da profissão.

A população inactiva é dos conceitos introduzidos: conjunto de pessoas com mais de dez anos que não exerciam qualquer actividade, não estavam desempregados nem eram inválidos.

No Censo de 1950 merecem destaque essencialmente as novas metodologias introduzidas com recurso à técnica de pergunta com resposta fechada.

Pela primeira vez foram os recenseados inquiridos sobre as condições de habitação da família.

Os novos conceitos relacionam-se com as características económicas. De referir o aparecimento das "camponesas" ou seja a mulher que se ocupava dos trabalhos inerentes às lides domésticas e simultaneamente se ocupava da agricultura ou da pecuária. Pode dizer-se que é o precursor do conceito "*doméstica agrícola*".

A população activa surge dividida em activos com profissão ou sem profissão.

Adopta-se o conceito de não remunerado que é definido como " o recenseado que trabalhando por conta de um *não parente* não recebe qualquer remuneração".

O **Censo de 1960** marca a diferença em relação aos que o antecederam. A *população residente* passa a ser a base do apuramento das diversas características observadas. Aliás, a adopção da população residente como suporte de apuramento dos fenómenos demográficos tinha sido *introduzida no INE em 1955*.

No Censo de 1960 ressalta desde logo o modo de inquirição da idade: dia, mês e ano. A razão da inclusão do ano de nascimento é, não o seu apuramento, mas, um método indirecto de controlo da declaração da idade.

Importante, também, é a precisão na determinação dos fluxos migratórios com a inquirição da residência anterior (em 15.XII.1959).

No grau de instrução abandonou-se o conceito de analfabetos sendo adoptadas as seguintes divisões: não sabia ler; sabia ler sem frequentar, nem possuir um grau de ensino; frequentava um ensino ou curso. De salientar, a especificação dos cursos.

O conceito de estudante aparece: o recenseado com 10 e mais anos que não exercendo uma profissão, frequentasse qualquer grau de ensino.

Os outros novos conceitos estão ligados à actividade: desempregado à procura do 1º emprego, donas de casa ( com a responsabilidade do lar mas com serviços remuneradas ); não remunerado é a extensão do conceito introduzido em 1950, ( o empregador pode ser familiar ou não ).

Este Recenseamento que envolveu um grande número de apuramentos num espaço de tempo relativamente curto tem sido considerado, com base em testes estatísticos, como um dos Recenseamentos portugueses de maior qualidade.

Pelo contrário, o **Censo de 1970** do qual no que se refere a algumas características apenas se conhecem os resultados extraídos de uma amostra de 20% é apontado de entre as operações censitárias mais recentes, como a de mais fraca qualidade.

De qualquer modo, entre os conceitos há que destacar a distinção entre população com actividade económica e sem actividade económica aparecendo este ligado aos que não exerciam actividade remunerada.

Na definição de população principal recuou-se, e voltou a identificar-se como aquela a que o recenseado dedicava mais tempo.

O **Censo de 1981** beneficiou bastante dos erros reconhecidos aquando da realização do Censo de 1970, tentando simplificar tanto quanto possível a inquirição das diversas características e aproveitar e efectuar o máximo de combinações entre as variáveis.

Retomou-se a prática dos Recenseamentos portugueses assente na inquirição extensiva a toda a população e a todas as unidades de alojamento, e na observação das características programadas em toda a população. Os apuramentos foram, deste modo, exaustivos.

Entre as questões tratadas são de realçar as referentes à residência anterior em dois momentos distintos: *31 de Dezembro de 1979 e 31 de Dezembro de 1973*. Estas duas questões ao especificarem as ex-colónias portuguesas e os países de forte tradição na emigração portuguesa foram de primordial importância. De facto permitiram avaliar, os dois fenómenos não sujeitos a registo directo e de tão forte impacte na dinâmica do crescimento português na década de setenta: o retorno de portugueses de África e o regresso de emigrantes. Esta avaliação é necessária para um correcto desenvolvimento metodológico no cálculo das estimativas intercensitárias da população, anualmente divulgadas pelo GED/INE.

De notar, a inquirição do local de trabalho ou de estudo ( só para população presente ) com o objectivo de observar as migrações pendulares relativas ao conselho de residência.

No âmbito da profissão continuou a considerar-se como principal aquela a que o recenseado dedicava mais tempo.

Não se pode deixar de referir o facto de pela primeira vez um recenseamento apresentar informação sobre *o ano de nascimento da população*. Esta inovação de capital importância em demografia permitiu implementar o cálculo das estimativas intercensitárias por idades, com base nas gerações. De salientar que *o INE já em 1976 tinha introduzido a dupla classificação* ( idades e anos de nascimento ) nas estatísticas demográficas e sociais. Também aqui e à semelhança do que aconteceu com a adopção da população residente como base dos apuramentos, as estatísticas do estado civil precederam os Recenseamentos. As estatísticas têm preparado o caminho para as operações censitárias.

O Quadro 2 resume os aspectos focados e de maior saliência.

## QUADRO 2

### Aspectos Relevantes dos Diversos Recenseamentos Portugueses

RECENSEAMENTOS	QUESITOS INTRODUZIDOS E NOVOS CONCEITOS ADOPTADOS	OBSERVAÇÕES
I - 1864	Nome Sexo Idade Estado civil ( <i>solteiros, casados e viúvos</i> ) Naturalidade Profissão ou situação	Não apurada.
II - 1878	Grau de instrução ( <i>sabendo ler e escrever; sabendo ler; não sabendo ler nem escrever</i> )	
III - 1890	Estado civil ( <i>separado judicialmente</i> )	Instruções no Boletim de Família.
IV - 1900	Religião Residência habitual População a cargo Serviços domésticas Profissão principal ( <i>ocupava mais tempo</i> ) Ramo de actividade ( <i>comércio ou industria</i> )	Não apurada. Não apurada.

## Aspectos Relevantes dos Diversos Recenseamentos Portugueses

V - 1911	<p>Estado civil (<i>divorciado</i>)                  População embarcada                  Profissão (<i>arte ou ofício</i>)                  Sem profissão (<i>proprietário vivendo só dos rendimentos e a mulher que se ocupasse da sua própria casa "domésticas"</i>)</p>	
VI - 1920	<p>Profissão principal (<i>mais lucrativa para o recenseado</i>)                  Viver da caridade pública</p>	
VII - 1930	<p>Profissão (<i>ocupação</i>)                  Lista de 61 grupos profissionais                  Especificação dos que viviam dos rendimentos não provenientes do trabalho</p>	Apurada.
VIII - 1940	<p>Precisão do momento censitário: 0 Horas do dia 11 de Dezembro                  Boletim de convivência                  Idade - número de anos completos decorridos desde o momento do nascimento até à 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940                  Conceito de prédio                  Profissão (<i>ofício</i>)                  População desempregada                  População por sectores de actividade                  População inactiva</p>	

## Aspectos Relevantes dos Diversos Recenseamentos Portugueses

<p style="text-align: center;">IX - 1950</p>	<p>Condições de habitação da família  Camponesa ( <i>mulher que se ocupava das  lides domésticas e trabalhava  na agricultura - doméstica  agrícola</i> )</p> <p>Activo com profissão  Activo sem profissão  Não remunerado ( <i>trabalho para um não  parente</i> )</p>	<p>Técnica de pergunta  com resposta fechada.</p>
<p style="text-align: center;">X - 1960</p>	<p>Data de nascimento ( <i>dia, mês, ano</i> )  Residência anterior ( <i>em 15.XII.1959</i> )  Grau de instrução ( <i>especificação do curso</i> )  Estudante  Desempregado à procura do 1º emprego  ( <i>nunca tivesse exercido profissão mas  estivesse em condições de o fazer</i> )  Dona de casa ( <i>a que tivesse serviços  domésticas</i> )  Não remunerado ( <i>trabalho para um parente</i> )</p>	
<p style="text-align: center;">XI - 1970</p>	<p>População com actividade económica  ( <i>activos c/ profissão; desempregados à  procura do 1º e novo emprego;  indivíduos a cumprir o serviço militar  obrigatório</i> )</p> <p>População sem actividade económica  ( <i>os que não exerciam uma actividade  remunerada</i> )</p> <p>População principal ( <i>dedicou mais tempo</i> )</p>	
<p style="text-align: center;">XII - 1981</p>	<p>Domésticas ( <i>tarefas domésticas e  explorações agrícolas</i> )  População activa civil</p>	<p>Engloba o conceito de  doméstica agrícola.</p>

### 3. Coerência

O estudo da evolução da população portuguesa através dos Censos coloca, desde logo, uma questão de coerência dos dados, ligada quer à qualidade, quer à precisão, dos próprios Recenseamentos.

Os conceitos que sustentam o desenvolvimento de todo o trabalho censitário alteraram-se substancialmente ao longo das décadas.

#### 3.1 População Presente e População Residente

O problema imediato é a própria definição de população subjacente aos diferentes Recenseamentos. O processo de apuramento das características observadas assenta, até 1950, inclusivé, na população presente. A partir do Censo de 1960 na população residente. Contudo, o próprio conceito de população presente modificou-se e a sua imprecisão está bem evidenciada no **Quadro 3**. De notar que nos dois primeiros Recenseamentos o conceito está desligado da residência habitual e que a imprecisão é agravada pela não existência de instruções para um correcto preenchimento dos boletins.

De qualquer modo os Recenseamentos portugueses procuraram determinar a população legal ou residente a partir da população presente. No entanto, rigorosamente população legal não corresponde a população residente.

#### 3.2 Idade

A variável idade, fundamental na análise demográfica, não teve um tratamento uniforme nos diversos Recenseamentos como se pode visualizar no **Quadro 4**.

A declaração correcta da idade é de enorme importância para a qualidade dos dados censitários. Daí que o cuidado que a recolha da informação exige tenha vindo a ser objecto de directrizes.

A 9ª resolução da sessão de S. Pettersburgo do Congresso Internacional de Estatística determinou que sempre que o grau de instrução da população o permitisse devia ser indicado o ano e o mês de nascimento; quando a idade fosse indicada em anos dever-se-ia considerar o número de anos já feitos; a idade das crianças com menos de um ano era expressa no número de meses completos.

No Censo de 1890 pediu-se apenas o número de anos já feitos. Só em 1960 se pede a indicação do ano de nascimento, o que aumenta o grau de cobertura.

### QUADRO 3

#### Evolução do Conceito da População Presente

RECENSEAMENTOS	POPULAÇÃO PRESENTE (Definição)	OBSERVAÇÕES
1864, 1878	<p>As pessoas que pernoitassem debaixo do mesmo tecto na noite de 31 de Dezembro de 1863 (ou 1877) para 1 de Janeiro de 1864 (ou 1878).</p> <p>---</p> <p>Os eclesiásticos, parteiras, polícias, agentes recenseadores, magistrados e outros que no desempenho das suas funções passassem a noite fora de casa deveriam ser inscritos nos boletins das respectivas famílias.</p>	<p>Instruções anexas aos Decretos de 23 de Julho de 1863, art. 16º a) e de 6 de Junho de 1877.</p> <p>---</p> <p>Os óbitos ocorridos na noite de 31 para 1 não se incluíam; <u>só os nascimentos.</u></p>
1890	<p>Os indivíduos que tendo a sua residência habitual na casa e nela pernoitassem de 30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1890.</p> <p>---</p> <p>Os indivíduos que embora não pernoitando na casa não deixassem a</p> <p>---</p> <p>Os indivíduos que estando fora da povoação <u>não pernoitassem noutra casa.</u> (cocheiros, empregados de caminhos de ferro).</p>	<p>Instruções inscritos no Boletim de Família.</p> <p>---</p> <p>Ligação ao conceito de residência habitual.</p> <p>---</p> <p>Evitar duplicações.</p>
1900, 1911 e 1920	<p>Os indivíduos, sem excepção, que passassem a noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro (1900, 1911 ou 1920) no Fogo.</p> <p>---</p> <p>Os indivíduos que tendo passado a noite em viagem, <u>chegassem ao Fogo a 1 de Dezembro</u> (1900, 1911 ou 1920) e pertencessem à família.</p> <p>---</p>	<p>Inscrições nos respectivos Boletins de Família.</p> <p>---</p> <p>Se não pertencessem à família e fossem inscritos como transeuntes.</p> <p>---</p> <p>Os falecidos antes da meia noite de 30 de Novembro ou os nascidos depois dessa hora não eram inscritos.</p>

## Evolução do Conceito da População Presente

1930	<p>Os indivíduos que passassem a noite de 30 de Novembro de 1930 no Fogo ou em estabelecimento.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Os indivíduos que não tendo passado a noite no Fogo, lá chegassem na <u>manhã do dia 1 de Dezembro</u>.</p>	<p>Inscrições nos Boletins.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Não existiam indicações sobre a inscrição dos falecidos ou nascidos.</p>
1940	<p>Indivíduos que fizessem parte da família, que tivessem residência habitual na convivência e estivessem presentes na habitação à meia noite de 11 de Dezembro.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Indivíduos que não fossem da família, não tivessem residência habitual na convivência mas presentes na habitação à meia noite de 11 de Dezembro salvo se regressassem às suas residências antes do meio dia de 12 de Dezembro.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Indivíduos que não pertencessem à família, não tivessem residência habitual na convivência, não estivessem presentes na habitação mas, regressassem antes do meio dia de 12 de Dezembro.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Indivíduos que se encontrassem na via pública à meia noite de 11 de Dezembro não regressassem à própria habitação nem a outra, antes do meio dia de 12 de Dezembro.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Indivíduos que se encontrassem na via pública à meia noite de 11 de Dezembro, não regressassem à habitação (própria ou outra) antes do meio dia de 12 de Dezembro.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Indivíduos do corpo diplomático domiciliados em Portugal.</p>	<p>Instruções gerais inscritos nos boletins de família e convivência e art. 18º das instruções para a realização do Recenseamento.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Excepto se tivessem sido recenseados como presentes noutra boletim.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Inscritos em boletins de convivência especiais.</p> <p style="text-align: center;">---</p> <p>Inscritos em boletins de convivência especiais.</p> <p style="text-align: center;">---</p>

A declaração de idades pode ser afectada pela falta de memória, pela atracção bem reconhecida pelos números terminados em zero ou cinco, pela tendência que certos estratos etários têm para o rejuvenescimento ou envelhecimento.

Assim, o controlo da informação é necessário. Em Portugal foi introduzido com o Censo de 1950.

Só em 1981 se procedeu ao duplo apuramento da população residente: idade e ano de nascimento.

Um dos problemas que se coloca na análise da evolução das estruturas etárias observados nos diferentes Recenseamentos é a interpretação correcta dos conceitos "anos feitos"; "meses completos" e "até aos (...) anos", designações correntes nos primeiros Censos.

A exactidão da declaração das idades é bem visível no número de indivíduos recenseados com idade ignorada. Esta rubrica diminuiu de importância em 1950.

### 3.3 A aplicação da equação de concordância

A coerência entre dois Recenseamentos pode ser testada através da aplicação da chamada "*equação de concordância*" cuja expressão analítica é a seguinte:

$$P_{n+t} = P_n + SN_t + SM_t$$

em que;

$P_{n+t}$  = *População esperada no momento  $n+t$*

$P_n$  = *População recenseada*

$SN$  = *Saldo do movimento natural*

$SM$  = *Saldo migratório*

Esta equação permite testar para além da coerência entre dois Recenseamentos a coerência com as estatísticas dos movimentos da população.

## QUADRO 4

### Tratamento da Variável Idade

RECENSEAMENTOS	QUESITO IDADE	OBSERVAÇÕES
1890	<p>Indicar o número de anos já feitos.</p> <p>Indicar o número de meses completos ( <i>crianças com menos de um ano</i> ).</p>	Inscrição no Boletim de Família.
1940	<p>Indicar o número de anos completados antes da meia noite de 12 de Dezembro de 1940.</p> <p>Escrever "zero" ( <i>crianças com menos de um ano</i> ).</p>	Inscrição no Boletim de Família e convivência.
1950	<p>Indicar o número de anos completados antes da meia noite de 14 de Dezembro de 1950.</p> <p>Se nascer num anos terminado em 0 ou 5 riscar o código em referência.</p>	
1960	Indicar a data de nascimento ( <i>dia, mês e ano</i> ).	O ano de nascimento não foi apurado.
1970	Indicar a data de nascimento; caso não seja possível, indicar os anos completos.	Inscrição no Boletim de Família e convivência. Apuradas só as idades.
1981	Indicar a data de nascimento ( <i>dia, mês e ano</i> ).	Apuradas as idades. Apurado o ano de nascimento.

Só se apresenta a análise a partir de 1890 pois os dados dos movimentos natural e emigratório só depois de 1886 foram disponibilizados. Aliás o registo do movimento natural só se tornou obrigatório em 1911.

Esta equação é também um método de aferição dos resultados dos Censos com os das estatísticas dos movimentos da população.

Com base na População recenseada ( residente ou presente ) e, conhecidos os movimentos natural e migratórios intercensitários estimaram-se os efectivos populacionais esperados. A comparação entre a população recenseada, a esperada e o crescimento efectivamente observado permitiu encontrar a variação não explicada de sentido negativo ou positivo para cada período intercensitário.

A aplicação da equação de concordância pode ser visualizada no Quadro 5. Só se apresenta a análise para os anos posteriores a 1890 pois, os dados dos movimentos natural e emigratório só a partir de 1886 foram disponibilizados. Aliás, o registo do movimento natural só se tornou obrigatório em 1911.

A interpretação dos resultados permite concluir que o ajustamento dos dados entre dois recenseamentos sucessivos com os fornecidos pelas estatísticas do movimento da população é superior para o Censo de 1950, tanto na população presente como na residente.

A maior diferença encontra-se no Censo de 1970.

No que se refere ao Censo de 1981 pode afirmar-se que apenas 9% da variação não é explicada ( de notar que o próprio Censo explicou 943 815 imigrantes -retorno e regresso- no período compreendido entre 1 de Janeiro de 1971 e 16 de Março de 1981 ). A percentagem mínima de variação por explicar pode ser atribuída à subavaliação que o Censo de 1970 eventualmente terá registado.

## QUADRO 5

### Continente-Avaliação dos dados censitários

#### Equação de Concordância

CENSOS	População residente	População esperada	Variação explicar	Acréscimo efectivo	Acréscimo observado
1890	4713319				
1900	5039744	4934022	105722	326425	220703
1911	5586053	5434450	151603	546309	394706
1920	5668232	5670248	-2016	82179	84195
1930	6340797	6120180	220617	672565	451948
1940	7218882	7005816	213066	878085	665019
1950	7921913	7961855	-39942	703031	742973
1960	8292975	8639889	-346914	371062	717976
1970	8074960	8705080	-630120	-218015	412105
1981	9336760	9217630	119130	1261800	1142670

CENSOS	População presente	População esperada	Variação explicar	Acréscimo efectivo	Acréscimo observado
1890	4660095				
1900	5016267	4880798	135469	356172	220703
1911	5547708	5410973	136735	531441	394706
1920	5621977	5631903	-9926	74269	84195
1930	6360347	6073925	286422	738370	451948
1940	7185143	7025366	159777	824796	665019
1950	7856913	7928116	-71203	671770	742973
1960	8254114	8574889	-320775	397201	717976
1970	7921895	8666219	-744324	-332219	412105
1981	9344489	9064565	279924	1422594	1142670

Fonte : R.G.P., Estatísticas do Movimento da População  
Anuários Demográficos e Estatísticas Demográficas

## 4. A evolução da População através dos Censos

### 4.1 A evolução global da população residente no Continente

O crescimento demográfico no Continente português processou-se de 1864 a 1981 segundo cinco fases bem distintas conforme se pode visualizar no Gráfico I (*Evolução da População residente no Continente*).

A primeira fase que abrange o período de 1864 a 1911 corresponde ao crescimento contínuo da população cujo ritmo se acelera notavelmente nos anos de 1900 a 1911, como resultado dos fortes saldos naturais. A população portuguesa vai, assim, dobrar o século a crescer, em média, 0,9% ao ano, contra os 0,7% anteriormente registados.

Convém ter presente o cuidado a pôr na interpretação quer dos quantitativos recenseados quer do movimento natural da população. De facto, este é o período que antecede a introdução da obrigatoriedade do registo civil (Lei de 1911). Aliás o elevado número de nados vivos observados no Continente em 1911 (214 300) pode ser explicado por duplicações resultantes da aplicação da referida Lei.

De 1911 a 1920, período que se identifica como a segunda fase, a população cresceu segundo uma taxa fraca de 0,2% ao ano. É o resultado dos efeitos da primeira Guerra Mundial, da gripe pneumónica e dum forte surto emigratório. De notar que no ano de 1918 o saldo natural foi fortemente negativo (- 72 370).

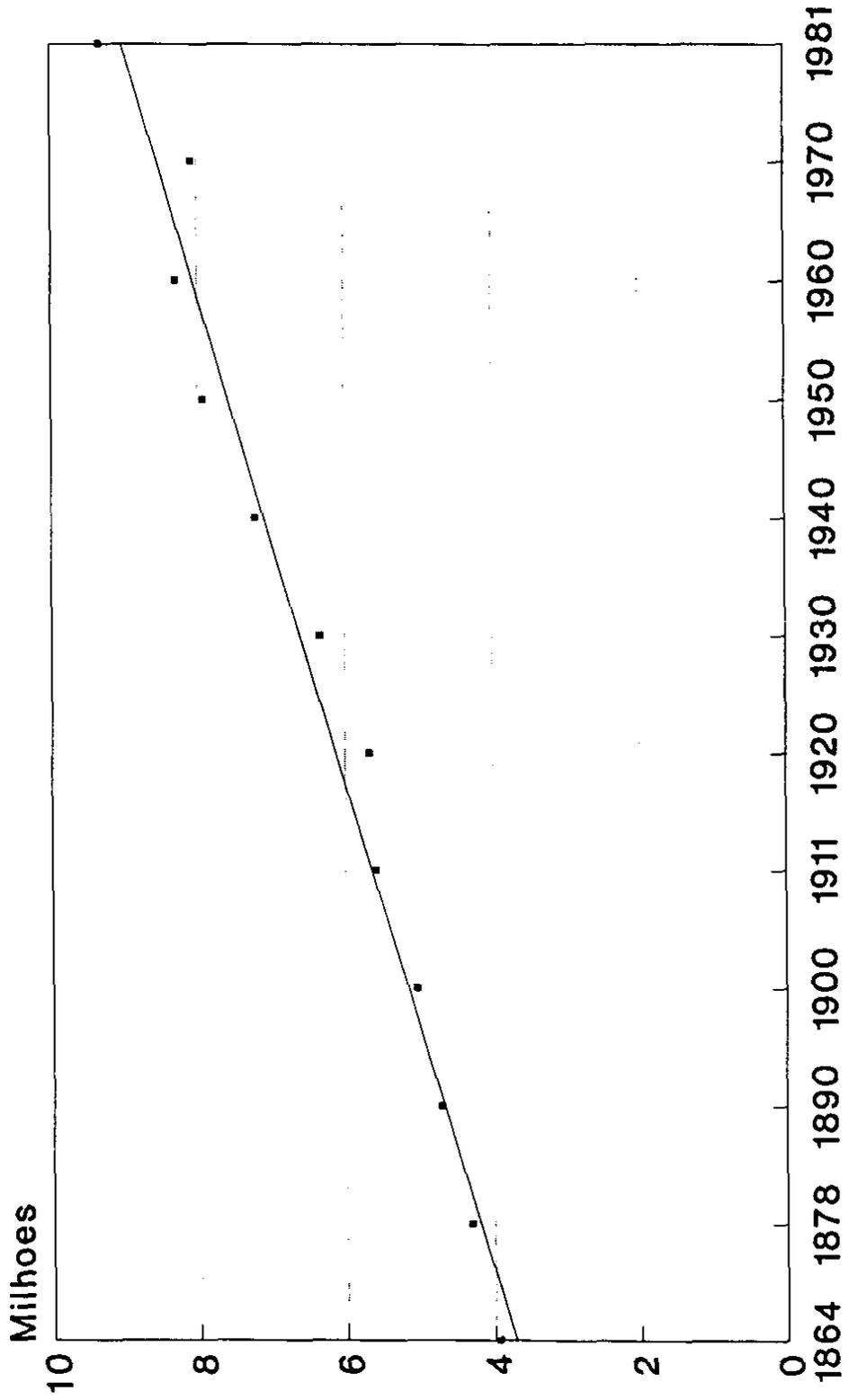
Segue-se a fase de 1920-1960 em que se podem marcar duas subfases - de 1920 a 1940 em que o ritmo de crescimento se acentua e de 1940 a 1960 em que o crescimento se atenua. O ano de 1940 será assim o ponto de inflexão na tendência do crescimento.

Nos primeiros dez anos da fase a população cresceu segundo uma taxa média forte de 1,1% ao ano, rapidamente atingiu a média anual de 1.3% no decénio seguinte para, evoluir segundo uma média anual de 0,9% na década de quarenta; finalmente, atinge a última década da fase a crescer segundo uma taxa de 0,5% ao ano.

A tendência decrescente da população vem a culminar com taxas negativas para o período de 1960-1970 (- 0,3%) e que se identificou como a quarta fase. É o período de forte emigração (sobretudo clandestina), que coincide com a guerra colonial. O saldo migratório (- 560 041) mais do que duplicou em relação ao observado no decénio anterior.

# Gráfico 1

## Populacao Residente



Continente 1864-1981

Finalmente, atinge-se a última fase do crescimento da população residente no Continente: 1970 - 1981, que regista a taxa mais forte do período em análise.

A evolução da população neste período intercensitário processou-se segundo três etapas (sub fases), bem distintas.

Na primeira subfase que engloba os anos de 1971, 1972 e 1973 independentemente dos elevados saldos naturais, a população chegou a registar taxas de crescimento negativas, resultantes dos fortes fluxos emigratórios.

De referir que os quantitativos emigratórios dos anos de 1971 a 1973 atingiram os 340 369 indivíduos ou seja 62 % do total da emigração da década de setenta.

Seguem-se os anos de forte "*explosão demográfica*": 1974 e 1975, bem expressa nas elevadas taxas de crescimento efectivo: 3 % em 1974 e 5 % no ano seguinte. É nestes anos que ocorre o movimento de retorno de portugueses das ex-colónias o que determina elevados saldos migratórios positivos.

Com o ano de 1976 inicia-se um período de crescimento demográfico estável de nível elevado: cerca de 1% ao ano. É nesta altura que começa a acentuar-se a tendência para o declínio dos saldos naturais como reflexo da queda da fecundidade. Esta diminuição é compensada pelo incremento dos saldos migratórios positivos. É um período que se caracteriza pela inflexão dos fluxos migratórios que, no essencial, se expressa na redução dos quantitativos emigratórios e no acelerar do movimento de regressos.

De realçar que a fase de 1970-1981 é a que regista a mais elevada taxa média anual de crescimento efectivo no período em análise ( 1,4% ).

O Quadro 6 sintetiza a evolução da população residente e presente no Continente no período de 1864-1981 e correspondentes taxas de crescimento, média anual, tendo em conta a diferente periodicidade dos Recenseamentos. Da sua análise pode inferir que apenas no Censo de 1930 a população presente é superior à residente.

## **4.2 A evolução da relação de masculinidade**

A relação de masculinidade geral não sofreu importantes variações ao longo do período de 1864-1981.

As inflexões no andamento da masculinidade correspondem aos períodos da guerra e de forte emigração. A tendência decrescente da masculinidade começa a manifestar-se em 1950, atingindo o valor mais baixo do período em análise, em 1970.

## QUADRO 6

### POPULACAO RESIDENTE NOS RECENSEAMENTOS HM

#### CONTINENTE

Censos	População Residente	Taxas de Crescimento	%	Indice Evolução 1864 Base 100	
1864	3927392			1864	100
1878	4303660	1864-1878	0.656	1878	110
1890	4713319	1878-1890	0.766	1890	120
1900	5039744	1890-1900	0.762	1900	128
1911	5586053	1900-1911	0.940	1911	142
1920	5668232	1911-1920	0.162	1920	144
1930	6340797	1920-1930	1.128	1930	161
1940	7218882	1930-1940	1.302	1940	184
1950	7921913	1940-1950	0.934	1950	202
1960	8292975	1950-1960	0.459	1960	211
1970	8074960	1960/1970	-0.266	1970	206
1981	9336760	1970-1981	1.427	1981	238

### POPULACAO PRESENTE NOS RECENSEAMENTOS HM

1864	3829618			1864	100
1878	4160315	1864-1878	0.593	1878	109
1890	4660095	1878-1890	0.956	1890	122
1900	5016267	1890-1900	0.739	1900	131
1911	5547708	1900-1911	0.920	1911	145
1920	5621977	1911-1920	0.148	1920	147
1930	6360347	1920-1930	1.242	1930	166
1940	7185143	1930-1940	1.223	1940	188
1950	7856913	1940-1950	0.898	1950	205
1960	8255414	1950-1960	0.496	1960	216
1970	7921895	1960-1970	-0.412	1970	207
1981	9344489	1970-1981	1.624	1981	244

Fonte : R.G.P. 1981

A evolução da masculinidade reflecte os efeitos da mortalidade e dos fluxos migratórios a que a população esteve sujeita.

As fortes correntes emigratórias na década de sessenta são um factor explicativo do baixo nível de masculinidade observado no Censo de 1970. De facto no período de forte saída do contingente legal e clandestino eram sobretudo os homens que saíam.

O Gráfico 2 mostra bem o acima exposto.

A influência dos movimentos migratórios na determinação dos efectivos populacionais masculinos está bem expressa na diferença de valores que a relação de masculinidade evidencia no seio das populações presente e residente. De facto a relação de masculinidade entre a população presente é manifestamente inferior.

Em 1981 a relação de masculinidade subiu como consequência sobretudo do movimento de regresso de emigrantes que regista uma relação de masculinidade bastante elevada: por cada 100 mulheres existem 125 homens. No caso da população residente no Continente e para o mesmo ano essa relação é de 93 homens para 100 mulheres.

O desequilíbrio entre os sexos tende a agravar-se com a idade e que traduz o fenómeno da sobremortalidade masculina às diferentes idades, bem expressa na diferença da esperança de vida, à nascença, entre os dois sexos.

### 4.3 Evolução da estrutura etária

O Quadro 7 sintetiza a evolução da repartição da população por três grandes grupos etários: 0 -14 anos (*Jovens*); 15 - 64 anos (*Adultos*) e o dos 65 e mais anos (*Idosos*).

A característica principal dessa evolução é o incremento da proporção de indivíduos com 65 e mais anos.

O grupo dos idosos que em 1890 representava 6% do total da população, conseguiu manter essa posição até 1940, aumentando-a para 11,5% em 1981.

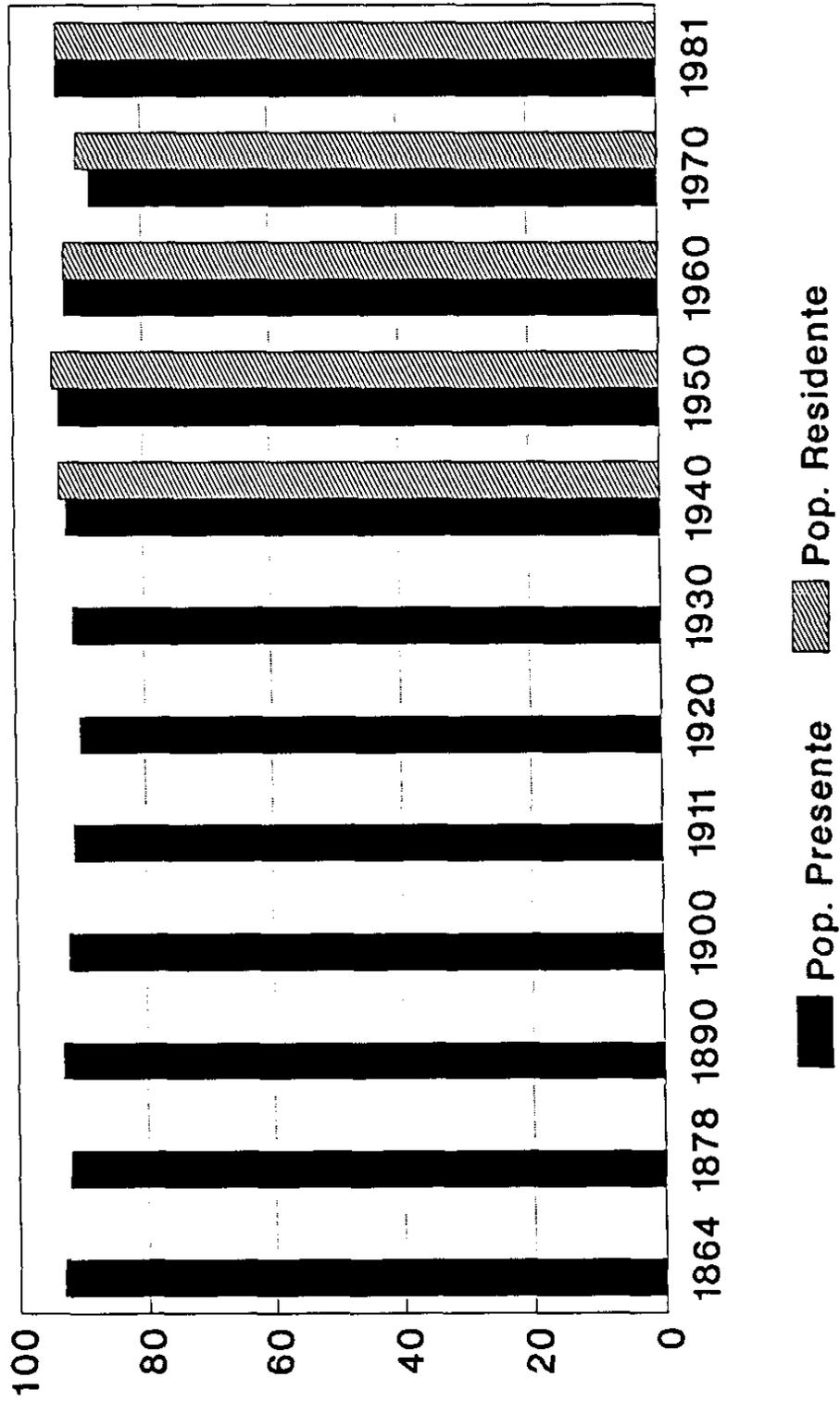
Os jovens começam a perder importância relativa a partir de 1940 passando de uma percentagem de 33,2 em 1890 para 25,3% em 1981.

O crescimento da população idosa fez-se no período de 1960 a 1970 não só em detrimento da população jovem mas, sobretudo, à custa da população em idade activa.

Em 1981 contudo, o forte incremento da população idosa resultou exclusivamente da diminuição dos jovens.

# Gráfico 2

## Relação de Masculinidade



Continente 1864-1981

**QUADRO 7**  
**POPULAÇÃO - GRANDES GRUPOS ETÁRIOS**

Censos	População (a)	CONTINENTE				População Feminina
		0-14	15-64	65 +	75 +	15-49
1890	4642353	1541101	2829508	271744	71983	1185950
1900	5005191	1688336	3036876	279979	86139	1282304
1911	5533977	1897241	3318418	318318	95120	1431020
1920	5595453	1824785	3445920	324748	97838	1499217
1930	6348544	2019564	3936592	392388	122336	1682245
1940	7163100	2277892	4421667	463541	151012	1857553
1950	7856913	2298576	5005465	552872	178338	2078595
1960	8292975	2390288	5233517	669170	224401	2114095
1970	8074975	2266745	5021035	787195	258350	1996490
1981	9336760	2358539	5906696	1071525	366439	2262749

**ESTRUTURA ETÁRIA (Em percentagem)**

1890	100.0	33.2	60.9	5.9	1.6
1900	100.0	33.7	60.7	5.6	1.7
1911	100.0	34.3	60.0	5.8	1.7
1920	100.0	32.6	61.6	5.8	1.7
1930	100.0	31.8	62.0	6.2	1.9
1940	100.0	31.8	61.7	6.5	2.1
1950	100.0	29.3	63.7	7.0	2.3
1960	100.0	28.8	63.1	8.1	2.7
1970	100.0	28.1	62.2	9.7	3.2
1981	100.0	25.3	63.3	11.5	3.9

Fonte : R.G.P.

(a) Não inclui as idades ignoradas

De 1890 a 1950 - População Presente

De 1960 a 1981 - População Residente

A população em idade activa que no período de 1960-1970 sofreu uma forte redução de efectivos devido aos elevados fluxos emigratórios registados naqueles anos, viu a sua posição reforçada em 1981.

Esta situação resulta das fortes taxas de crescimento efectivo observadas no período de 1974-1981. De referir que, segundo a informação do Censo de 1981, dos indivíduos que declararam residir em 1973 no estrangeiro, apenas 4% tinham idade superior a 65 anos. Tal significa que o movimento de regresso se concentrou nas crianças e nos adultos.

O ritmo de crescimento pode ser analisado através do **Quadro 8**.

O crescimento negativo da população jovem no período compreendido entre 1960-1970 prende-se com a forte emigração que o caracterizou. A saída de emigrantes traduz-se numa potencial transferência de nados vivos, dado que o grupo etário de maior frequência se identifica com a idade de constituição de família.

A população de 65 e mais anos é a que apresenta o ritmo de crescimento mais forte.

As modificações observadas na evolução da estrutura etária da população podem provocar alterações na relação entre os indivíduos dos diversos grupos etários.

Com base na repartição dos efectivos populacionais pelos diferentes grupos etários podem calcular-se alguns indicadores que permitem medir o grau de juventude ou envelhecimento e dependência da população.

A evolução do índice de envelhecimento pode visualizar-se no **Quadro 9**.

Em 1890 por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos existiam 18 indivíduos com 65 e mais anos. Essa razão manteve-se quase estável até 1940, para duplicar em 1970; em 1981 por cada 100 jovens, existiam 45 idosos.

O novo equilíbrio entre jovens e idosos é uma consequência não só dos ganhos no campo da mortalidade mas, essencialmente da queda da fecundidade.

As modificações na estrutura etária alteraram também, a proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (menos de 15 anos e 65 e mais anos).

De 1890 para 1981 o índice de dependência total baixou de 64 para 58 ou seja cada 100 indivíduos dos 15-64 anos tinham a cargo 58 jovens e idosos.

O índice de dependência dos jovens e dos idosos registam tendências opostas.

A evolução conjunta dos três índices pode ser visualizada no **Gráfico 3**.

## QUADRO 8

POPULAÇÃO - TAXAS DE CRESCIMENTO (Média Anual em %)

Censos	0-14	15-64	65 +	75 +	População Feminina 15-49
1890-1900	0.917	0.710	0.299	1.812	0.784
1900-1911	1.066	0.809	1.174	0.906	1.003
1911-1920	-0.432	0.420	0.222	0.314	0.519
1920-1930	1.019	1.340	1.910	2.260	1.159
1930-1940	1.207	1.165	1.675	2.122	0.993
1940-1950	0.090	1.248	1.778	1.677	1.131
1950-1960	0.392	0.447	1.927	2.324	0.169
1960-1970	-0.529	-0.414	1.638	1.419	-0.571
1970-1981	0.388	1.598	3.054	3.469	1.229

## QUADRO 9

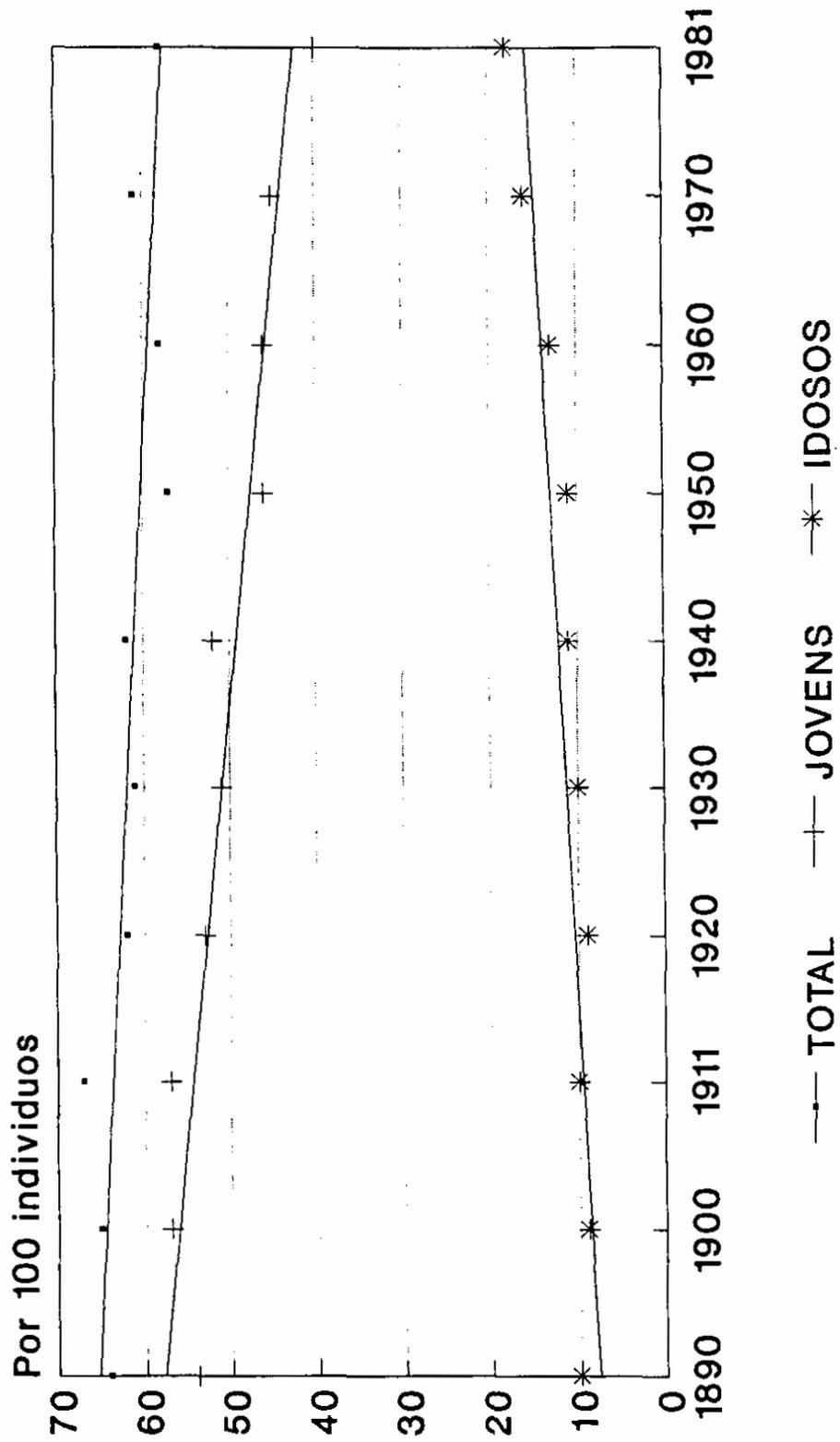
POPULAÇÃO - ÍNDICES DE POPULAÇÃO (Por 100 indivíduos)

### CONTINENTE

CENSOS	Envelhecimento	Dependência Total	Dependência Jovens	Dependência Idosos
1890	17.6	64.1	54.5	9.6
1900	16.6	64.8	55.6	9.2
1911	16.8	66.8	57.2	9.6
1920	17.8	62.4	53.0	9.4
1930	19.4	61.3	51.3	10.0
1940	20.3	62.0	51.5	10.5
1950	24.1	57.0	45.9	11.0
1960	28.0	58.5	45.7	12.8
1970	34.7	60.8	45.1	15.7
1981	45.4	58.1	39.9	18.1

# Gráfico 3

## Índice de Dependencia



Continente 1890-1981

## 5. Acidentes de percurso na evolução da população.

A população residente no Continente passou de 3 927 392 indivíduos em 1 de Janeiro de 1864 para 9 336 760 em 16 de Março de 1981 mas, esse acréscimo de 5,4 milhões de pessoas não se processou sem sobressaltos.

O *primeiro acidente* que ocorreu na caminhada ascendente da população surgiu no período de 1912-1920: o saldo natural reduziu-se quase a metade do observado no período anterior. O decréscimo poderá ser ainda mais acentuado se eventualmente os registos de nascimentos anteriores a 1911 terem sido considerados como nados vivos ocorridos naquele ano e seguinte. De qualquer modo a diminuição do crescimento natural é imputável ao incremento da mortalidade devida a causas já referenciadas (gripe pneumónica e Grande Guerra).

A emigração tem sido sempre um factor perturbador do crescimento da população. À reserva com que os dados da emigração devem ser analisados, proveniente da natureza da própria informação junta-se, no caso concreto dos efectivos emigratórios do Continente, o facto de serem obtidos através dos distritos de naturalidade.

A importância do fenómeno sempre foi reconhecida e procuraram-se individualizar as causas que o determinaram.

Nas Estatísticas do Movimento da População, o volume de 1894 a 1896, 8º, 9º e 10º anos (pág. 407) foram inscritos 22 447 emigrantes do Continente com a seguinte observação "(...) incluem-se 5 904 emigrantes que tiraram passaportes pelo distrito do Porto. Os mapas enviados, deste distrito, não discriminando, por números as causas e fins de emigração, inserem a seguinte nota: a aversão ao serviço militar o desejo de melhorar de fortuna são as principais causas de emigração."

De 1891 a 1910 a emigração do Continente atingiu o quantitativo de 519 096; nos 11 anos seguintes cifrou-se em 314 077 o que representa uma variação de 5% em relação ao período anterior. Este agravamento dos fluxos emigratórios foi, assim, mais um factor determinante do fraco crescimento populacional.

De 1961 a 1970 a emigração atingiu os 571 695 indivíduos (legais e clandestinos) mantendo-se em níveis bastante elevados até 1973. A emigração acumulada para os anos que decorrem de 1961 a 1973 atingiu o quantitativo de 912 064 indivíduos. Nesta época a emigração é essencialmente masculina e tem como causa fundamental a fuga ao recrutamento militar, em resultado da guerra colonial.

A saída de elevados efectivos populacionais teve influência directa na estrutura etária da população, provocou a transferência de nascimentos e determinou efeitos em cadeia que culminaram com o crescimento negativo observado em 1960-1970. Consequentemente, é este o *segundo acidente* na evolução da população aliás, bem mais gravoso que o anterior.

O Quadro 10 evidencia a evolução dos movimentos natural e emigratório no período de 1886 a 1981.

## QUADRO 10

### CONTINENTE - Evolução Natural e Migratória

ANOS	Nados Vivos	Obitos	Saldo Natural	Emigrantes	Retorno	Saldo Migratorio	ANOS
1886	142456	91143	51313	9207		-9207	1886
1887	153104	100274	52830	13206		-13206	1887
1888	150992	98369	52623	16475	73879	-16475	1888
1889	154639	102365	52274	13040		-13040	1889
1890	150935	114339	36596	21951		-21951	1890
1891	148025	105738	42287	26140		-26140	1891
1892	146541	95106	51435	16297		-16297	1892
1893	150516	101410	49106	23931		-23931	1893
1894	141076	98955	42121	25489		-25489	1894
1895	143155	99904	43251	36930	220230	-36930	1895
1896	144519	110724	33795	22447		-22447	1896
1897	146797	107400	39397	17689		-17689	1897
1898	146853	104403	42450	20978		-20978	1898
1899	148400	98205	48195	14287		-14287	1899
1900	149933	101037	48896	16041		-16041	1900
1901	155761	105257	50504	15264		-15264	1901
1902	161524	99225	62299	15012		-15012	1902
1903	166413	101431	66982	15634		-15634	1903
1904	161463	96013	65450	22234		-22234	1904
1905	164815	103085	61720	25193		-25193	1905
1906	168528	115168	53360	26989	298866	-26989	1906
1907	161848	102524	59324	31206		-31206	1907
1908	160901	106247	54654	35689		-35689	1908
1909	160526	103262	57264	30286		-30286	1909
1910	172036	102605	69431	31799		-31799	1910
1911	214300	121716	92584	49560		-49560	1911
1912	193376	109328	84048	77745		-77745	1912
1913	185175	115593	69582	67821		-67821	1913
1914	179756	109009	70747	20918		-20918	1914
1915	181958	113604	68354	14089		-14089	1915
1916	179207	120351	58856	24721	314077	-24721	1916
1917	177234	125526	51708	13062		-13062	1917
1918	165778	238148	-72370	11502		-11502	1918
1919	154323	142726	11597	33946		-33946	1919
1920	188620	132870	55750	50273		-50273	1920
1921	183437	117096	66341	20498		-20498	1921
1922	188909	115578	73231	31836		-31836	1922
1923	192167	131894	60273	36431		-36431	1923
1924	192607	116682	75925	27650		-27650	1924
1925	192885	108734	84151	21585	294606	-21585	1925
1926	199609	119871	79738	39904		-39904	1926
1927	184053	114448	69605	26035		-26035	1927
1928	195837	115110	80727	32326		-32326	1928
1929	185670	108252	77418	36928		-36928	1929
1930	196836	107691	79145	21413		-21413	1930
1931	189033	107276	81727	5415		-5415	1931
1932	192357	110811	81546	5526		-5526	1932
1933	188045	112242	75803	8309		-8309	1933
1934	186978	110513	76465	6706		-6706	1934
1935	188478	114897	73581	8138	95015	-8138	1935
1936	189402	110387	79015	11584		-11584	1936
1937	182760	108821	73939	13205		-13205	1937
1938	184006	107635	76373	11484		-11484	1938
1939	183691	108048	75645	14598		-14598	1939
1940	172644	110927	61717	10088	4013	-5075	1940
1941	169110	125535	43575	5428		-2839	1941
1942	171993	117053	54940	1922	1094	-828	1942
1943	182029	112431	69598	602	686	84	1943
1944	184633	110782	73851	600	467	-133	1944
1945	192538	106780	85758	2824	1371	-1453	1945
1946	189048	112529	76519	2263	4361	2098	1946
1947	183750	102352	81398	9945	7064	-2881	1947
1948	204322	99412	104910	9222	9106	-116	1948
1949	195479	109338	86141	12963	7117	-5846	1949
1950	187336	95160	92176	17195	2966	-14229	1950
1951	190400	98249	92151	28455	1423	-27032	1951
1952	193533	92889	100644	38722	807	-37915	1952
1953	184982	90035	94947	32324	934	-31380	1953
1954	180117	88052	92065	32465	954	-31511	1954
1955	190550	91796	98754	23439	1165	-22274	1955
1956	183643	99238	84405	20068	1138	-18930	1956
1957	191912	94185	97727	26405	1260	-25145	1957
1958	193209	84453	108756	27031	1148	-25883	1958
1959	193653	90219	103434	22790	1376	-21414	1959
1960	193401	87884	105517	20161	1231	-18930	1960
1961	197506	92801	104905	24764	1235	-23529	1961
1962	201064	89891	111193	26143	1233	-24810	1962
1963	192787	91250	101537	32604	1518	-31086	1963
1964	198283	90503	107780	48537	1328	-47208	1964
1965	191921	88727	103194	82231	1204	-81027	1965
1966	189461	93338	96123	105880	1341	-104539	1966
1967	185591	89648	95943	78077	1171	-78906	1967
1968	179349	89023	91326	64712	1111	-63601	1968
1969	175196	80388	94808	54648	787	-53961	1969
1970	166607	86770	79837	54069	726	-53373	1970
1971	168032	92145	75887	139373	29500	-109873	1971
1972	162068	84058	78030	93858	32800	-61058	1972
1973	160368	89079	71289	107138	36000	-71138	1973
1974	160372	91487	68885	53507	221916	168409	1974
1975	168123	92124	75999	34213	353099	318886	1975
1976	175174	95886	79308	769210	25837	43400	1976
1977	169778	90552	79226	716928	23502	48600	1977
1978	157057	90504	66553	19682	54500	36818	1978
1979	150181	87365	62816	18350	61000	42650	1979
1980	148502	89567	58935	16292	63000	46708	1980
1981	142672	90380	52292	15282	37176	21914	1981

## 6. Capacidade de recuperação: factores que a permitiram

A população conseguiu recuperar facilmente de qualquer dos acidentes que provocaram o retrocesso do seu crescimento no período de 1864 - 1981.

O aumento da natalidade e o recuo da mortalidade ocorridos nos anos do pós-guerra foram os factores que permitiram que a população passasse rapidamente de uma taxa de crescimento fraca (média anual de 0,1% em 1911-1920) para uma taxa forte (1,1% em 1921-1930). Na verdade, o saldo natural entre os dois períodos registou um acréscimo de 87%.

O retorno de portugueses das ex-colónias como consequência da Descolonização foi um dos factores determinantes na passagem da população de um crescimento negativo para a taxa de crescimento mais elevada do período em análise: 1,5%, média anual.

O retorno de portugueses para o Continente ocorrido sobretudo nos anos de 1974 e 1975 foi avaliado em 493 093, indivíduos conforme o comprova o Quadro 11 elaborado com base na residência em 1973, declarada no Censo de 1981 (para Portugal o quantitativo encontrado foi de 505 087 indivíduos).

Convém referir que, antes da divulgação dos dados do Censo de 1981 o INE avaliou o fenómeno de retorno a Portugal, utilizando o processo de "reconstituição de população branca residente nas ex-colónias no final de 1974" em 539 000 indivíduos. <sup>(1)</sup> Este valor vem depois a ser rectificado para 550 000 indivíduos (493 093 para o Continente) atendendo a que no período de 1973-1981 ocorreram óbitos de pessoas que terão retornado e que outras, certamente emigraram; este quantitativo é ajustado pela aplicação da equação de concordância aos Censos de 1970 e 1981.

Se o retorno de portugueses das ex-colónias foi um fenómeno responsável por 69% do acréscimo populacional de 1971-80, outro fenómeno teve importância decisiva: o regresso de emigrantes.

A crise económica internacional e consequentes aplicações de medidas à restrição a entrada de trabalhadores e do apoio ao regresso aos países de origem por parte dos países de tradição, no acolhimento de portugueses vão ser decisivas na dinâmica do crescimento da população no período de 1971-80.

A avaliação através do Censo de 1981 do fenómeno igualmente não sujeito a registo directo está explicitado no Quadro 12.

Assiste-se pois, à inflexão na tendência dos fluxos migratórios. Se na sua globalidade o saldo migratório ainda é negativo como reflexo dos elevados níveis migratórios dos anos 1971, 1972 e 1973, o ponto de viragem é precisamente o ano de 1975. De facto é a primeira vez, no período em análise que se regista um saldo migratório positivo, com tendência crescente conforme ressalta da análise do Quadro atrás mencionado.

## QUADRO 11

### RETORNO DE PORTUGUESES EM 1973

#### CONTINENTE

	HM	H	M	RELAÇÃO MASCULINIDADE (H/M*100)
Total	493093	259669	233424	111.2
Angola	301970	156017	145953	106.9
Mocambique	159885	83847	76038	110.3
Outras Ex-Col.	31238	19805	11433	173.2

Fonte : R.G.P. 1981

## QUADRO 12

### REGRESSO DE EMIGRANTES 1973-1981

	CONTINENTE			Relação Masculinidade (H/M*100)
	HM	H	M	
<b>TOTAL</b>	182190	99986	82204	121.6
França	99052	54950	44102	124.6
R.F.A.	28856	16863	11993	140.6
Out Paises Europa	13671	7168	6503	110.2
<b>EUROPA</b>	141579	78981	62598	126.2
E.U.A. ou Canada	9826	5097	4729	107.8
Out Paises Mundo	30785	15908	14877	106.9

### REGRESSO DE EMIGRANTES 1979-1981

<b>TOTAL</b>	60699	32827	27872	117.8
França	28209	15211	12998	117.0
R.F.A.	7922	4379	3543	123.6
Out Paises Europa	7134	3723	3411	109.1
<b>EUROPA</b>	43265	23313	19952	116.8
E.U.A. ou Canada	4314	2288	2026	112.9
Out Paises Mundo	13120	7226	5894	122.6

Fonte : R.G.P. 1981

# Aspectos Demográficos e Sociais da População Portuguesa no período 1864 - 1981

## **Evolução global do Continente (resumo)**

*Por:*

*Maria José Carrilho*

*Gabinete de Estudos Demográficos  
Instituto Nacional de Estatística*

O estudo da evolução da população portuguesa através dos Censos coloca, desde logo, uma questão de coerência dos dados ligada quer à qualidade quer à precisão dos próprios Recenseamentos.

Os conceitos que sustentam o desenvolvimento de todo o trabalho censitário alteraram-se substancialmente ao longo das décadas.

O problema surge, de imediato, com a definição de população subjacente a todo o processo de apuramento das diversas características observadas. Até 1950, inclusivé, adoptou-se a população presente. O Censo de 1960 implementou os apuramentos com base na população residente.

A variável idade, fundamental na análise demográfica, não foi objecto de um tratamento uniforme nos diversos Recenseamentos.

A declaração correcta daquela variável é uma garantia da qualidade da operação censitária.

Com o objectivo de melhorar a recolha e o apuramento da variável idade, ao longo dos diferentes Censos, precisaram-se as instruções para o cabal preenchimento do quesito e introduziram-se métodos de controlo da informação.

É assim que a partir de 1950 o peso das idades não declaradas deixa de ter significado estatístico.

Pode afirmar-se que o crescimento demográfico no Continente se processou no período de 1864 a 1981 segundo fases bem distintas. De referir a existência de alguns pontos de inflexão na tendência do crescimento da população residente no Continente, no período em referência. Os períodos de mais fraco crescimento identificam-se com o período de 1911-1920 e 1960-1970 (negativo); as maiores taxas de crescimento com os períodos de 1930-1940 e 1970-1981.

A população portuguesa tem tido capacidade de recuperar dos acidentes de percurso na sua evolução. Os movimentos de retorno de portugueses das ex-colónias e de regresso de emigrantes foram os factores que permitiram desencadear, no período de 1970-1981, essa recuperação.

# CENSOS 91

XIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO  
III RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

## ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA: 1864 - 1981

JORGE ARROTEIA

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

( OUT./90 )

eminário - Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

## 1. Sobre a evolução da população portuguesa

Embora com algumas reservas inerentes à natureza das fontes e aos objectivos a que se destinavam, o conhecimento da população anteriormente à data do primeiro recenseamento da população, levado a cabo em 1864, reveste-se de algumas incertezas, ainda que tal facto não deixe de se revestir do maior interesse para o conhecimento da antiga sociedade portuguesa. A partir, no entanto, dos meados do século passado a realização periódica das contagens da população, por iniciativa da *Repartição Geral de Estatística* do *Ministério das Obras Públicas*, deram origem à realização dos dois primeiros recenseamentos da população, o de 1864 e o de 1878, iniciando-se assim o processo de contagem regular da população portuguesa.

Com a publicação da *Carta de Lei* de 25 de Agosto de 1887, estas contagens passaram a ser realizadas decenalmente o que veio a acontecer como regra desde 1890, salvo em 1911, tendo-se alterado esta periodicidade a partir do *XII Recenseamento Geral da População*, realizado em 1981.

Durante este lapso de tempo foram várias as vicissitudes, de natureza política e social, que afectaram o crescimento regular da população portuguesa, pelo que os resultados finais de cada um dos censos constitui, no início de cada década, um balanço fidedigno dos diversos tipos de "perturbações" sociais ocorridas nos lustres anteriores.

Sem mais delongas diremos que a evolução demográfica portuguesa, não deixa de realçar a ocorrência desses factores, internos e externos, que no seu conjunto permitiram que a população global passasse de 3,9 milhões de habitantes em 1864 para mais de 9,20 milhões em 1981, montante que na actualidade deverá orçar os dez milhões, como certamente ficará demonstrado no XIII recenseamento da população de 1992.

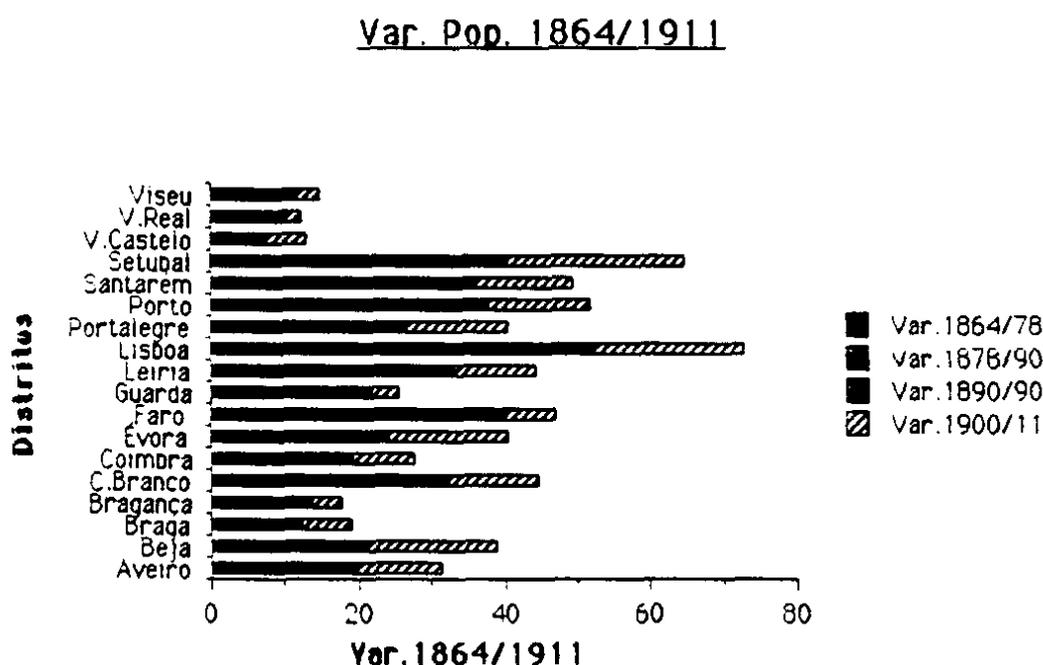
Como sabemos este crescimento para além de não ter sido uniforme ao longo destas décadas, ficou igualmente marcado por um crescimento assimétrico que reforçou o peso demográfico das regiões do litoral em detrimento das restantes áreas do país. De acordo com a terminologia utilizada por NAZARETH (1988; 120) tal facto reforçou a "*bipolarização*" e a "*litoralização*" do continente português contribuindo desta forma para o acentuar das assimetrias regionais, de natureza física, humana, económica, social e cultural, que desde longa identificam o nosso

território.

Vejam os alguns aspectos dessa variação considerando, para o efeito, a variação percentual da população em diversos períodos inter-censitários.

-O primeiro que vai desde 1864 a 1911 (FIG 1), ficou marcado por aumento gradual da população, mais de 1,6 milhões de habitantes, dos quais, mais de um terço ocorreu nos distritos de Lisboa, Leiria e na área do distrito de Setúbal.

FIG 1



Note-se que neste período, distritos houve que viram a sua população aumentar, embora de forma não muito volumosa mas proporcionalmente relevante, como sucedeu a todos os distritos do sul-Évora, Beja, Portalegre e Faro-, fenómeno que não tendo grande continuidade nas décadas seguintes, se deveu essencialmente à fixação de novos habitantes nas terras então arroteadas destinadas à cultura dos cereais.

Pelo contrário, embora globalmente positivo, o crescimento demográfico noutras áreas do país, principalmente na parte mais setentrional do "Noroeste" português-distritos de Braga e Viana do Castelo- não foi proporcionalmente tão elevado como nos restantes: menos de uma centena de milhar de habitantes. Já nos restantes distritos que prolongam para sul esta região natural - Porto e Aveiro- o aumento

da população ultrapassou as três centenas de milhar, facto que realça, só por si, o início de uma forte expansão demográfica, que foi igualmente acompanhada pelo crescimento e diversificação do tecido económico e empresarial.

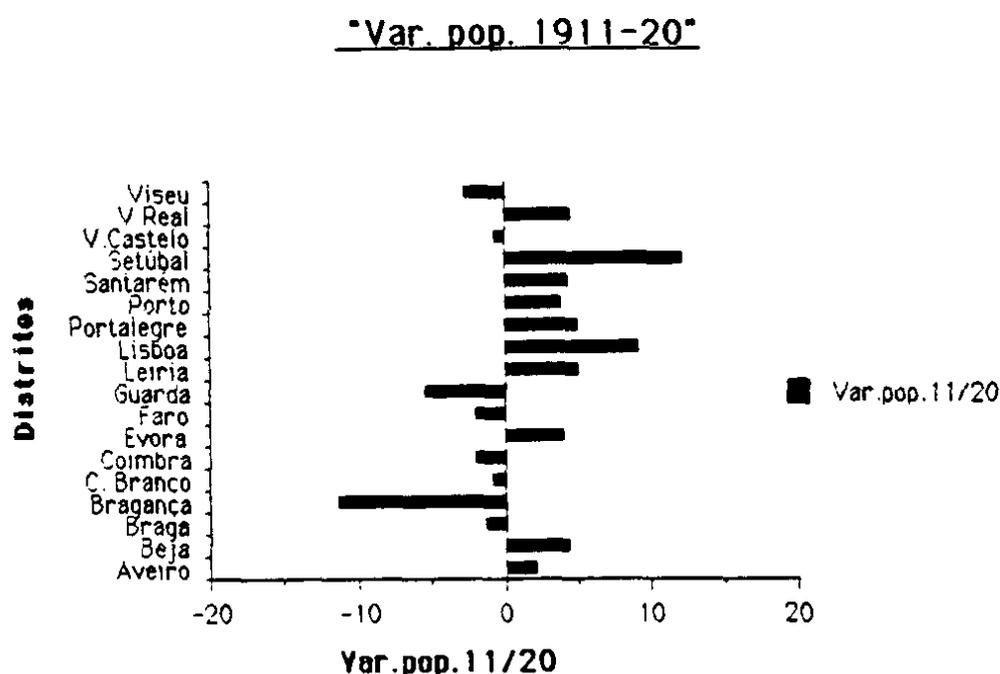
Diversos trabalhos publicados sobre a população portuguesa, tais como os de EVANGELISTA (1971) e de outros autores (NAZARETH; 1988), (ARROTEIA; 1985), contribuem para nos dar uma idéia precisa não só dessa evolução mas ainda dos outros factores que indirectamente contribuíram para esse movimento, bem como da tendência que se continuou a agravar nas décadas seguintes e que conduziu ao acentuar dos desequilíbrios regionais por via da persistência do chamado "êxodo rural".

-O segundo período da nossa análise corresponde ao período inter-censitário 1911-20 (FIG 2), durante o qual a população portuguesa apresentou um crescimento muito ligeiro - menos de uma centena de milhar de habitantes. Neste caso alguns dos distritos que viram a sua população aumentar situavam-se ainda no sul do território - Évora, Beja, Portalegre -, verificando-se os maiores acréscimos no litoral português no Porto, em Aveiro, em Leiria, Santarém, Lisboa e na área do distrito de Setúbal. Nos restantes, porém, notou-se uma perda global de habitantes, superiores à dezena de milhar, como sucedeu em Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu.

Como notaremos noutra local a justificação para este fenómeno deverá encontrar-se na persistência do fenómeno emigratório, elevado ainda durante os primeiros anos da década e na ocorrência da gripe pneumónica que terá contribuído para aumentar, de forma significativa, a mortalidade geral ocorrida em algumas destas regiões do continente português.

Da mesma forma não podemos ainda ficar indiferentes ao fenómeno das migrações internas, estudadas sobretudo por ALARCÃO (1964 e 1969) as quais, orientando-se não só em direcção aos grandes centros urbanos mas ainda em direcção ao sul do país, continuam a alterar de forma considerável, os padrões tradicionais de distribuição da população nacional.

FIG 2



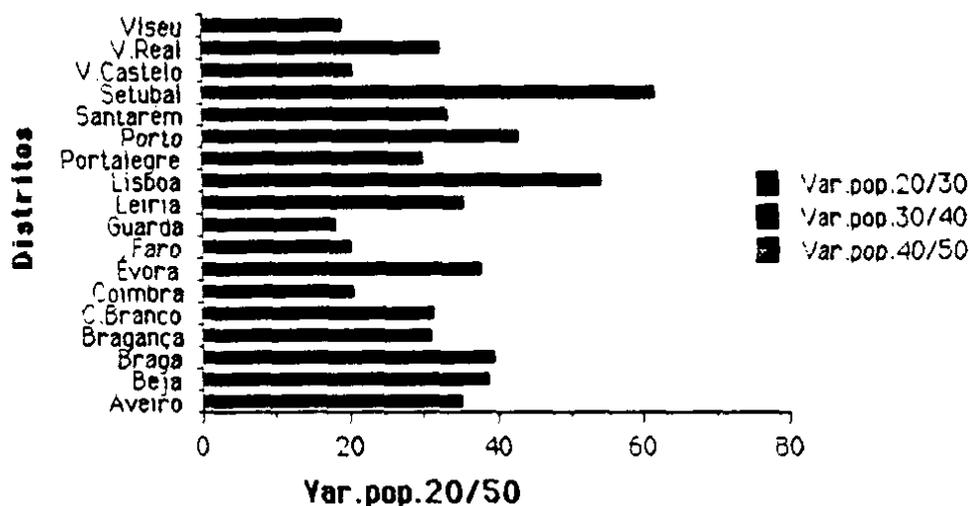
- O terceiro período da nossa análise abarca as décadas que vão desde 1920 a 1950, durante o qual se verificou um crescimento efectivo da população - mais de 2.2 milhões de habitantes -, acréscimo este que prosseguiu em todos os distritos do continente, embora de forma mais acentuada junto das grandes concentrações urbanas e industriais do litoral, em detrimento das áreas de menores recursos e menos desenvolvidas do interior.

Como já observámos esta tendência veio a agravar-se durante o terceiro quartel do nosso século, agravando ainda mais os desequilíbrios já existentes e dificultando o processo de regionalização do território, processo este ao qual a demografia não pode ficar indiferente pelo seu contributo para o conhecimento, actual e futuro das populações, que irão constituir a matriz social das diferentes regiões.

A FIG 3. mostra as variações percentuais da população portuguesa ocorridas durante os diversos períodos inter-censitários que vão de de 1920 a 1950, permitindo, desta forma, avaliar a dinâmica demográfica nos diversos distritos do continente .

Fig 3

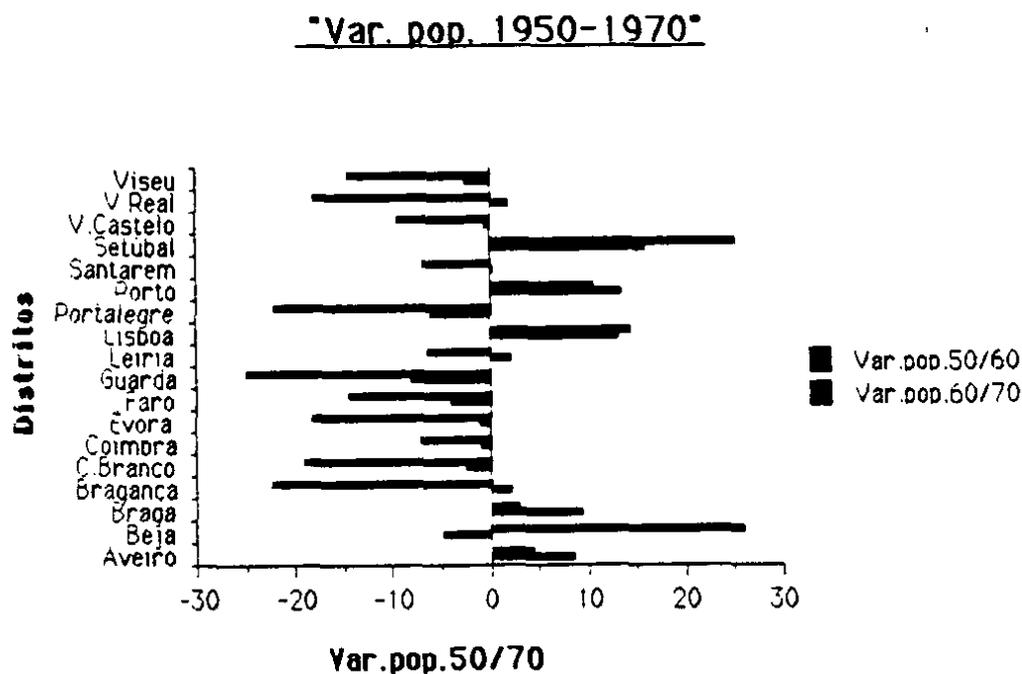
"Var. pop. 1920-1950"



- A partir dos anos cinquenta, o crescimento da população portuguesa ficou assinalado, em todo o território, por um agravamento dos desequilíbrios demográficos a que anteriormente nos havíamos referido causados, desta vez, pela persistência das migrações internas e, sobretudo durante os anos sessenta, pelo fenómeno da emigração (FIG 4).

Com efeito, se tivermos em conta a evolução da população portuguesa durante o primeiro periodo inter-censitário agora considerado - o de 1950/1960 - logo verificamos que o número global de habitantes do continente se viu apenas acrescido em menos de quatro centenas de milhar de indivíduos, facto que no periodo seguinte correspondeu a uma perda real de quase metade daquele montante. No primeiro caso, porém, o crescimento verificado em todos os distritos do litoral, à excepção apenas de Viana do Castelo e de Faro que registaram perdas de população ( respectivamente 14 milhares e 2 milhares de habitantes), conseguiram superar os decréscimos populacionais ocorridos nos restantes distritos, à excepção apenas de Bragança e Vila Real que viram a sua população aumentar em mais de 10 milhares de indivíduos.

FIG.4.



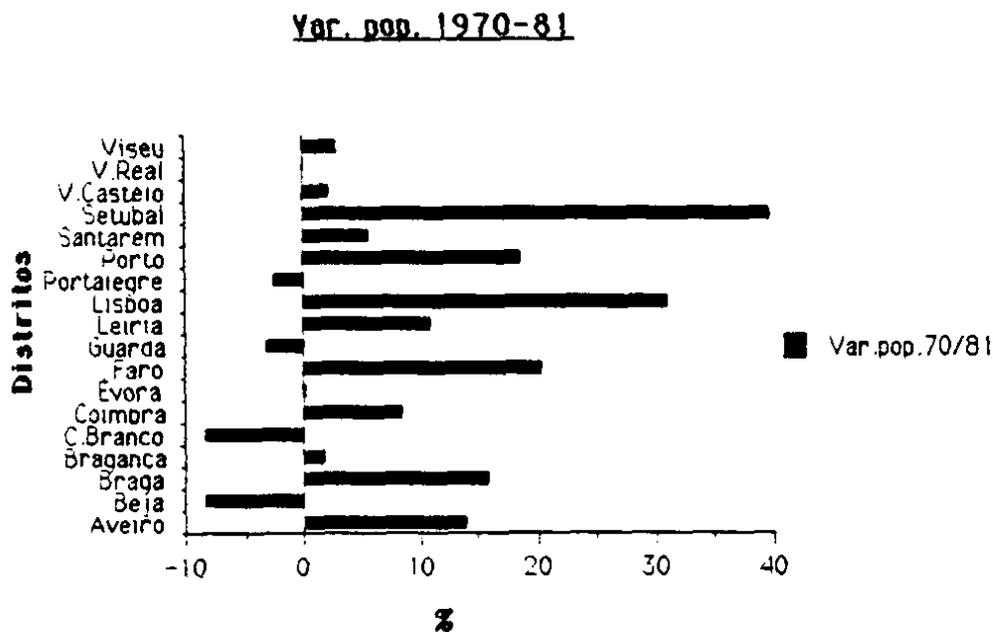
O decénio seguinte foi marcado por um "êxodo" maciço da população ao qual apenas os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal se opuseram, contrariando a tendência geral ocorrida nos restantes distritos do país. Neste caso, entre os distritos que perderam maior número de habitantes encontram-se os da Guarda e Viseu - mais de setenta milhares de habitantes, cada -, prolongando-se esta mancha pelos distritos contíguos de Castelo Branco, Vila Real e Bragança onde estes valores superaram, em cada um deles, a meia centena de milhar. Da mesma forma também os distritos de Beja, Portalegre, Faro e Évora figuram entre os menos atractivos do continente, despovoando-se em favor de outros centros.

- O último período inter-censitário - 1970-1981 - ficou marcado, por um espectacular aumento da população portuguesa - mais de 1,2 milhões de habitantes -, facto a que não foram indiferentes a quebra da emigração e o afluxo de retornados das ex-colónias portuguesas. Dai que, ao prossequirmos com a análise da variação percentual relativamente aos períodos anteriores, verificamos que este crescimento foi negativo, apenas nos distritos raianos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre, manifestando-se ainda em Vila Real e em Beja, locais onde as perdas superaram, conjuntamente, a meia centena de milhar de habitantes.

Dos restantes o crescimento mais notório foi notado nos distritos de

Lisboa- quase meio milhão de habitantes-, no Porto-quase 250 milhares e em Setúbal, quase 190 milhares (FIG 5).

FIG. 5

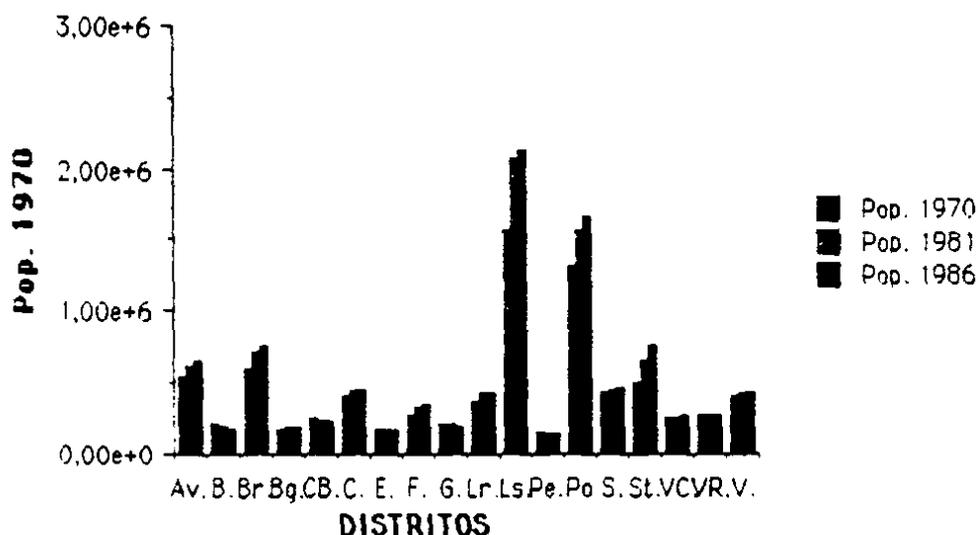


Se quisermos ir mais além e atender às estimativas da população residente em 1986, verificamos que nesta data a população residente deveria orçar os 9,7 milhões de habitantes mantendo-se, comparativamente ao decênio anterior, as mesmas tendências de crescimento negativo nos distritos de Guarda, Castelo Branco, Beja, Portalegre e ainda em Évora, distrito que entre 1970 e 1981, registou um acréscimo positivo.

A FIGURA 6 dá-nos conta da variação da população de cada um dos distritos do continente em 1970, 1981 e 1986, permitindo assim uma análise mais pormenorizada dos contrastes demográficos que afectam o território português.

FIG. 6

"Evol. pop. portuguesa"



Como referimos, a indicação destes valores teve apenas como referência a variação percentual registada em cada um dos periodos, não atendendo a outros indicadores, como seja o crescimento anual, e à sua variação no tempo. Recordamos, para o efeito, um dos estudos de NAZARETH ( 1988-a) no qual refere os valores para os diferentes distritos e à sua variação desde o início do século actual e cujos valores oscilam entre um mínimo de -0,21 em 1960 e os 1,29 em 1981.

A descrição que acabamos de apresentar, tendo por base apenas o distrito, esconde no entanto, uma outra realidade bem mais complexa que deveríamos ter em conta ou seja a evolução deste mesmo fenómeno a nível concelhio. Este tipo de observação permitiria não só detectar os contrastes registados dentro dessas grandes unidades administrativas mas ainda conhecer detalhadamente as tendências registadas durante cada um dos periodos considerados, bem como os periodos de ruptura positiva (crescimento acentuado) e negativo (decréscimo) ocorridos em várias épocas.

Uma vez que tal tipo de análise micro-demográfica sai fora do âmbito desta comunicação, resta-nos prosseguir indicando alguns valores que nos permitem conhecer a estrutura social da população portuguesa, durante a década passada, bem como alguns dos fenómenos que condicionaram a sua evolução recente, em particular os que estão

relacionados com o seu crescimento natural e migratório.

## 2. Condicionantes da evolução demográfica

Embora sem pretendermos ser exaustivos não deixamos de referir alguns dados reveladores da estrutura por idades da população portuguesa, procurando relacionar a ocorrência deste fenómeno com os demais fenómenos considerados. Recorremos para o efeito ao conhecimento da estrutura etária da população no início da década passada, e à sua repartição pelos três principais grupos funcionais: 0-14, 15-64 e mais de 65 anos (FIG 7).

Como se pode verificar, o envelhecimento da população residente constitui uma das características dos distritos interiores e sul do país, facto que só por si denuncia as características repulsivas que justificam o crescimento, nalguns casos negativo, da sua população residente.

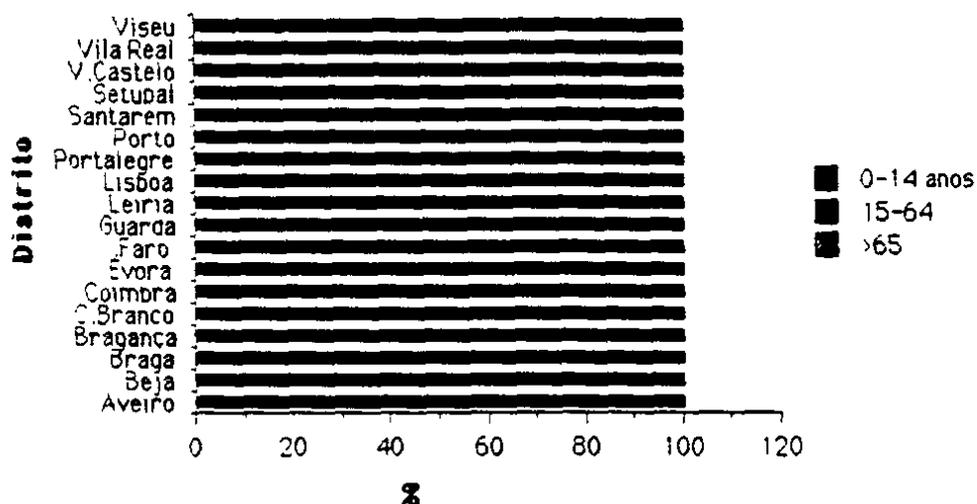
Da mesma forma o reforço da "litoralidade", traduzida neste caso por uma estrutura demográfica rejuvenescida está patente na maior parte dos distritos do litoral os quais apresentam, no seu conjunto, as maiores percentagens de população jovem indiciando, desta forma, a ocorrência e o volume dos movimentos migratórios.

Sem pretendermos repetir o que, em estudos recentes NAZARETH (1988-a. e 1988-b.) escreveu sobre a ocorrência destes fenómenos, nem tão pouco sobre a dinâmica da população portuguesa, não deixaremos de notar que a persistência deste fenómeno não se deverá reduzir ao estudo da emigração, mas atender ainda aos movimentos internos da população no continente português.

Como notou ALARCÃO (1964), a ocorrência destes movimentos entre os diversos concelhos do território, constitui um dos indicadores valiosos que permitem conhecer o estado das "*economias regionais*" e do próprio "*desenvolvimento económico nacional*". Esta preocupação levou-o a estudar detalhadamente a evolução da atração e da repulsão populacionais em todos os concelhos do continente, durante o período de 1920 a 1960, tarefa que mereceu a atenção de outros autores para o período referente ao decénio seguinte (cf: BAPTISTA e MONIZ; 1985).

FIG.7

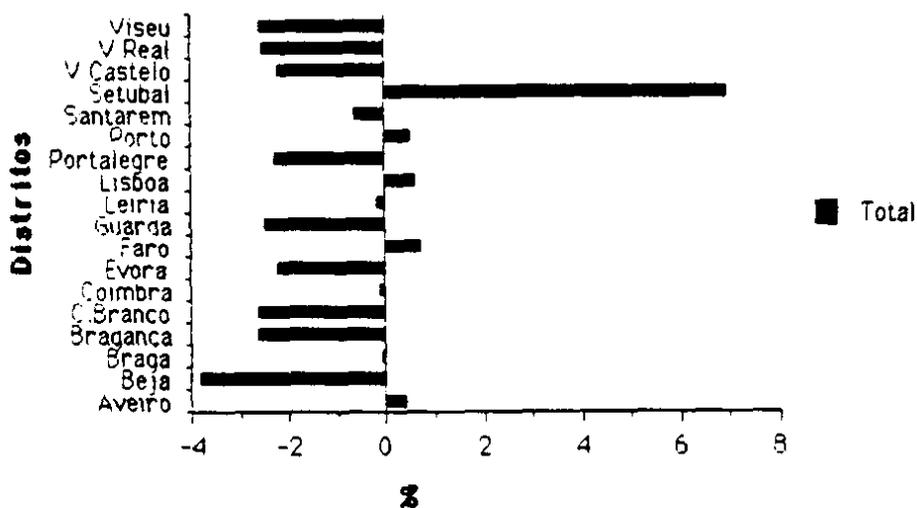
"Est.etária-1981"



Seguindo metodologias distintas e tendo também por base unidades administrativas diferenciadas - no primeiro caso, o concelho e no segundo, o distrito - estes trabalhos não deixam de constatar a aceleração do processo de "urbanização" e "industrialização" de certas áreas litorais do continente português, factos que aceleram os fenómenos de atracção e de concentração demográficas que aí se verificam. É o caso das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, da península de Setúbal e de outros pólos urbano-industriais mais recentes, como Aveiro e Braga, zonas de fixação preferidas pelos activos e pelas populações mais jovens.

FIG.8

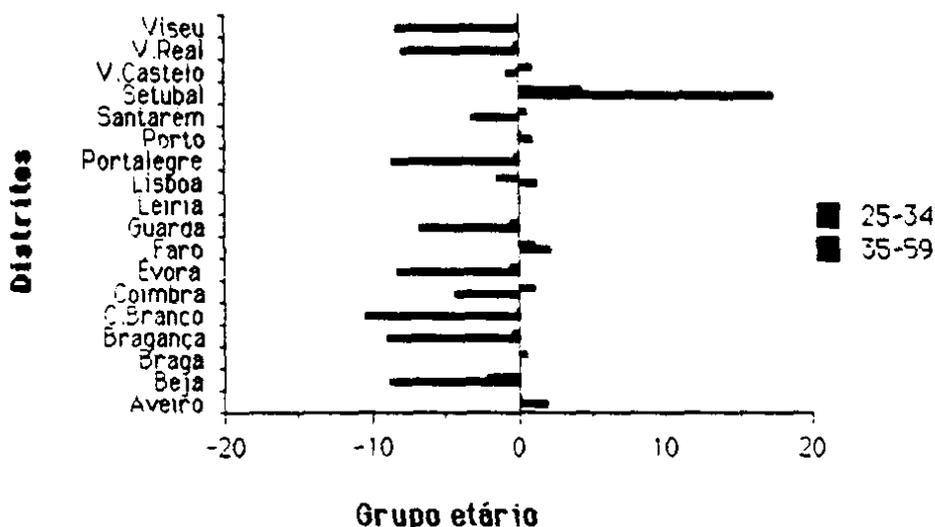
"Mig. internas 1973/81"



De acordo com este último trabalho (BAPTISTA e MONIZ; 1985; 15), para além de se apresentarem "*espacialmente assimétricos*", os fluxos migratórios registados entre 1973 e 1981, mostram que apenas cinco dos dezoito distritos do continente português registaram um saldo positivo das migrações internas. Foram eles, os distritos de Setúbal, Lisboa, Faro, Aveiro e Porto. Pelo contrário os distritos mais afectados foram os do interior norte e centro e os do Alentejo. (FIG.8).

FIG.9

"Mig. internas 1973/81"



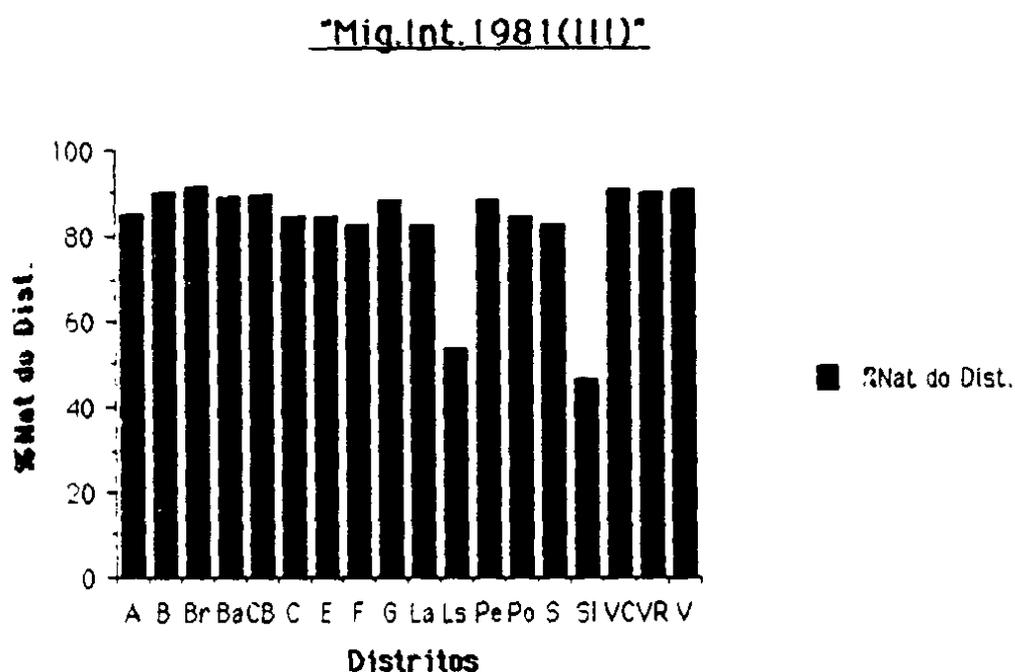
Recorrendo aos dados referidos por estes autores relativamente a composição destes movimentos por grupos etários (FIG. 9), verifica-se que a saída dos jovens-adultos e dos adultos dos seus distritos de origem foi particularmente sentida nessas mesmas áreas, fenómeno que demonstra o atraso a que as mesmas foram votadas durante décadas em que foram sujeitas a uma forte hemorragia demográfica e social. Tal facto pode facilmente constatar-se através do chamado "*êxodo rural*" responsável não só pelo crescimento das grandes urbes, mas ainda das comunidades de portugueses residentes em diversos países estrangeiros.

Retomando ainda o caso das migrações internas, verifica-se que em 1981 o montante de cidadãos nacionais residentes em cada um dos distritos do continente, embora naturais desse mesmo distrito, era bastante reduzido nos dois distritos de Lisboa e Setúbal (FIG. 10), comprovando assim tudo o que anteriormente notámos sobre a capacidade destas áreas atraírem habitantes doutras regiões limitrofes e praticamente, de todo o território nacional.

Como já anteriormente foi dito, a justificação deste fenómeno deve ser encontrada não só na ocorrência das migrações internas, mas poder-se-á ainda justificar pelo movimento de retorno de habitantes residentes nas antigas colónias de África, e pelo movimento de regresso de emigrantes portugueses, até então residentes na Europa, na América e

noutros continentes para onde se têm dirigido os nossos compatriotas.

FIG.10

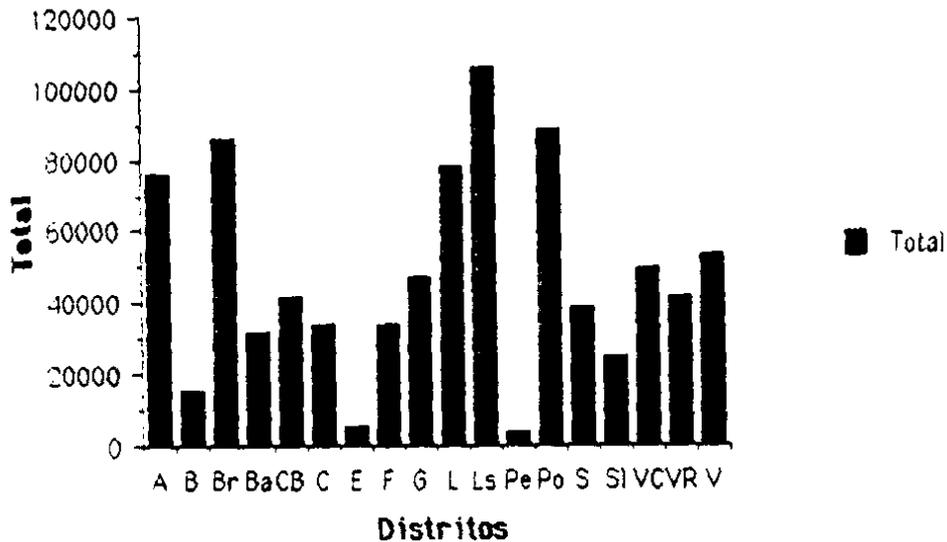


Embora de forma sucinta a FIG. 11 dá-nos conta da composição do movimento oficial, por distrito, registado durante os anos sessenta e setenta, até 1981, período que correspondeu ao "boom" do movimento migratório português.

Da mesma forma podemos ainda completar esta breve análise, com a indicação da composição do movimento por países de destino destacando, para o efeito, os quatro principais destinos da emigração portuguesa nas últimas duas décadas em todos os distritos do continente (FIG.12).

Note-se que o contributo de cada um deles é bastante distinto realçando, desta forma, que a maior intensidade destes movimentos continuou a repartir-se pelas áreas mais densamente povoadas do noroeste do território e ainda na região norte e centro do país, seguindo, aliás, o padrão de distribuição da população portuguesa e as áreas de maior pressão demográfica.

FIG. 11

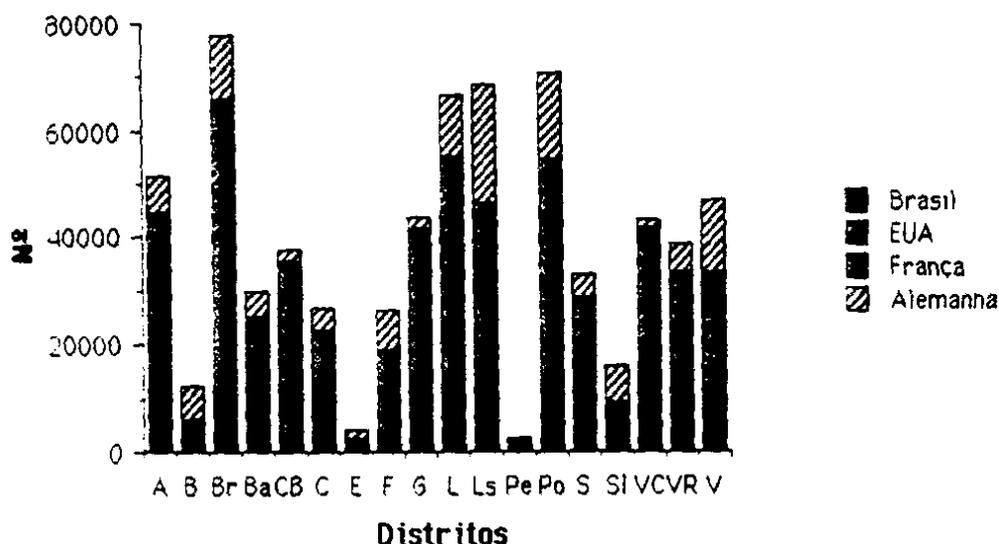
"Emig.port. - 1960/81"

Esta constatação recorda-nos o que a este respeito Oliveira Martins ainda no seculo passado, ao analisar a distribuição espacial deste fenomeno e ao detectar que as areas de maior intensidade emigratória se situam no noroeste português, justifica a ocorrência deste movimento como devido "*à mingua de meios de subsistência*".

Esquecendo, por ora, uma referência detalhada às causas destes movimentos não podemos, no entanto, ficar indiferentes ao volume e à sua extensão os quais, como já assinalámos, foram os grandes responsáveis pelo crescimento da população portuguesa nas últimas décadas, condicionando ainda, de forma decisiva, a dinâmica demográfica, económica e social registada nas várias regiões do continente. Para tanto, torna-se ainda indispensável recordar os seus reflexos sobre a estrutura etária da população, provocando um envelhecimento progressivo dos habitantes tal como ficou expresso no último recenseamento da população de 1981.

FIG. 12

"Emig.port.-1960/81"



3. Algumas relações entre o crescimento demográfico e outros fenómenos sociais

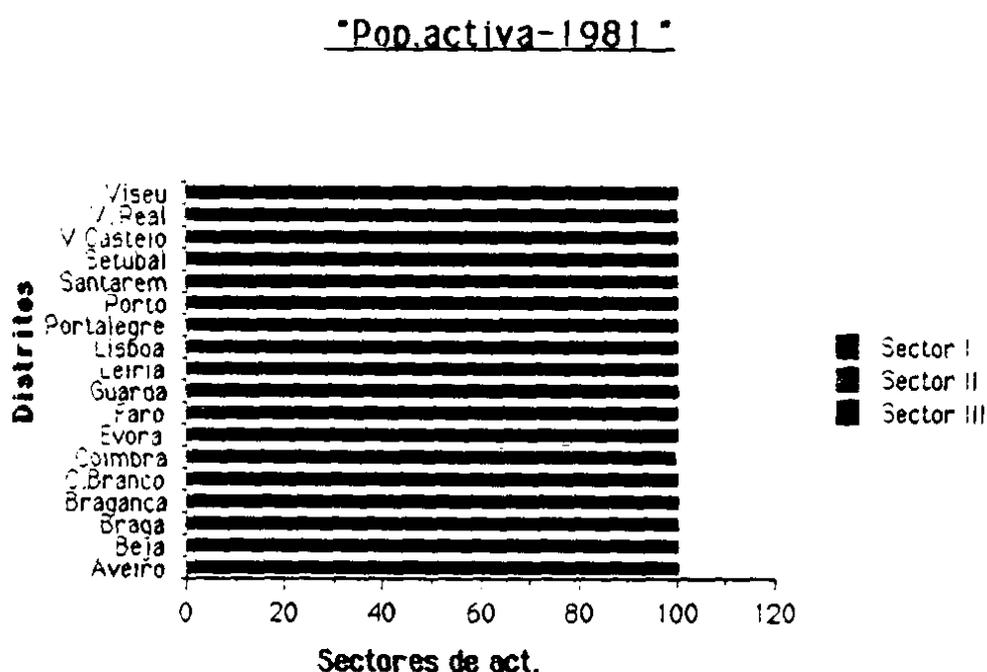
Não se quedam, no entanto, por aqui os efeitos destes movimentos na estrutura social da população portuguesa, nem tão pouco as suas relações com os restantes fenómenos, de natureza social, que aqui ocorrem. Notamos ainda que o crescimento da população não é independente das condições de vida e do bem estar dos habitantes pelo que se poderia justificar o recurso a indicadores vários que nos permitiriam corroborar a constatação destes factos, adiantando algo mais sobre as causas e a complexidade dos fenómenos demográficos e sociais.

Sem pretendermos ser exaustivos, os indicadores do movimento natural da população: natalidade e mortalidade, bem como a referência à mortalidade infantil permitiriam alicerçar o nosso estudo e justificar como evoluiu a população portuguesa durante as últimas décadas. Sobre este assunto, os trabalhos recentes de NAZARETH (1988-a. e 1988-b.) são

elucidativos do contributo destes fenómenos na dinâmica, presente e futura, da população portuguesa.

Da mesma forma haveria ainda lugar para outro tipo de indicadores relacionados com as actividades predominantes da população, com o nível de vida e o seu bem estar. Quanto aos primeiros, a já clássica repartição por sectores de actividade (FIG.13) pode constituir um indicador precioso, sobretudo se a ele associarmos referências acerca do emprego e desemprego, do rendimento familiar, da repartição do PIB, da situação nos diferentes sectores de actividade, em particular na agricultura e indústria, da estrutura do tecido produtivo, etc.

FIG.13



Este tipo de informação, embora não parecendo directamente ligada ao comportamento demográfico, justifica alguns dos movimentos empreendidos pela população em busca não só das melhores condições de trabalho e de bem estar, mas ainda de outras perspectivas de realização pessoal e profissional, relativas ao indivíduo isolado ou aos seus familiares. Ainda que de difícil recolha e nem sempre da melhor qualidade, os dados que eventualmente possamos recolher sobre estes temas permitem-nos compreender as diversas facetas de que se

revestem os fenómenos demográficos e um melhor entendimento da realidade social ou seja da "*crosta exterior*" da sociedade portuguesa, da qual abordámos um, apenas, dos seus aspectos fundamentais - a sua variação desde a data do primeiro recenseamento da população.

Jorge Arroiteia  
OUT/90

= BIBLIOGRAFIA =

ALARCÃO, Alberto

1964 - "*Éxodo rural e atracção urbana no continente*"

in: Análise Social, 7-8; pp.511-573

1969 - "Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas. 1921-1960."

Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian - Centro de Estudos de Economia Agrária

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1983 - A emigração portuguesa: suas origens e evolução

Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; 79)

1985 - A evolução demográfica portuguesa

Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; 93)

EVANGELISTA, João

1971 - Um século de população portuguesa (1864-1960) Lisboa; Instituto Nacional de Estatística - Centro de Estudos Demográficos

NAZARETH, J.Manuel

1988-a) - Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa

Lisboa, Editorial Presença

1988-b) - Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX

(Vol. III de: Portugal - os próximos 20 anos)

Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

# CENSOS 91

XIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO  
III RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

## UNIDADE E DIVERSIDADE DAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS DAS ILHAS PORTUGUESAS ATRAVÉS DOS CENSOS

GILBERTA ROCHA

eminário - Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

UNIDADE E DIVERSIDADE DAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS DAS ILHAS PORTUGUESAS ATRAVÉS  
DOS CENSOS

GILBERTA ROCHA

Propomo-nos nesta comunicação, numa abordagem fundamentalmente descritiva, apresentar as estruturas demográficas das ilhas portuguesas através dos censos. Várias são as dificuldades inerentes a este trabalho. Relevamos em primeiro lugar o conjunto de unidades de análise em questão - 11 ilhas. Com efeito, entendemos que o estudo dos dois arquipélagos na sua globalidade pouco iria contribuir para o cabal conhecimento da problemática em questão, principalmente no que respeita à região açoriana, aspecto que já em outras ocasiões tivemos ocasião de referir (1). Em segundo lugar salientamos a diversidade de classificações que encontramos nos vários recenseamentos bem como a qualidade de informação disponível.

Assim sendo, e não obstante termos inicialmente pensado apresentar, ainda que de um modo pouco aprofundado, a evolução do nível de instrução, mormente do analfabetismo, abarcando como tal uma estrutura não estritamente demográfica, mas social, acabamos por optar restringir o campo de investigação. Em causa estarão, pois, unicamente as estruturas etárias e por sexo que poderão ser mais pormenorizadamente analisadas.

Ainda antes de entramos no tema em questão não queremos deixar de referir algumas características essenciais dos censos, condicionantes a um trabalho sobre as regiões insulares.

Em 1864 e em 1878, ainda que a informação seja bastante restri-

ta ou inexistente no que concerne aos aspectos sociais, e fundamentalmente económicos, verifica-se que os dados da população, por sexos e idades, não se limitam aos concelhos mas surgem, ainda, a nível de ilha. Só em 1981 encontramos uma situação semelhante, indicadora do reconhecimento da ilha como unidade de análise. No entanto, nesta última data, não existem dados importantes a nível concelhio.

Assim, se por um lado, uma análise por ilha está agora mais facilitada, por outro, vemo-nos impedidos de conhecer o interior da cada ilha. Este último facto, que não diz respeito ao trabalho efectuado, não pode ser no entanto negligenciado. O reconhecimento da pluralidade regional, na individualização ilha, que sempre temos defendido, não deve coartar o estudo, igualmente necessário, da realidade interna de cada uma.

A partir de 1890 os dados são apresentados por concelho e distrito, tendo-se progressivamente, até 1960, relevado o distrito. Neste ano, com efeito, não nos é possível saber a estrutura etária e por sexo já que só possuímos informação a nível distrito. Relevamos o interesse posto numa diferenciação rural/urbano, mas que não serve a análise pretendida.

Assim, na maioria dos anos calculamos o volume e estrutura populacionais das ilhas através dos somatórios dos respectivos concelhos ou dedução de um concelho ao distrito, caso de Ponta Delgada e Funchal.

Quanto à qualidade dos censos, já tivemos oportunidade de verificar que, no caso dos Açores, só a partir de 1940 os dados podem ser considerados de boa qualidade (2). No que respeita à Madeira, sabemos também que até 1930 a informação é de má qualidade (3).

Se a qualidade dos dados é sempre um aspecto de extrema importância nos estudos demográficos, no caso dos Açores e Madeira tem ainda maior

QUADRO Nº1

VOLUME POPULACIONAL DOS AÇORES E MADEIRA NO PERÍODO  
DE 1864 a 1981

(POPULAÇÃO PRESENTE)

ANOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Arquipélagos												
AÇORES	249395	259829	255598	256291	242565	232012	253935	286854	317277	327788	289602	249101
%	69.2	66.6	65.6	63.0	58.8	56.4	54.6	53.4	54.3	54.9	54.0	49.0
MADEIRA	110764	130584	134040	150574	169783	179002	211601	250124	266990	268937	247110	259251
%	30.8	33.4	34.4	37.0	41.2	43.6	45.4	46.6	45.7	45.1	46.0	51.0
TOTAL	360159	390413	389638	406865	412348	411014	465536	536978	584267	596725	563712	508352

acuidade, já que na maioria dos casos estamos perante pequenos volumes populacionais, onde qualquer erro implica alterações significativas, que não só condicionam as conclusões a que possamos chegar como podem inviabilizar a pertinência do próprio tratamento demográfico.

Não queremos alongar-nos nestas considerações, mas achamos que não podíamos deixar de as referir desde o início, pois estão subjacentes ao trabalho realizado.

Em 1981 as ilhas portuguesas detinham cerca de 500 000 mil habitantes. Em meados do séc.XIX, aquando do primeiro recenseamento, verifica-se que o primeiro quantitativo é bastante mais baixo - 360 159.

Com efeito, como se pode constatar no Quadro nº 1, desde 1864 a 1960 que a população das regiões insulares aumenta progressivamente, atingindo nesta última data quase 600 000 habitantes. Nas duas décadas seguintes assiste-se a um decréscimo de quase 100 000 pessoas, o que não obsta a que numa visão global do período em análise se possa falar em aumento de volume populacional.

A evolução dos dois arquipélagos é, porém, bastante diferenciada. Os Açores, têm no início e no fim do período um valor idêntico, da ordem dos 249 000 habitantes, com uma variação percentual negativa de 12%. A Madeira, por seu lado, regista um acréscimo significativo, passando de 110 764 habitantes para 259 251, uma variação percentual de 134%.

Ao longo dos vários decénios a população açoriana apresenta uma tendência irregular, com períodos de aumento e outros de declínio.

Nos finais do séc. XIX verifica-se uma alternância no acréscimo e decréscimo de década para década. Neste século, os dois primeiros decénios

são de declínio acentuado, tendência que se inverte entre 1920 e 1960 e é novamente retomada de 1960 para 1981.

Na população madeirense observamos um período longo de crescimento acentuado de 1864 a 1960, um declínio de 1960 para 1970 e novamente um acréscimo de 1970 para 1981, ainda que nesta última data não atinja o quantitativo de 1960. Durante mais de um século apresenta um crescimento significativo no número de habitantes, com uma única exceção para a década de sessenta.

Neste sentido, de tendências desiguais, não admira que a importância relativa do volume populacional dos dois arquipélagos se tenha alterado ao longo de todo o período em análise.

Em 1864, os Açores detinham 69.2% do total da população insular, tendo a Madeira 30.8%. Em 1981, é neste último arquipélago que encontramos o valor percentual mais elevado, - 51%.

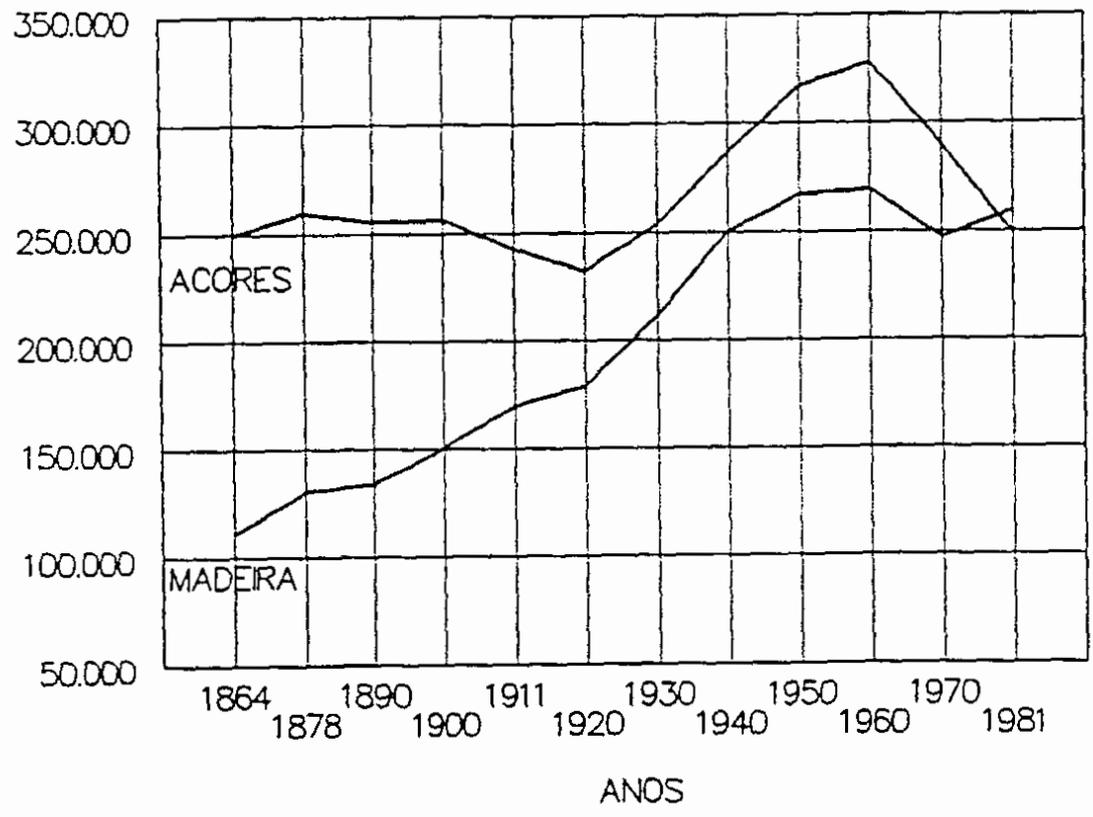
Acentuada alternância no sentido tendencial, nos Açores, quase permanência, na Madeira; perda de importância relativa nos Açores, aumento na Madeira, é a primeira diversidade na evolução da população dos dois arquipélagos. No entanto, a unidade é, também, manifesta, nos acentuados períodos de aumento - 1920-1960 e de declínio 1960-1970, como se pode constatar no Gráfico nº 1.

Toda esta evolução será melhor patenteada através da quantificação dos ritmos de crescimento que apresentamos no Quadro nº 2.

Nos Açores, só nas décadas de trinta e quarenta encontramos taxas de crescimento anual médio que se podem assemelhar às verificadas na Madeira - de 1% ou mais.

GRÁFICO Nº 1

# VOLUME POPULACIONAL DOS ACORES E MADEIRA NO PERÍODO DE 1864 A 1981



QUADRO Nº2

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DOS AÇORES E MADEIRA  
NO PERÍODO DE 1864 a 1981 (%)

	1864/ 1878	1878/ 1890	1890/ 1900	1900/ 1911	1911/ 1920	1920/ 1930	1930/ 1940	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1981
AÇORES	0.3	-0.1	0.03	-0.5	-0.5	0.9	1.2	1.0	0.3	-1.2	-1.4
MADEIRA	1.2	0.2	1.2	1.1	0.6	1.7	1.7	0.7	0.1	-0.8	0.4
TOTAL	0.6	-0.02	0.4	0.1	-0.04	1.3	1.4	0.8	0.2	-1.1	-0.5

Como dissemos no início desta comunicação, entendemos que o efectivo conhecimento dos arquipélagos passa pelo conhecimento de cada uma das ilhas que os compõem.

Nos Açores, com 9 ilhas têm dimensões bastante diferenciadas, S.Miguel detem cerca de metade de toda a população, interferindo preponderantemente na análise global da região.

Na Madeira, a situação respeita fundamentalmente ao pequeno efectivo demográfico de Porto Santo, sendo a análise do arquipélago correspondente à situação verificada na ilha da Madeira.

No Quadro nº 3 apresentamos a evolução da população presente em todas as ilhas no período considerado.

Independentemente da evolução registada em cada uma das ilhas, o primeiro aspecto a relevar respeita aos diferentes volumes populacionais.

Nos Açores, como já dissemos, S.Miguel detém cerca de metade da população açoriana.

Segue-se-lhe, ainda que com uma diferença acentuada, a ilha Terceira, S.Jorge, Pico e Faial, ainda que diferentes entre si, particularmente a primeira, estão numa posição intermédia relativamente às de menor dimensão como Sta. Maria, Graciosa, Flores e Corvo. Neste último grupo, a diversidade é também acentuada, até pela consideração do Corvo cujo diminuto número de habitantes determina a sua especificidade.

Na Madeira releva-se a desigualdade quer se entenda a pouca representatividade de Porto Santo quer a importância da Madeira.

Dada a enorme quantidade informativa do quadro anterior pensamos que, numa primeira abordagem, a evolução será mais facilmente visualizada

VOLUME POPULACIONAL DOS AÇORES E MADEIRA, POR ILHA, NO PERÍODO  
DE 1864 a 1981

ILHAS	ANOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
STª MARIA		5817	6338	6247	6386	6267	6459	7055	8027	11788	13164	9446	6388
S. MIGUEL		105015	119933	118511	121340	116286	111787	127162	147987	164136	168610	150220	132326
TERCEIRA		45660	45039	46637	48770	47953	46445	48380	53402	60608	72485	68529	59204
GRACIOSA		9689	8321	8449	8385	7765	7449	8350	9022	9522	8634	7306	5373
S. JORGE		18229	18272	17069	16177	14239	13364	13772	15685	16400	15701	13003	10255
PICO		27527	26396	25411	24028	21724	20176	20112	21093	22336	21626	17984	15224
FAIAL		26114	24963	23630	22262	20362	19009	21432	23579	23944	20343	17341	15563
FLORES		10463	9687	8838	8117	7225	6662	6999	7372	7812	6556	5301	4393
CORVO		881	880	806	806	744	661	673	687	731	669	472	375
MADEIRA		109357	128878	132088	148263	167601	176759	209111	247423	264102	265432	243380	254880
PORTO SANTO		1407	1706	1952	2311	2182	2243	2490	2701	2888	3505	3730	4371

com a seguinte representação, onde † significa aumento e ‡ declínio.

ANOS	1864/ 1878	1878/ 1890	1890/ 1900	1900/ 1911	1911/ 1920	1920/ 1930	1930/ 1940	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1980
ILHAS											
Sta.MARIA	†	‡	†	‡	†	†	†	†	†	‡	‡
S.MIGUEL	†	‡	†	‡	†	†	†	†	†	‡	‡
TERCEIRA	‡	†	†	‡	‡	†	†	†	†	‡	‡
GRACIOSA	‡	†	‡	‡	‡	†	†	†	‡	‡	‡
S.JORGE	†	‡	‡	‡	‡	†	†	†	‡	‡	‡
PICO	‡	‡	‡	‡	‡	‡	†	†	‡	‡	‡
FAIAL	‡	‡	‡	‡	‡	†	†	†	‡	‡	‡
FLORES	‡	‡	‡	‡	‡	†	†	†	‡	‡	‡
CORVO	‡	‡	-	‡	‡	†	†	†	‡	‡	‡
MADEIRA	†	†	†	†	†	†	†	†	†	‡	†
PORTO SANTO	†	†	†	‡	†	†	†	†	†	†	†

A primeira constatação é que a evolução global anteriormente referida reflectia fundamentalmente num caso a evolução de S.Miguel, no outro a evolução da ilha da Madeira.

Nos Açores, a desigualdade de tendências que podemos observar nos finais do séc. XIX vai progressivamente diminuindo, tornando-se mais homogênea no declínio, que é perfeitamente generalizado entre 1900 e 1911. É ainda este que tem maior significado no decênio 1911-1920. Os anos 20 são de aumento,

com uma única excepção para o Pico, o que já não acontece em trinta e quarenta em que este engloba todas as ilhas. A desigualdade dos anos cinquenta segue-se, novamente em sessenta e setenta a igualdade no decréscimo populacional de todas as ilhas.

Assim, não obstante a especificidade - ilha -, a diversidade patente na região, a unidade também existe nos acentuados períodos de acréscimo e decréscimo populacional.

No arquipélago da Madeira queremos salientar o declínio verificado no período de 1900-1911 em Porto Santo, à semelhança do que acontece nos Açores mas diferente do que se verifica na ilha da Madeira.

Na década de sessenta é no Porto Santo que encontramos a excepção, num contexto em que a diminuição da população é a característica fundamental.

Pudemos verificar que a diminuição da população é mais prolongada nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Por outro lado, importa considerar, ainda, os ritmos de declínio que são também distintos, o que conduz a uma diferença considerável na importância relativa das ilhas no princípio e no fim do período em análise.

Assim, e independentemente da evolução verificada ao longo dos vários decênios, que não podemos aqui pormenorizar, mas cujas consequências na estrutura etária e por sexo são, obviamente, de maior importância, apresentamos no Quadro nº 4 a variação percentual entre 1864 e 1981.

## QUADRO Nº 4

## VARIAÇÃO PERCENTUAL NO VOLUME DA POPULAÇÃO DAS ILHAS DOS AÇORES E MADEIRA

1864 e 1981

ILHAS	$\Delta$ % 1864-1981
Sta.MARIA	9.8
S.MIGUEL	26.0
TERCEIRA	29.7
GRACIOSA	-44.6
S.JORGE	-43.7
PICO	-44.7
FAIAL	-40.7
FLORES	-58.0
CORVO	-57.4
MADEIRA	133.1
PORTO SANTO	210.7

A situação no arquipélago madeirense é visivelmente diferente da observada nos Açores. A salientar, no entanto, que não obstante a desigualdade numérica entre a Madeira e o Porto Santo, já patenteada, é nesta última, de muito menor dimensão, que o aumento é mais significativo - 211%.

Nos Açores, somente em Sta.Maria, S.Miguel e Terceira se verifica um aumento entre o princípio e o fim do período, aumento que, no entanto, é, muitíssimo inferior à observada na Madeira e Porto Santo.

Não podemos deixar de relevar que embora Sta.Maria registre um acréscimo da ordem dos 10%, tem em 1981 mais 2 pessoas que em 1980, respectivamente 6 388 e 6 386. Mais, em 1960 o seu volume populacional é de 13 164, sendo nas décadas de sessenta e setenta a ilha que mais habitantes perdeu.

Para sintetizar esta breve introdução à evolução demográfica verifica-se que, não obstante a desigualdade populacional na região madeirense existe um aumento de maior intensidade na ilha mais pequena. Contrariamente nos Açores, são as ilhas de maior dimensão as que progressivamente, ainda que de modo irregular, aumentam a sua importância relativa no contexto regional.

Se em 1864 S.Miguel detém 42.1% dos açorianos e a Terceira 18.3% num total de 60.4%, em 1981, os valores são, respectivamente 53.1% e 23.8%, um total de 76.9%. A par da desigualdade inicialmente existente, a que não é alheia a dimensão da própria ilha, verifica-se neste arquipélago uma nitida tendência à concentração nas ilhas de maior dimensão e maior volume populacional.

Entrando, agora, no tema central deste trabalho, iremos analisar a estrutura etária através da consideração dos grupos funcionais - Jovens, Activos e Velhos (4), a sua evolução em cada uma das ilhas ao longo dos vários decénios, assim como a situação das diversas ilhas em cada um dos anos.

Iniciamos pelo grupo dos Jovens cujos valores constam do Quadro nº 5 (5).

Em 1864, apesar das diferenças todas as ilhas registam um valor percentual bastante elevado, denotativo de uma população jovem na base. É na ilha do Porto Santo que encontramos o quantitativo mais elevado - 48.2%, tendo a Madeira 46%. Nos Açores, as diferenças são mais significa

IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS JOVENS (0-19) NOS AÇORES E MADEIRA, POR ILHA,  
NO PERÍODO DE 1864 a 1981

ILHAS	ANOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
STª MARIA		47.1	45.1	40.1	40.3	41.2	42.0	42.9	43.7	42.8	46.5	44.6	39.0
S. MIGUEL		47.6	45.3	42.5	43.7	44.7	44.4	45.8	44.9	42.8	44.8	46.3	43.9
TERCEIRA		43.2	40.0	39.8	41.2	43.4	43.1	39.9	38.7	37.0	39.3	39.5	34.6
GRACIOSA		35.7	39.9	40.9	40.7	41.8	41.0	39.4	41.2	36.9	34.5	32.8	29.6
S. JORGE		44.7	37.2	38.9	36.9	37.2	38.0	38.1	43.0	42.2	40.4	38.1	34.8
PICO		40.7	37.2	34.7	37.1	38.1	37.9	37.6	37.0	35.7	34.0	31.3	29.7
FAIAL		42.1	40.1	40.4	37.3	39.7	40.8	39.3	37.0	30.7	34.7	33.0	33.4
FLORES		46.6	43.7	42.5	40.6	41.9	44.3	42.5	40.7	37.8	33.3	33.2	29.2
CORVO		46.9	46.0	42.4	40.9	39.5	40.8	42.1	36.2	31.8	32.0	26.1	24.9
MADEIRA		46.0	48.8	44.5	47.7	49.9	47.9	46.2	48.5	45.5	44	45.6	41.8
PORTO SANTO		48.2	49.6	44.6	49.6	46.8	45.3	42.0	43.7	42.5		45.1	41.7

tivas já que a Graciosa e o Pico têm percentagens mais baixas, principalmente a primeira com 35.7%. Apesar destas diferenças, o envelhecimento demográfico é nitidamente inexistente.

Em 1878 continua a ser a região madeirense a que apresenta o maior peso relativo de jovens, com valores que se aproximam dos 50%, superiores, portanto, aos verificados em 1864. Por seu lado, nos Açores, o decréscimo é generalizado, ainda que com quantitativos bastante elevados - entre os 37 e os 46%. Sta. Maria, Flores, Corvo e S. Miguel, principalmente esta última, são as ilhas mais jovens na base.

A situação mantém-se sensivelmente a mesma até 1940, sendo de relevar nos Açores a ilha de S. Miguel com a maior percentagem de jovens - da ordem dos 45% - ainda que com valores inferiores aos observados na ilha da Madeira. Neste arquipélago temos a realçar um decréscimo progressivo, ainda que pouco significativo na ilha do Porto Santo. Porém, estamos, ainda, perante uma população bastante jovem em todas as ilhas, com valores que oscilam entre os 36 e os 49%.

É a partir da década de quarenta que o decréscimo, ainda que atenuado, começa a tornar-se visível dando origem a uma maior heterogeneidade regional, principalmente nas ilhas açorianas, variando a importância relativa dos jovens entre os 31% e os 43%.

A tendência para o envelhecimento na base acentua-se nos anos setenta, crescendo a desigualdade já observada nos Açores, contrariamente ao que acontece na Madeira que regista idênticos valores percentuais.

Em 1981, com efeito, e no que respeita aos jovens a diversidade é uma característica evidente da estrutura etária açoriana. S. Miguel distingue-se das demais ilhas pela importância numérica deste grupo funcional - 44%.

Sta.Maria regista uma situação não muito diferenciada com 39%. A Terceira, S.Jorge e Faial apresentam valores da ordem dos 34%, enquanto que a Graciosa, o Pico, as Flores e o Corvo têm quantitativos inferiores a 30%.

Assim, o envelhecimento na base verificado ao longo deste século teve como consequência um aumento da desigualdade, que, no entanto já era perceptível em meados do século XIX. Por outro lado, as ilhas que se encontram hoje nas posições extremas, se exceptuarmos o Corvo, são com uma permanência a relevar, o Pico e S.Miguel.

À diversidade temos, no entanto, de aliar uma unidade no que respeita à tendência de envelhecimento na base que, como já dissemos, se observa em todas as ilhas, sem excepção, e está patente nos gráficos a seguir representados.

Iremos em seguida analisar a evolução do grupo funcional com idade superior a 60 anos (6).

Em 1864 verifica-se já uma enorme desigualdade, tendo Sta.Maria e S.Miguel uma percentagem bastante baixa, idêntica, aliás, à observada nas ilhas madeirenses. Nas outras ilhas dos Açores, individualizadas por quantitativos que diferem um valor, a Graciosa, o Pico e até S.Jorge registam já um envelhecimento no topo pouco comum para a época.

Em 1878 a situação agrava-se nas ilhas mais envelhecidas, onde os velhos correspondem já a 15% da população.

De 1878 para 1890 assistimos a um envelhecimento generalizado, quer nos Açores quer na Madeira. Porém, a desigualdade apresenta características idênticas às dos anos anteriores.

GRÁFICO Nº 2

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

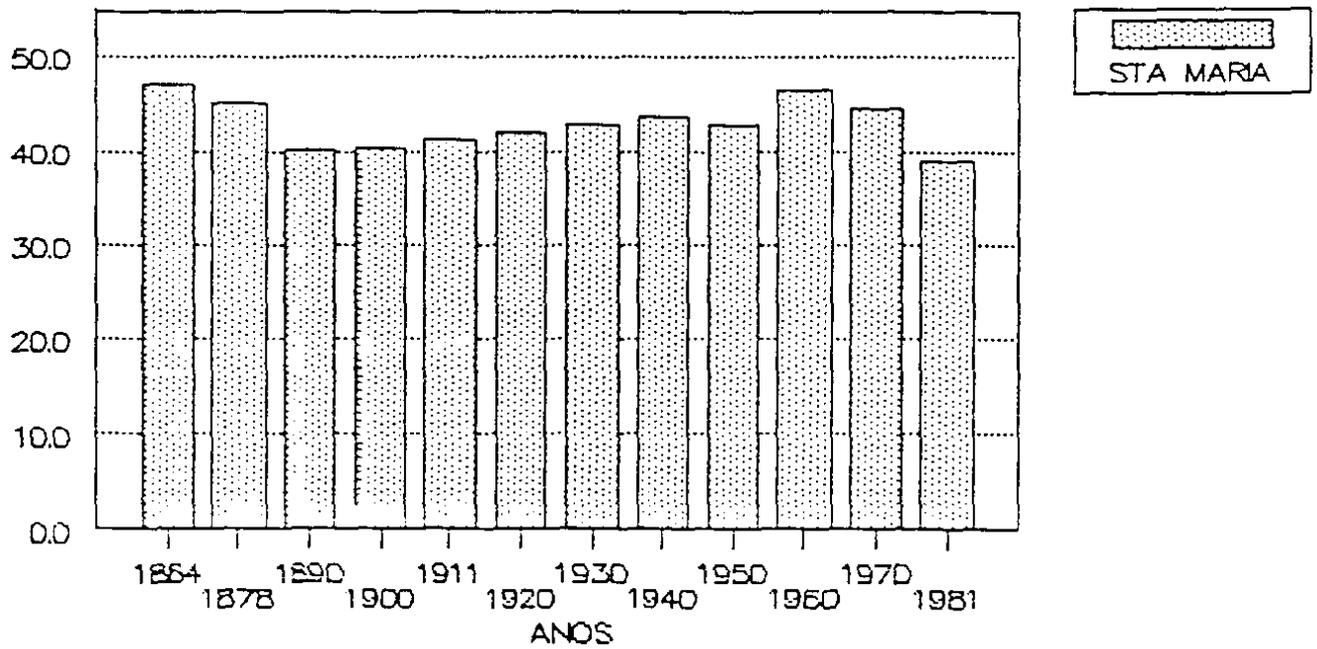


GRÁFICO Nº3

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

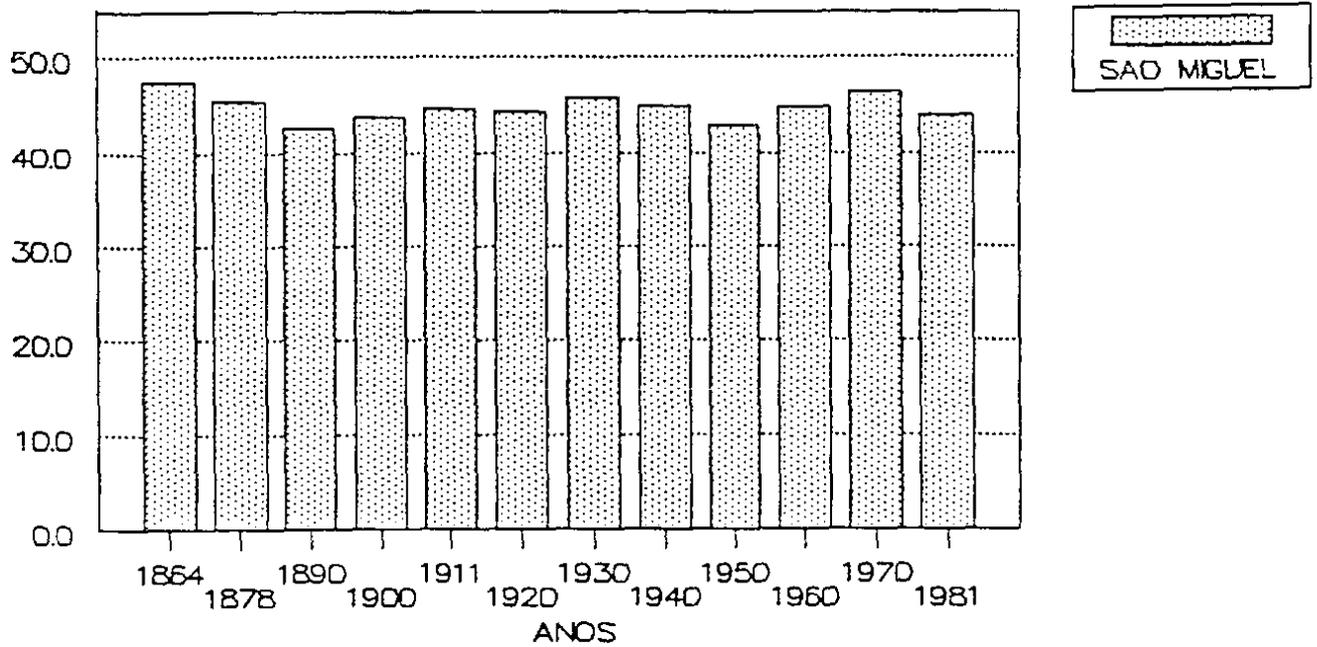


GRÁFICO Nº4

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

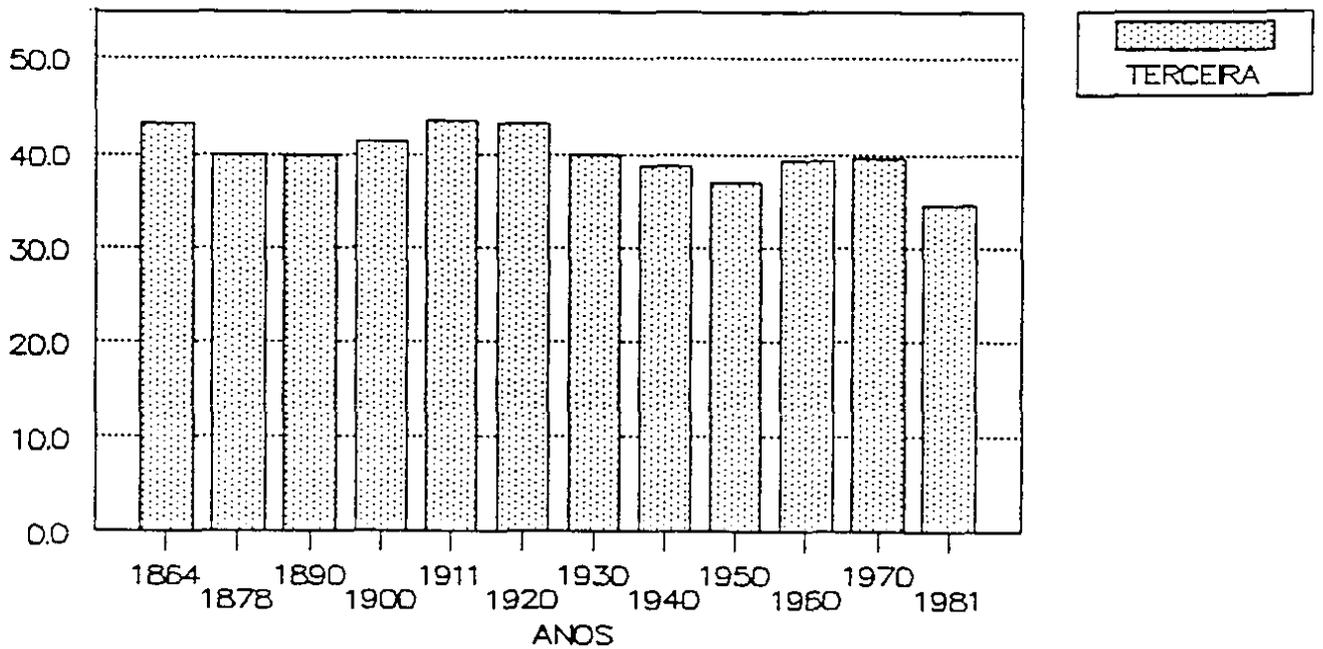


GRÁFICO Nº5

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

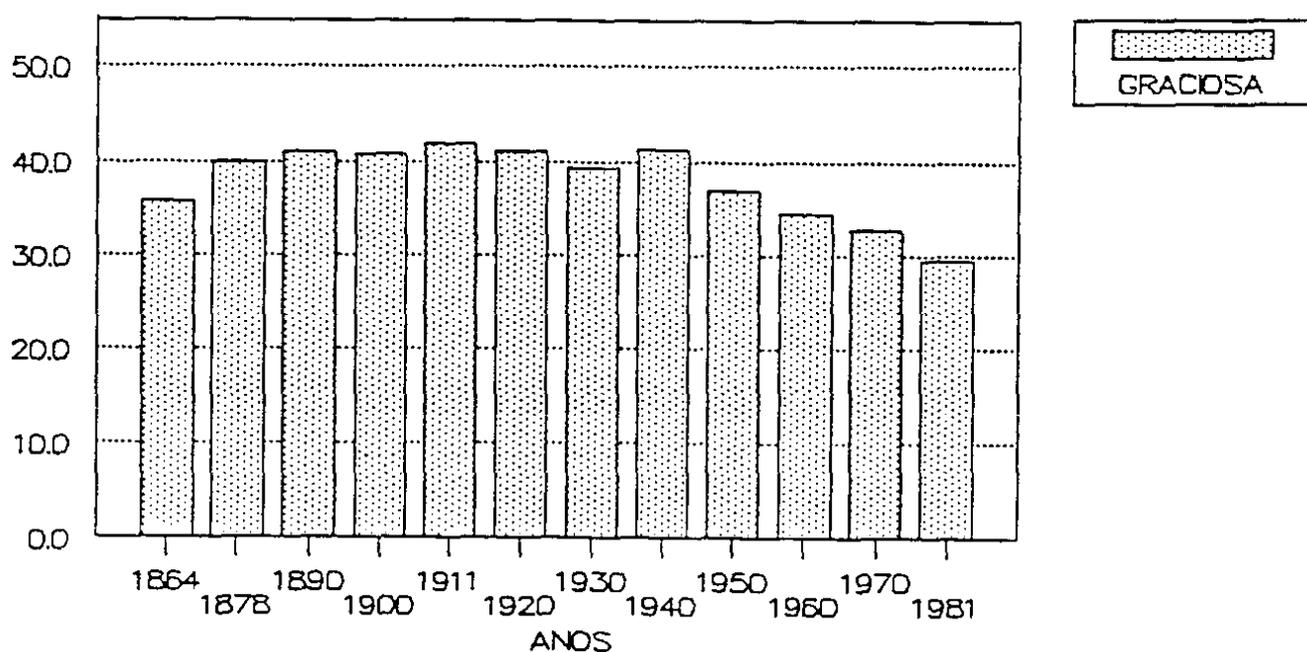


GRÁFICO Nº6

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

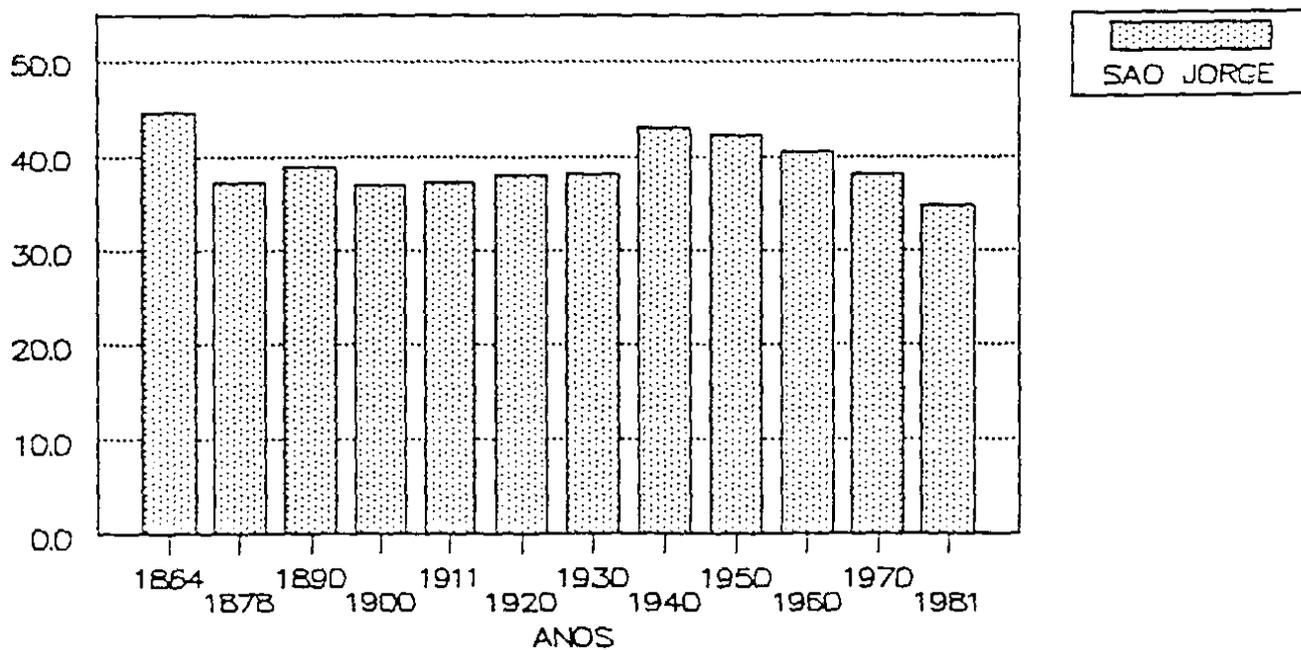


GRÁFICO Nº7

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

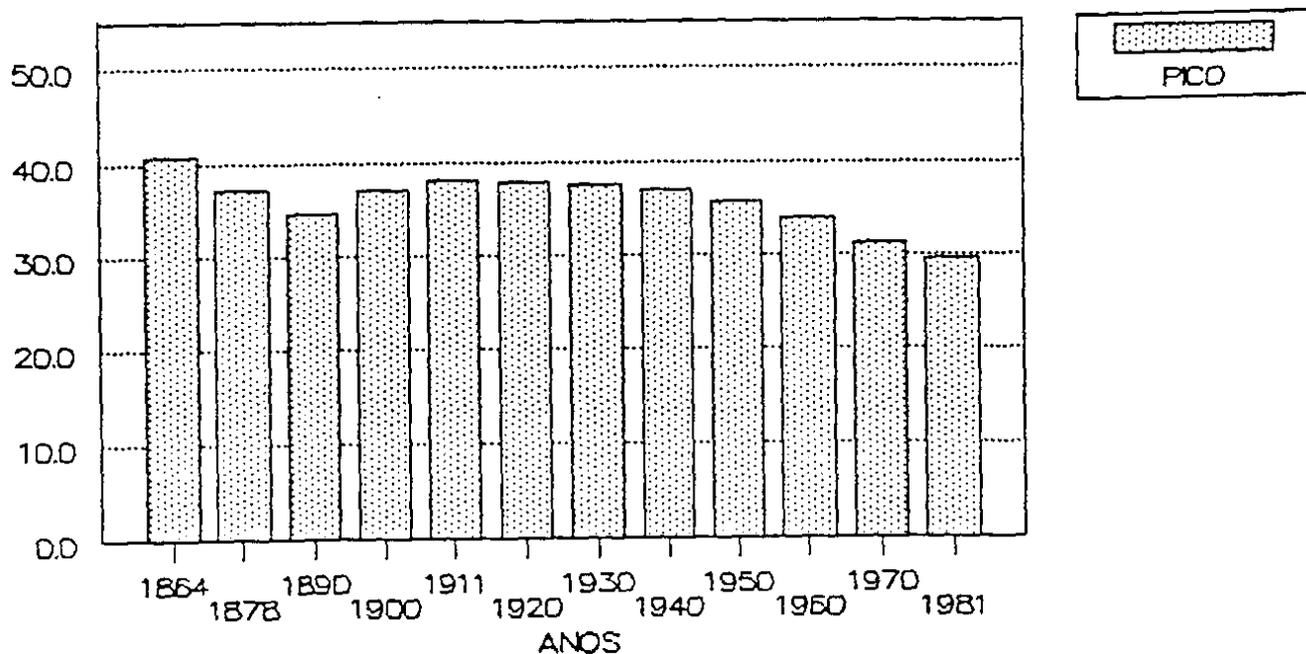


GRÁFICO Nº8

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

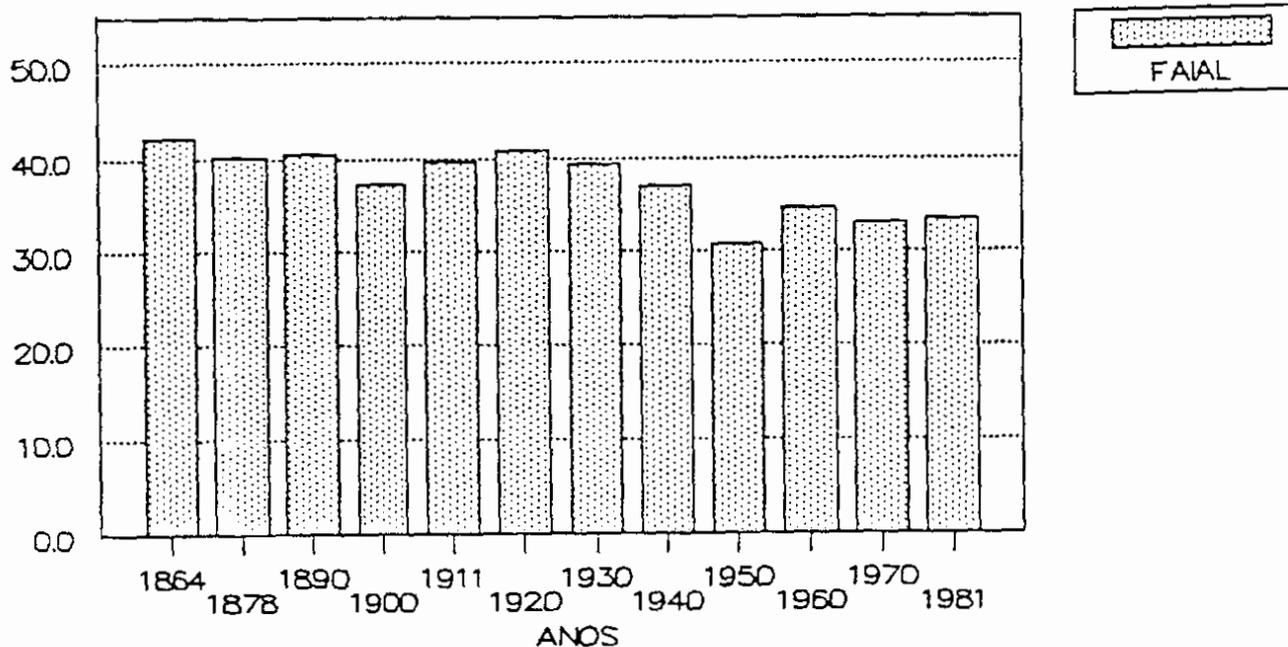


GRÁFICO Nº9

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

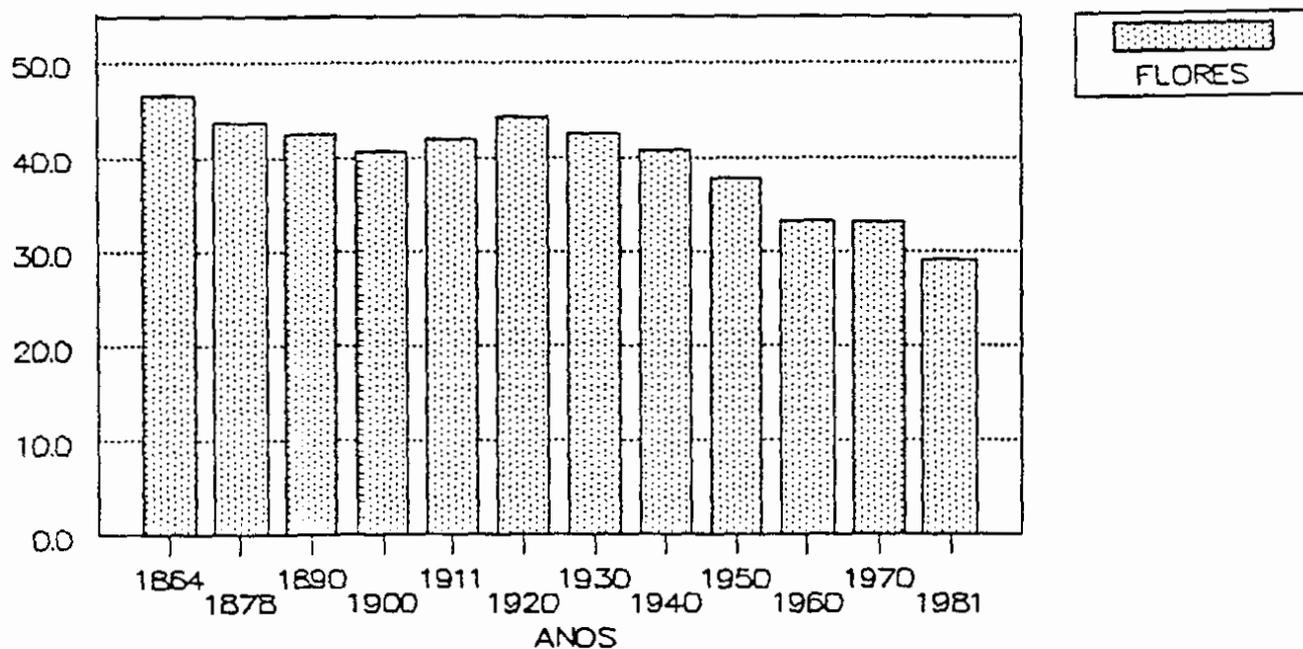


GRÁFICO Nº 10

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

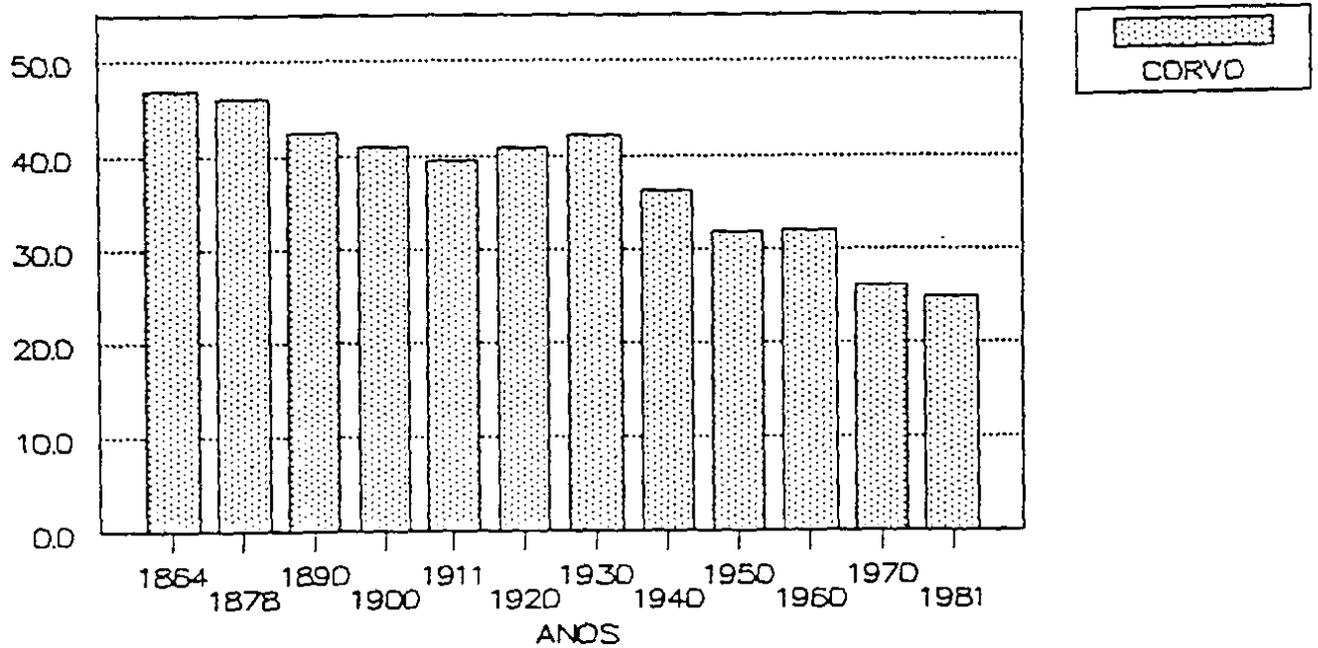


GRÁFICO Nº 11

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981

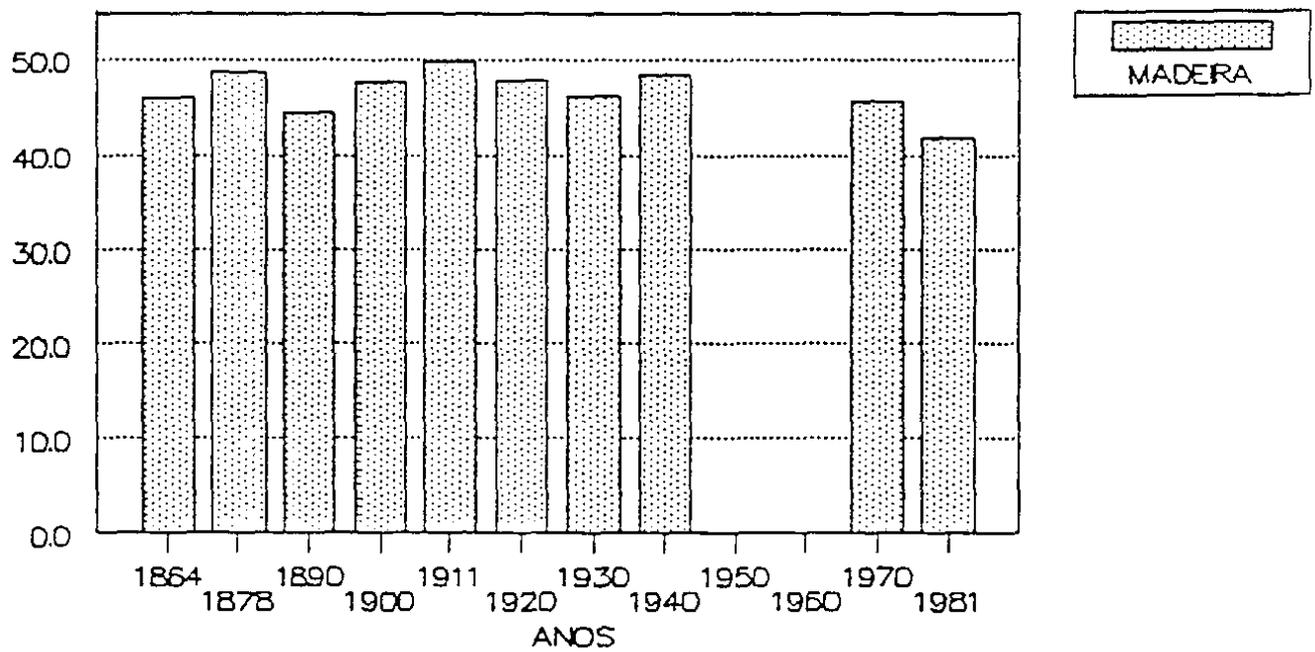
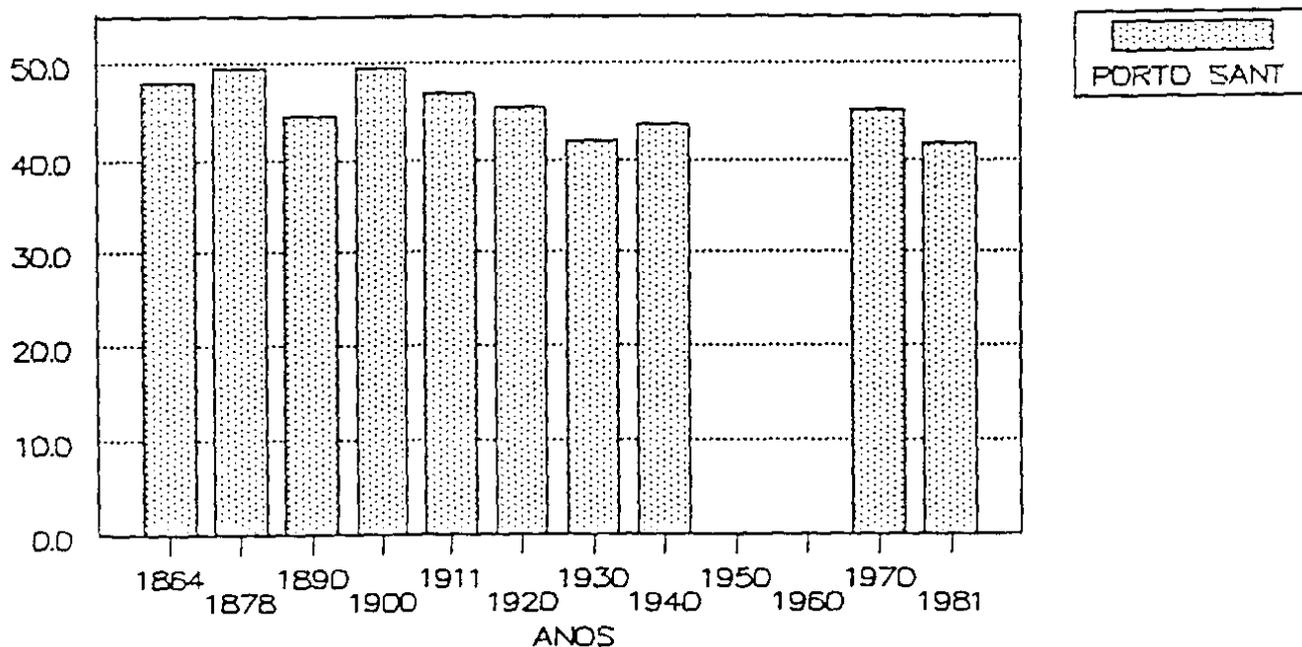


GRÁFICO Nº 12

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS JOVENS DE 1864 A 1981



## IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS VELHOS (60+) NOS AÇORES E MADEIRA, POR ILHA, NO PERÍODO

DE 1864 a 1981

ILHAS	ANOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
STª MARIA		7.7	8.8	11.5	13.3	15.6	14.9	12.9	11.6	7.6	7.1	9.4	14.6
S. MIGUEL		7.5	7.1	10.9	10.7	11.2	11.5	9.5	9.0	8.2	8.9	11.2	12.9
TERCEIRA		9.6	10.7	12.4	13.2	13.7	13.3	11.6	11.2	10.5	9.8	12.8	16.9
GRACIOSA		12.1	13.9	16.9	17.5	17.8	15.7	13.3	12.5	11.7	13.6	18.5	23.6
S. JORGE		11.0	14.7	15.1	18.6	21.7	20.6	17.2	13.3	11.1	11.2	16.7	19.7
PICO		13.1	14.7	17.3	19.3	20.7	19.9	16.4	15.9	14.0	14.3	20.1	24.0
FAIAL		10.3	12.1	14.6	14.3	16.6	15.6	13.6	11.7	11.8	14.6	19.5	21.5
FLORES		8.3	11.4	14.6	17.4	19.9	16.1	13.4	12.0	10.1	12.0	16.3	24.2
CORVO		9.8	10.6	15.2	16.4	19.4	14.5	15.4	14.8	13.1	13.6	18.3	27.4
MADEIRA		7.2	7.2	10.1	9.3	8.7	8.1	8.4	8.5	8.3	10	12.4	14.3
PORTO SANTO		6.5	7.4	10.5	8.1	8.8	8.3	9.6	10.2	9.4		11.3	11.0

Em 1900, 1911 e 1920 temos a relevar um decréscimo nas ilhas da Madeira e Porto Santo, com valores que oscilam entre os 8 e 9%. Nos Açores tal não acontece. Somente S.Miguel apresenta uma situação similar, da ordem dos 11%, distinguindo-se das demais ilhas, até mesmo de Sta.Maria, agora com percentagens já elevadas, da ordem dos 15%. Continua, por outro lado, o acentuado envelhecimento de S.Jorge, Pico, Graciosa a que se junta agora as Flores, com valores próximos dos 20%.

De 1920 a 1950 verifica-se um rejuvenescimento notável em todas as ilhas principalmente nos Açores, que só encontra excepção em Porto Santo no arquipélago da Madeira.

De um modo genérico podemos dizer que, nestas décadas, o peso relativo dos idosos é semelhante ao do ano inicial da nossa análise. A população é nesta data mais jovem no topo que nos finais do século passado.

Os anos cinquenta não apresentam diferenças significativas que justifiquem uma análise particular do ano de 1960.

De 1960 para 1981, mormente na década de setenta, assiste-se novamente a um envelhecimento generalizado, que atinge também, e pela primeira vez de um modo relevante, a ilha da Madeira. É, porém, nos Açores, em algumas das suas ilhas que encontramos valores excepcionalmente elevados. O ano de 1981 merece, assim, uma atenção particular.

S.Miguel distingue-se de todas as outras ilhas do arquipélago pela fraca importância relativa dos velhos - 13%. Sta.Maria e Terceira são, neste aspecto, as ilhas que lhe estão mais próximas, com percentagem de 15 e 17%, respectivamente. As restantes têm valores superiores a 20%. De relevar as ilhas Graciosa, Pico e Flores com 24% e o Corvo com 27%.

IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ACTIVOS (20-59) NOS AÇORES E MADEIRA, POR ILHA,  
NO PERÍODO DE 1864 a 1981

ILHAS	ANOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
STª MARIA		45.2	46.2	48.4	46.4	43.2	43.1	44.3	44.7	49.6	46.5	45.9	46.3
S. MIGUEL		44.9	52.4	46.5	45.6	44.1	44.1	44.7	46.1	49.0	46.3	42.5	43.2
TERCEIRA		47.2	49.3	42.7	45.6	42.9	43.6	48.5	50.1	52.5	50.9	47.7	48.5
GRACIOSA		52.2	53.8	42.3	41.8	40.4	43.3	47.3	46.3	51.4	51.9	48.7	46.7
S. JORGE		44.3	48.1	46.0	44.6	41.1	41.4	44.8	43.7	46.7	48.4	45.2	45.5
PICO		46.2	48.1	48.1	43.6	41.2	42.2	46.0	47.1	50.3	51.7	48.6	46.2
FAIAL		47.6	47.8	45.1	48.3	43.7	43.6	47.1	51.4	51.5	50.8	47.5	45.1
FLORES		45.1	44.9	42.9	42.1	38.2	39.6	44.1	47.3	52.1	54.7	50.4	46.6
CORVO		43.3	43.4	42.5	42.7	41.1	44.7	42.5	49.0	55.2	54.4	55.6	47.7
MADEIRA		46.8	44.0	45.4	43.0	41.4	44.0	45.4	43.0	46.2	46	42.0	43.9
PORTO SANTO		45.3	43.0	44.9	42.3	44.4	46.4	48.4	46.1	48.1	43.6	43.6	47.3

Com quantitativos extremamente elevados, nunca antes patenteados, a desigualdade acentuou-se, não obstante a permanência de posicionamento de algumas ilhas como S. Miguel — sempre a mais jovem e por outro o Pico, e até mesmo a Graciosa e S. Jorge, sempre as mais envelhecidas.

Tal como os jovens a homogeneidade tendencial no envelhecimento coexiste com a heterogeneidade, do ritmo com que este se processa em cada uma das ilhas, como se pode observar nos Gráficos seguintes.

O estudo da estrutura etária só ficará completo com a consideração dos activos. No entanto, não obstante a apresentação dos quadros e gráficos correspondentes, não iremos proceder à sua análise, já que num trabalho forçosamente limitado como este, quisemos relevar o envelhecimento populacional, melhor patenteado nos grupos funcionais anteriormente referidos.

GRÁFICO Nº 13

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

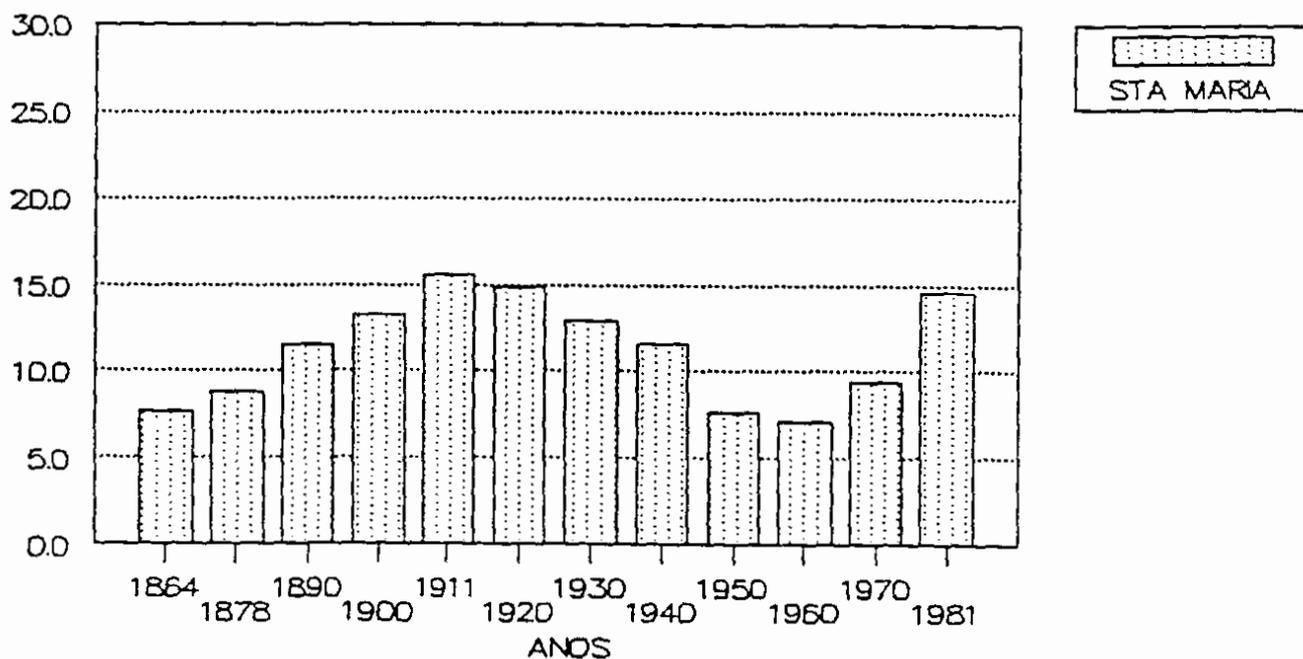


GRÁFICO Nº 14

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

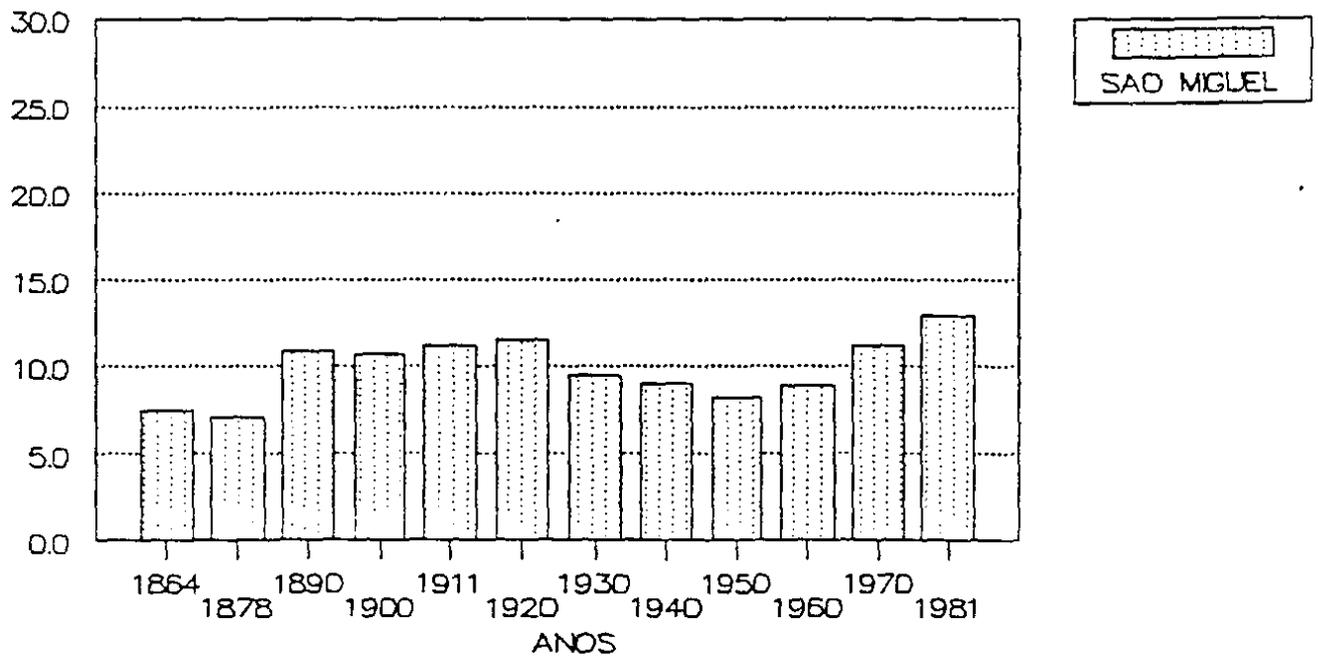


GRÁFICO Nº 15

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

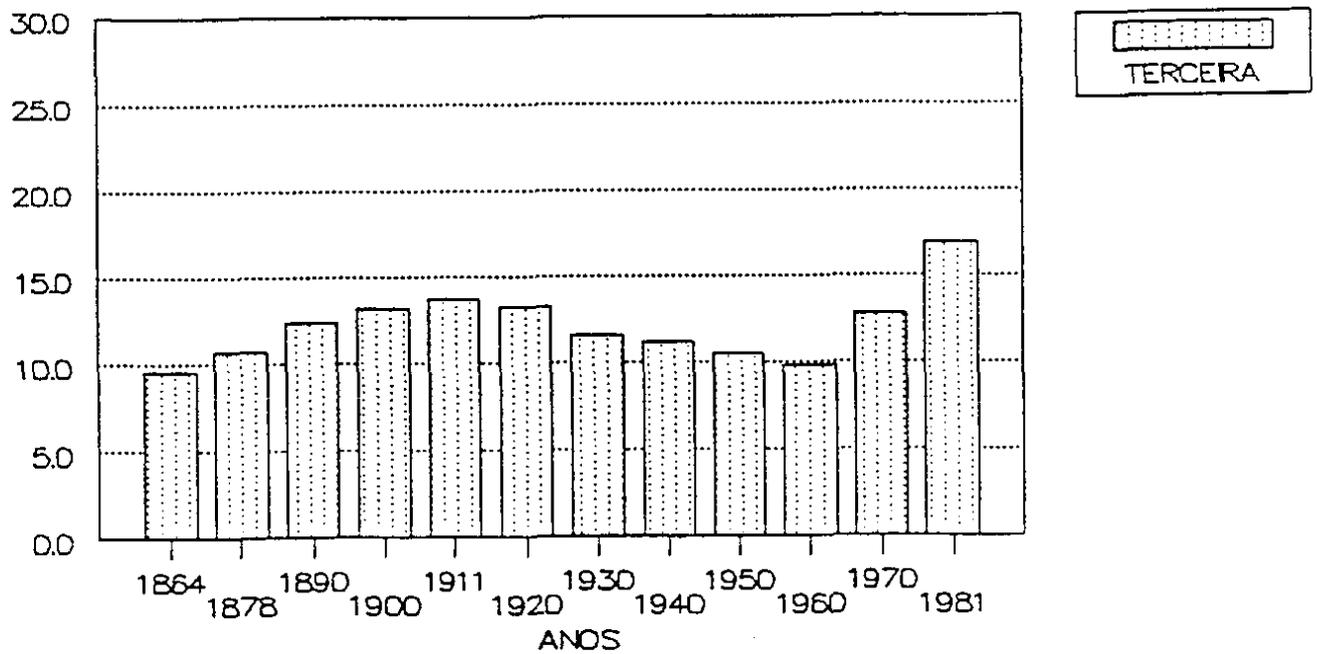


GRÁFICO Nº 16

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

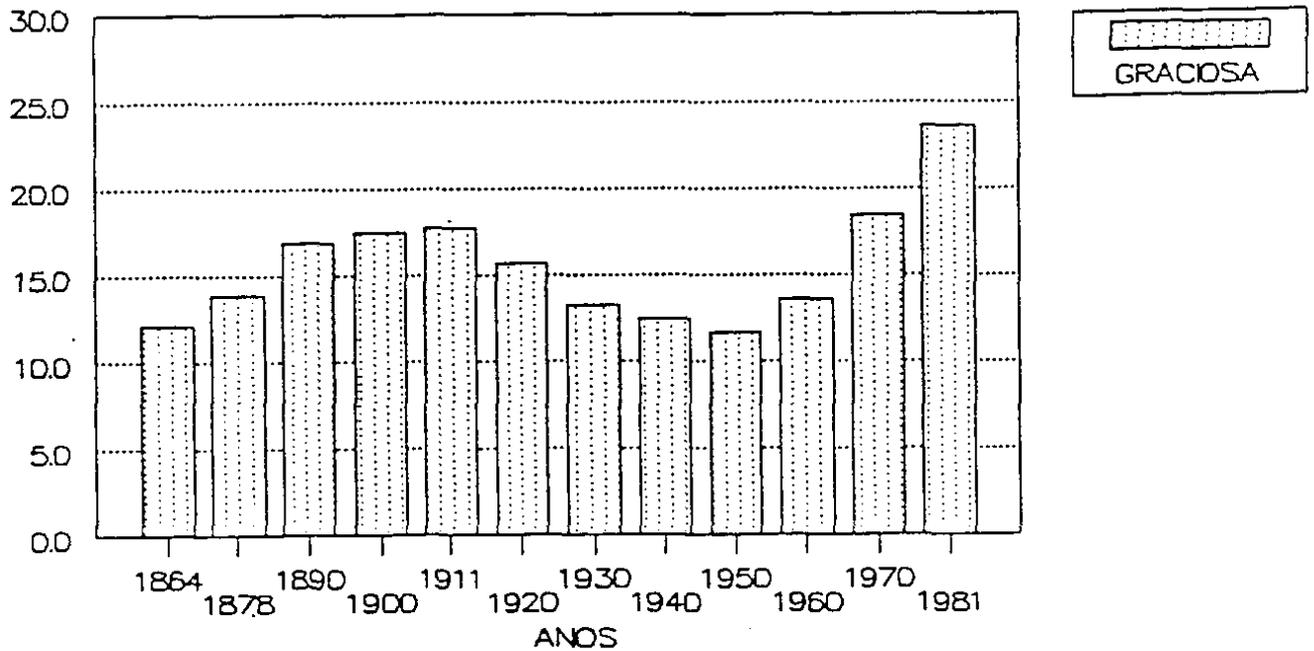


GRÁFICO Nº 17

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

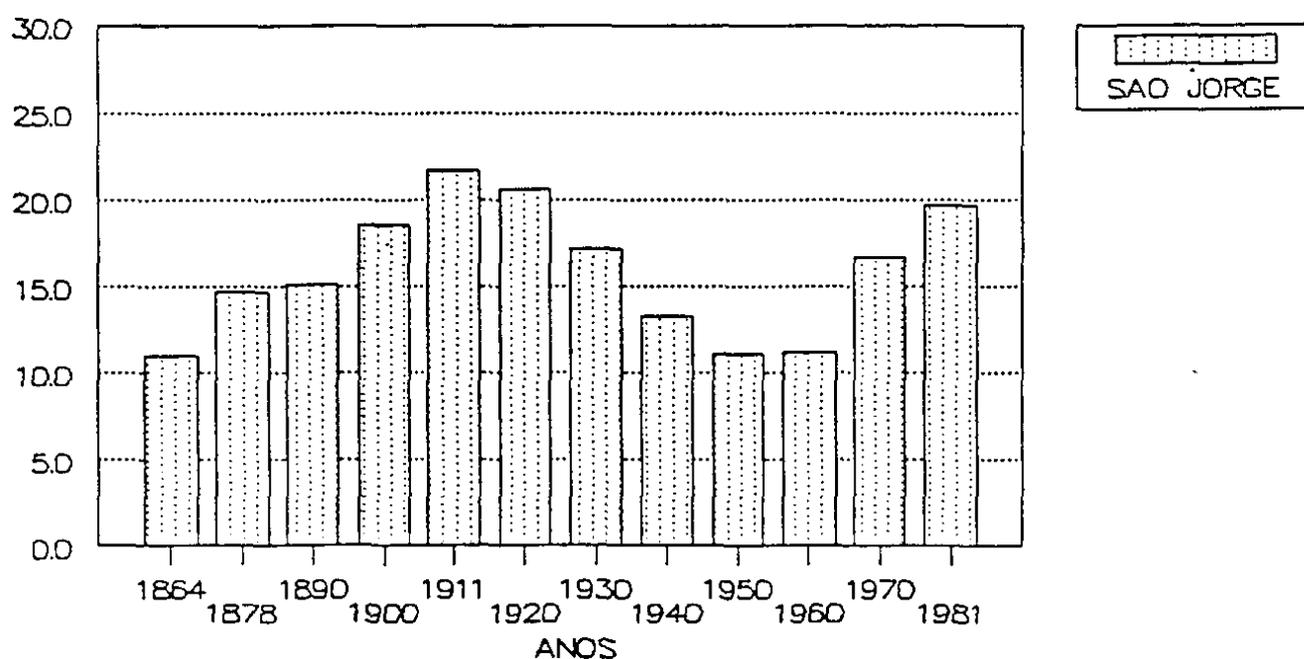


GRÁFICO Nº 18

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

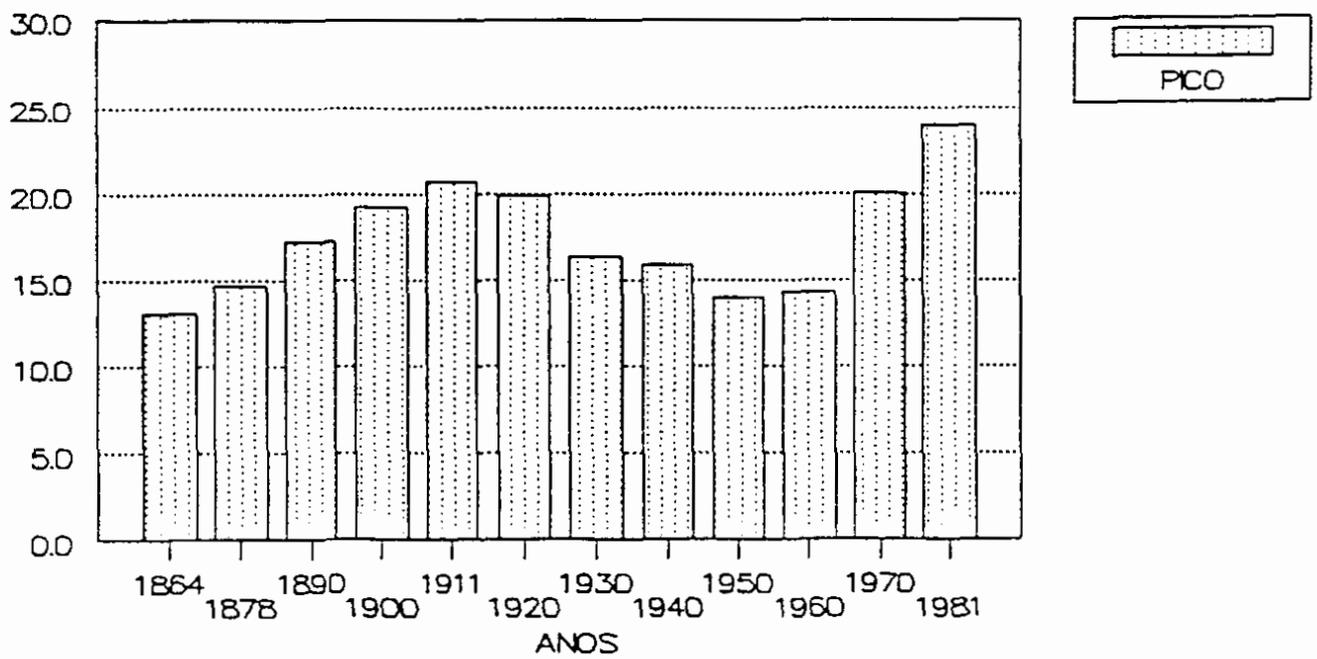


GRÁFICO Nº 19

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

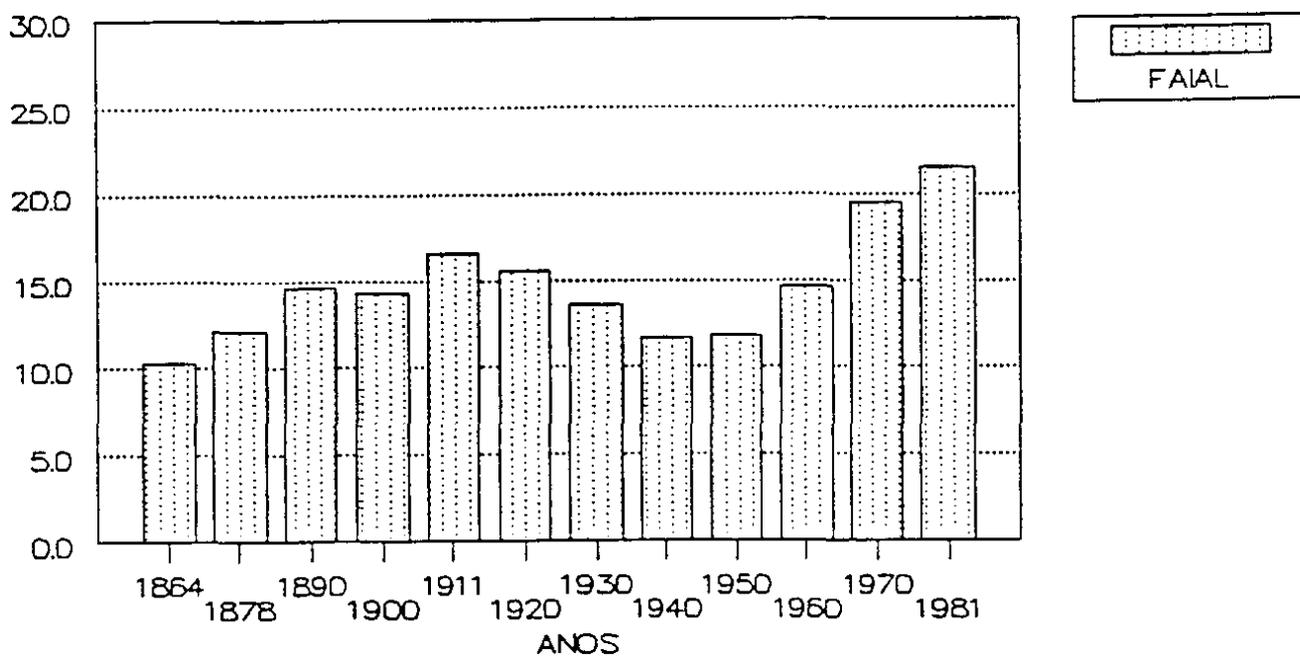


GRÁFICO Nº 20

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

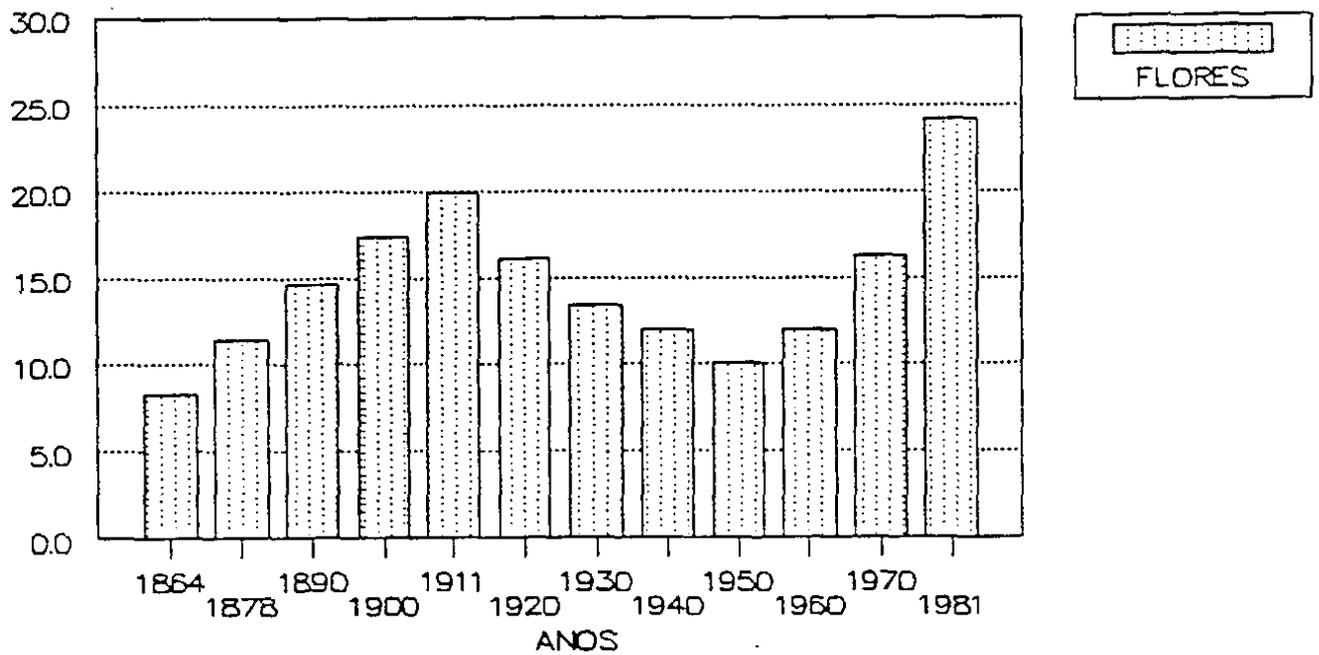


GRÁFICO Nº 21

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

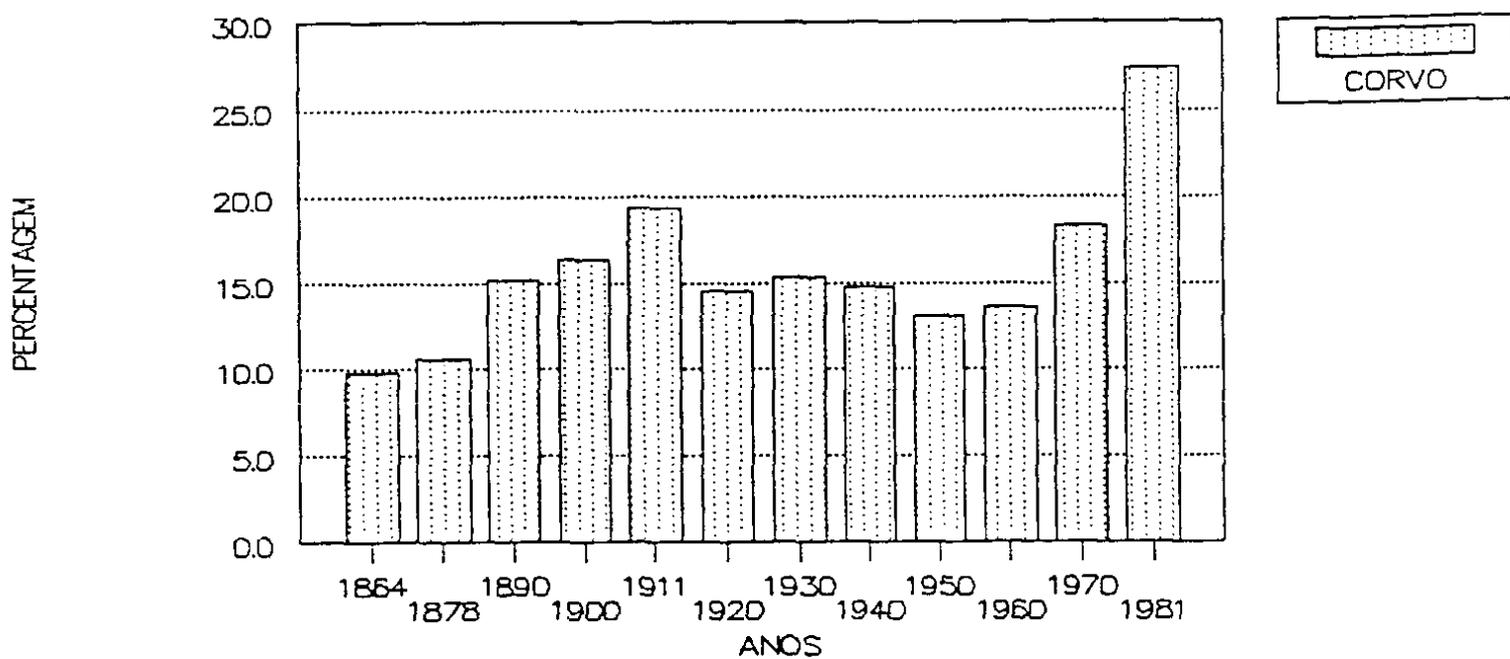


GRÁFICO Nº 22

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

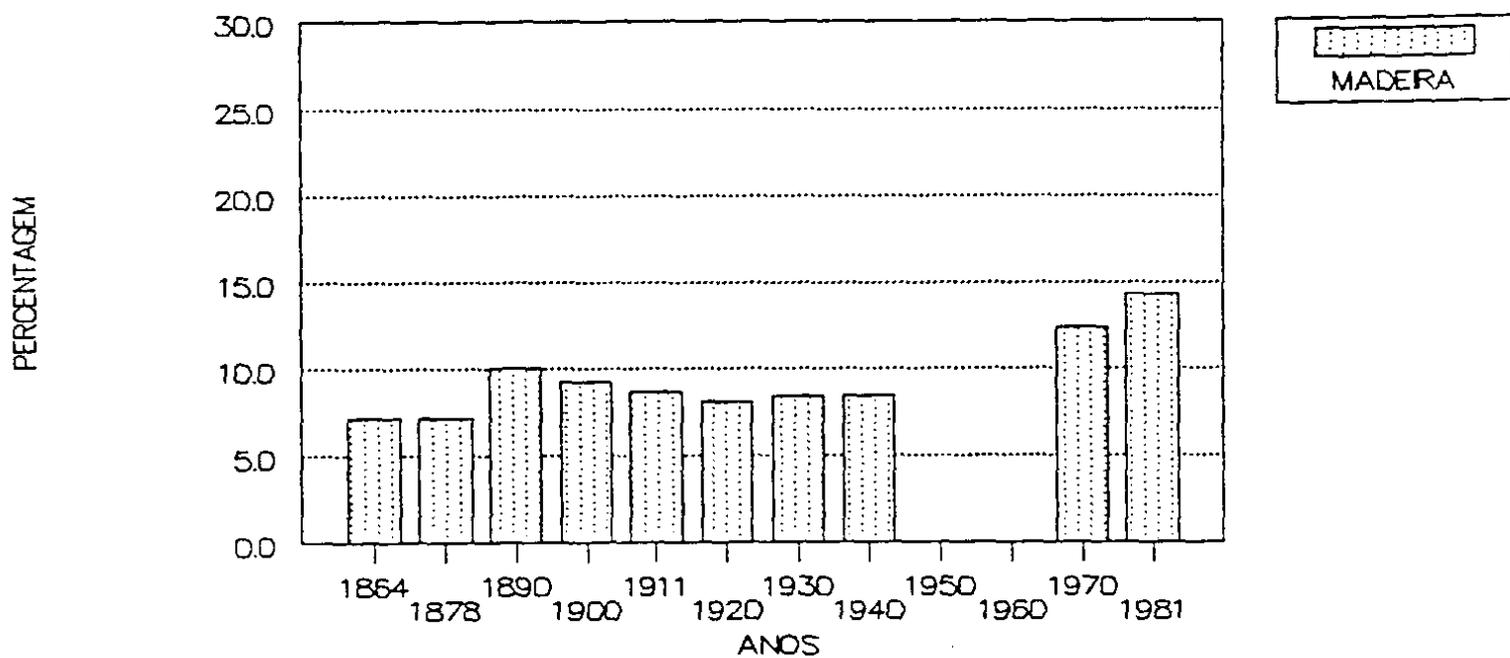


GRÁFICO Nº 23

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS VELHOS DE 1864 A 1981

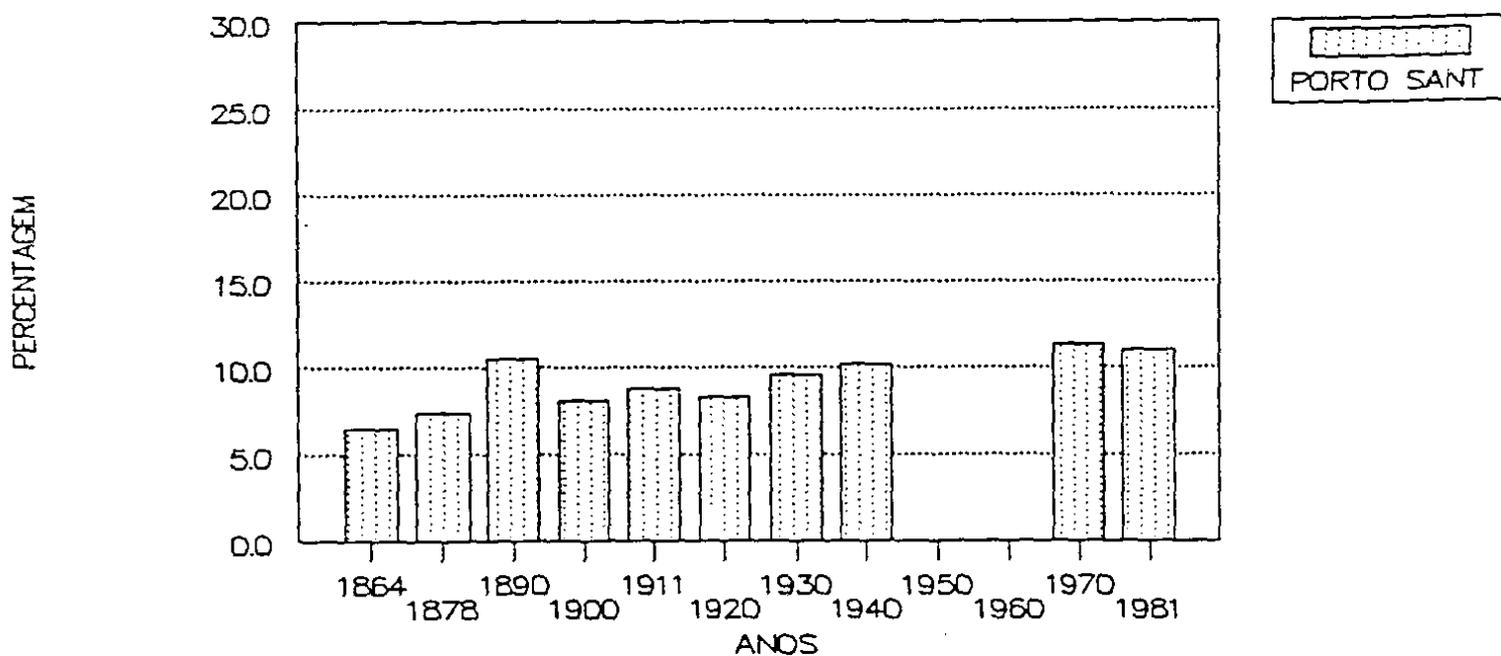


GRÁFICO Nº24

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

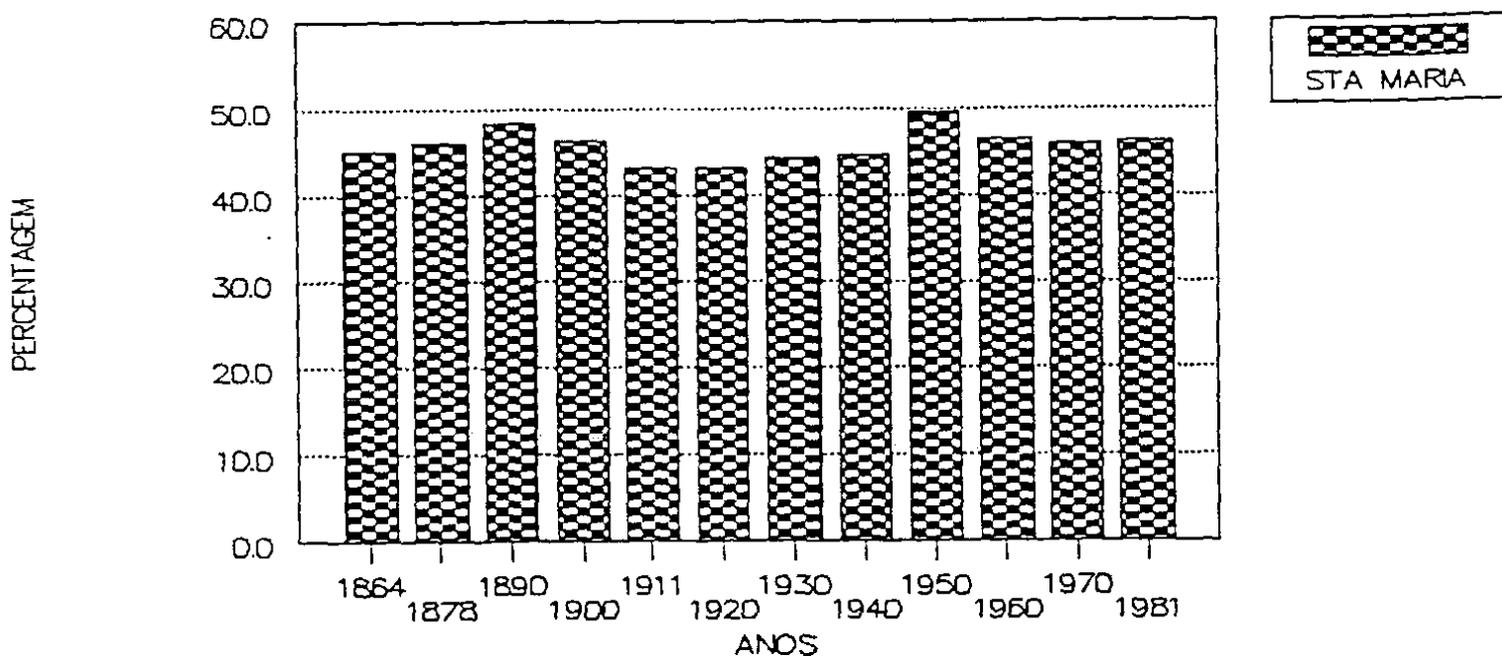


GRÁFICO Nº25

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

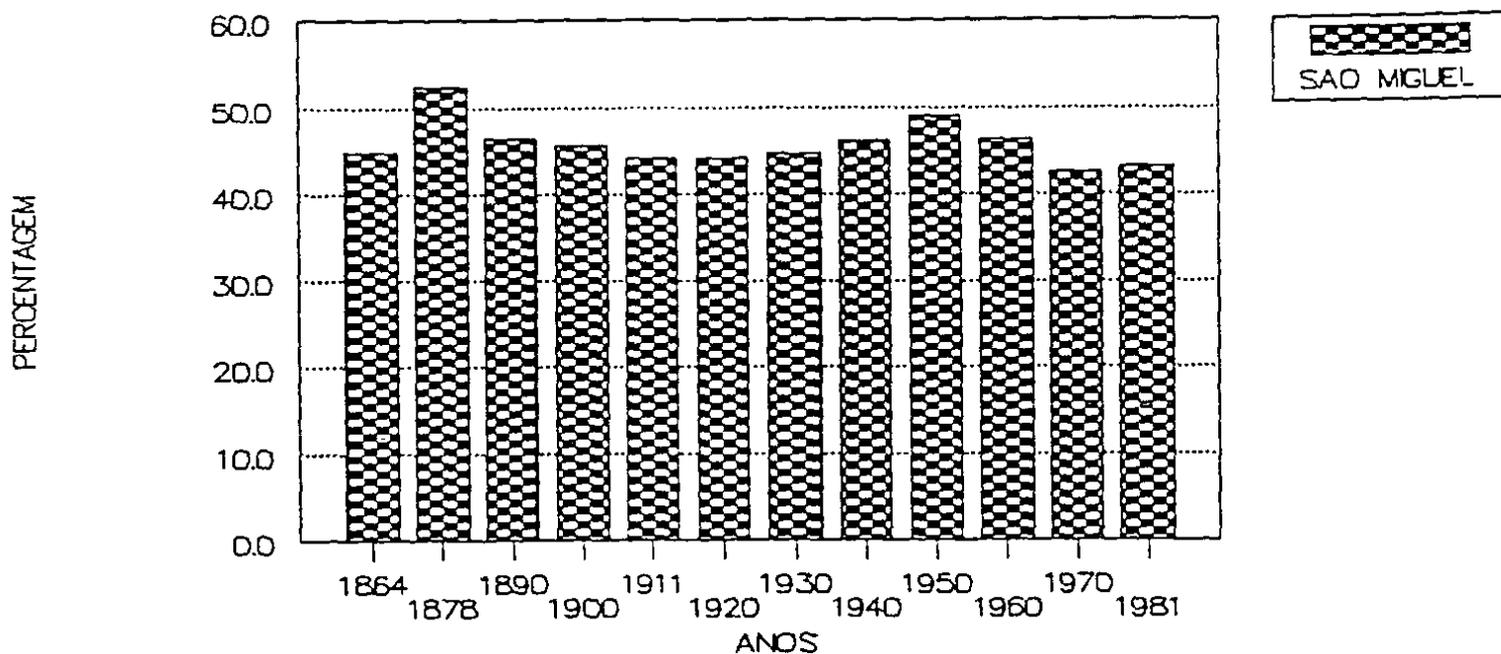


GRÁFICO Nº26

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

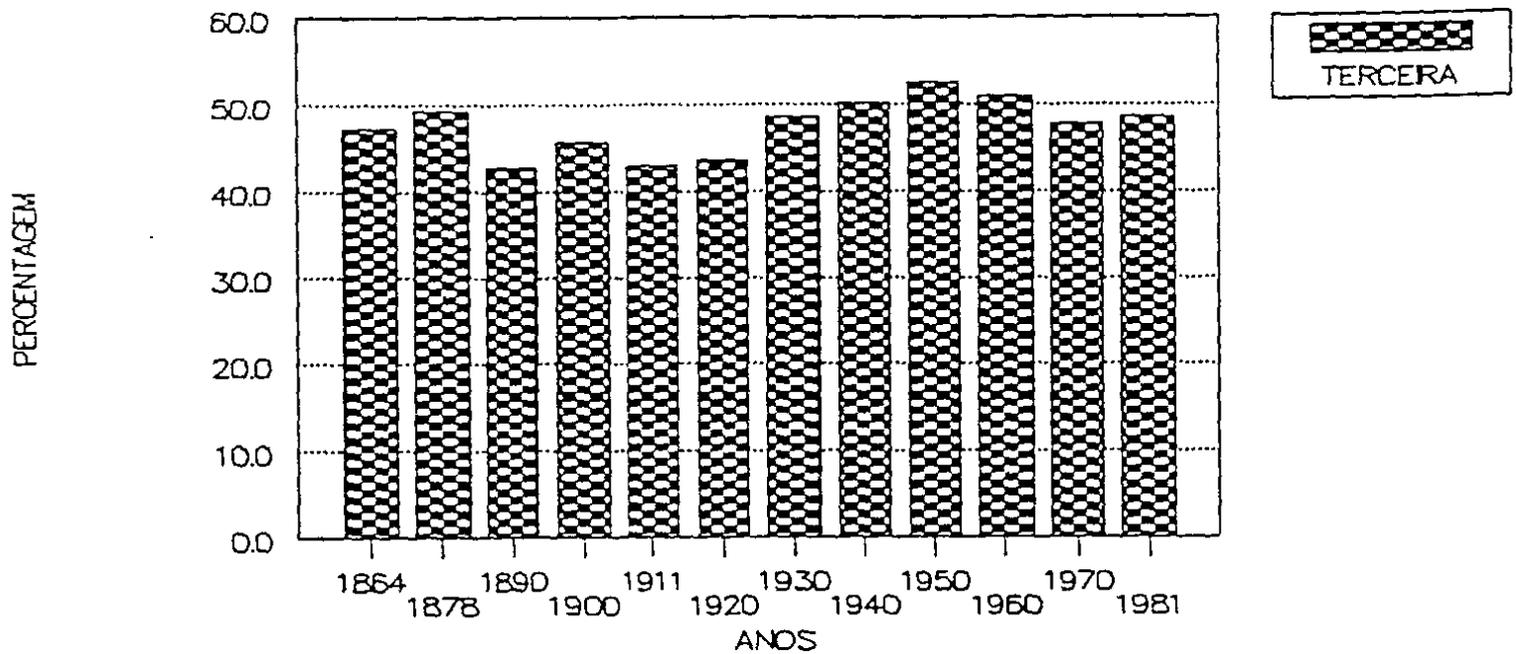


GRÁFICO Nº27

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

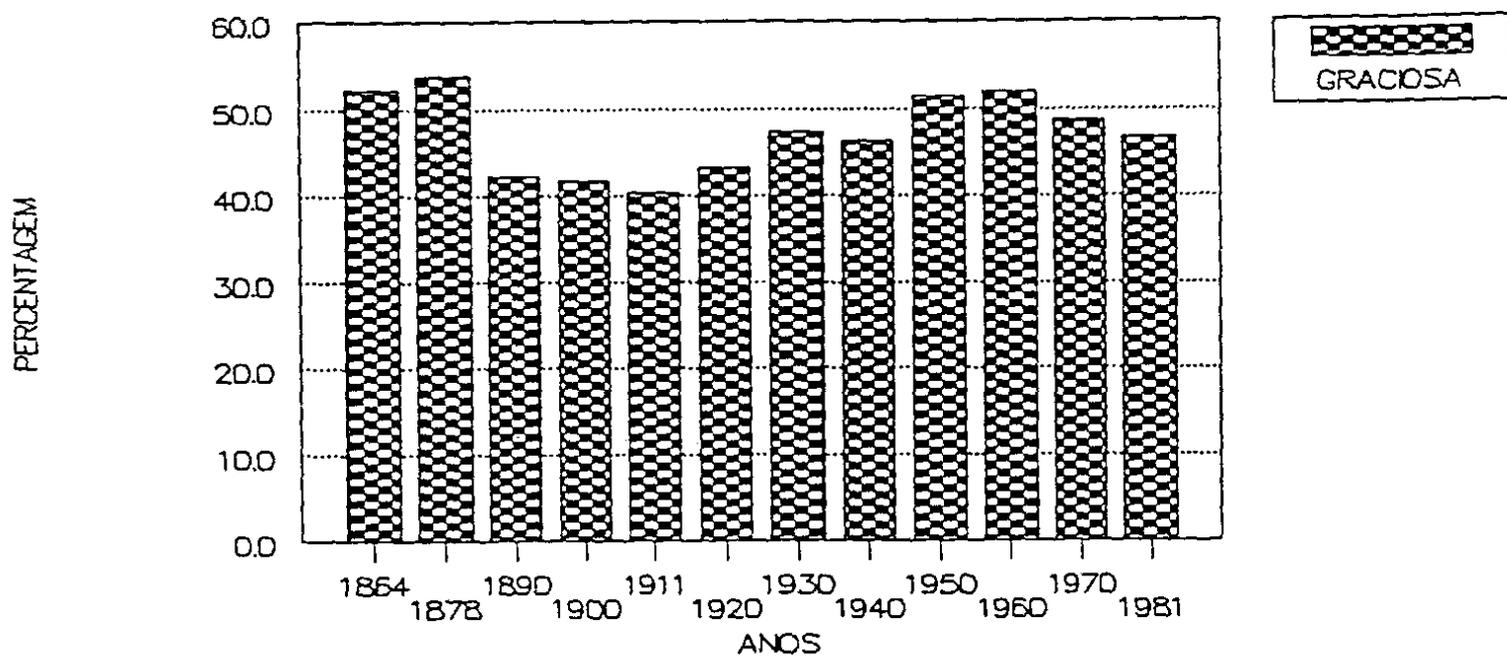


GRÁFICO Nº 28

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

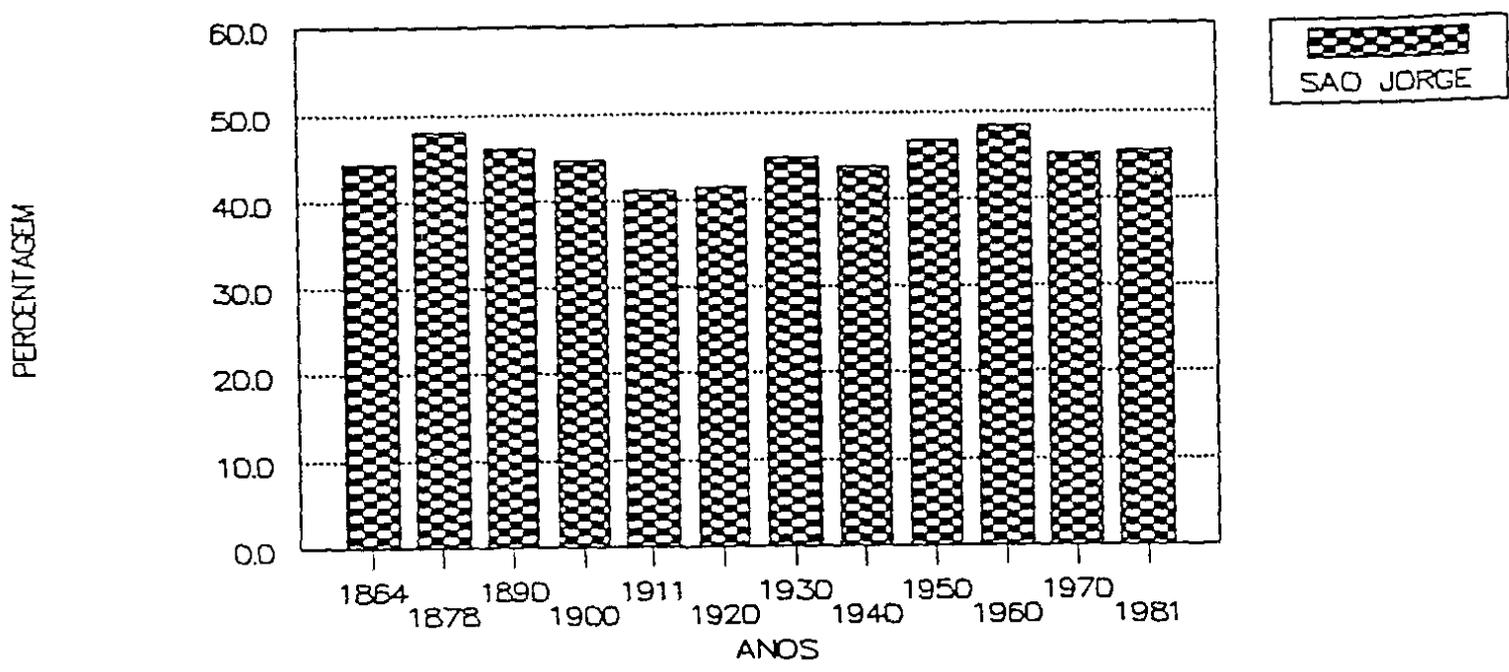


GRÁFICO Nº 29

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

PERCENTAGEM

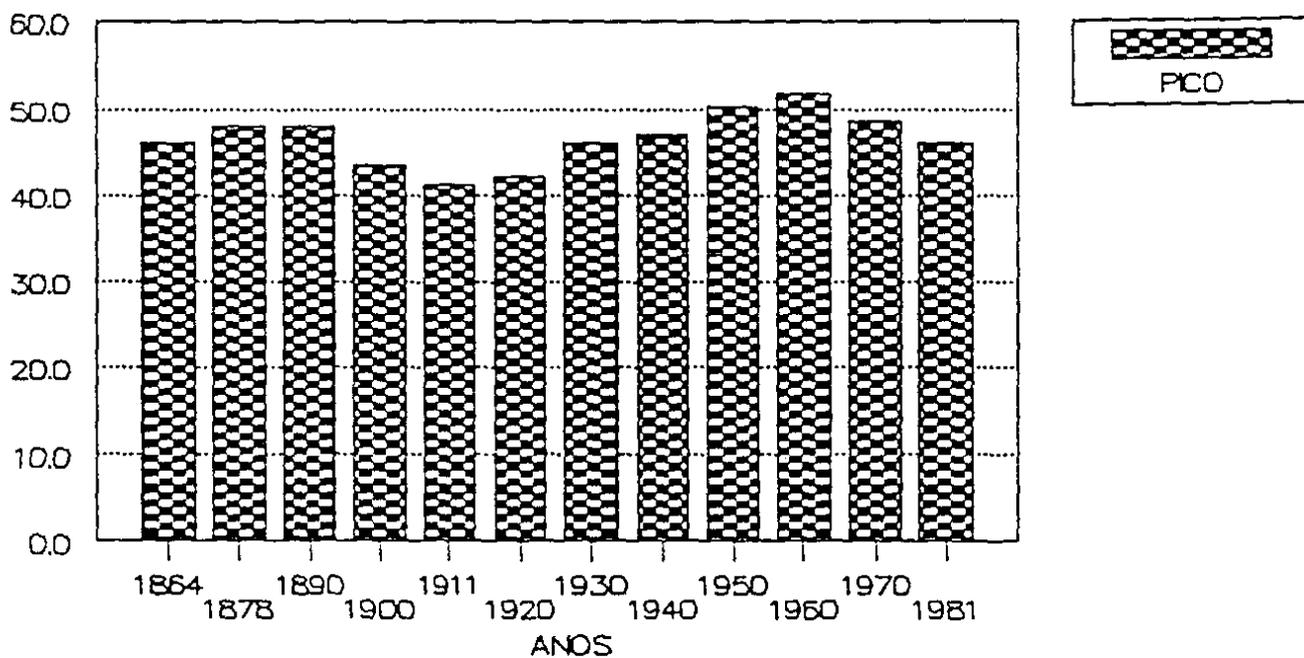


GRÁFICO Nº 30

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

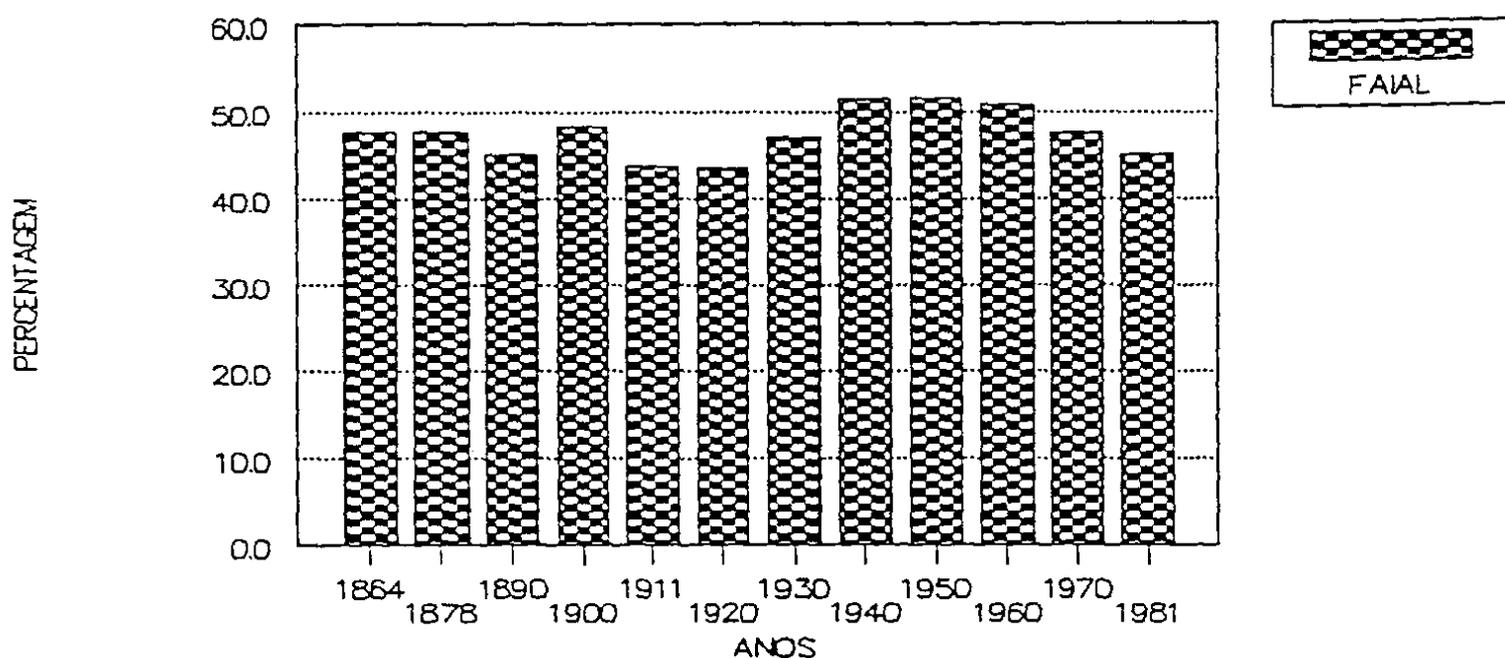


GRÁFICO Nº 31

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS • DE 1864 A 1981

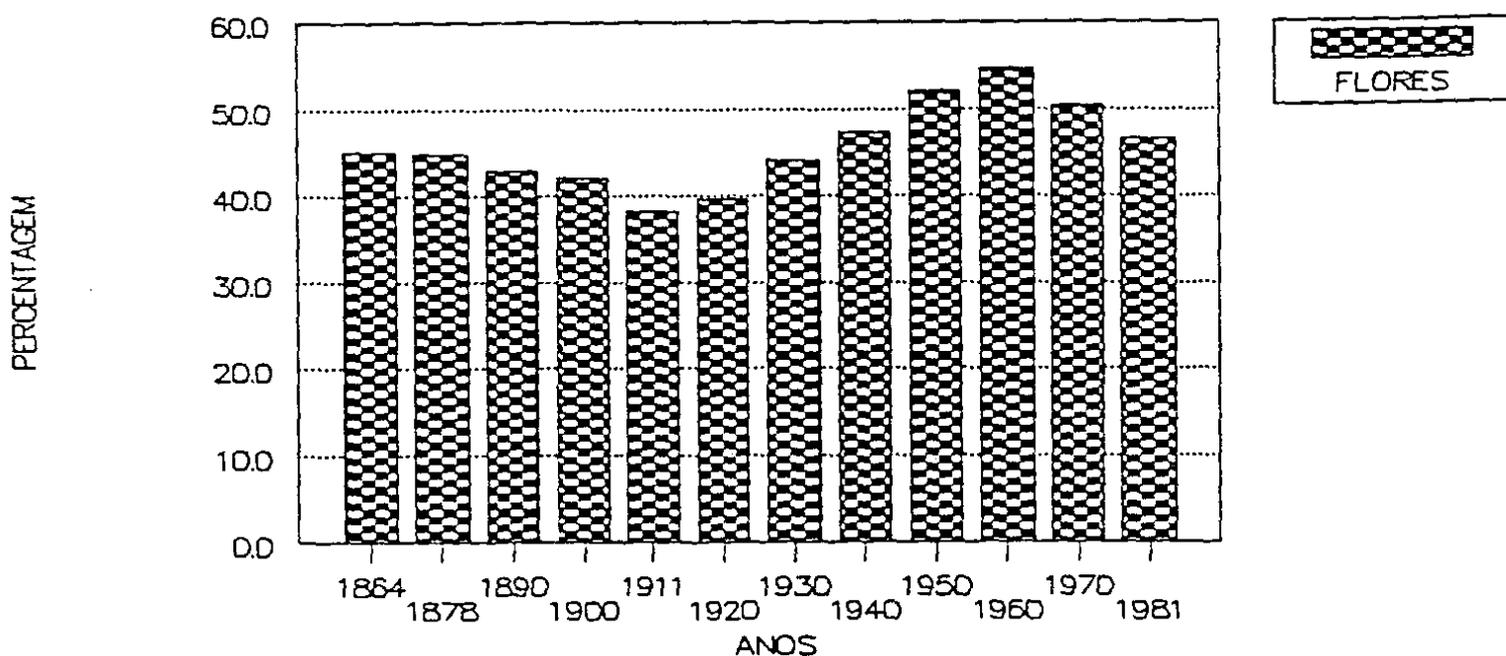


GRÁFICO Nº 32

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

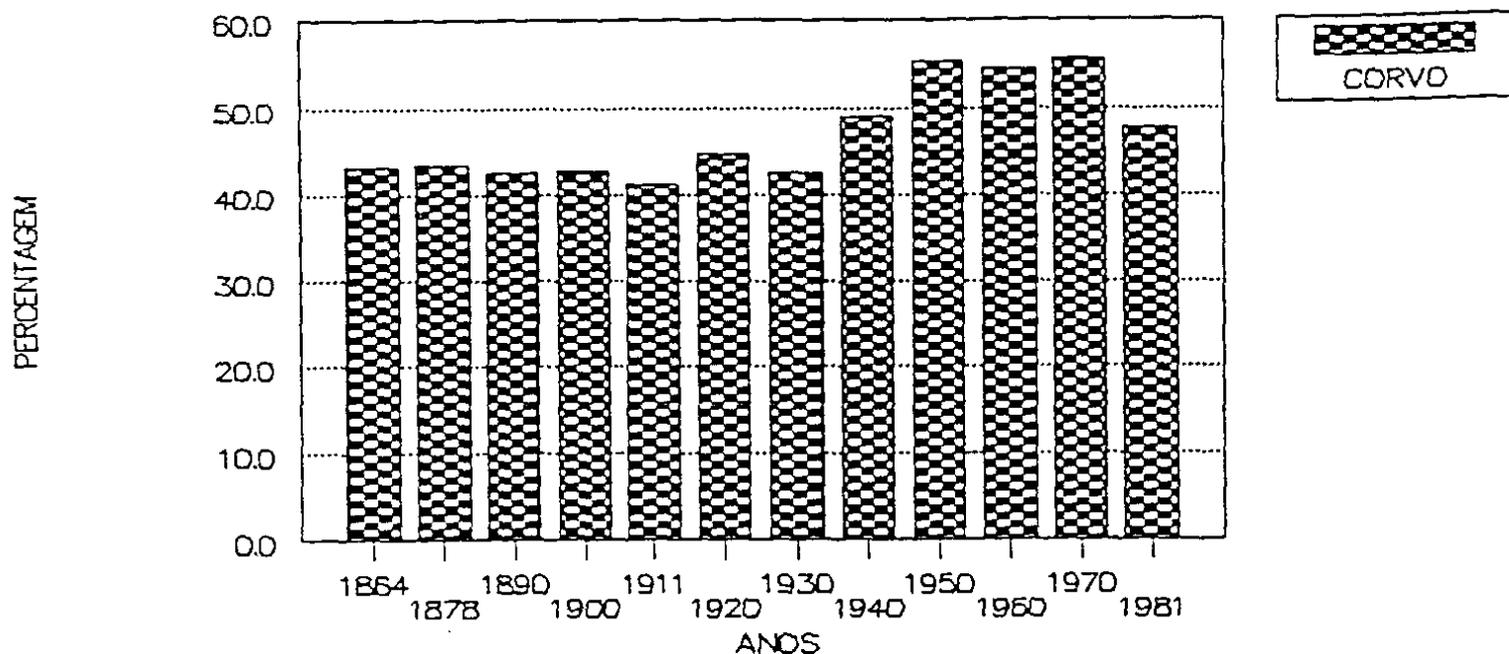


GRÁFICO Nº 33

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981

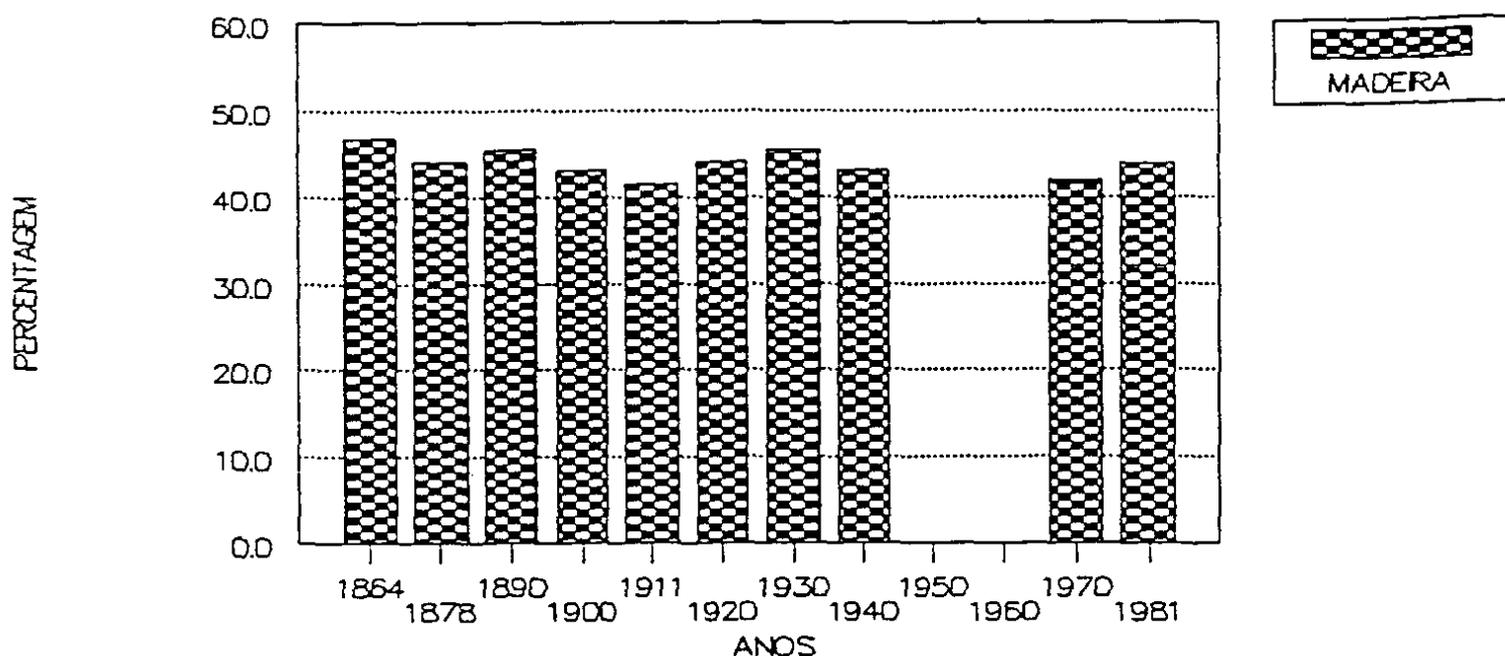
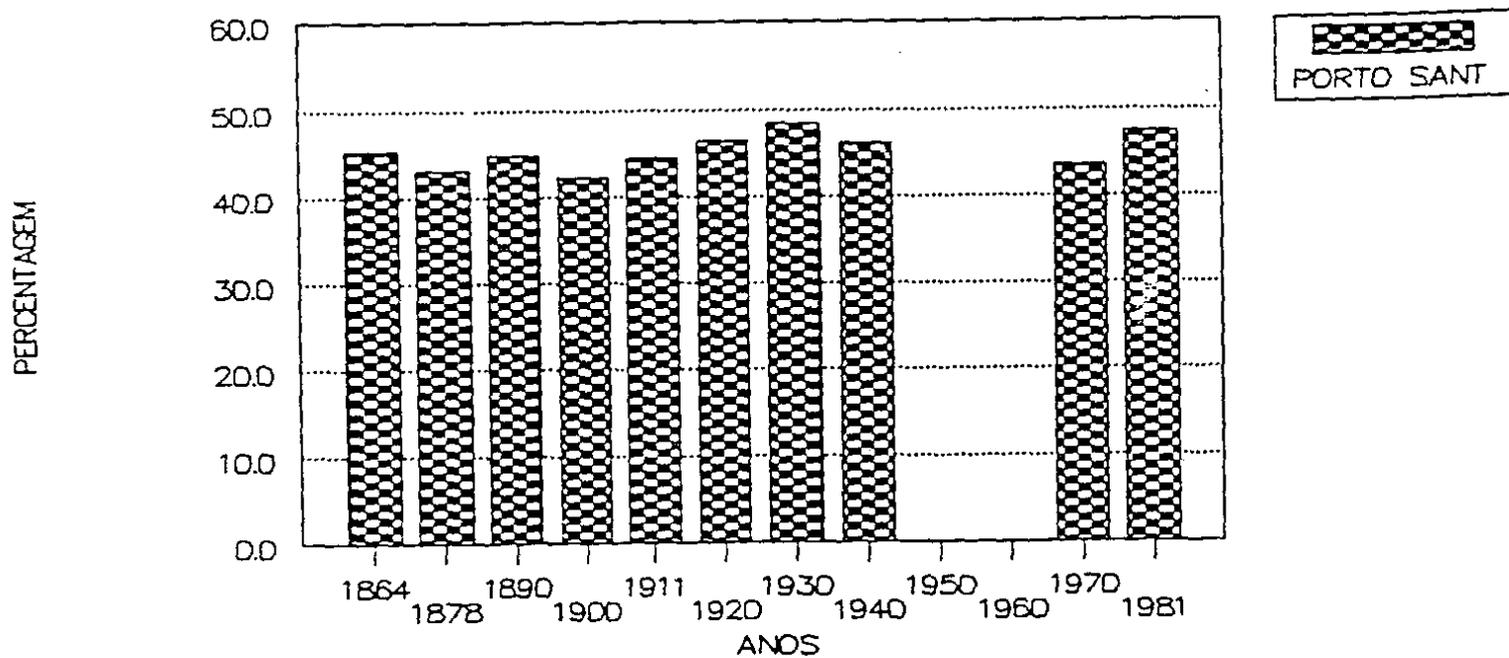


GRÁFICO Nº 34

# IMPORTANCIA RELATIVA DOS ACTIVOS DE 1864 A 1981



Uma outra variável relevante na estrutura populacional é o sexo.

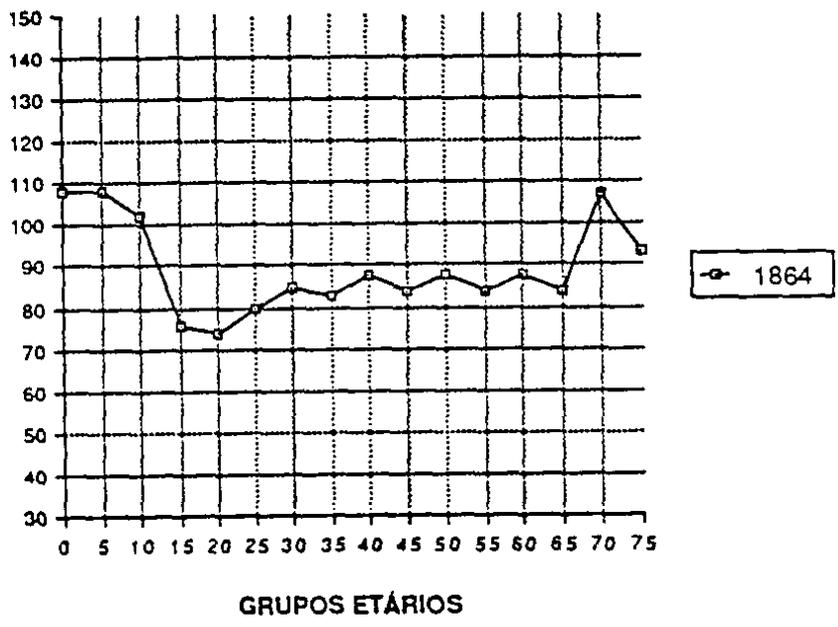
Neste aspecto, as regiões insulares serão analisadas pela evolução que cada ilha apresenta ao longo dos vários decênios, através da representação gráfica das Relações de Masculinidade por idade.

Na ilha da Madeira, e em todos os anos, é notório o desequilíbrio principalmente sentido na idade activa. Em 1864 verifica-se um forte declínio a partir dos 15 anos, sendo entre os 15 e os 25 anos que a "falta" de elementos do sexo masculino é mais significativa. Com oscilações ao longo dos vários anos verifica-se, no entanto, que os valores mais baixos vão progressivamente atingindo idades mais avançadas.

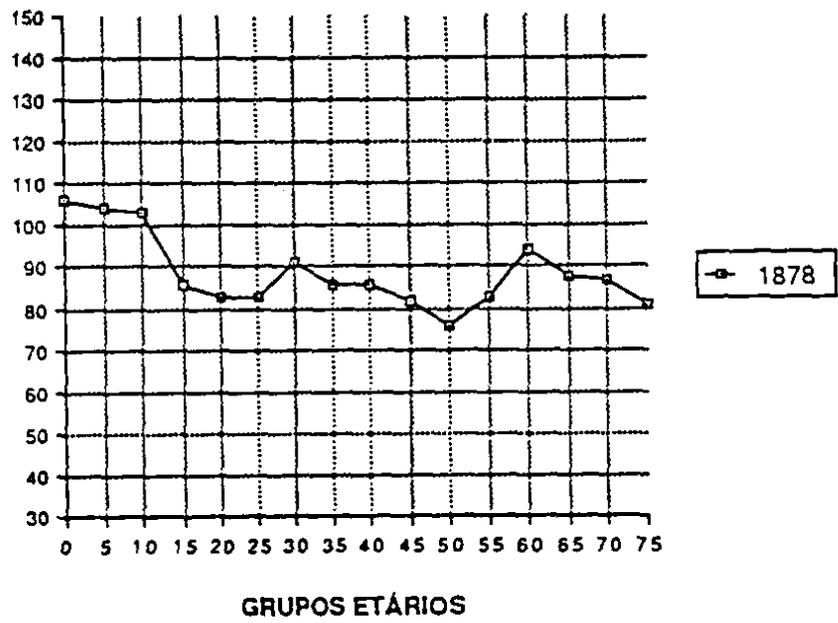
Não podemos deixar de salientar que longe de se atenuar, o desequilíbrio parece em alguns casos aumentar, nomeadamente em 1970.

O desequilíbrio é, pois, uma constante da estrutura por sexos desta ilha.

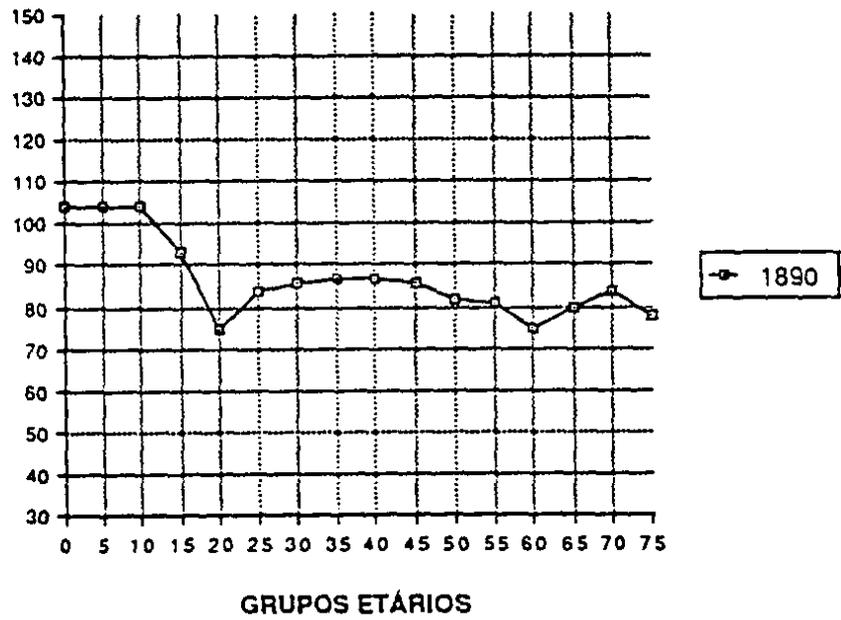
### MADEIRA -1864



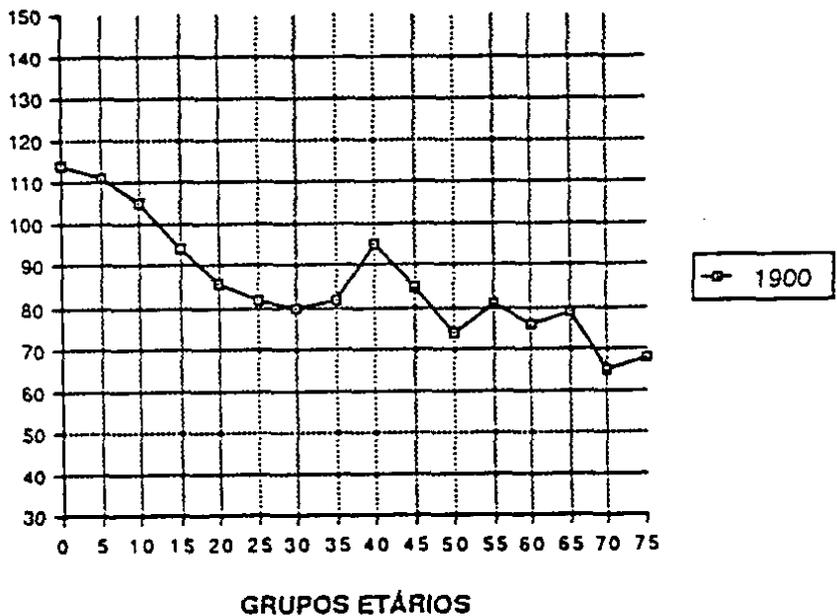
### MADEIRA -1878



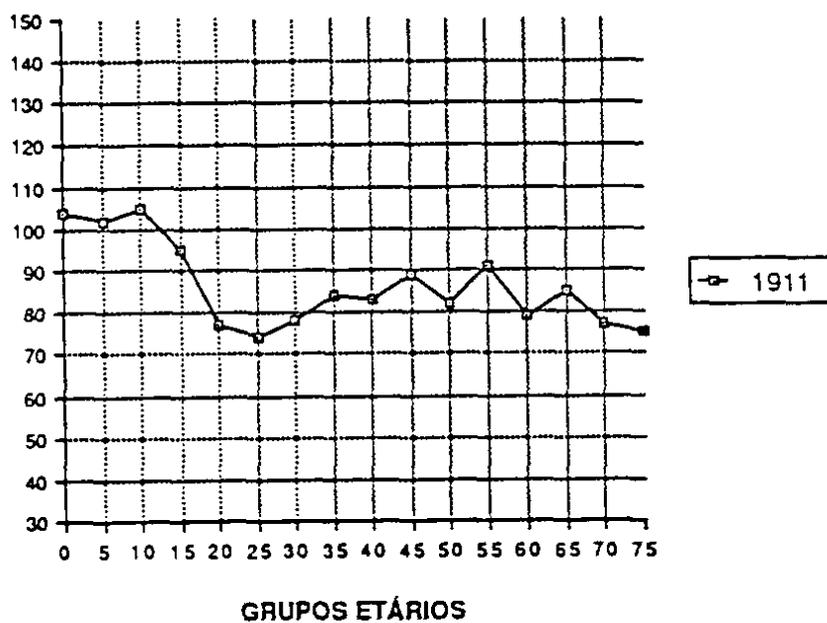
### MADEIRA - 1890



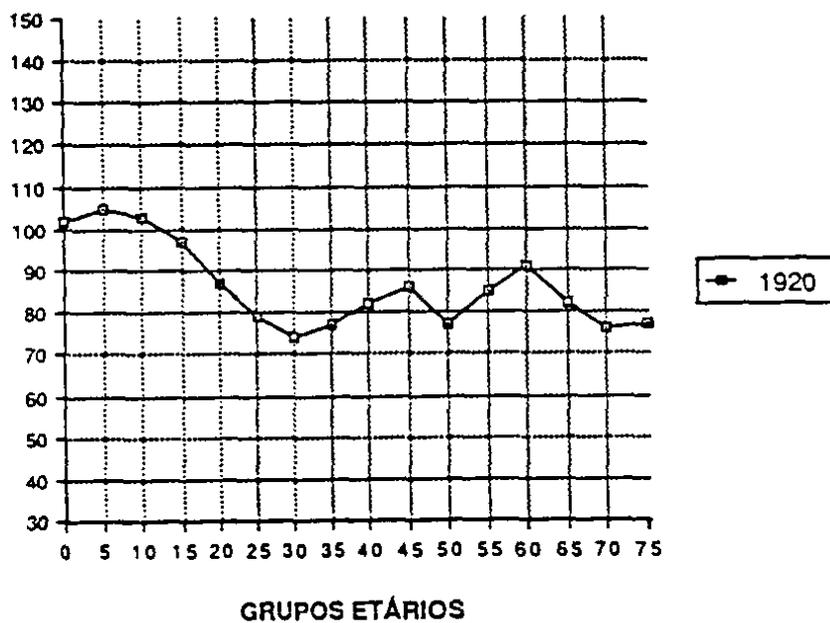
### MADEIRA - 1900



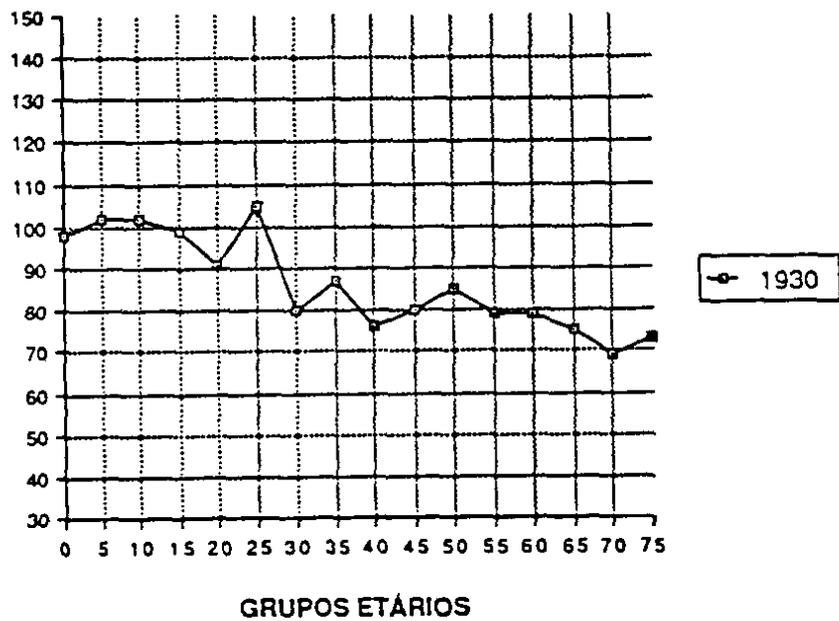
### MADEIRA - 1911



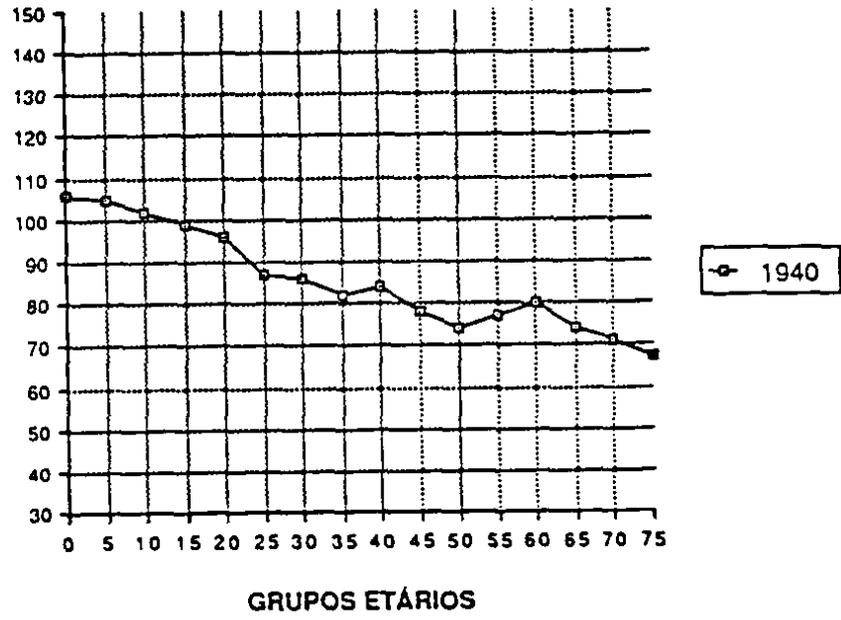
### MADEIRA - 1920



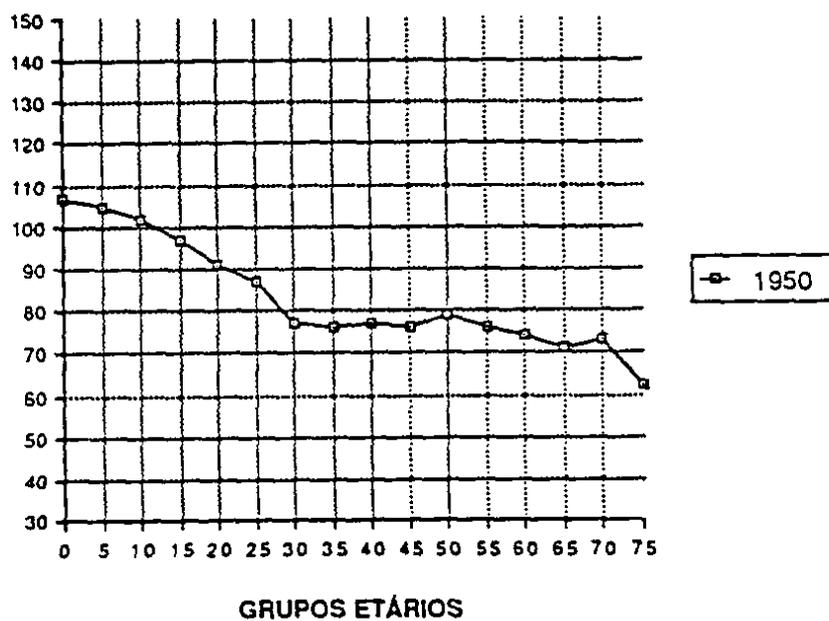
### MADEIRA - 1930



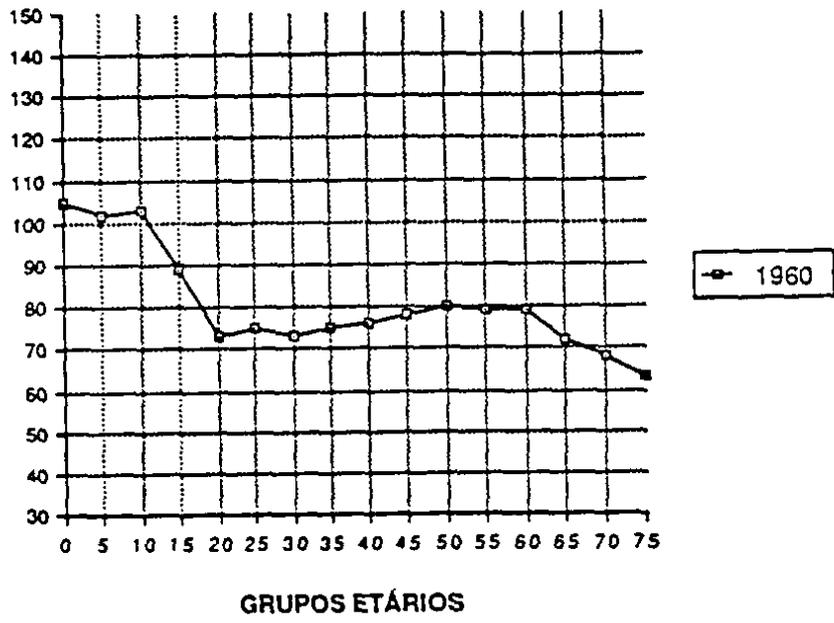
### MADEIRA - 1940



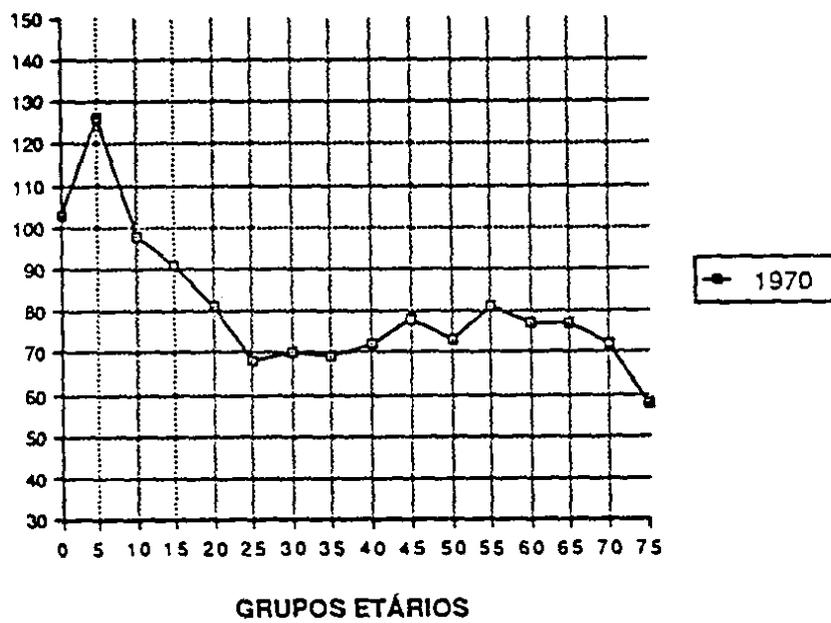
### MADEIRA - 1950



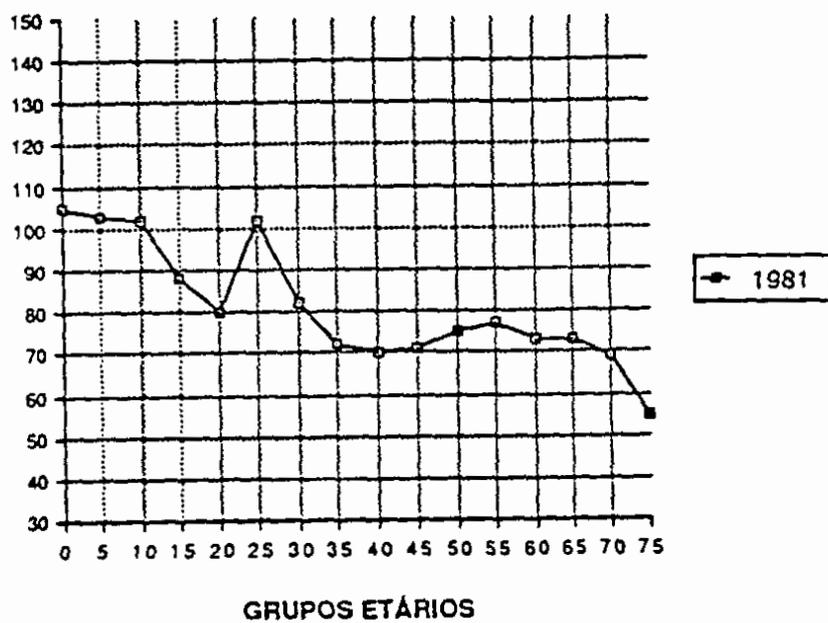
### MADEIRA - 1960



### MADEIRA - 1970



### MADEIRA - 1981



No Porto Santo, verifica-se, também, um deficiente número de ac tivos masculinos nos últimos decênios do século passado. Este desequilíbrio vai -se progressivamente atenuando, invertendo-se posteriormente a Relação de Mas- culinidade neste grupo funcional. O que mais a caracteriza são as grandes oscilações entre os vários grupos de idade, aspecto que não será alheio ao seu pe- queno volume populacional.

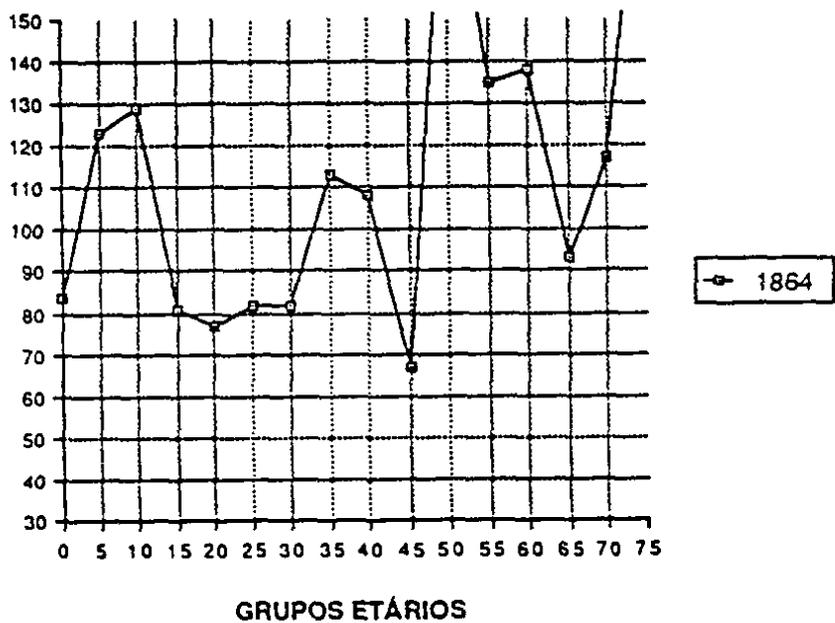
Em Sta.Maria, encontramos uma diferença pronunciada entre o efec- tivo numérico masculino e feminino até 1930. A partir desta data, e particularmente em 1950, verifica-se um peso significativo de homens em idade activa. Ain- da que de um modo irregular este declina nos últimos decênios, podendo verifi- car-se uma situação de maior equilíbrio.

S.Miguel, embora não apresente uma alteração tão significativa como a observada em Sta.Maria em meados deste século, regista uma evolução re- lativamente semelhante no que respeita à tendência, ou seja, a de um progressi- vo equilíbrio. Com efeito, é nos anos iniciais que o diferencial entre o núme- ro de homens e mulheres regista alguma significância.

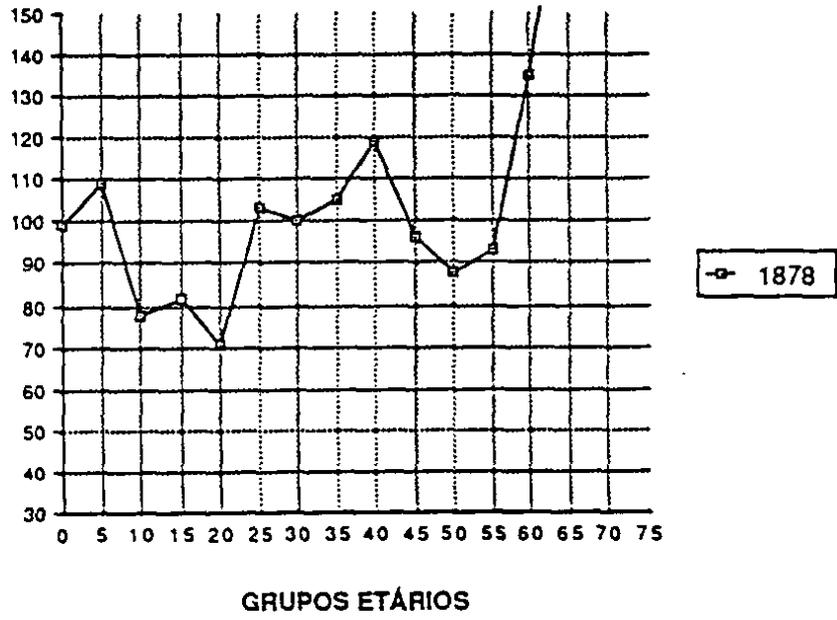
Na ilha Terceira, a situação em cada um dos anos, e a tendência são semelhantes às observadas nas ilhas anteriormente referidas. Um desequili- brio na população activa no período inicial, principalmente nos  finais do sécu- lo XIX, que se inverte em meados deste século e praticamente se equilibra nos últimos anos.

A estrutura consequente à repartição numérica entre os efecti- vos do sexo masculino e feminino, na Graciosa, caracteriza-se em todos os anos por grandes oscilações entre os vários grupos de idade, notando-se, porém, que os últimos decênios registam um maior equilíbrio.

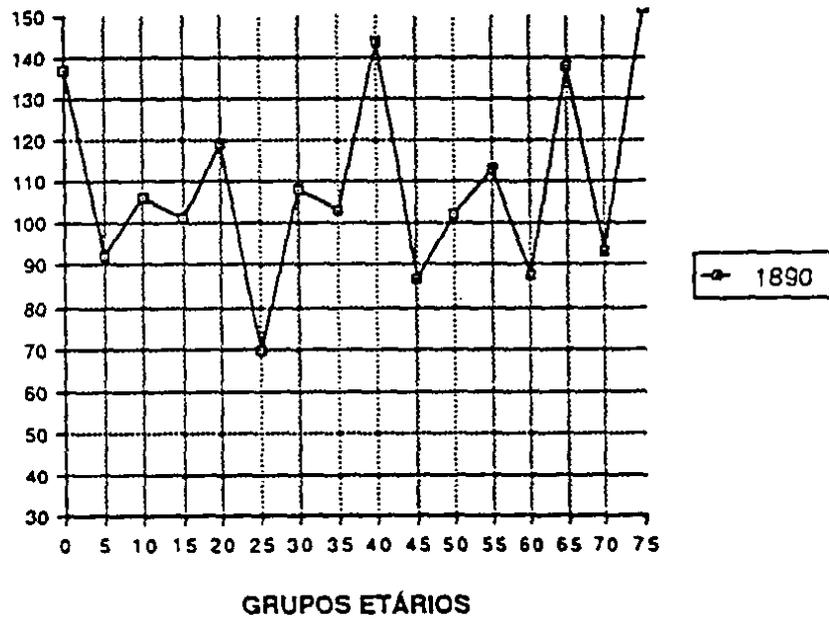
PORTO SANTO -1864



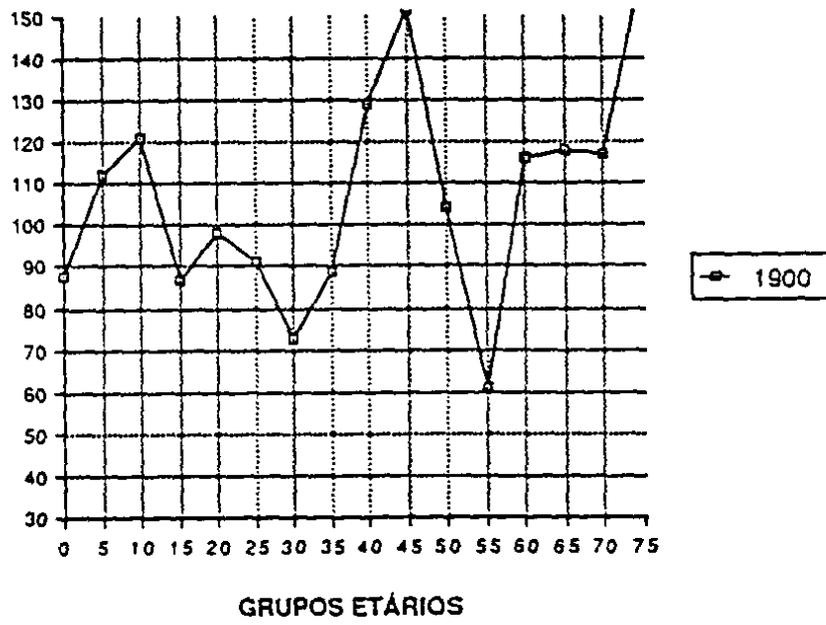
### PORTO SANTO -1878



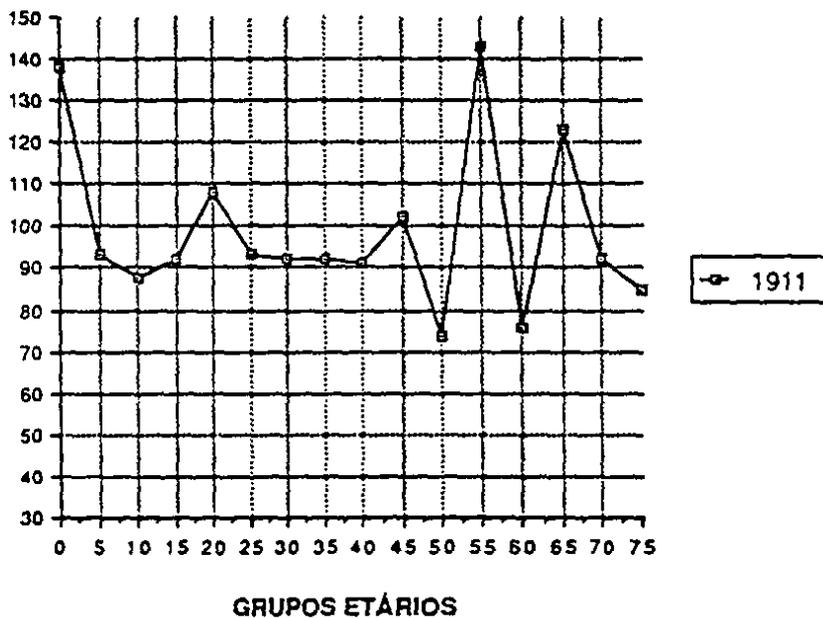
### PORTO SANTO -1890



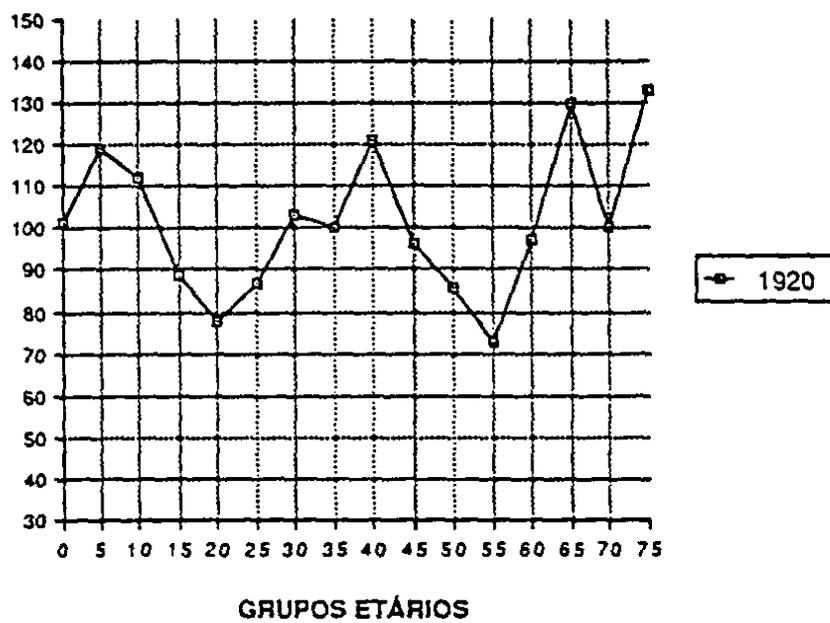
### PORTO SANTO - 1900



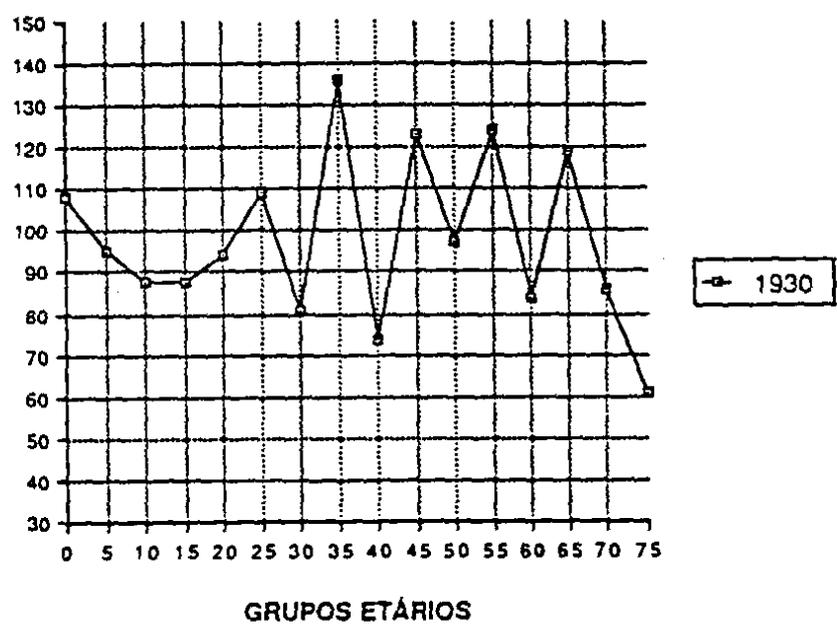
### PORTO SANTO -1911



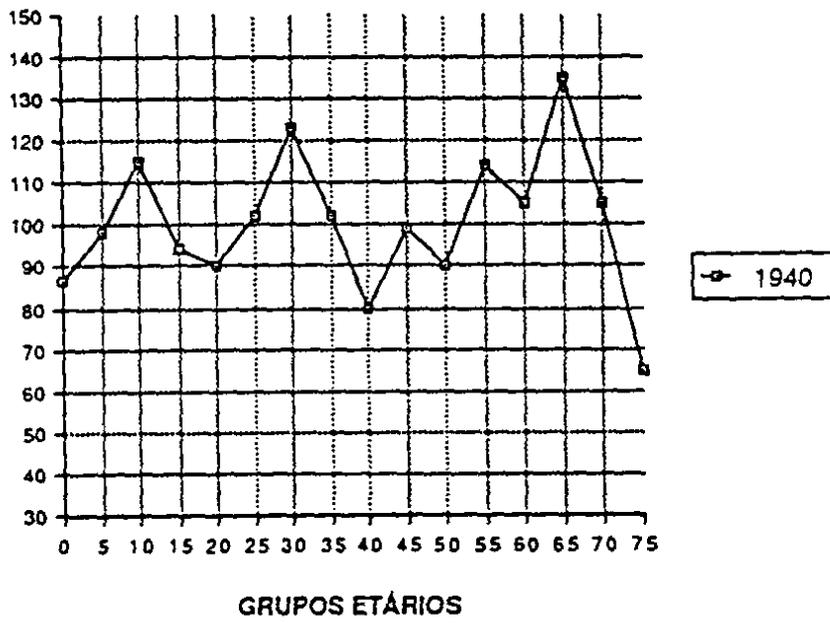
### PORTO SANTO -1920



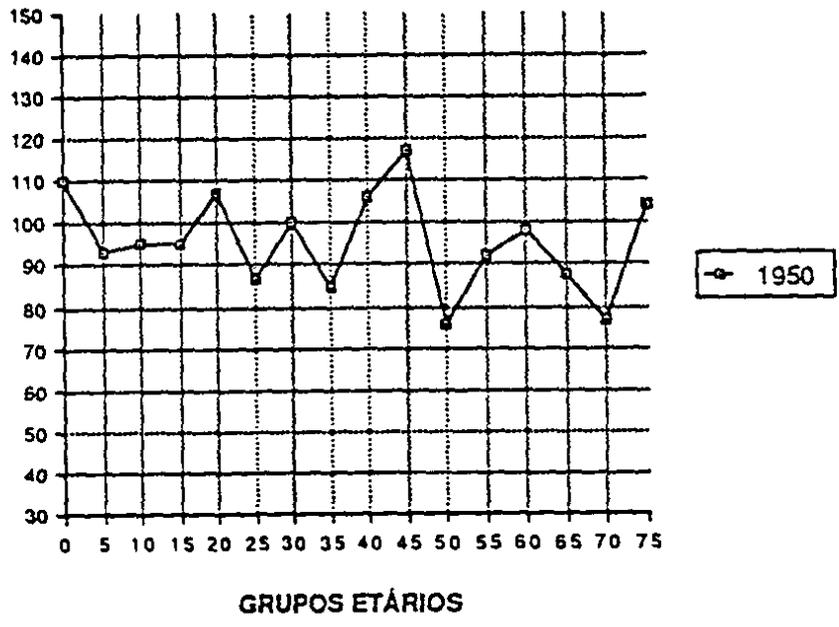
### PORTO SANTO -1930



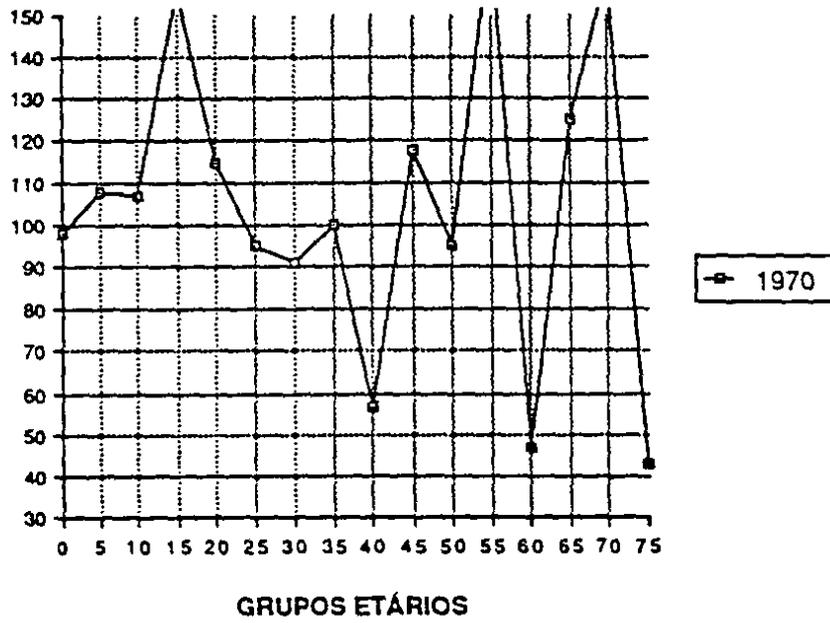
PORTO SANTO - 1940



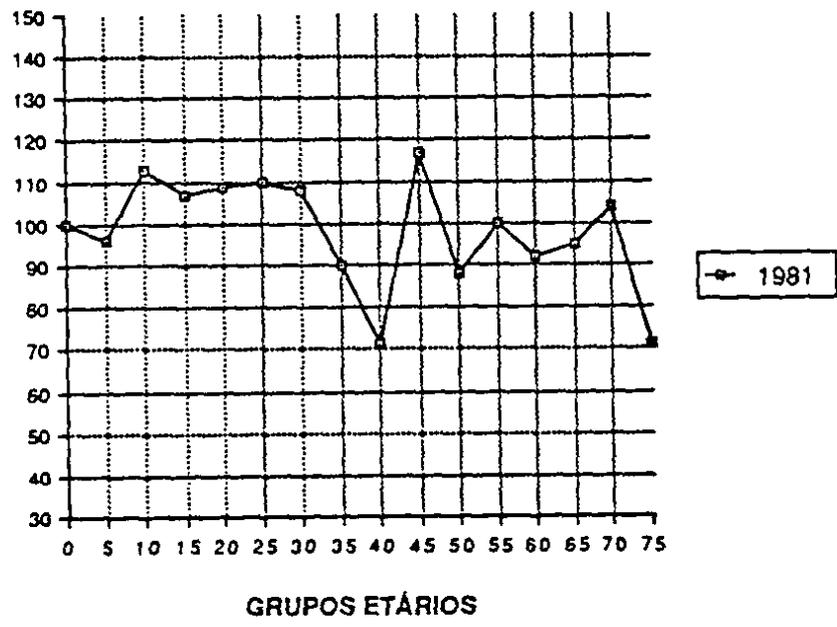
PORTO SANTO - 1950



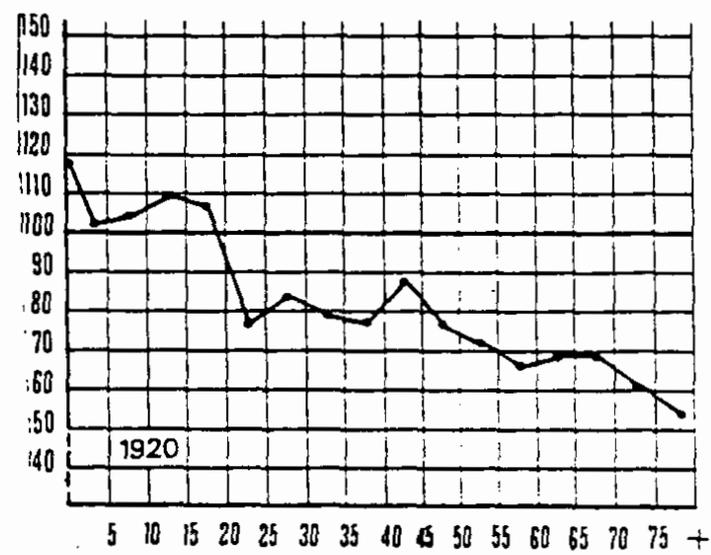
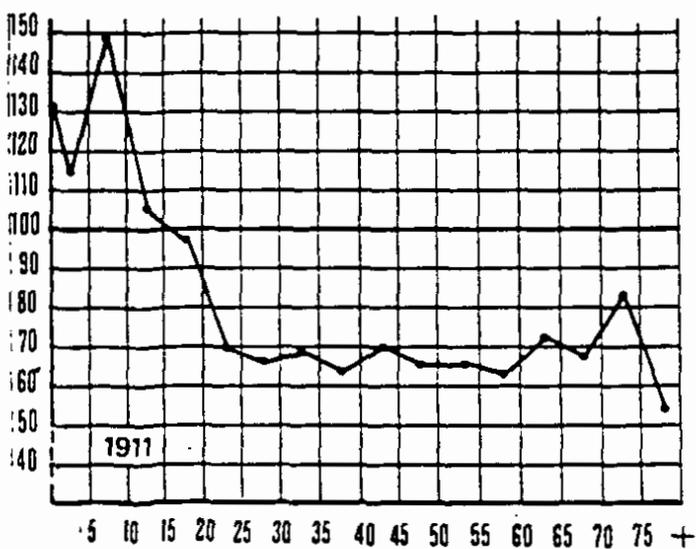
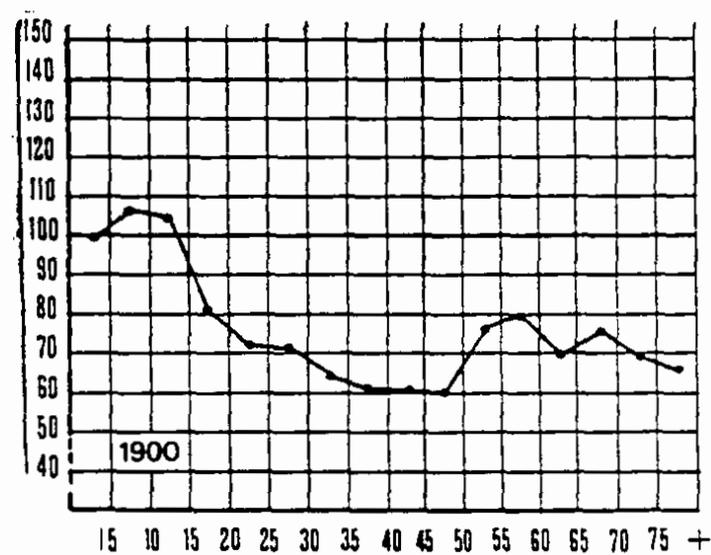
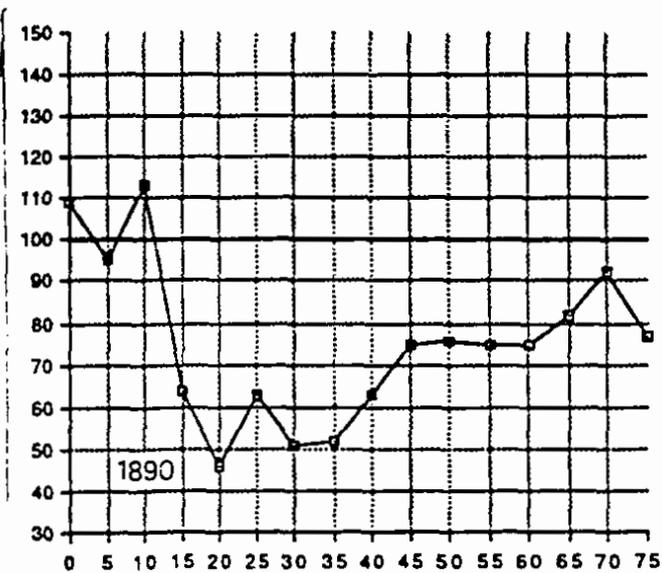
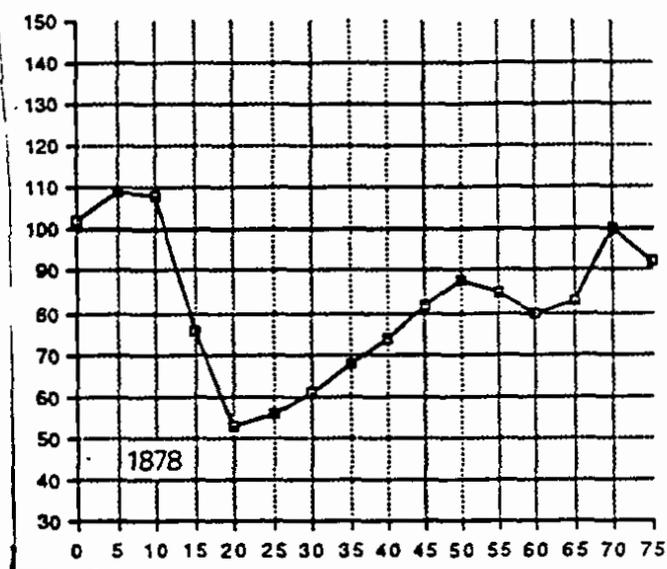
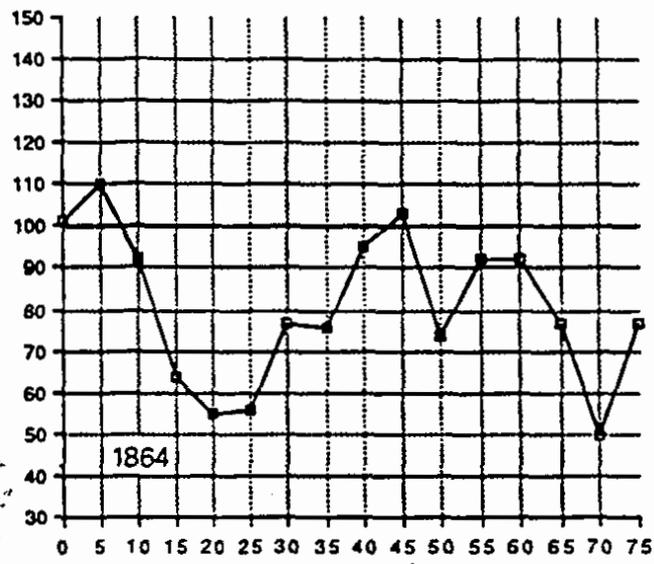
PORTO SANTO - 1970



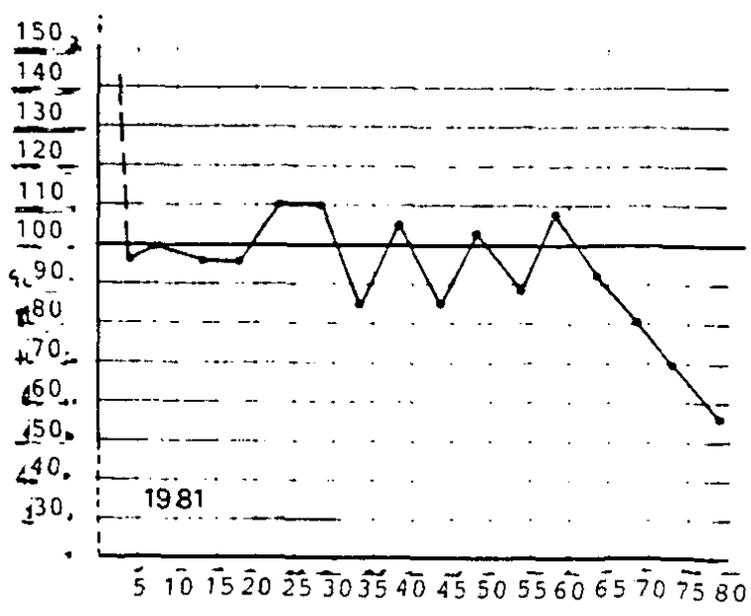
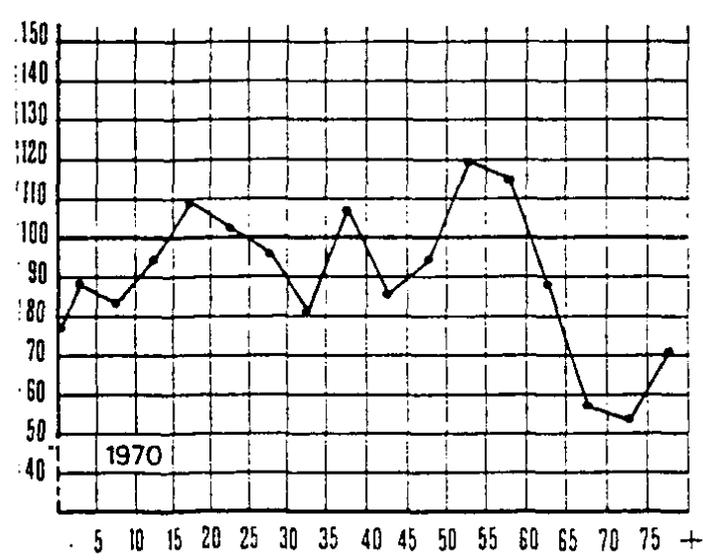
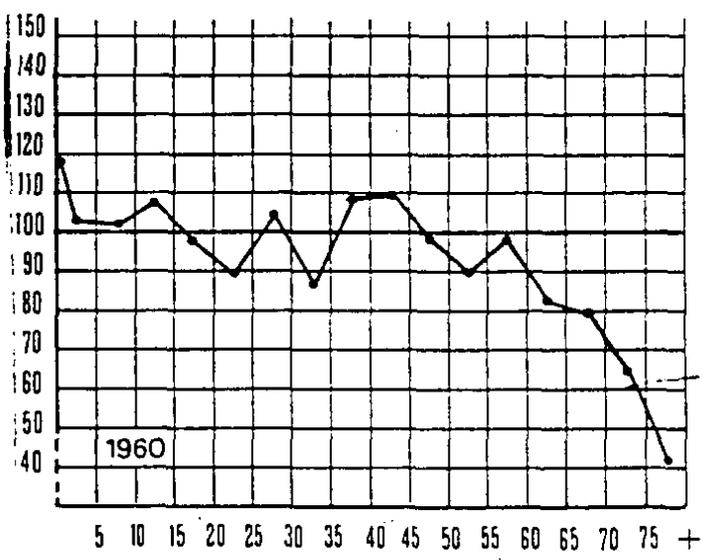
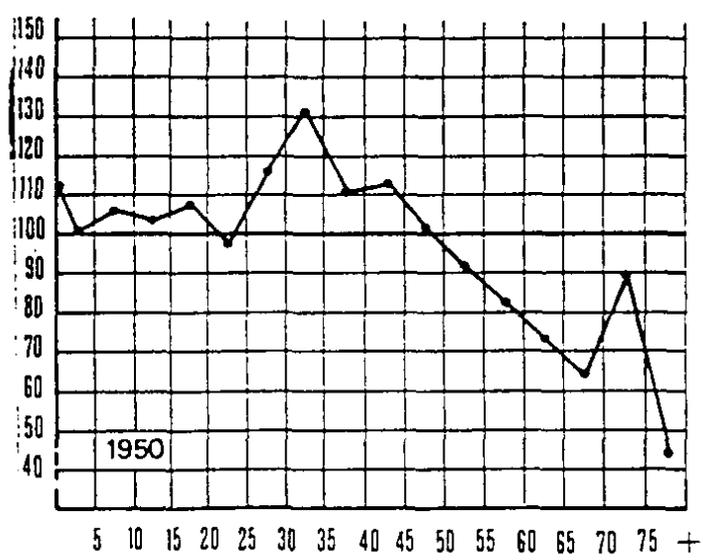
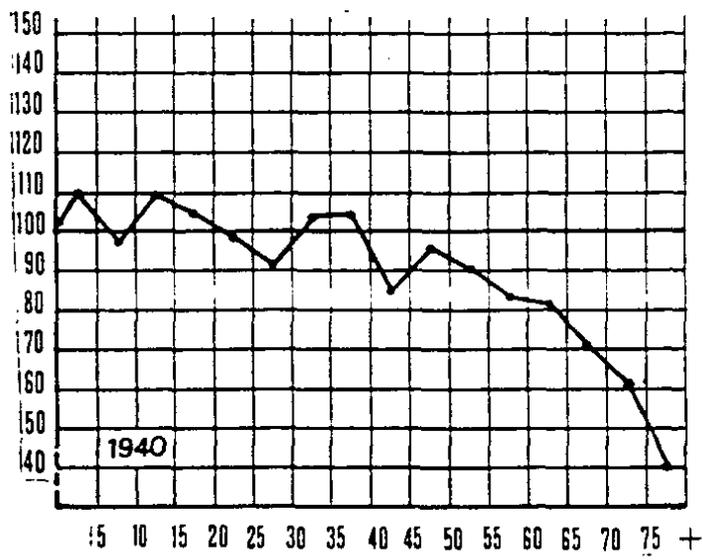
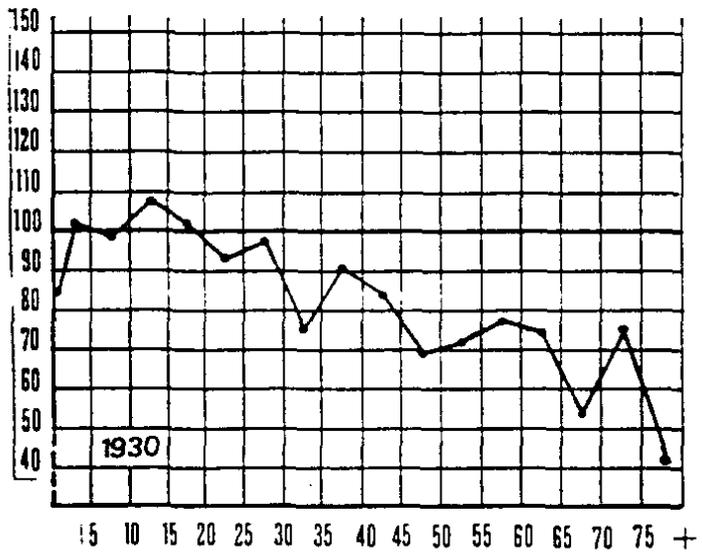
### PORTO SANTO - 1981



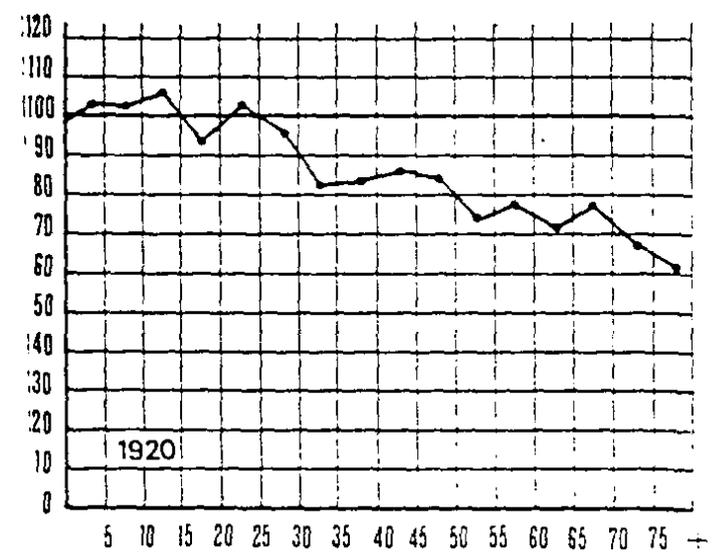
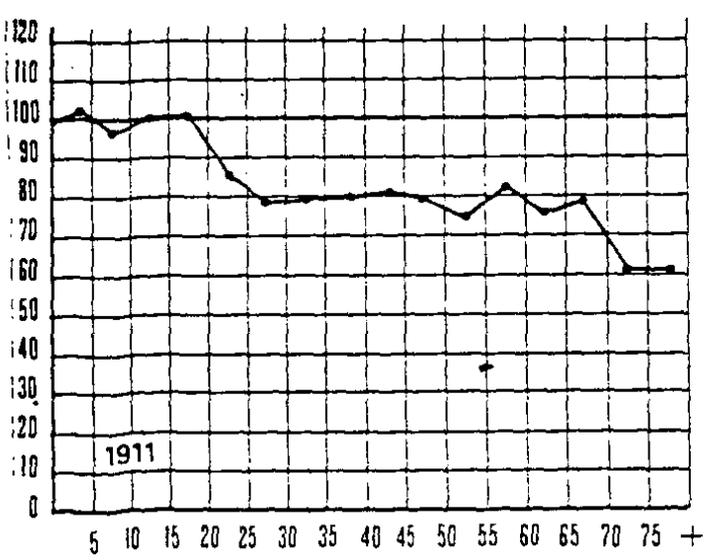
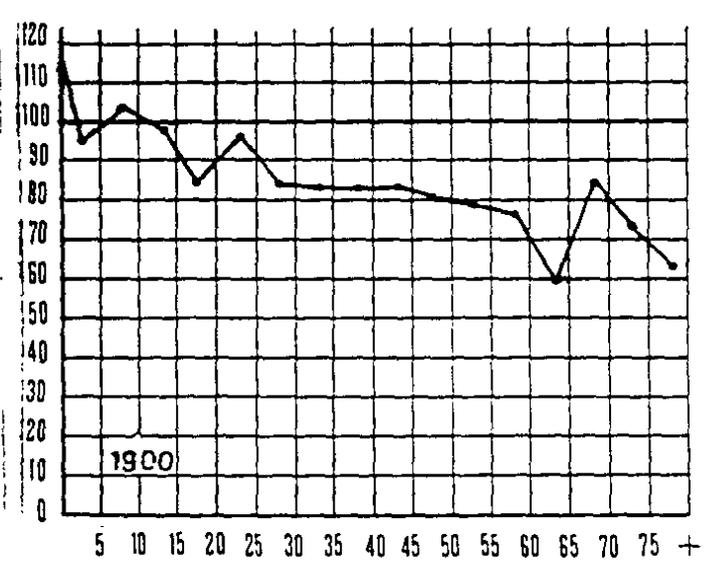
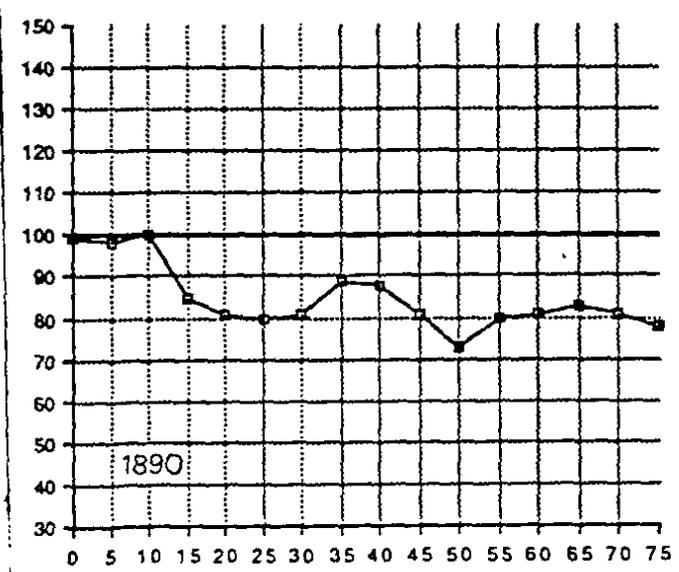
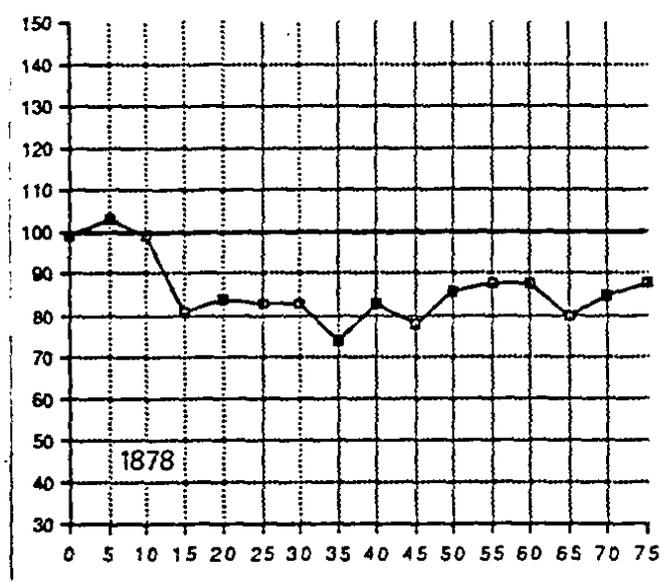
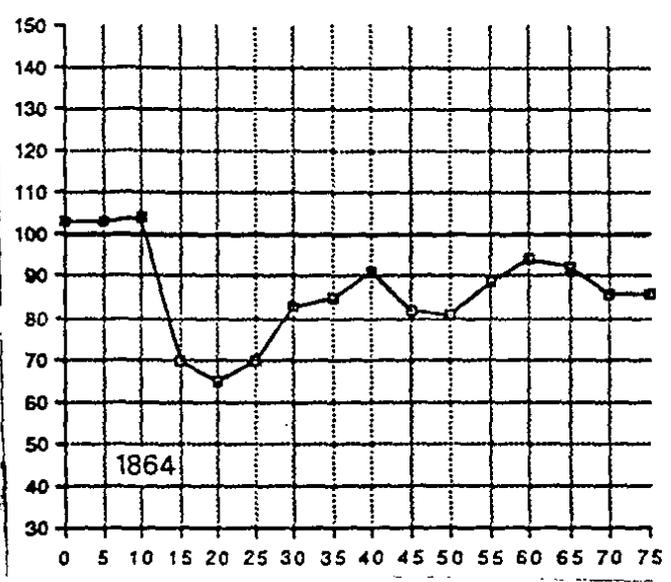
EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DE SANTA MARIA, DE 1864 A 1981



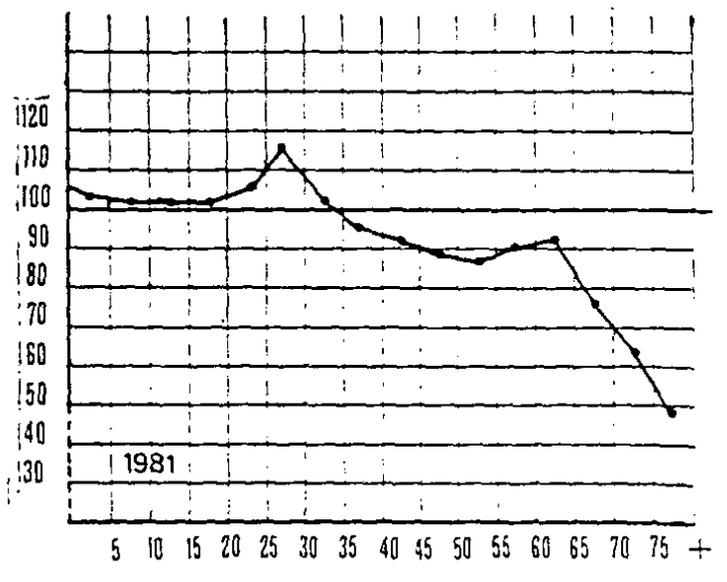
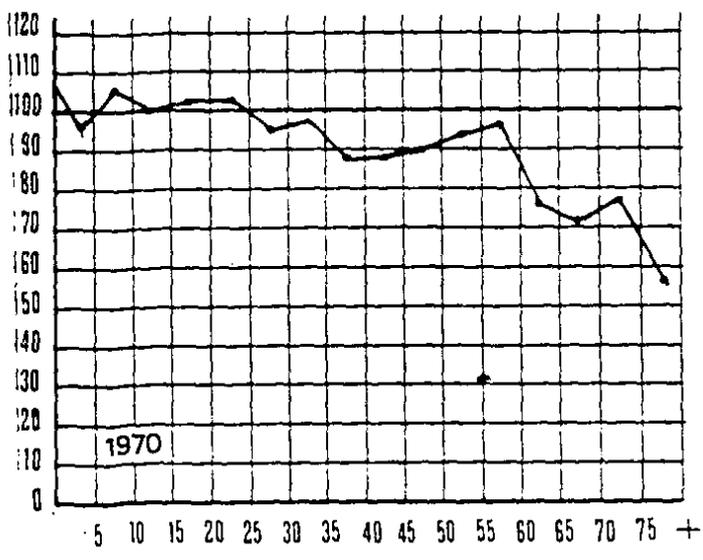
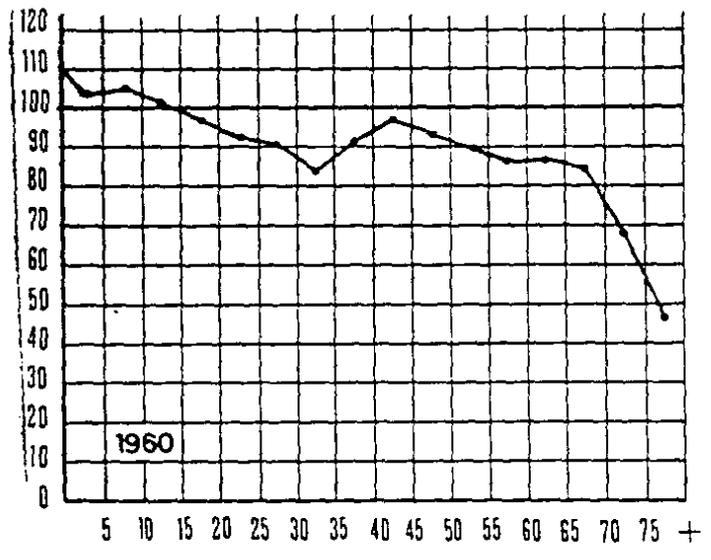
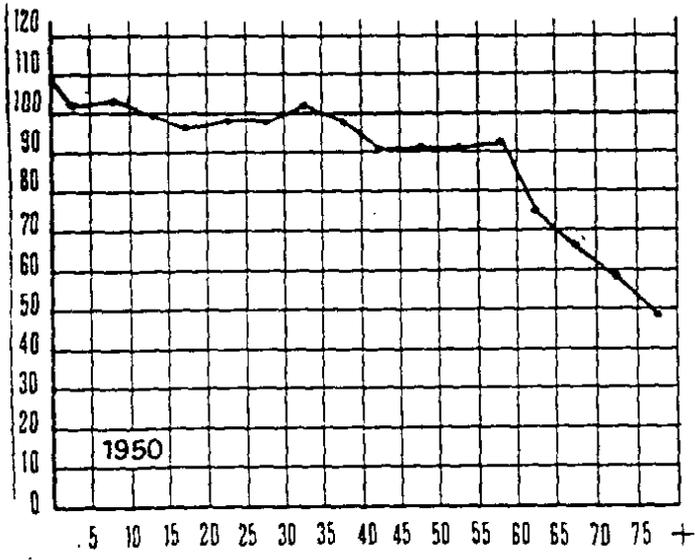
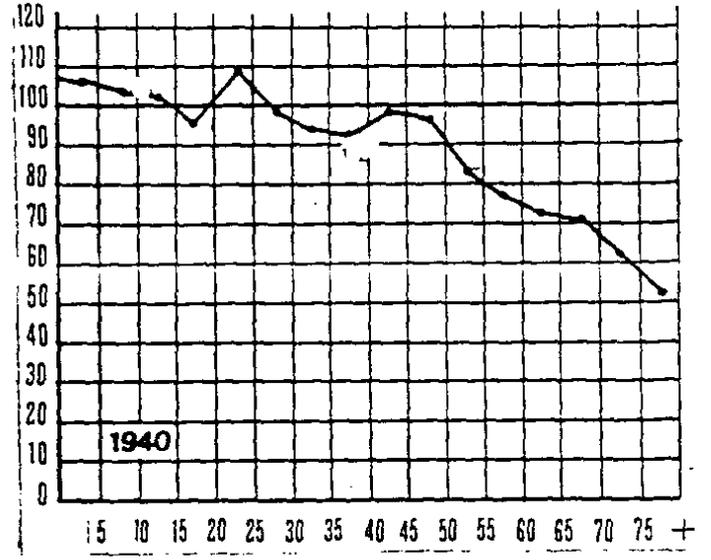
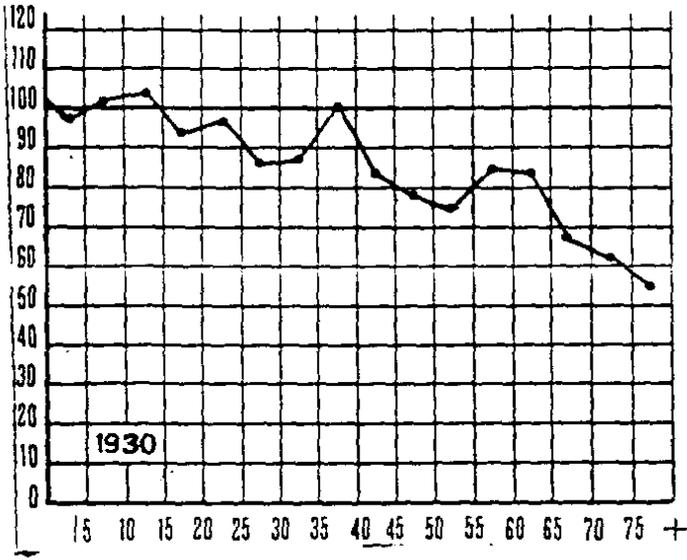
### EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DE SANTA MARIA, DE 1864 A 1981



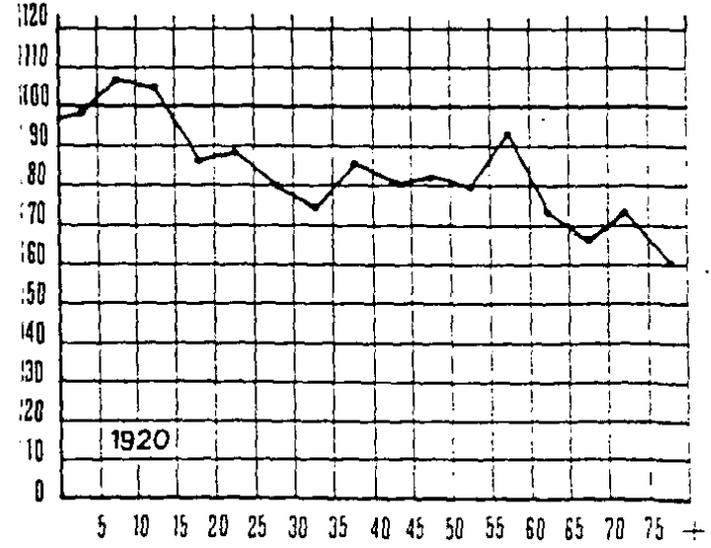
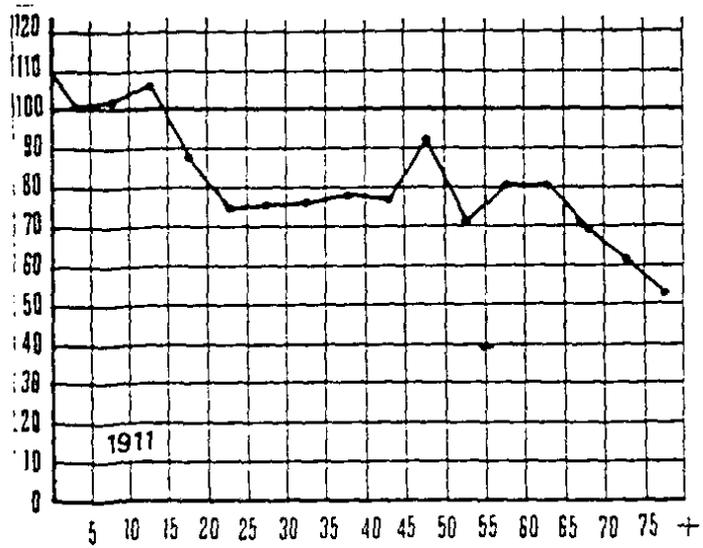
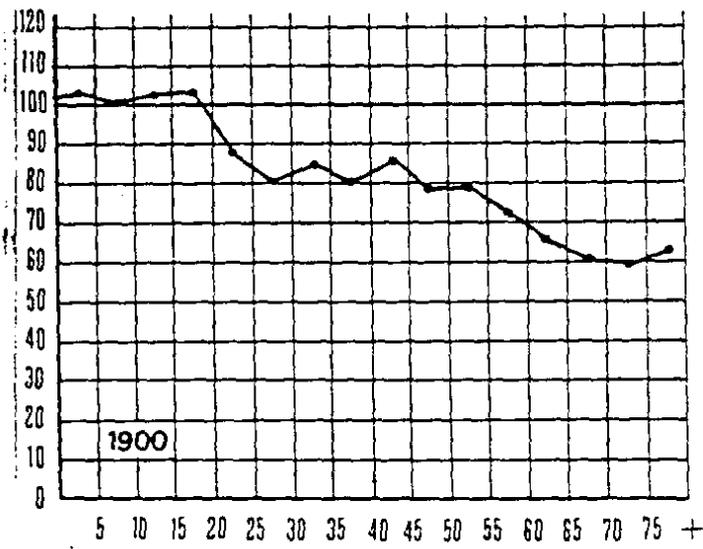
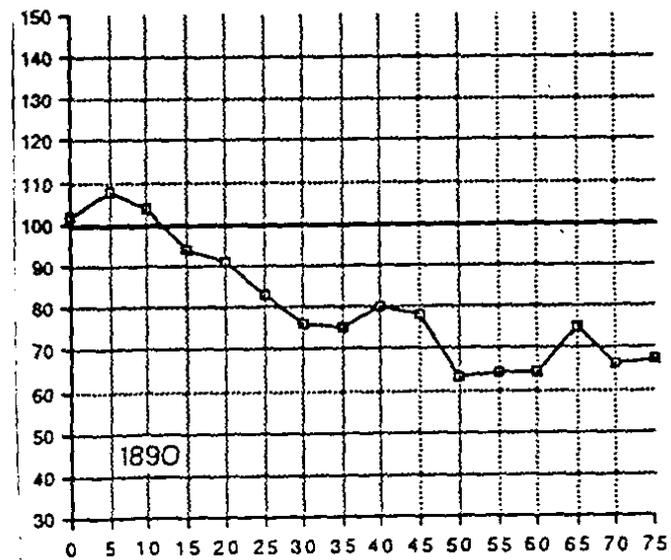
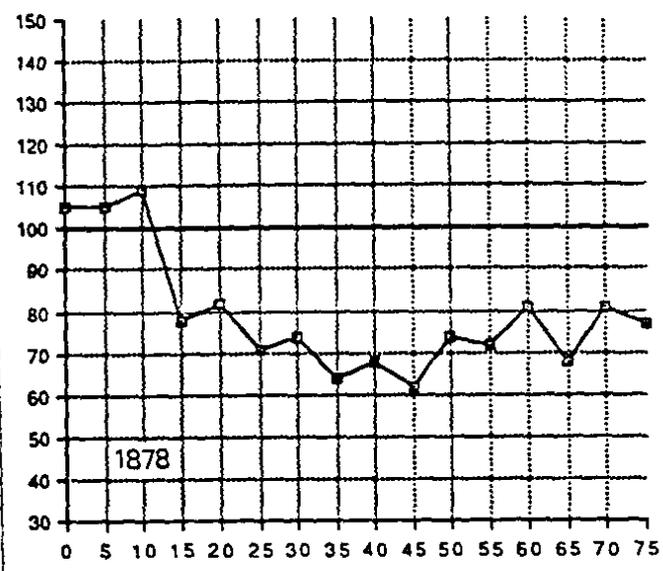
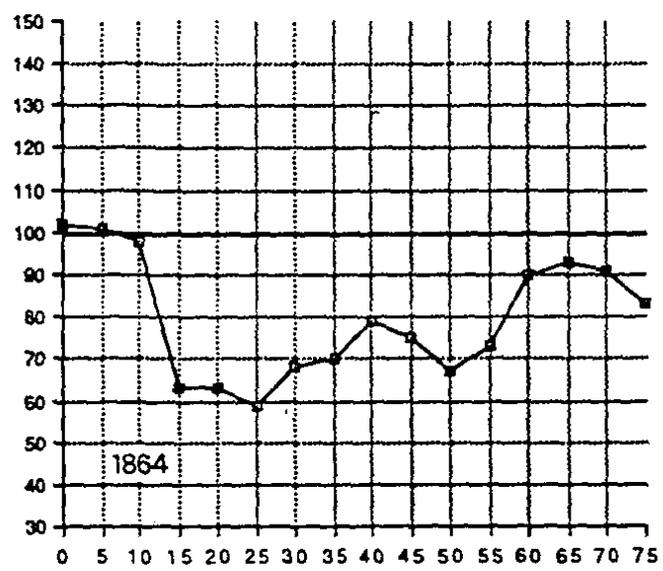
### EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DE SÃO MIGUEL, DE 1864 A 1981



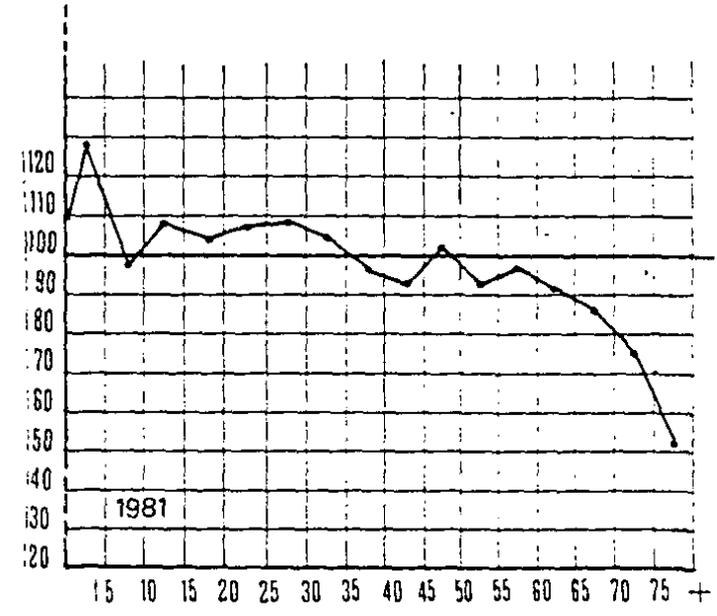
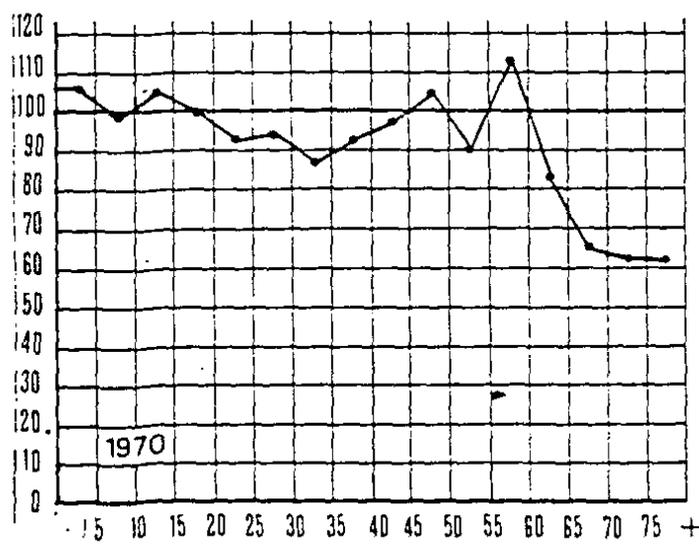
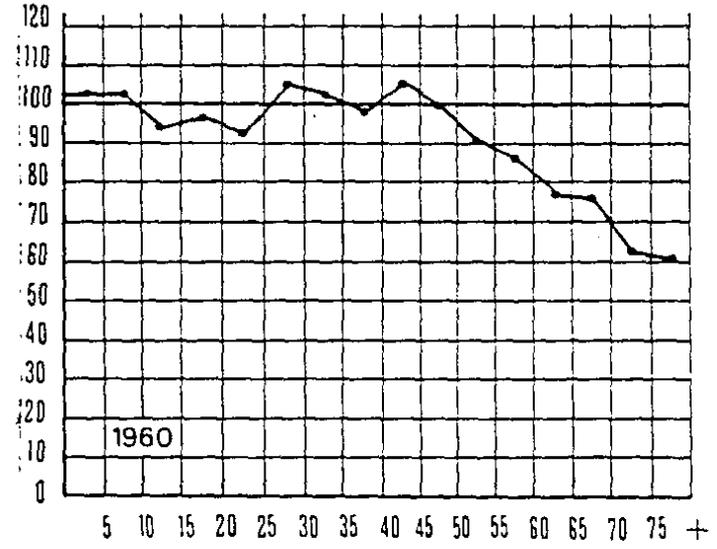
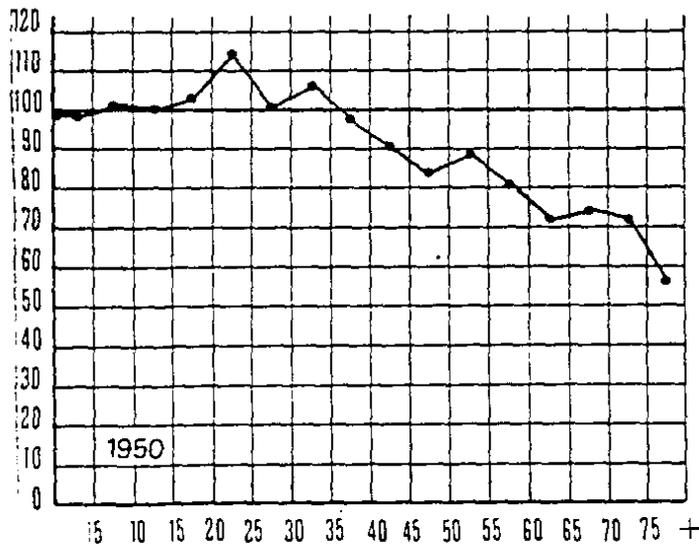
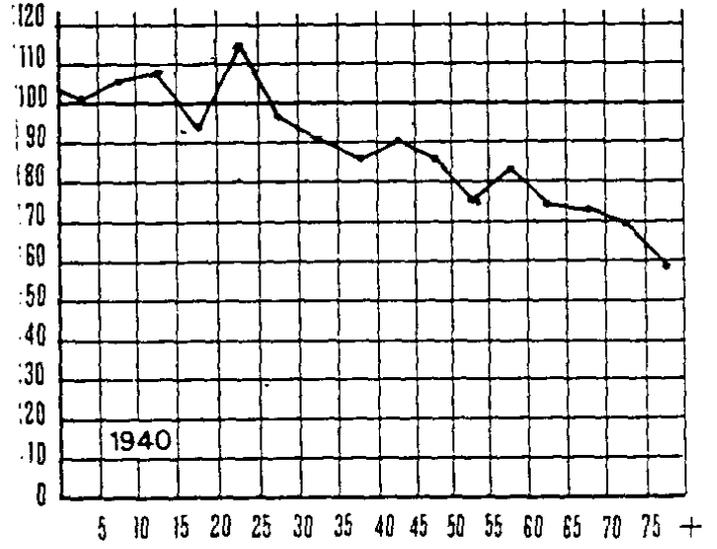
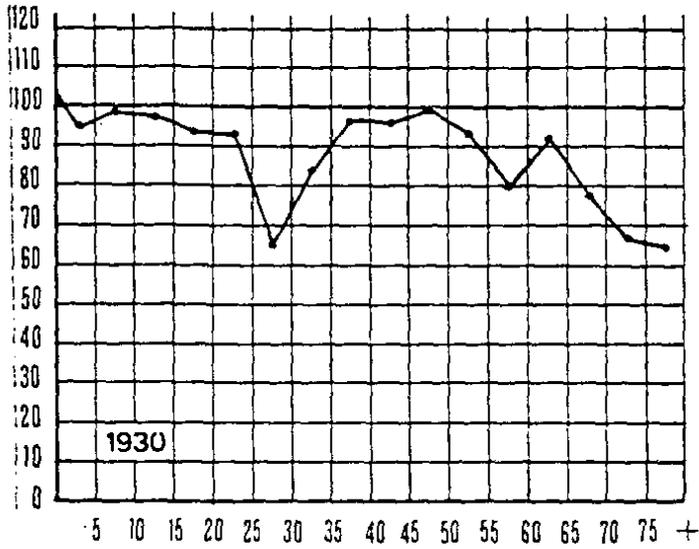
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DE SÃO MIGUEL, DE 1864 A 1981



# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DA TERCEIRA, DE 1864 A 1981



### EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DA TERCEIRA, DE 1864 A 1981



Não podemos deixar de relevar que é nos finais do século passado que a Relação de Masculinidade nos activos mais jovens é mais desequilibrada.

Ainda que com uma tendência similar às outras ilhas açorianas já analisadas, S. Jorge tem no período inicial um desequilíbrio particularmente acentuado, registando as Relações de Masculinidade na idade activa, principalmente nos mais jovens, quantitativos bastante baixos, por vezes inferiores a 40. Tal como na Graciosa os últimos anos caracterizam-se, fundamentalmente, por uma enorme oscilação entre os vários grupos de idade.

O Pico, com uma enorme diferença entre o número de homens e mulheres em idade activa entre 1864 e 1920, fundamentalmente nas primeiras décadas, regista um progressivo equilíbrio, ainda que os últimos anos apresentam uma grande irregularidade entre os diversos escalões etários.

No Faial, as características e evolução são semelhantes a outras ilhas nomeadamente S. Jorge e Pico. Queremos unicamente relevar a situação excepcional do ano de 1960, onde os homens são sempre em número inferior ao das mulheres, com uma única excepção para os primeiros anos de vida - 0-4 anos.

Durante todo o período encontramos nas Flores uma das mais acentuadas diferenças entre o número de habitantes do sexo masculino e feminino, com especial relevo para as idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, situação esta que melhor se evidencia no período de 1864 a 1930. Em 1970 existem quantitativos bastante desiguais nos vários grupos etários e oscilações nas Relações de Masculinidade, com valores maiores e menores que 100 em praticamente todos os grupos de idade.

No Corvo relevamos as fortes oscilações e uma permanente irregularidade, a que não é alheia a sua diminuta dimensão populacional. Porém, é tam

bém nos anos mais recuados que o deficiente número de elementos do sexo masculinidade em idade activa surge de um modo mais constante.

De um modo genérico, no estudo da variável sexo podemos, nos Açores, considerar dois períodos nitidamente diferenciados. O primeiro que vai de 1864 até 1940, em que existe um desequilíbrio acentuado e profundamente diferenciado entre as ilhas,

ainda que progressivamente atenuado, e um segundo, com início em 1940, onde as desigualdades já não se apresentam tão pronunciadas e em que o efectivo numérico masculino se aproxima do feminino.

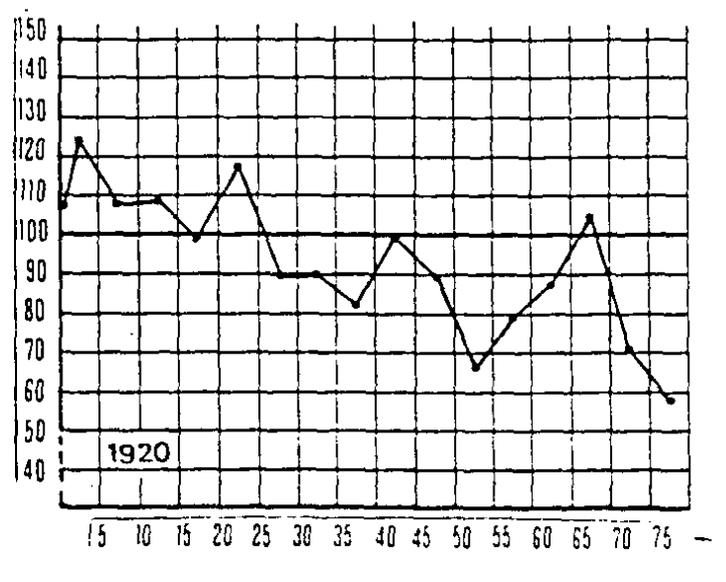
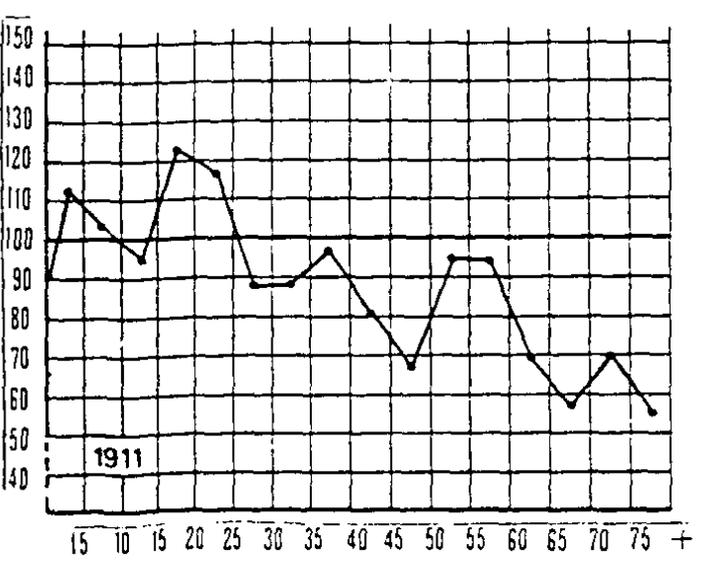
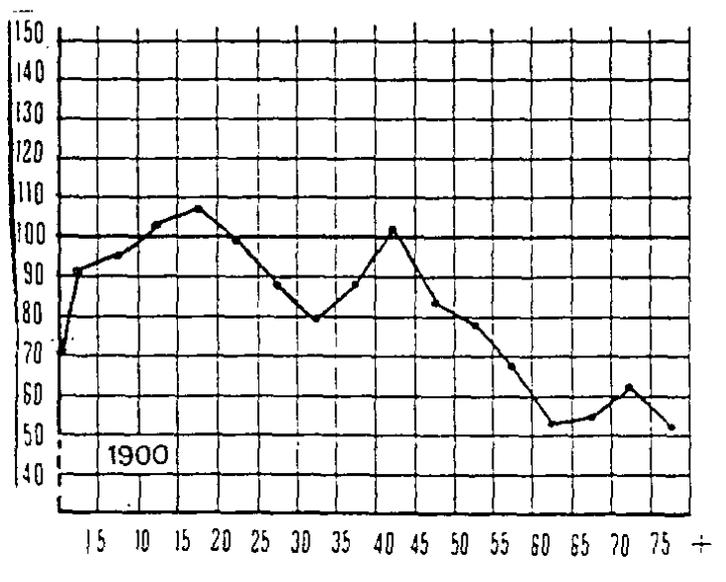
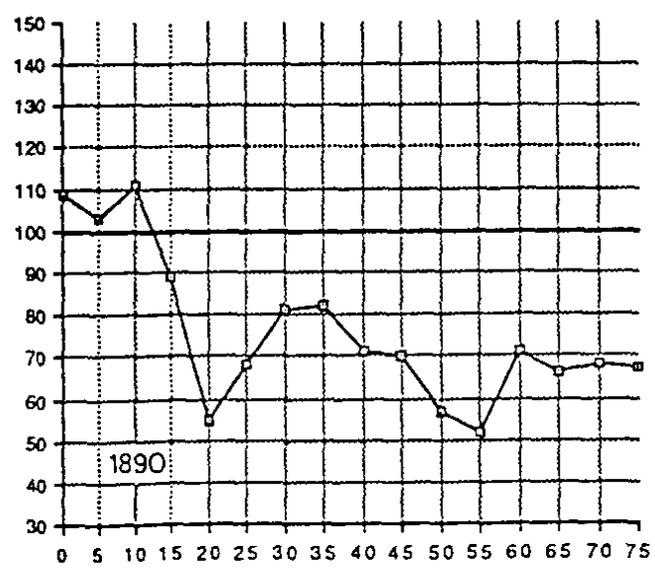
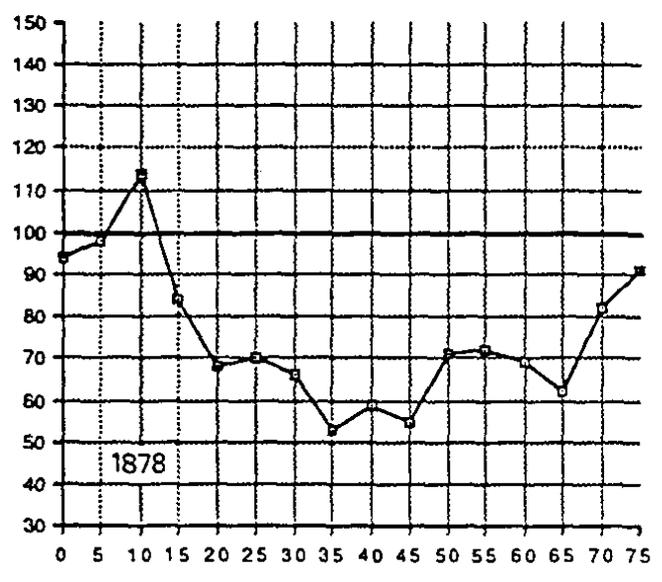
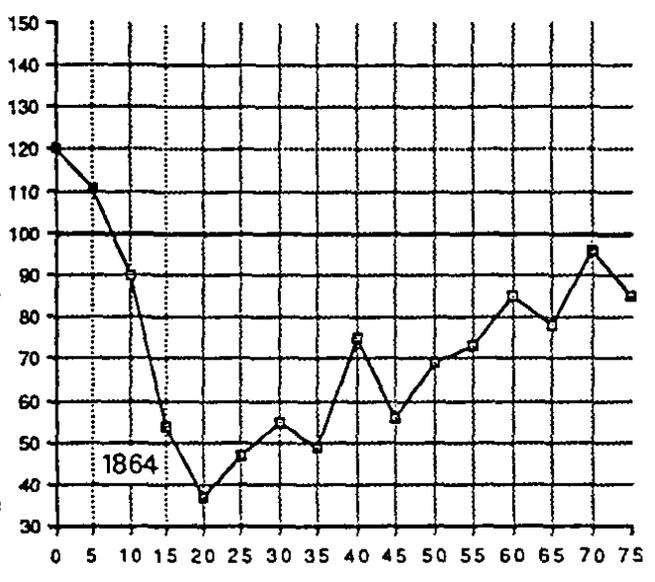
Na ilha da Madeira, contrariamente, não observamos esta tendência para equilíbrio, que se alarga ao longo dos anos a maior número de escalões etários. Porto Santo, por seu lado regista uma evolução similar à dos Açores.

A unidade na evolução de cada arquipélago é, pois nesta variável, um ponto de divergência, diferentemente do que observamos aquando da variável idade, onde a heterogeneidade era fundamentalmente uma característica açoriana.

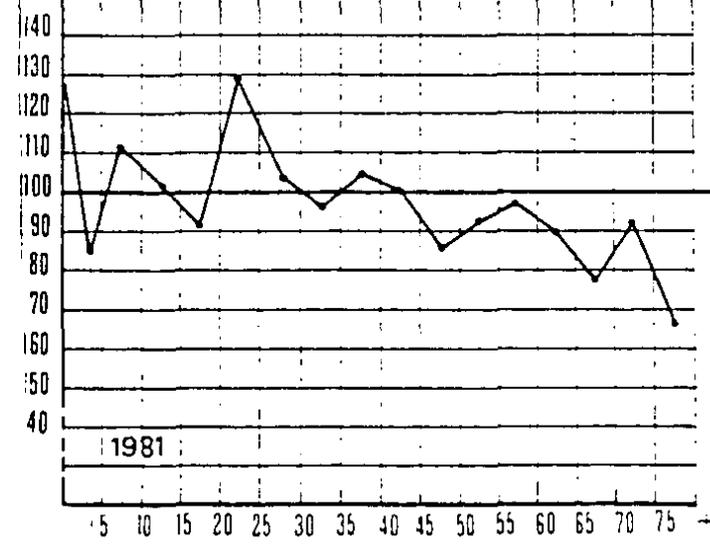
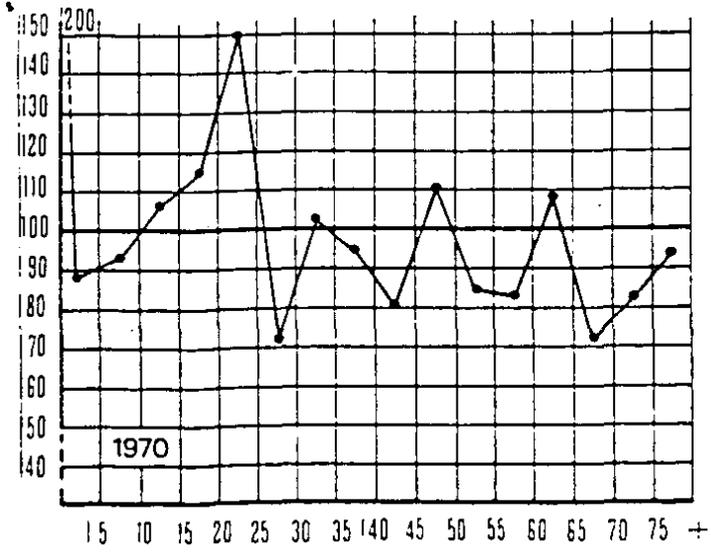
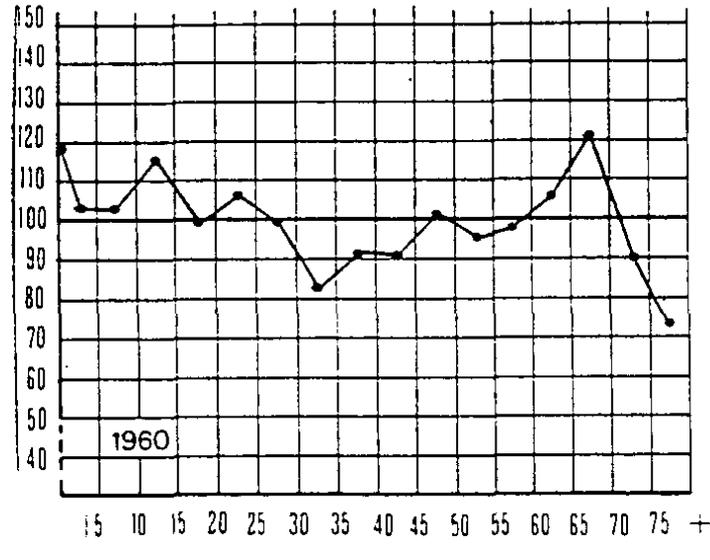
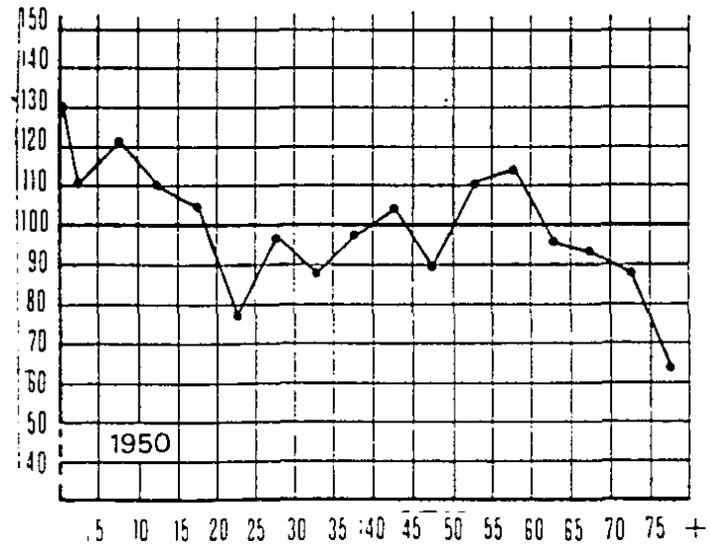
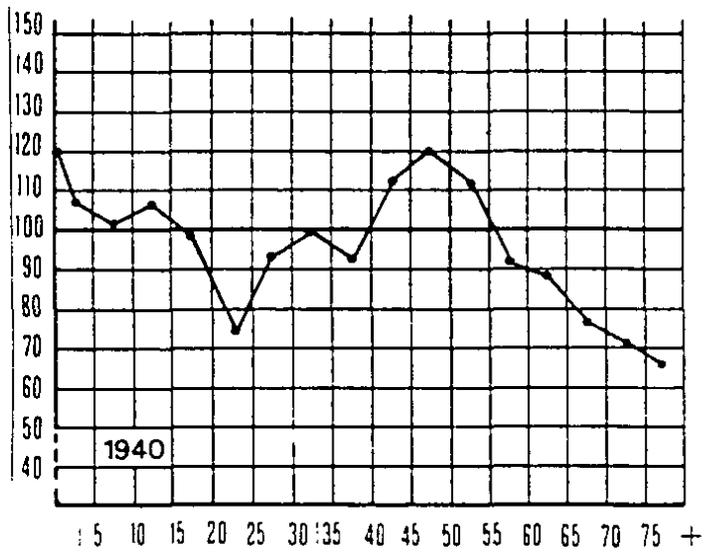
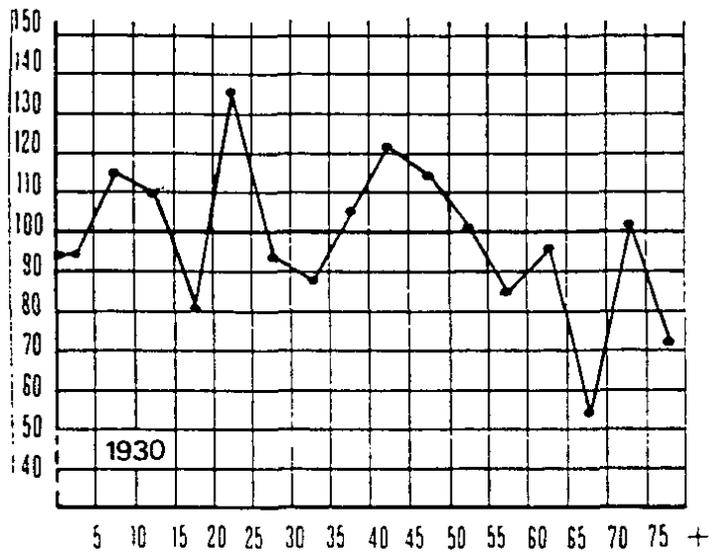
A unidade na estrutura demográfica das ilhas portuguesas respeita, fundamentalmente ao envelhecimento populacional. Duplo envelhecimento, sem dúvida, que apresenta maior intensidade no topo. É, pois, mais pelo elevado número de idosos do que pelo menor número de jovens que este se faz sentir.

A diversidade no envelhecimento não distingue os dois arquipélagos. S. Miguel, a ilha mais jovem dos Açores, apresenta uma situação similar à Madeira e Porto Santo, ainda que bastante distinta das restantes ilhas do arquipélago a que pertence.

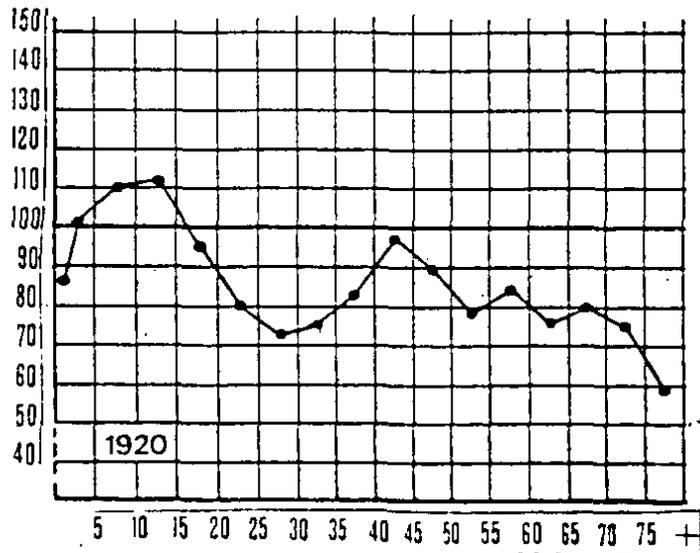
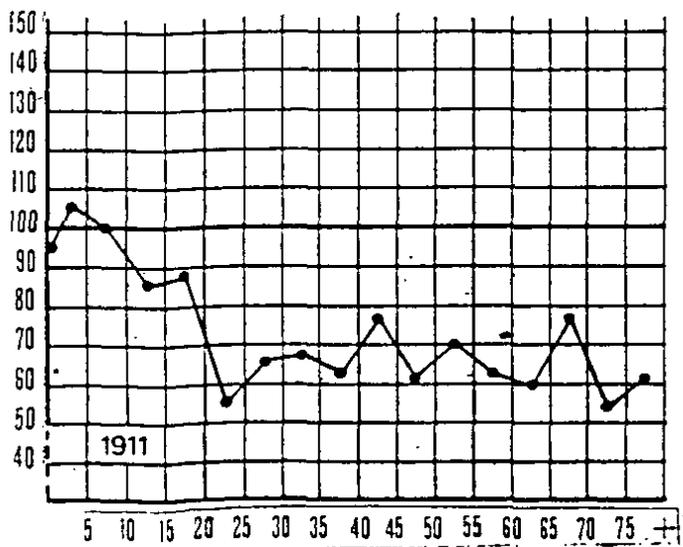
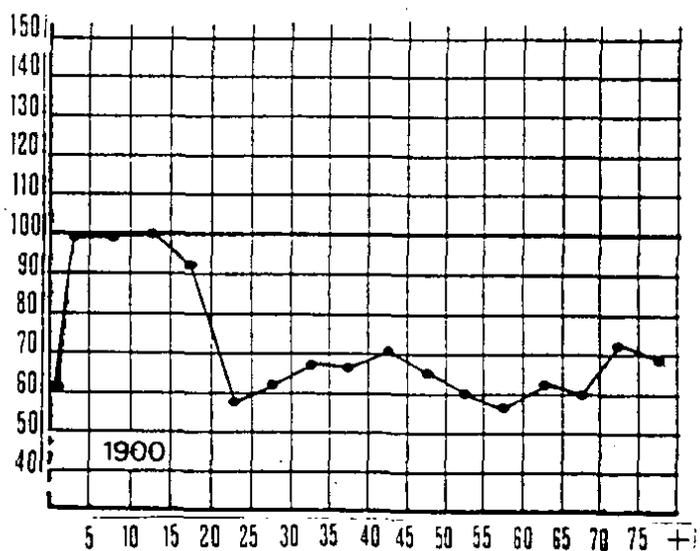
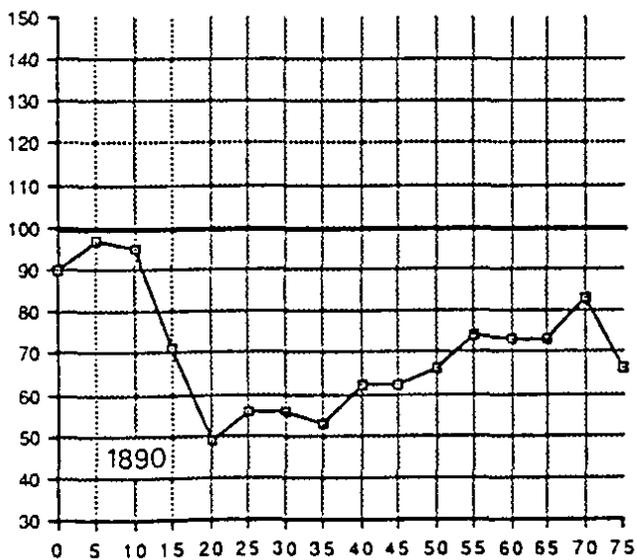
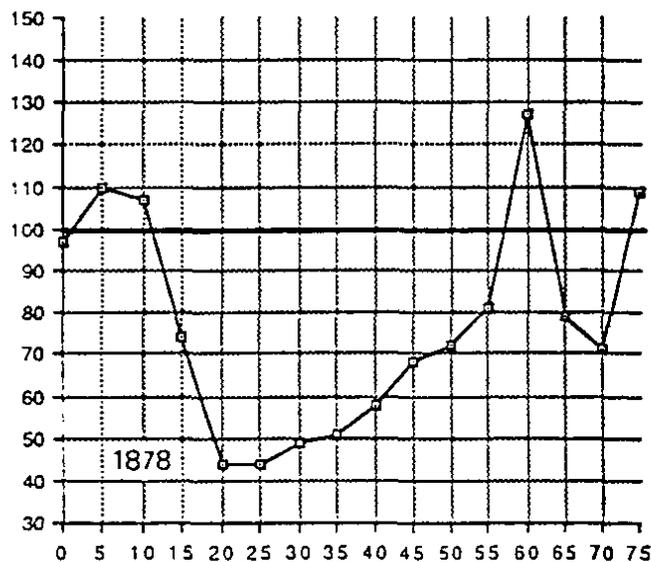
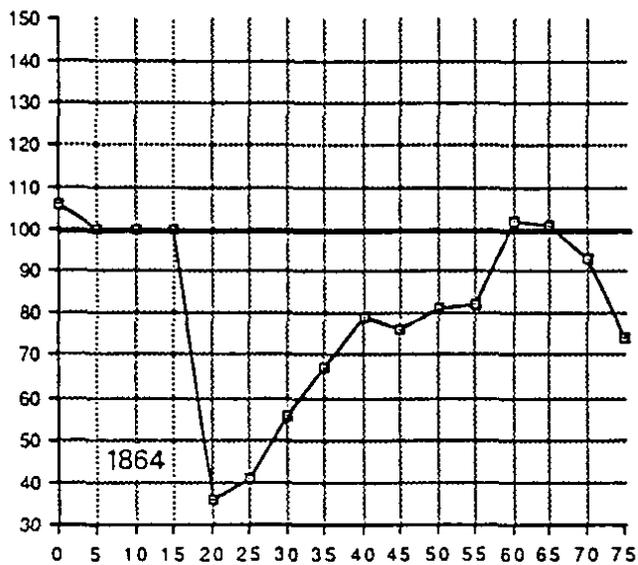
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DA GRACIOSA, DE 1864 A 1981



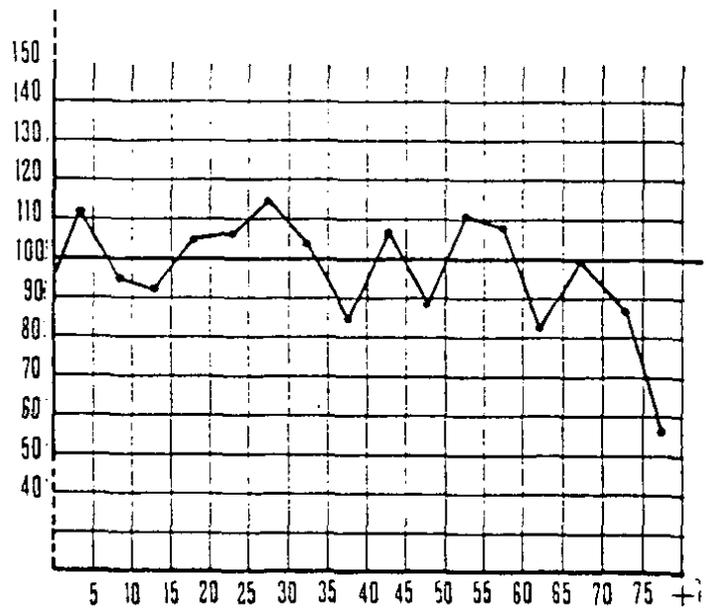
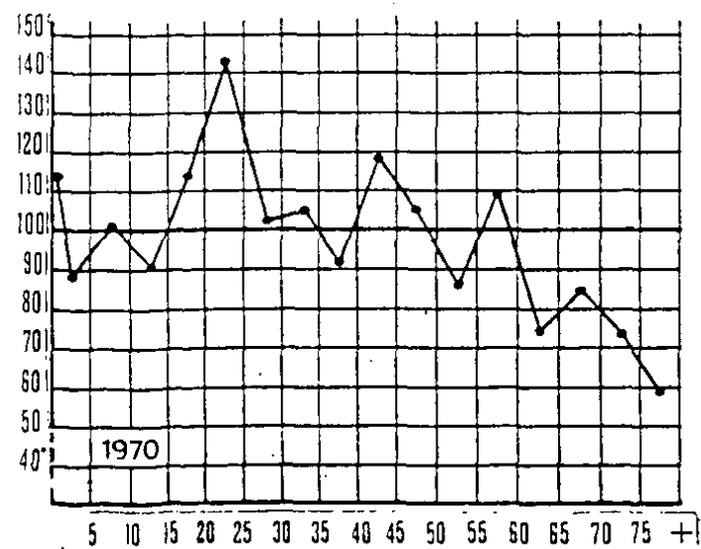
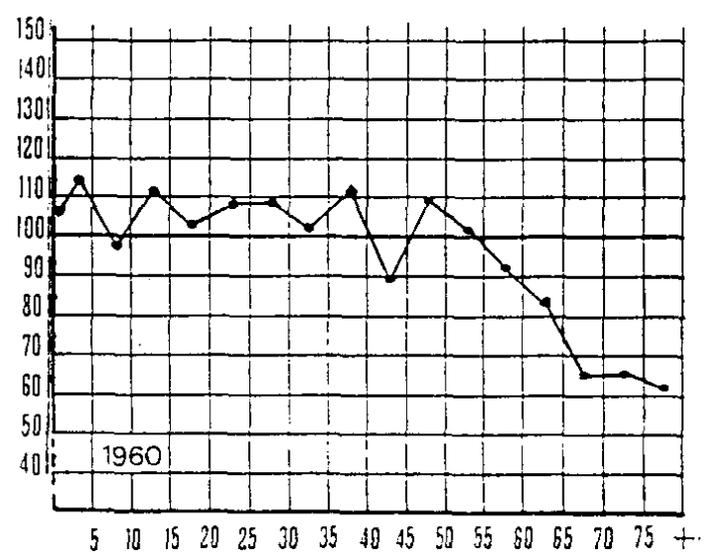
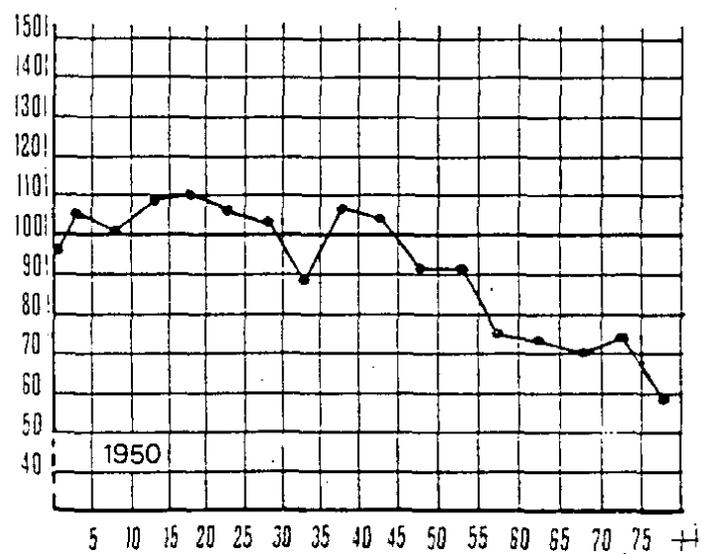
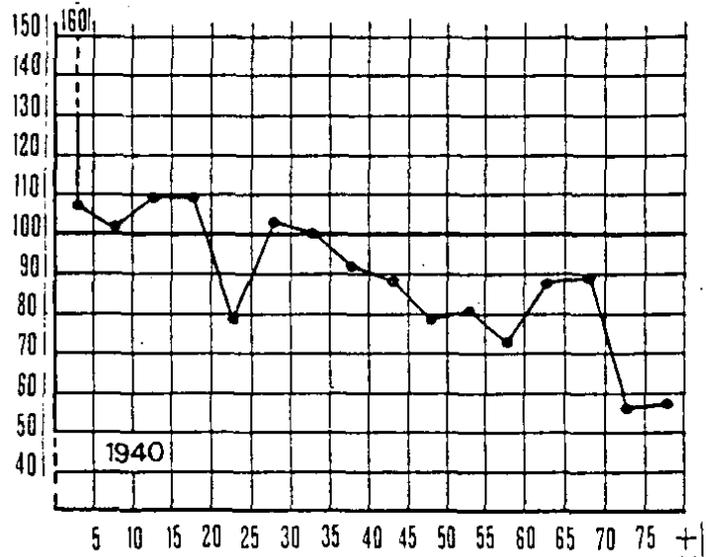
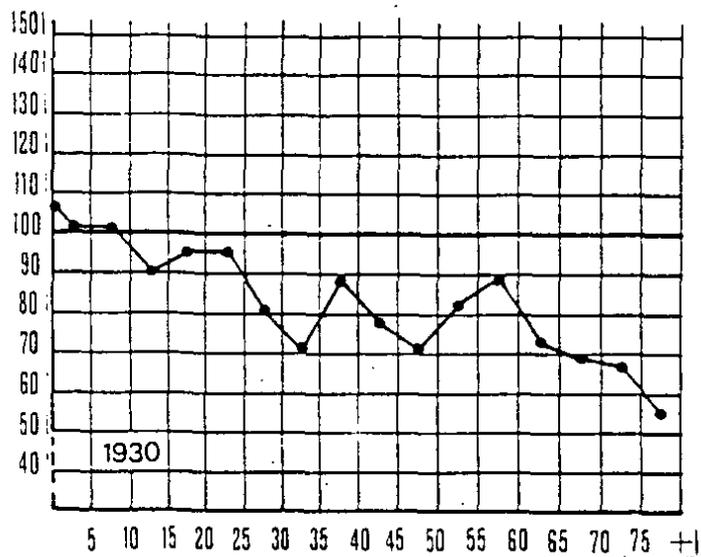
### EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DA GRACIOSA, DE 1864 A 1981



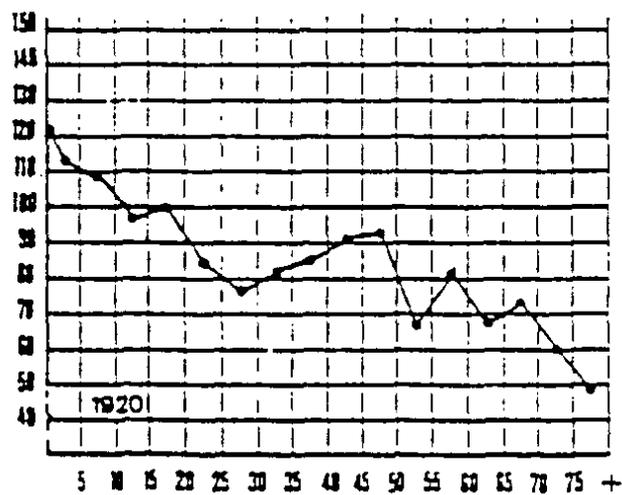
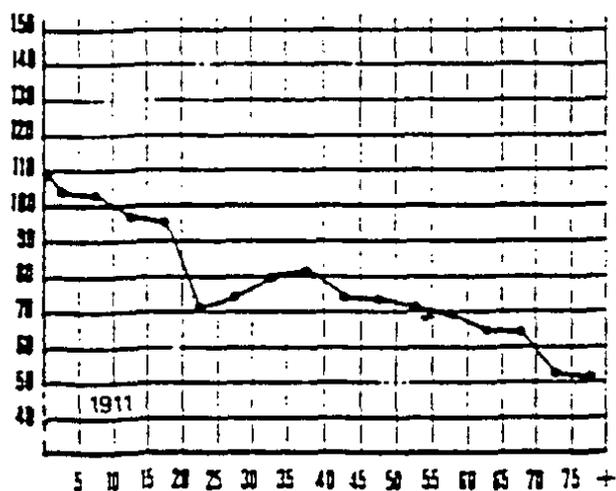
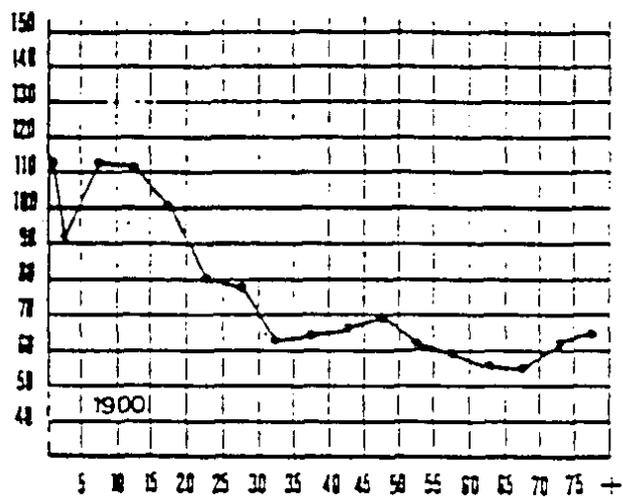
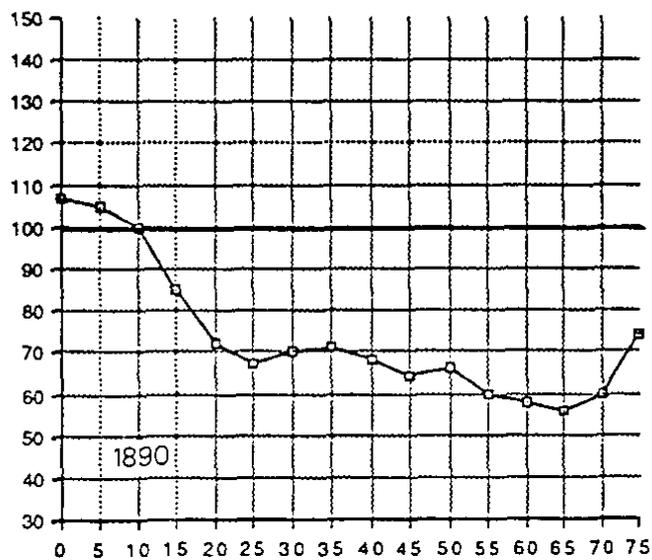
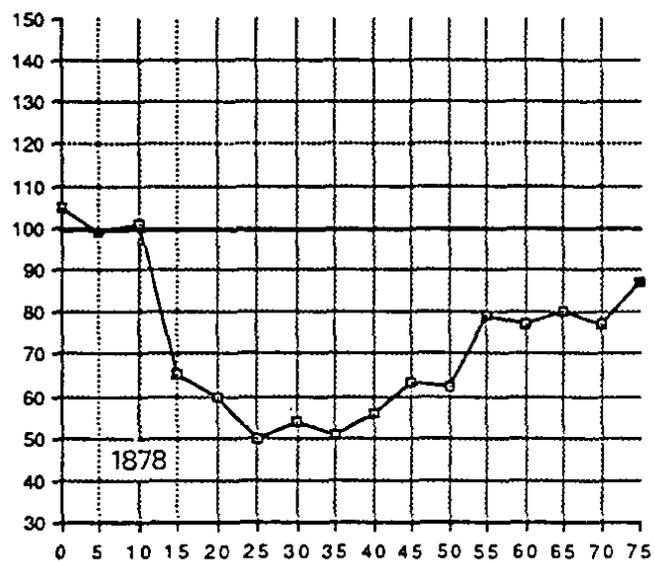
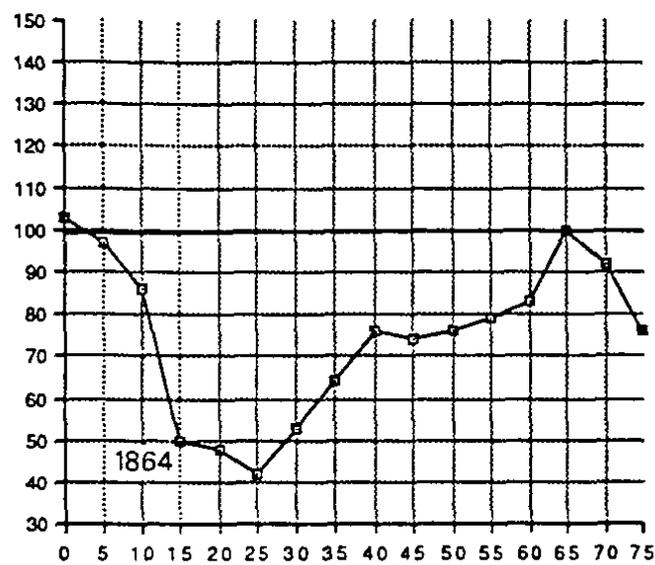
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DE SÃO JORGE, DE 1864 A 1981



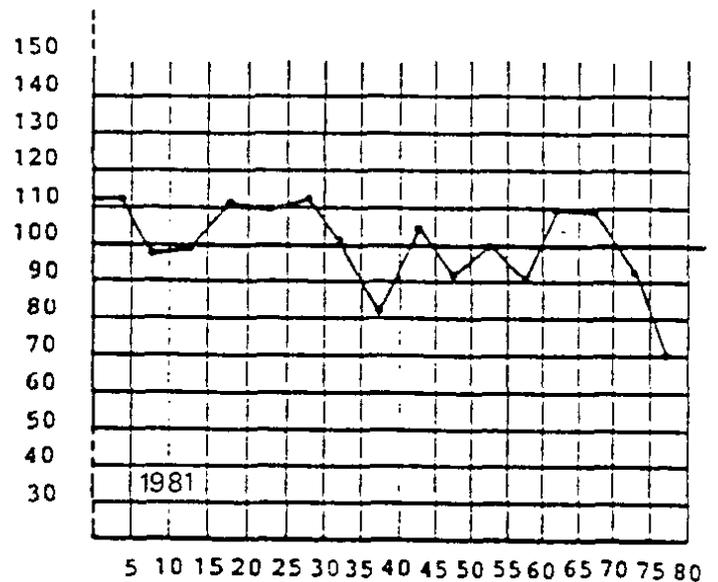
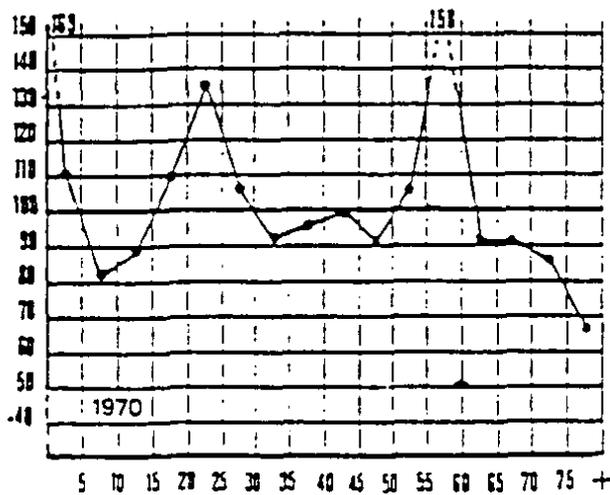
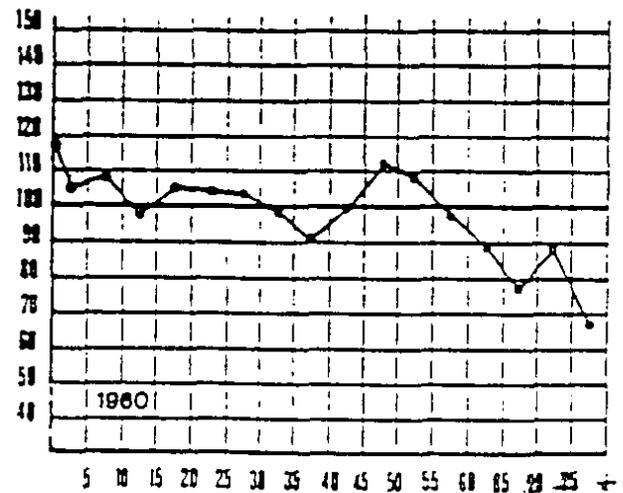
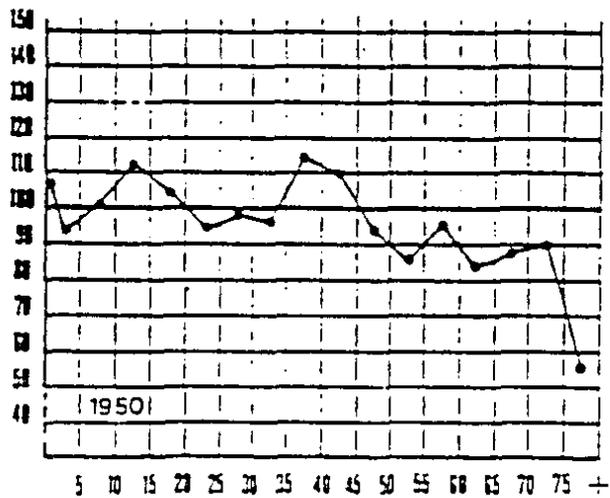
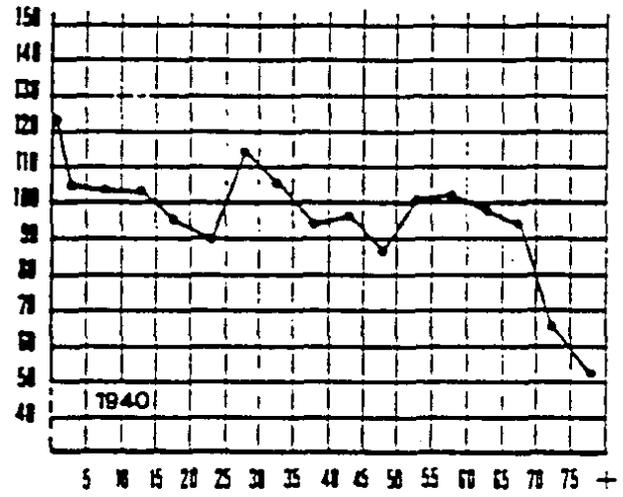
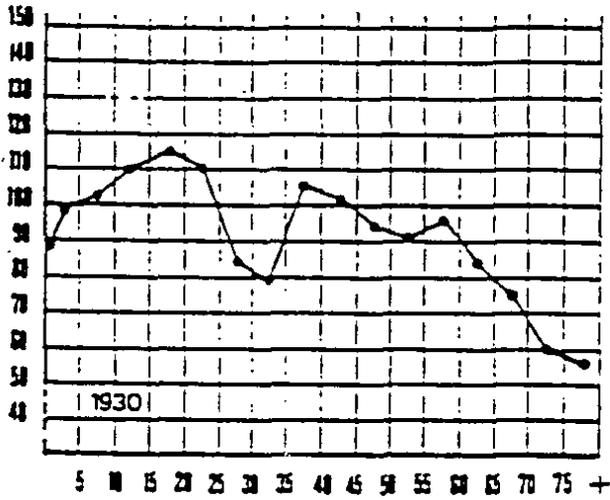
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DE SÃO JORGE, DE 1864 A 1981



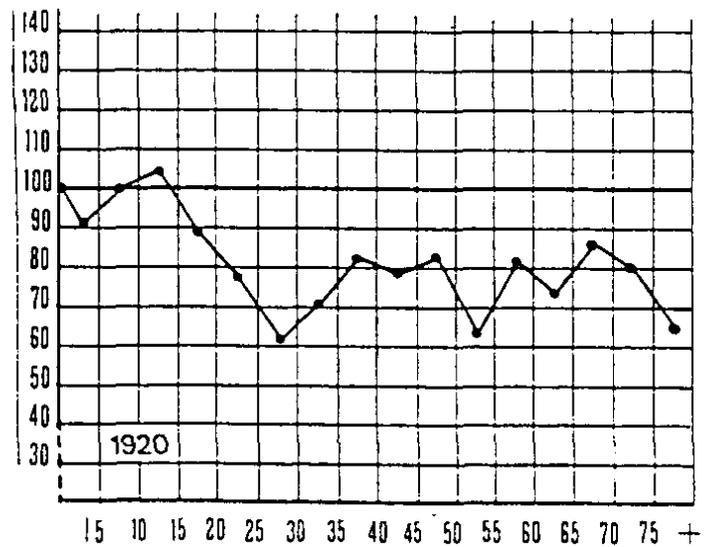
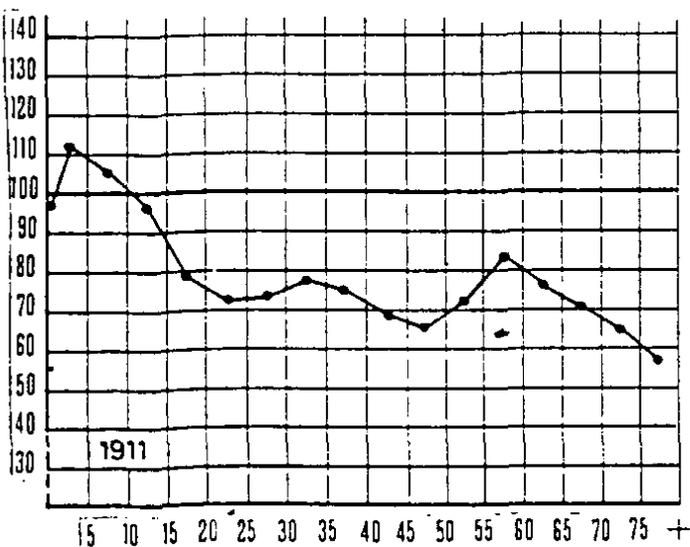
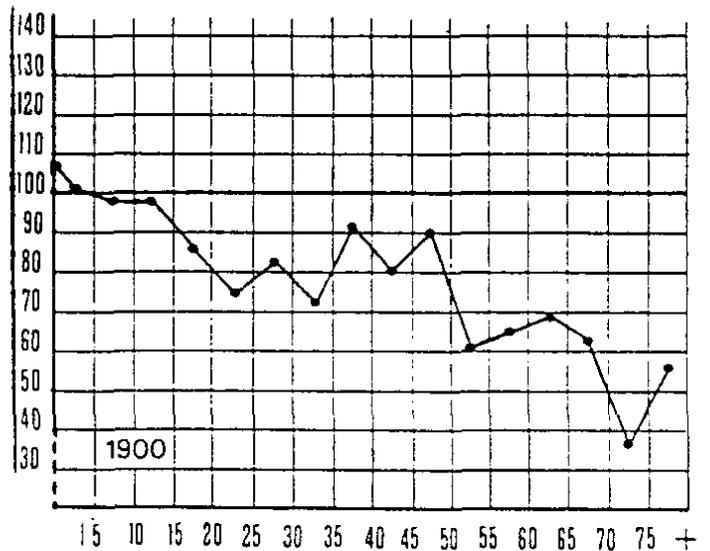
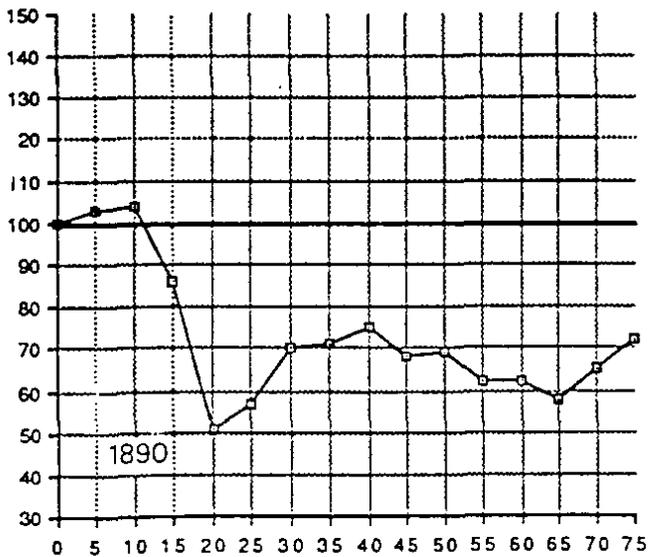
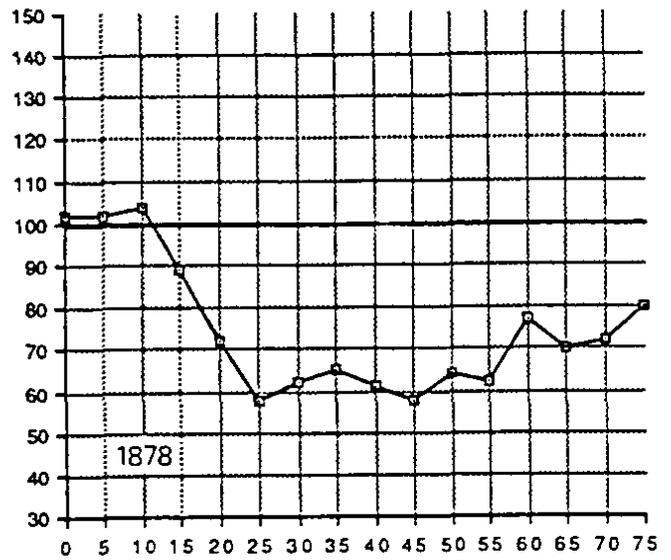
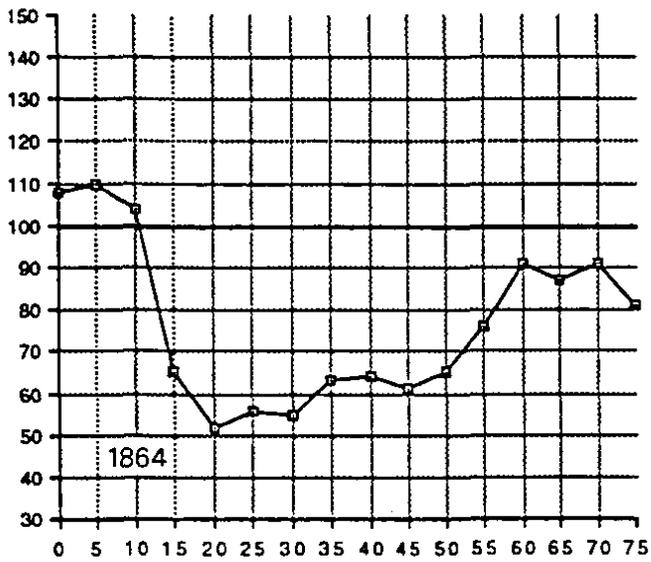
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DO PICO, DE 1864 A 1981



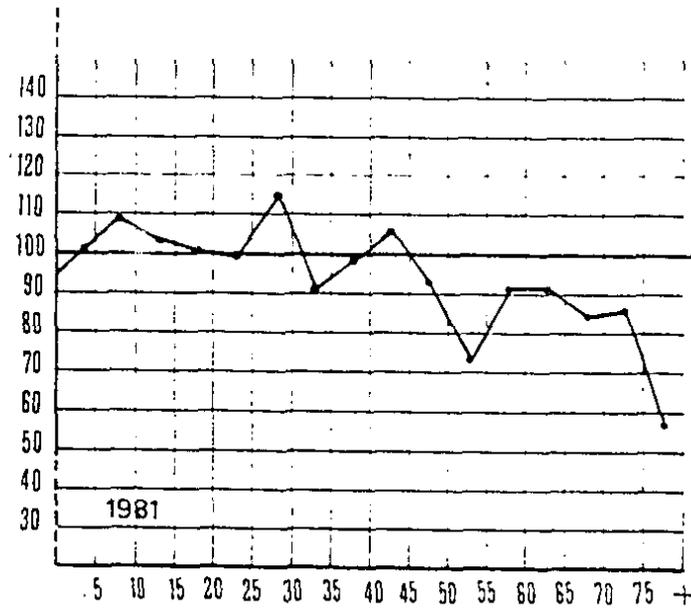
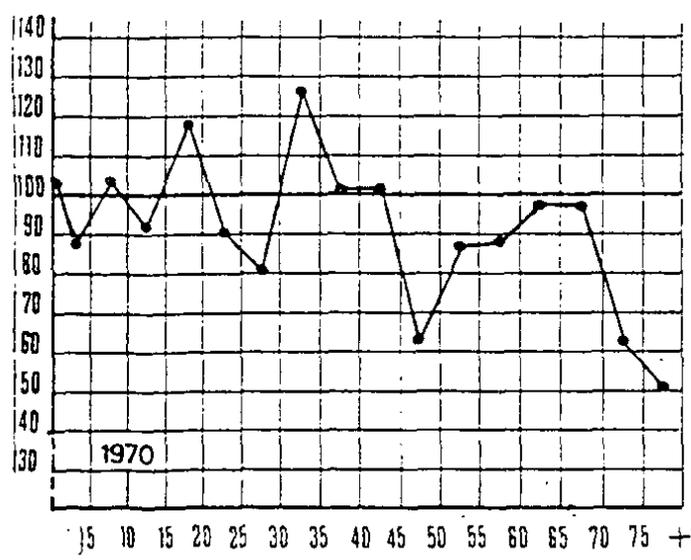
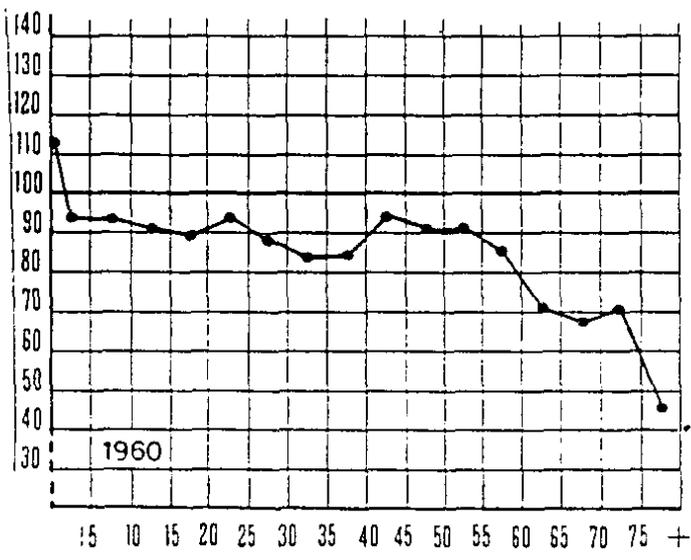
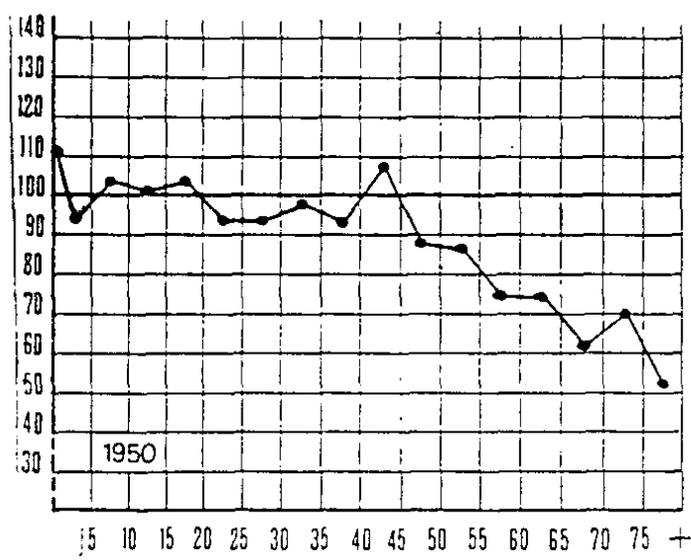
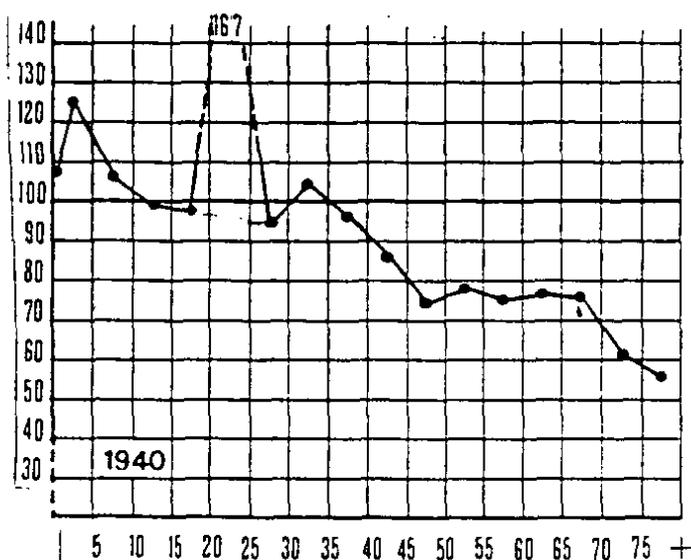
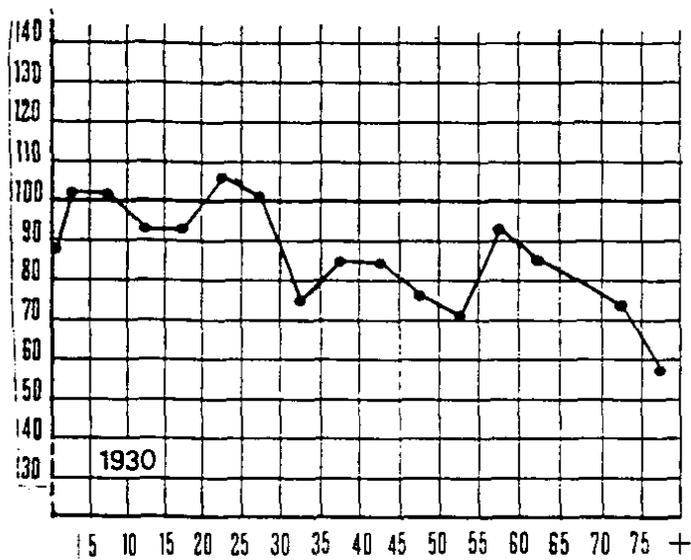
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DO PICO, DE 1864 A 1981



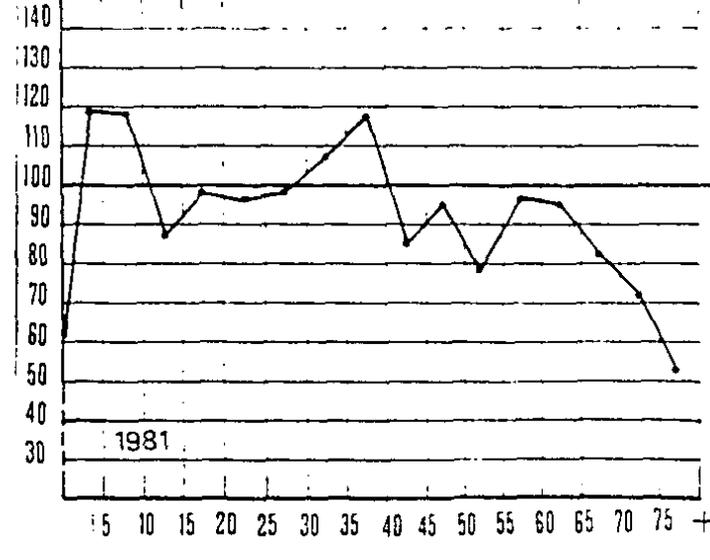
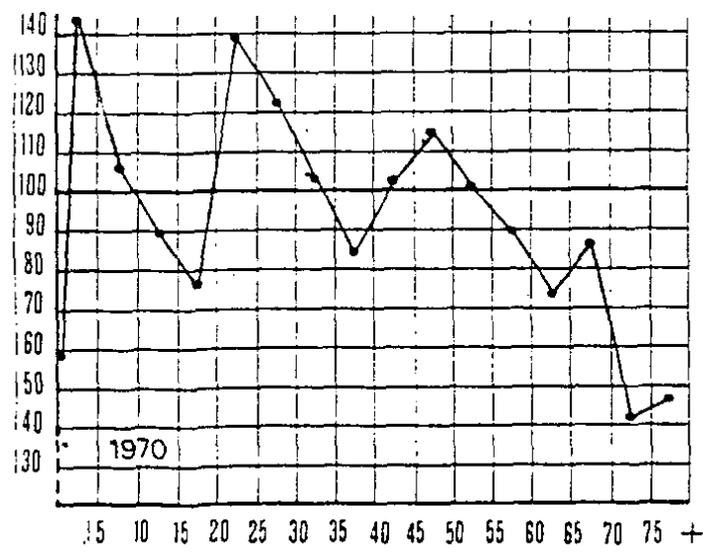
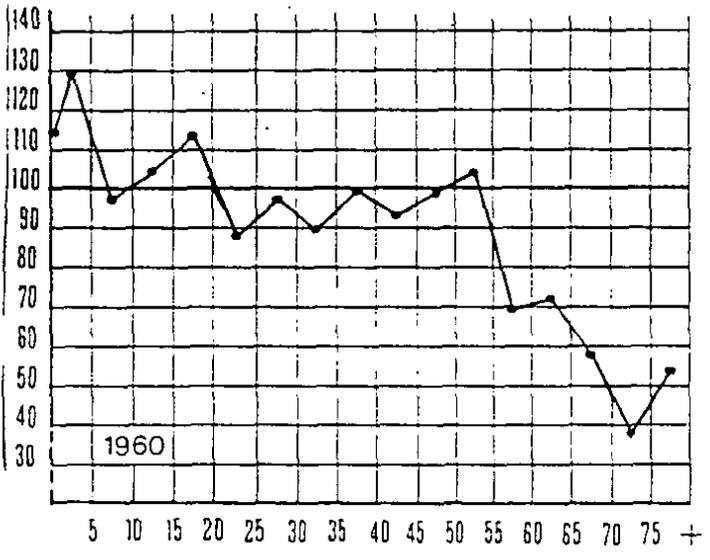
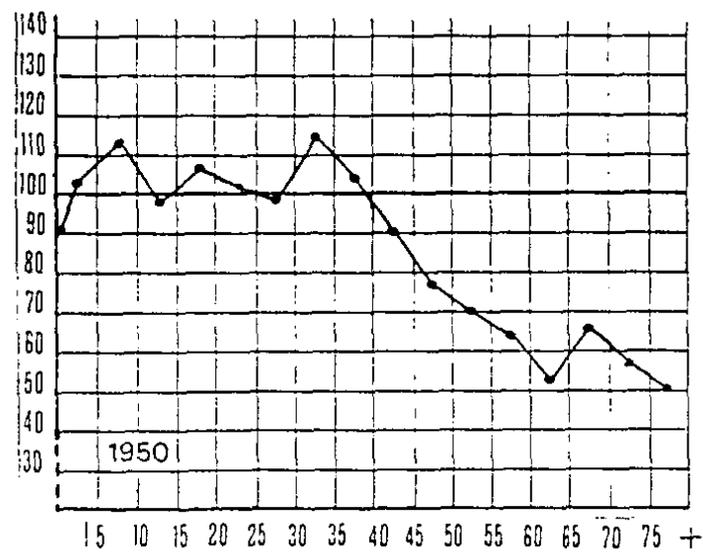
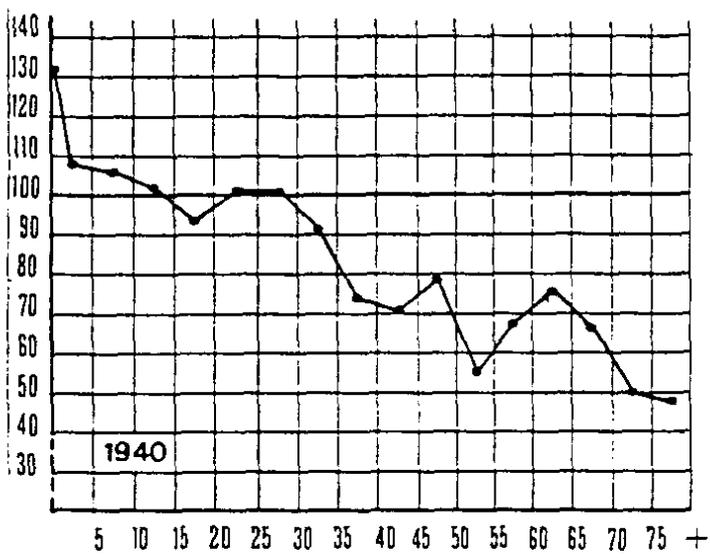
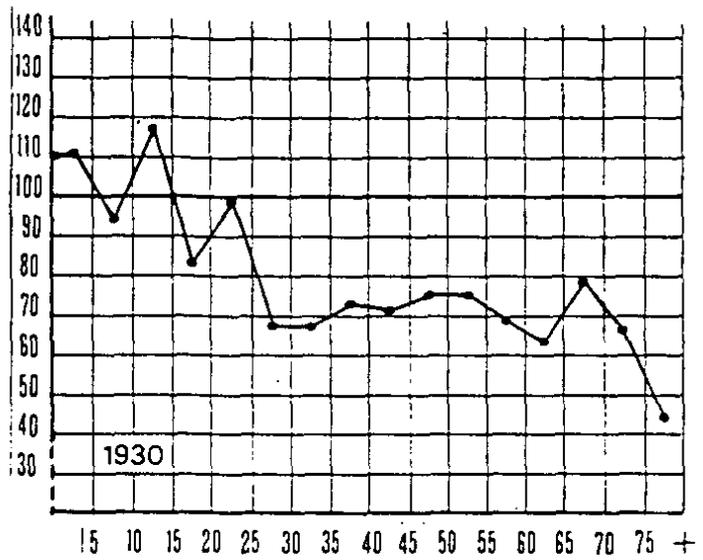
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DO FAIAL, DE 1864 A 1981



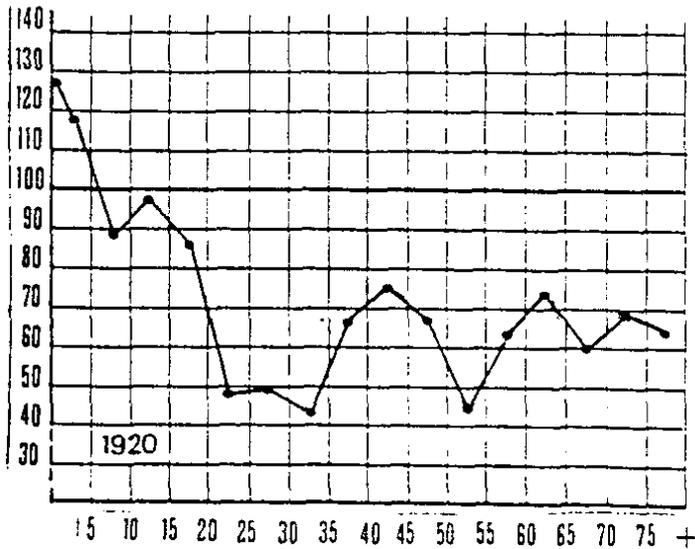
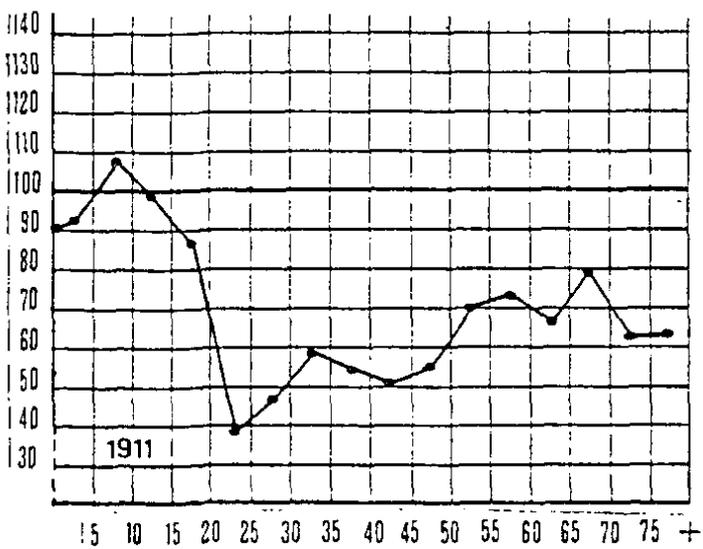
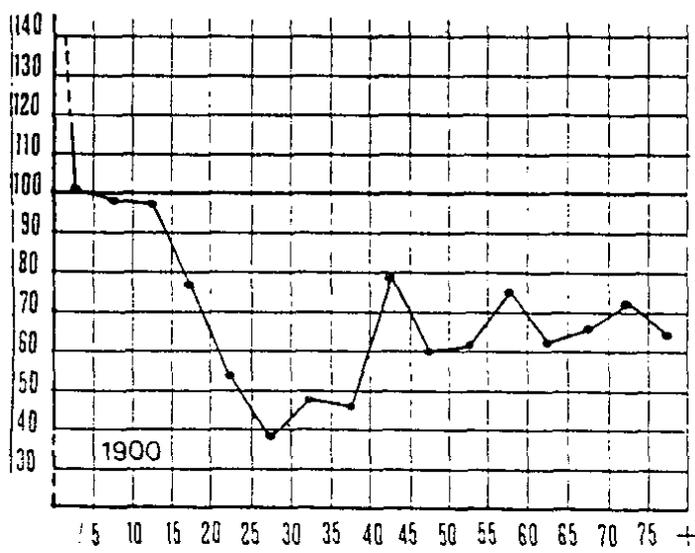
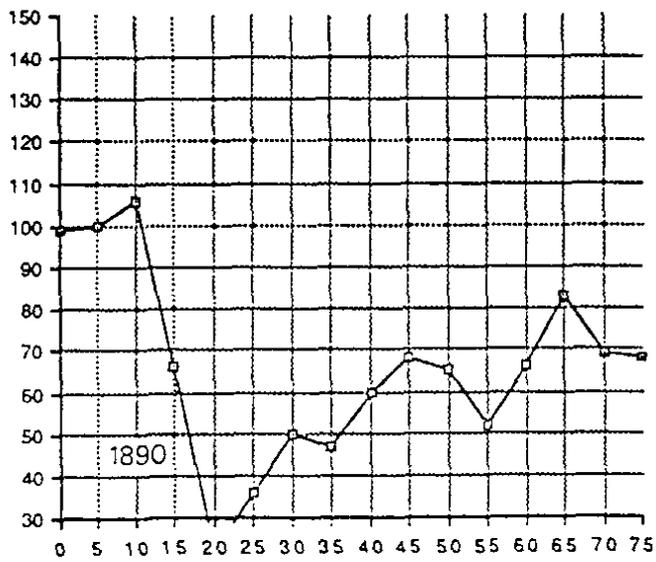
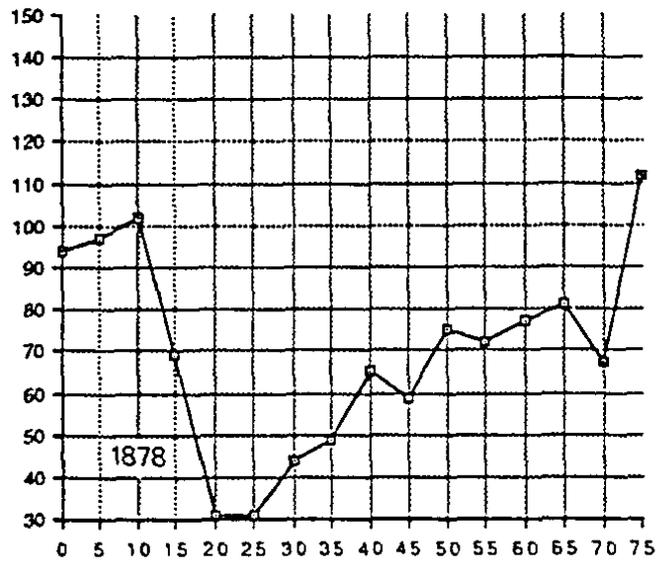
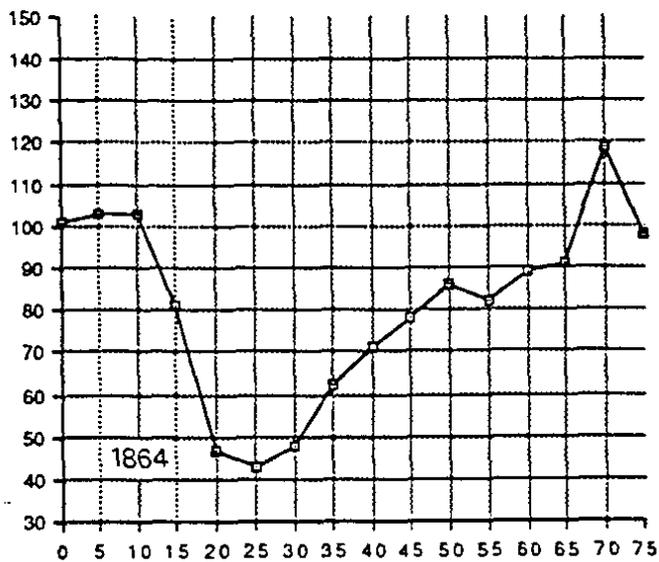
# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DO FAIAL, DE 1864 A 1981



# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DAS FLORES, DE 1864 A 1981

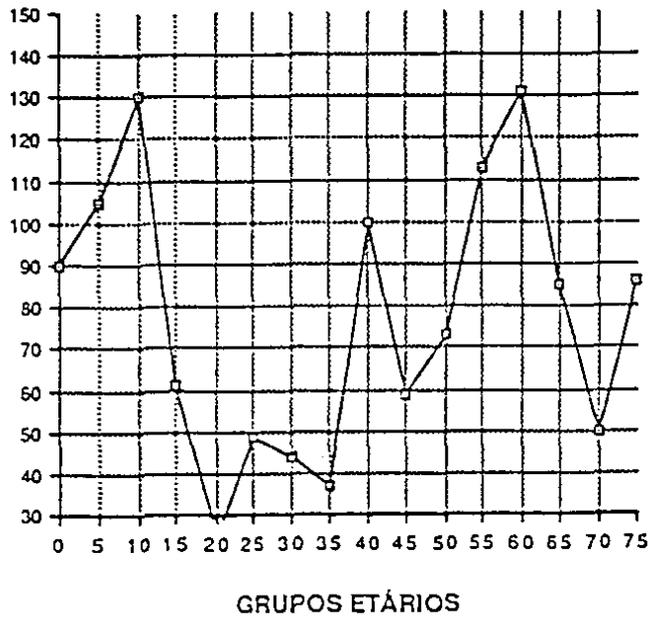


# EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DAS FLORES, DE 1864 A 1981

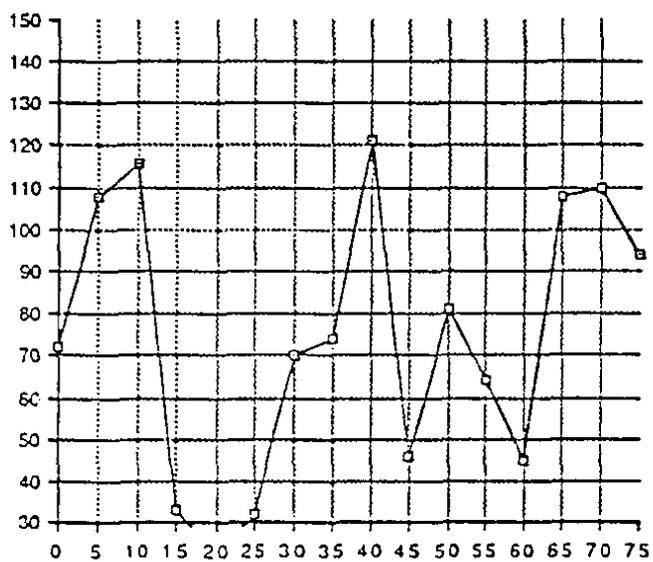


EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DO CORVO, DE 1864 A 1981

CORVO - 1864

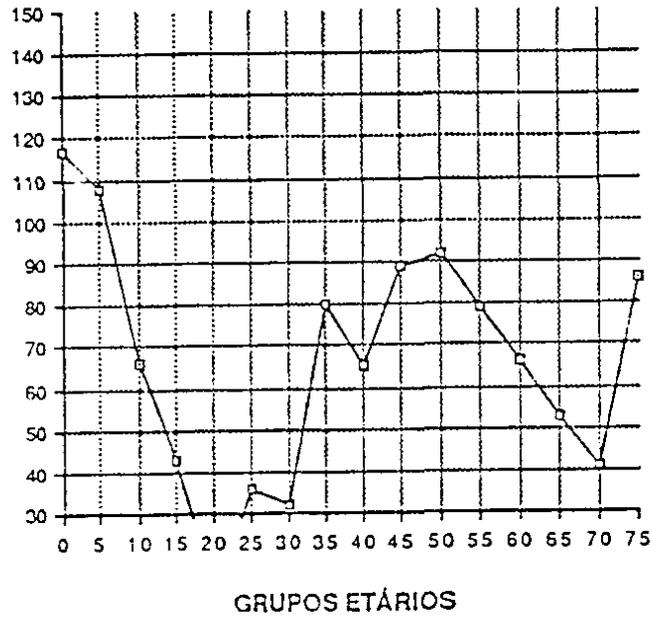


### CORVO - 1878

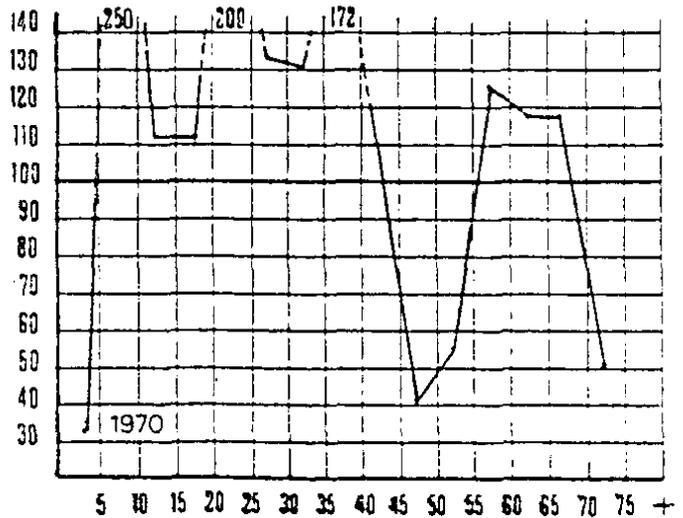
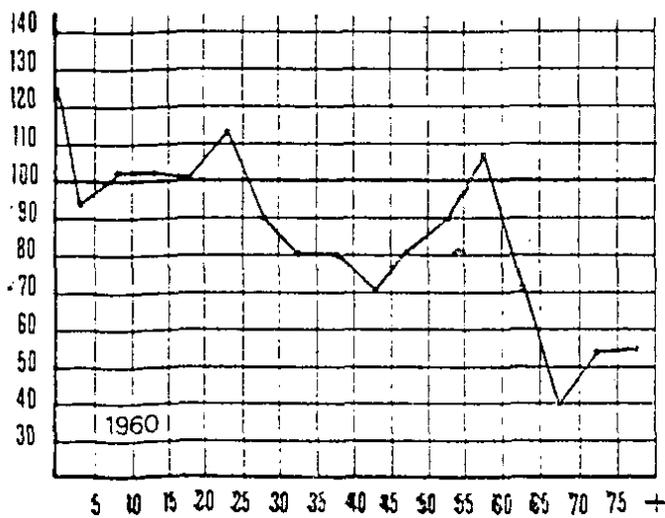
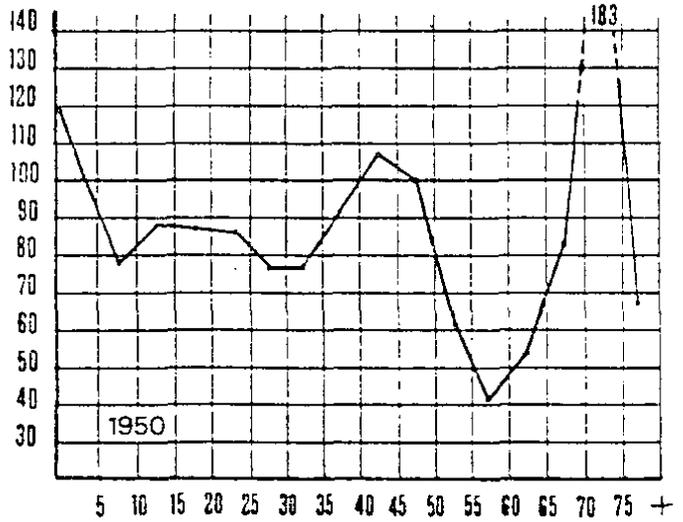
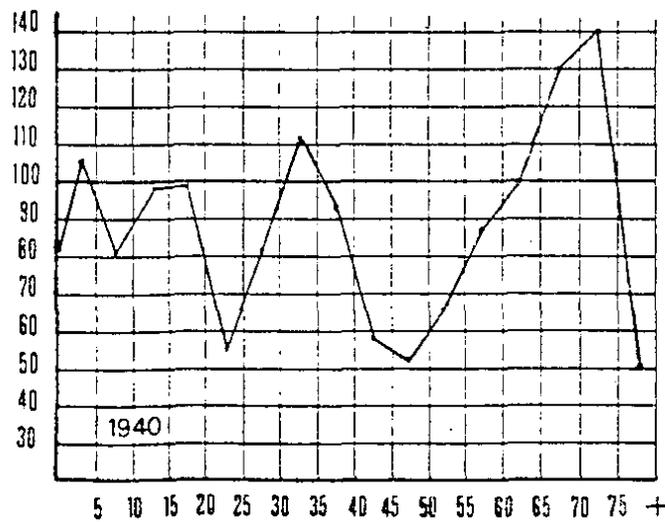
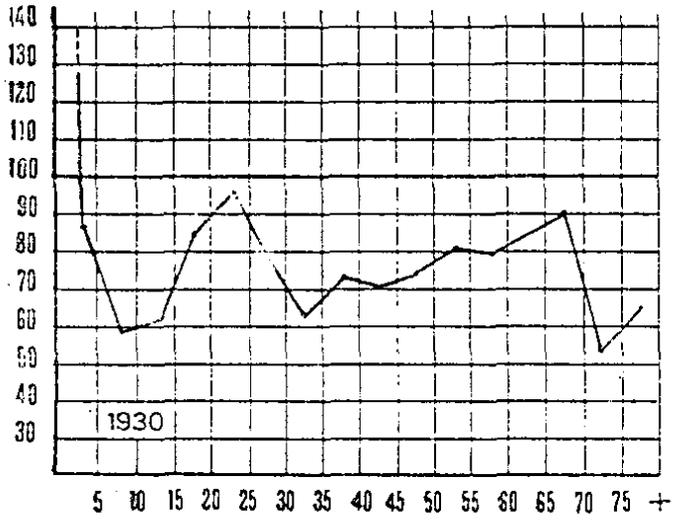
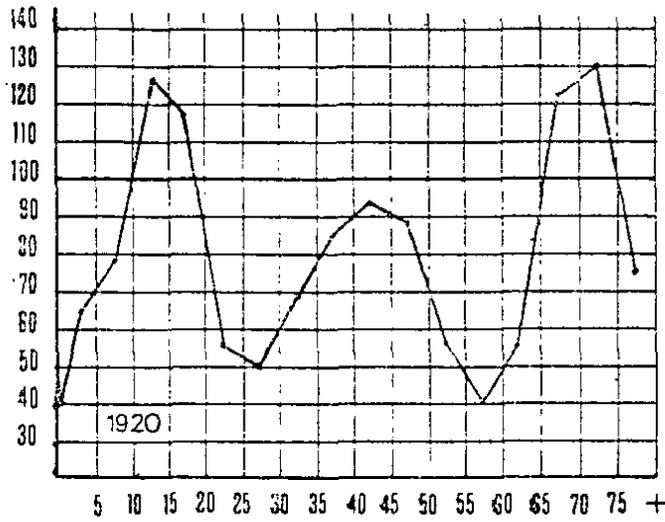
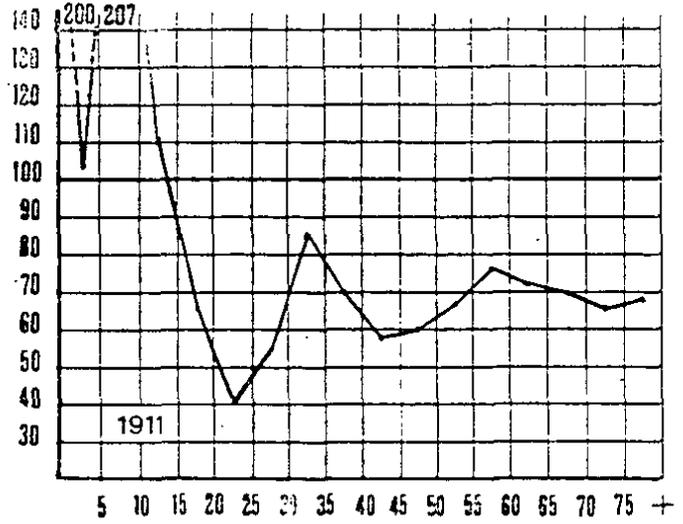
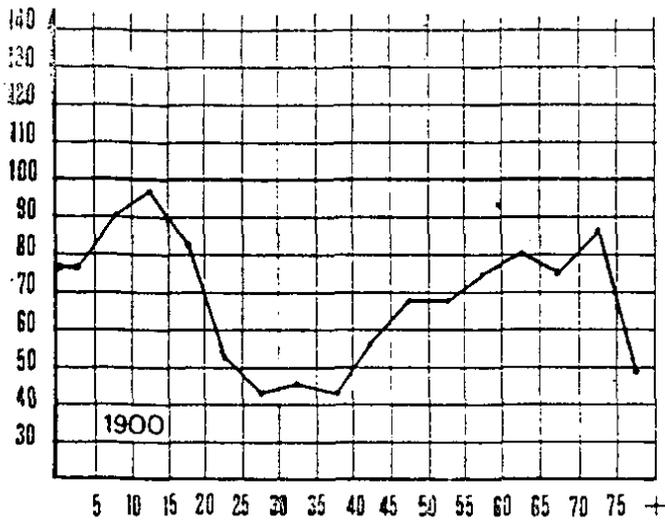


GRUPOS ETÁRIOS

### CORVO - 1890



EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADES, NA ILHA DO CORVO, DE 1864 A 1981



A diversidade existe ainda na evolução da estrutura por sexos, sendo ainda nos Açores que encontramos as maiores diferenças. No entanto, esta região apresenta uma tendência ao equilíbrio que a distingue da ilha da Madeira.

Assim, e não obstante uma unidade tendencial, a diversidade é uma característica fundamental das regiões insulares, factor justificativo de uma análise individualizada de cada uma das suas unidades, que tem maior acuidade na manifesta pluralidade açoriana.

N O T A S

- (1) Cf. entre outros Gilberta Pavão Nunes Rocha, "Emigração e População Açoriana" in Arquipélago, Série Ciências Sociais, nº 3-4, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1989; Idem, "A transição demográfica nos Açores" in Arquipélago, Série Ciências Sociais, nº 5, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1990; Idem, "Os Açores na viragem do século - 1864-1930" in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990; José Guilherme Reis Leite "Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no séc.XIX" in II Congresso de Comunidades Açorianas, 1986, Direcção de Serviços de Emigração, Angra do Heroísmo, 1989.
- (2) Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, Dinâmica Populacional dos Açores no séc.XX - Unidade - permanência - diversidade, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1990 (no prelo).
- (3) Cf. Maria Luis Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, "A Madeira na viragem do século, 1864-1930", in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990.
- (4) No cálculo dos grupos funcionais utilizamos a classificação 0-19, 20-59,60 e mais anos, respectivamente para os Jovens, Activos e Velhos.
- (5) Em 1864 os censos apresentam uma classificação ligeiramente diferente da usual e posteriormente utilizada, estando incluídas neste grupo funcional os elementos com 20 anos, o que altera ligeiramente os valores nestas datas que surgem, assim, e por comparação com as restantes um pouco sobrevalorizadas. Porém, este aspecto interessa fundamentalmente à evolução em cada uma das ilhas, principalmente na passagem de 1878 para 1890, já que em cada ano a classificação respeita a todas as ilhas.
- (6) Em 1864 e 1878, de acordo com a classificação dos censos, não estão incluídos neste grupo os elementos com 60 anos mas os de 61 e mais anos, o que contrariamente aos jovens, dá origem a um quantitativo menos elevado nestas datas.

**CENSOS 91**  
XIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO  
III RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

UMA IMAGEM DO COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE DAS  
MULHERES PORTUGUESAS: NOVOS RESULTADOS ATRAVÉS  
DA INFORMAÇÃO CENSITÁRIA

MARIA FILOMENA MENDES

MARIA DA GRAÇA D. DE MORAIS

Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

UMA IMAGEM DO COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE DAS  
MULHERES PORTUGUESAS: NOVOS RESULTADOS ATRAVES  
DA INFORMACAO CENSITARIA

Por

Maria Filomena Mendes\*

Maria da Graça D. de Moraes

\*Universidade de Évora

ÉVORA \* 1990

# "UMA IMAGEM DO COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE DAS MULHERES PORTUGUESAS: NOVOS RESULTADOS ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO CENSITÁRIA"

## INTRODUÇÃO

O título ora apresentado não tem correspondência total com o conteúdo da matéria a expor. A razão fundamental assentou no pressuposto de que seria possível proceder a um estudo que nos desse uma visão mais detalhada da fecundidade das mulheres portuguesas, partindo de dados que as autoras julgavam existir disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.) nomeadamente as estimativas da população feminina residente, por grupos etários e estado civil, em 1986, bem como os nascidos-vivos dentro e fora do casamento segundo a ordem de nascimento, por idade das mães e distrito de residência das mesmas. Como resultado, no presente trabalho, limitar-nos-emos apenas a uma caracterização da fecundidade em Portugal através de alguns indicadores, iniciando-se a análise para o conjunto do país partindo depois para uma caracterização distrital comparativa. Esta última análise apenas se reporta ao período de 1980/81 por não dispormos dos dados de base para o período de 1986/87, como era a intenção inicial.

A justificação para a escolha do tema baseia-se no facto da fecundidade se nos apresentar como a variável microdemográfica mais importante na actualidade, devido ao seu impacte na estrutura das populações.

Assim, começou-se por estudar os níveis de fecundidade geral, idade média da fecundidade, variância e descendência média.

segundo os diferentes distritos e a nível de Portugal como um todo, à data do último recenseamento (1981).

Partiu-se do pressuposto de que não se verificou movimento demográfico entre o 1.º de Janeiro e o dia 17 de Março de 1981, no uma questão de facilidade de cálculo, supusemos como recenseada população em 31/XII/1980. Para evitar flutuações aleatórias e erros devidos a pequenos números consideramos, para efeitos de cálculo, os acontecimentos ocorridos nos anos civis de 1980-1981, que enquadram a população considerada. Pretendendo fundamentar uma perspectiva tendencial de declínio progressivo estabeleceram-se globalmente as diferenças entre os valores de 1980/81 e os de 1986/87, considerando para tal a população residente estimada para 31/XII/1986<sup>1</sup>.

A partir da situação observada genericamente, post-se a questão a alteração do modelo de comportamento fecundo da mulher portuguesa em termos mais específicos. À par do declínio do número de filhos por mulher esta-se a gerar um novo modelo de fecundidade que se caracteriza pelo facto de a mulher decidir não só ter menos filhos como fazem ter esses filhos mais tarde. Verificamos que taxa de fecundidade geral baixa cerca de 24% enquanto que descendência média (indicador mais sofisticado, cujo valor se apresenta liberto dos efeitos da estrutura populacional), diminuiu cerca de 27%, no período entre 1980/81 e 1986/87. De acordo com os valores obtidos para a idade média da fecundidade nos mesmos períodos, verificamos que esta sofre um ligeiro aumento mas que por si só não se revela muito significativo. Observa-se

1

I.N.E., Centro de Estudos Demográficos.

simultaneamente uma redução no intervalo de idades utilizado dentro do período fértil (15-50 anos exactos), isto é, a variância das taxas de fecundidade geral diminui. Em função destes resultados, utilizouse a informação respeitante a fecundidade do primeiro filho (taxa, idade média e variância), a fim de se teste se a concentração da fecundidade se realiza numa fase precoce ou pelo contrario mais tardia do período fértil. Encontraram-se diferenças bastante significativas a nível distrital e, entre os períodos de tempo considerados, observou-se um ligeiro aumento na idade em que, em média, a mulher decide ter o primeiro filho.

O facto de a mulher decidir ter o primeiro filho mais tarde mantendo-se tudo o mais sem alteração, é por si só factor de limitação da dimensão familiar final. Procurouse, então, saber qual a variação do numero medio de filhos por mulher, em função da idade ao primeiro casamento. Comparamos o numero medio de filhos observado em todas as coortes num dado momento do tempo, a data do ultimo recenseamento, e o numero medio de filhos observado no conjunto de coortes que, na mesma data, haviam completado o seu ciclo fecundo, complementando-se uma análise demografica do tipo transversal com uma análise demografica do tipo longitudinal. Nesta segunda perspectiva de análise encontraram-se, igualmente diferenças significativas a nível distrital, quer em termos de numero medio de filhos quer em termos de um outro indicador directamente associado a este, a idade média do casamento.

A seguir apresentamos uma análise sumaria dos resultados obtidos e finalmente as principais conclusões.

## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A acentuada diminuição do valor representado pela descendência média, entre o período de 1980/81 e 1986/87, é acompanhada por algumas características diferenciadas que se diagnosticaram a longo do presente trabalho. A forma apresentada nas sucessivas representações gráficas das taxas de fecundidade, segundo os diferentes grupos de idades, configura-se globalmente idêntica assim como se constatam valores acentuadamente mais baixos.

Quanto a fecundidade geral, o valor mais elevado encontra-se no grupo de idades 20-24 anos em 1980/81, passando a situar-se no grupo de idades superior (25-29) de acordo com os valores estimados para 1986/87.

Embora se verifique, em termos gerais, um aumento na idade média da fecundidade e, simultaneamente, uma diminuição da variância das taxas de fecundidade geral, a nível de distrito surgem situações bastante diversificadas. Na maioria dos distritos, em 1980/81, a taxa de fecundidade geral, segundo as idades ao longo do período fértil, apresenta um comportamento globalmente semelhante com características específicas em função de valores distintos da variância e da idade média. O valor máximo, respeitante à taxa segundo as idades, é atingido no grupo

De acordo com o trabalho de Maria José Carrilho, *Estimativas da população residente em 30.VI.1988 e 31.XII.1988, segundo o sexo por distritos e regiões autónomas*, série estimativas provisórias n. 10, I.N.E., Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, Janeiro de 1990.

20-24 anos com excepção apenas para os distritos de Braga e Guarda (no grupo 25-29 anos). No entanto existem alguns distritos em que a situação de fecundidade máxima se estende a ambos os grupos de idades, casos de Bragança, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, Porto e Viana do Castelo. Outros distritos, Beja, Coimbra, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal surgem com máximos bem definidos no grupo de idades 20-24 anos. As mulheres decidem ter filhos mais tarde em Braga, Vila Real e Viana do Castelo (entre 28.15 e 28.8 anos) e mais cedo em Faro, Évora, Portalegre e Beja (25.80 e 26.2 anos). A variância mais elevada surge em Vila Real e Braga, a mais baixa em Santarém, Portalegre e Évora.

Quando se passa a analisar a fecundidade ao primeiro filho os valores encontrados acentuam a diversidade das situações. Em todos os distritos aparece como constante o grupo de idades 20-24 anos como as idades em que, em média, as mulheres decidem ter seu primeiro filho. Neste caso, os valores da idade média de fecundidade e da variância acentuam a tendência delineada em termos gerais. Contudo, os valores distritais mostram um conjunto formado por Lisboa, Viana do Castelo, Guarda, Braga, Castelo Branco e Porto onde as mulheres têm o primeiro filho mais tarde (entre 24.19 e 24.58 anos), por oposição a um outro grupo de distritos que engloba Faro, Portalegre, Évora, Santarém e Beja (entre 22.81 e 23.47 anos) onde o primeiro nascimento ocorre mais cedo. Todavia manifesta-se um comportamento distinto em relação à fecundidade geral, ou seja, nos distritos em que o primeiro filho nasce mais cedo não são necessariamente os que apresentam valores da variância mais baixos. Assim sendo, os distritos em que as mulheres utilizam um intervalo de tempo mais extenso para terem

seu primeiro filho são Lisboa, Setúbal, Vila Real, Beja e Évora pelo contrário. Os que concentram o nascimento do primeiro filho mais cedo são Braga, Portalegre, Aveiro e Santarém. Daqui se conclui que tanto os distritos de maior fecundidade (caso de Braga) como os de fecundidade mais baixa (caso de Portalegre) apresentam valores semelhantes.

END

A N E X O I

QUADRO I

CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA FECUNDIDADE

PORTUGAL (1980/81 e 1986/87)

Indicadores	1980/81	1986/87
Taxa de Fecundidade Geral (TFG) (%)	65,22	49,51
Taxa de Fecundidade Geral (TFG <sub>1º filho</sub> ) (%)	29,24	23,79
Idade Média da Fecundidade ( $\bar{M}$ )	27,24	27,25
Idade Média da Fecundidade ao 1º filho ( $\bar{M}_{1º \text{ filho}}$ )	24,05	24,33
Descendência Média (DM)	2,2	1,6
$\sigma$	38,99	36,03
$\sigma$ (1º filho)	25,32	24,79

**QUADRO II**  
**CARACTERIZAÇÃO DA FECUNDIDADE GERAL NOS DISTRITOS**  
**CONTINENTAIS (1980/81)**

DISTRITOS	INDICADORES			
	TFG (%)	$\bar{M}$	$\sigma$	DM
Aveiro	69,64	27,26	39,09	2,3
Beja	62,96	26,27	38,68	2,2
Braga	83,32	28,84	43,44	2,8
Bragança	71,65	27,70	42,98	2,6
C. Branco	58,38	27,13	35,47	2,1
Coimbra	61,79	26,57	35,02	2,1
Évora	58,96	26,01	34,72	2,1
Faro	61,44	25,80	37,80	2,1
Guarda	65,17	27,71	38,73	2,3
Leiria	64,32	26,82	35,55	2,2
Lisboa	54,43	26,84	35,97	1,9
Portalegre	58,32	26,13	34,67	2,1
Porto	67,88	27,58	38,74	2,2
Santarém	59,07	26,34	34,65	2,1
Setúbal	56,92	26,06	36,80	1,9
Viana Castelo	62,39	28,15	42,21	2,4
V. Real	79,06	28,16	45,24	2,8
Viseu	79,43	27,88	42,48	2,8

QUADRO III

CARACTERIZAÇÃO DA FECUNDIDADE AO 1º FILHO NOS  
DISTRITOS CONTINENTAIS (1980/81)

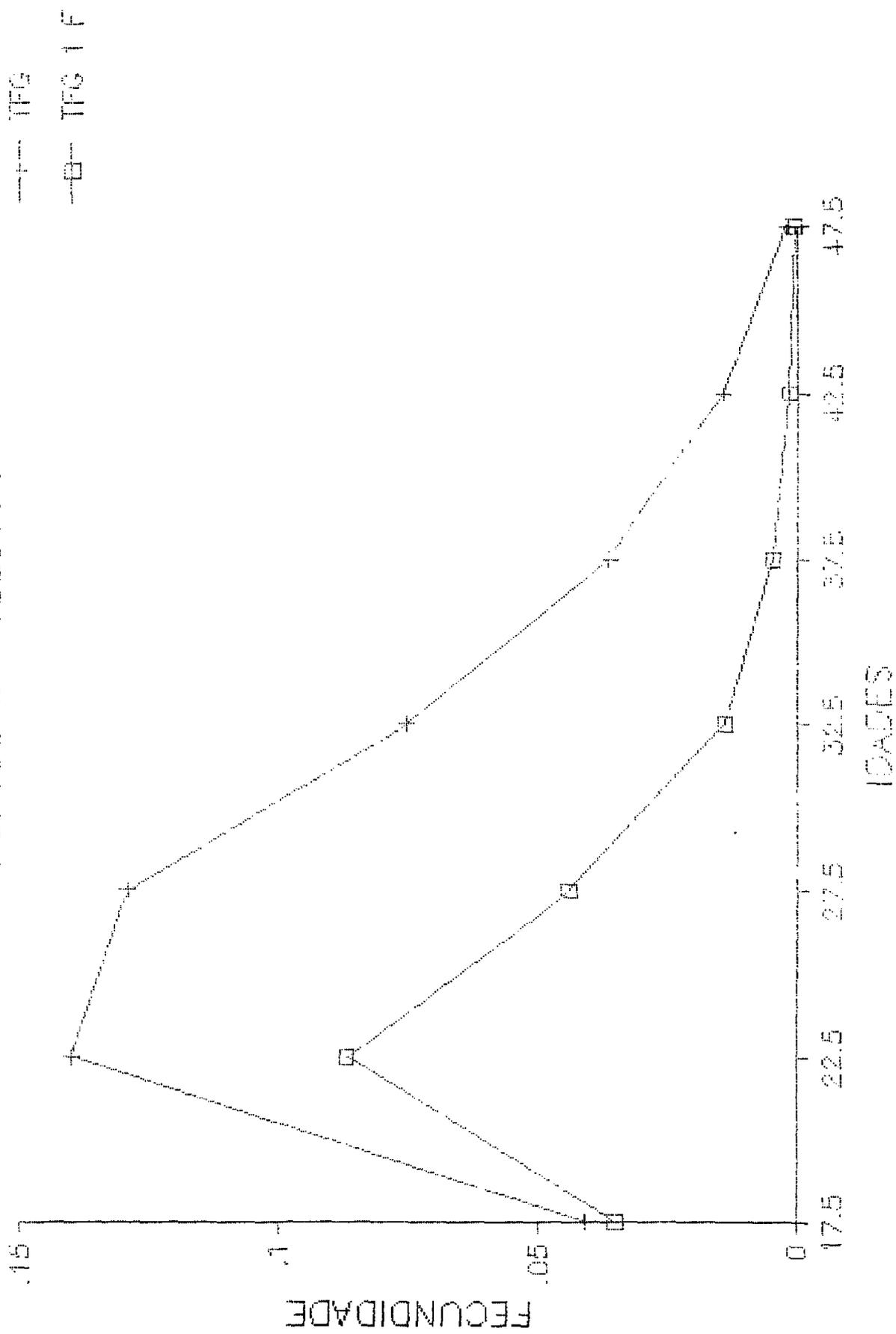
DISTRITOS	INDICADORES		
	TGF 1º filho	$\bar{M}$ 1º filho	$\sigma$ 1º filho
Aveiro	30,10	23,57	21,96
Beja	32,09	23,47	26,29
Braga	32,28	24,32	21,46
Bragança	29,22	23,90	25,39
C. Branco	28,58	24,26	24,38
Coimbra	30,63	23,91	24,37
Évora	29,14	23,37	26,18
Faro	29,02	22,81	24,93
Guarda	29,28	24,35	22,60
Leiria	29,88	23,65	23,26
Lisboa	27,21	24,58	29,67
Portalegre	27,06	23,13	21,82
Porto	30,82	24,19	22,70
Santarém	27,54	23,30	21,99
Setúbal	28,26	23,51	26,76
Viana Castelo	29,41	24,43	24,80
V. Real	30,46	23,90	26,23
Viseu	31,09	23,67	22,55

A N E X O I I

A N E X O I I

# ANALISE DA FECUNDIDADE

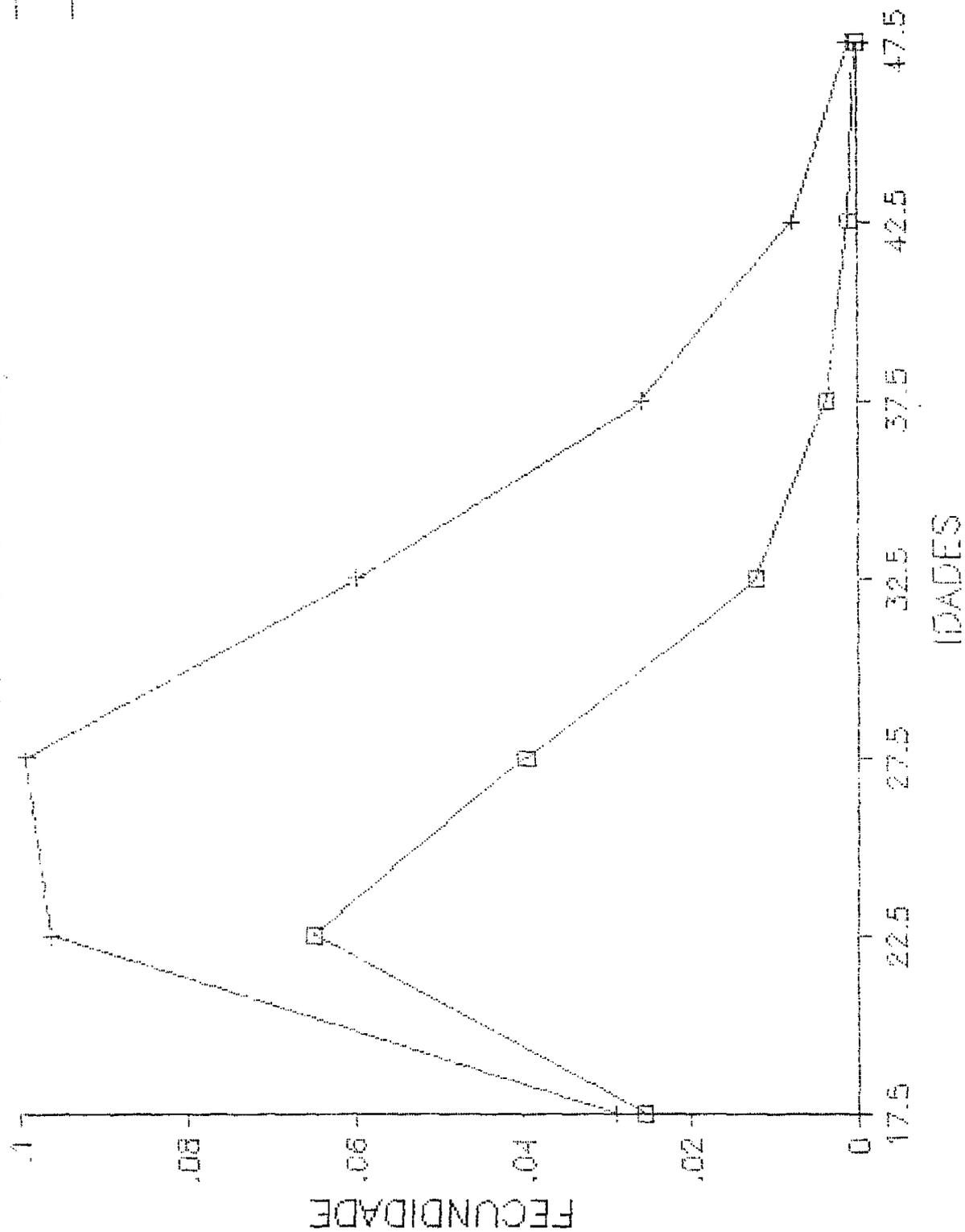
PORTUGAL 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

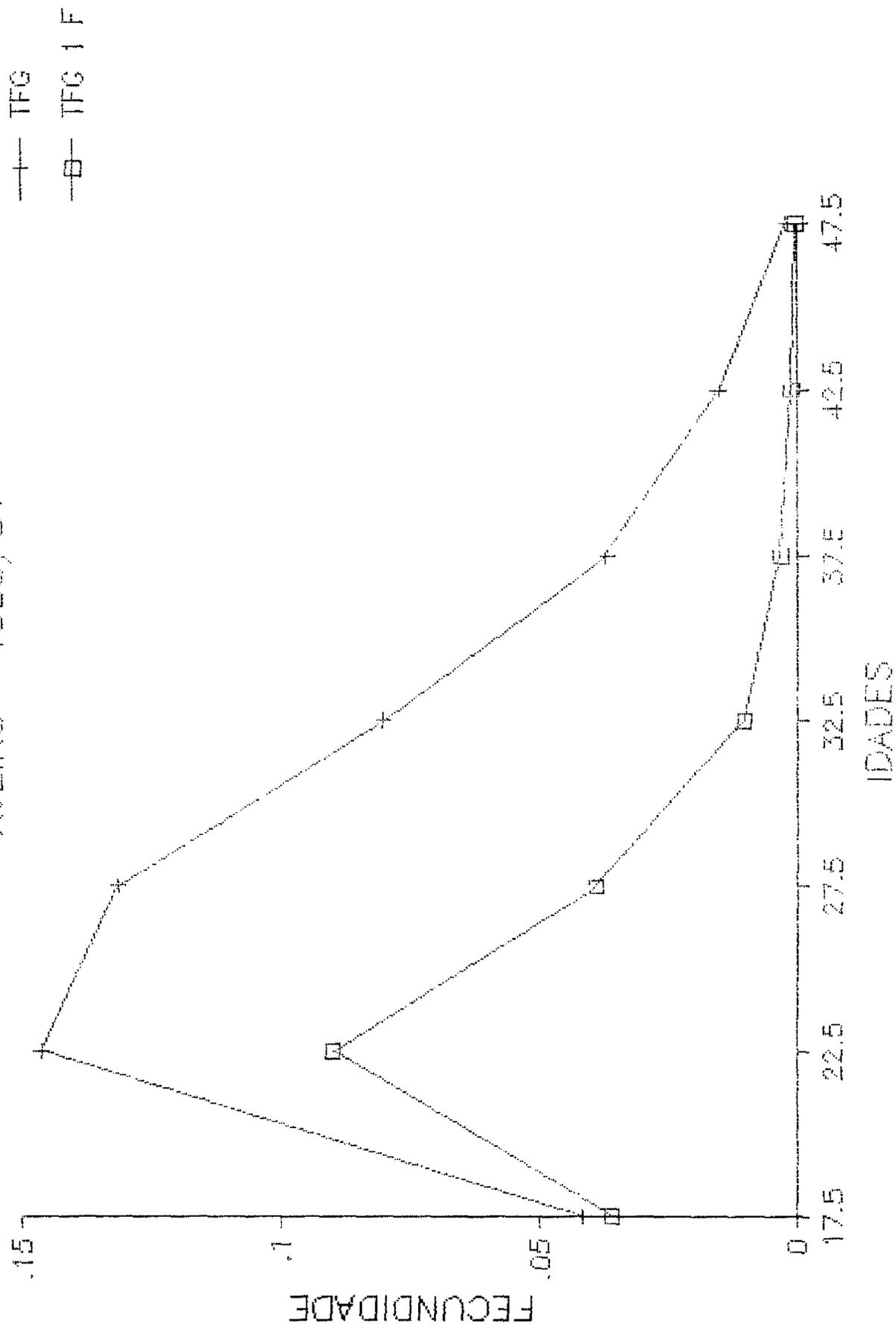
PORTUGAL 1986/87

—+— TFG  
—□— TFC 1 F



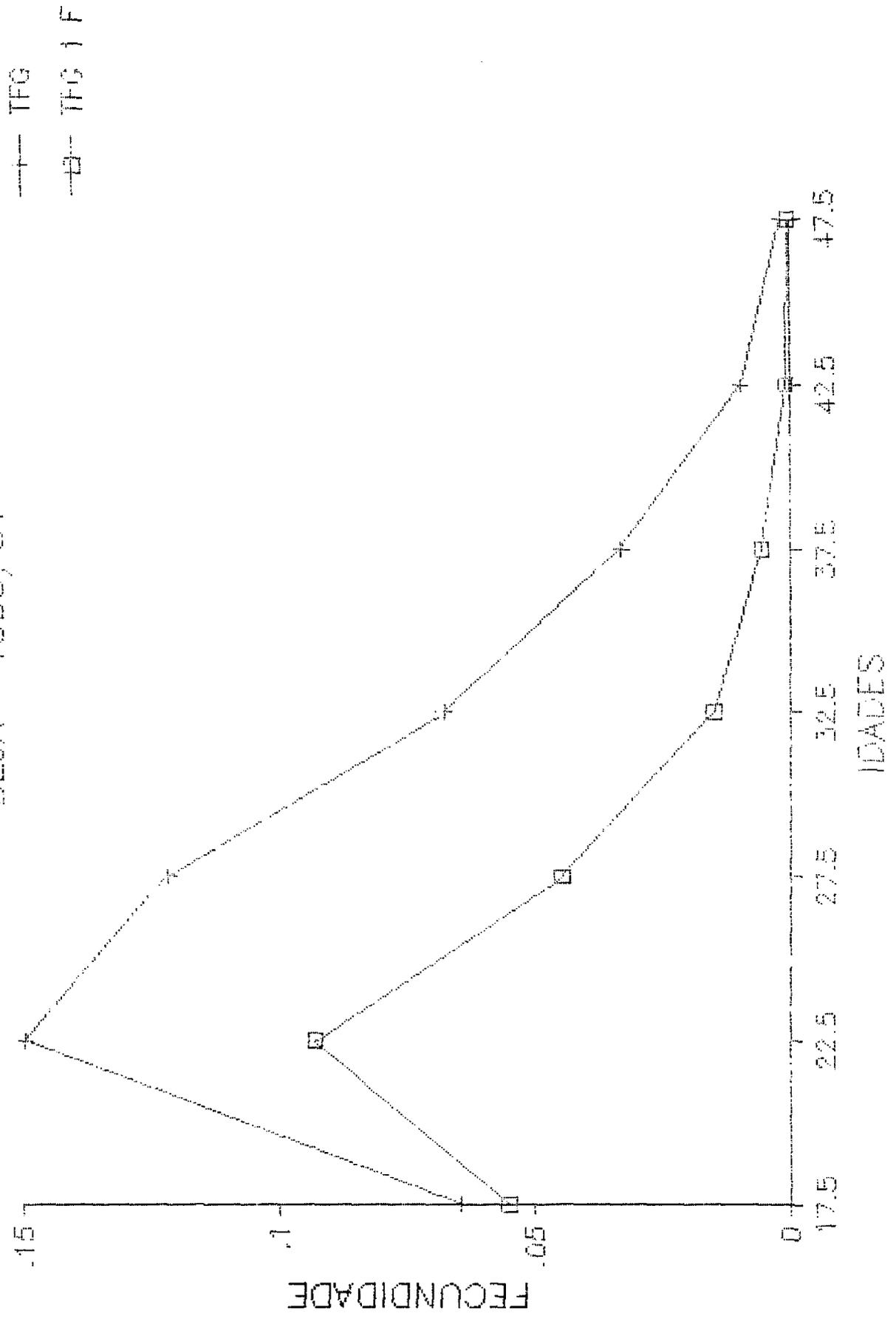
# ANALISE DA FECUNDIDADE

AVEIRO 1980/81



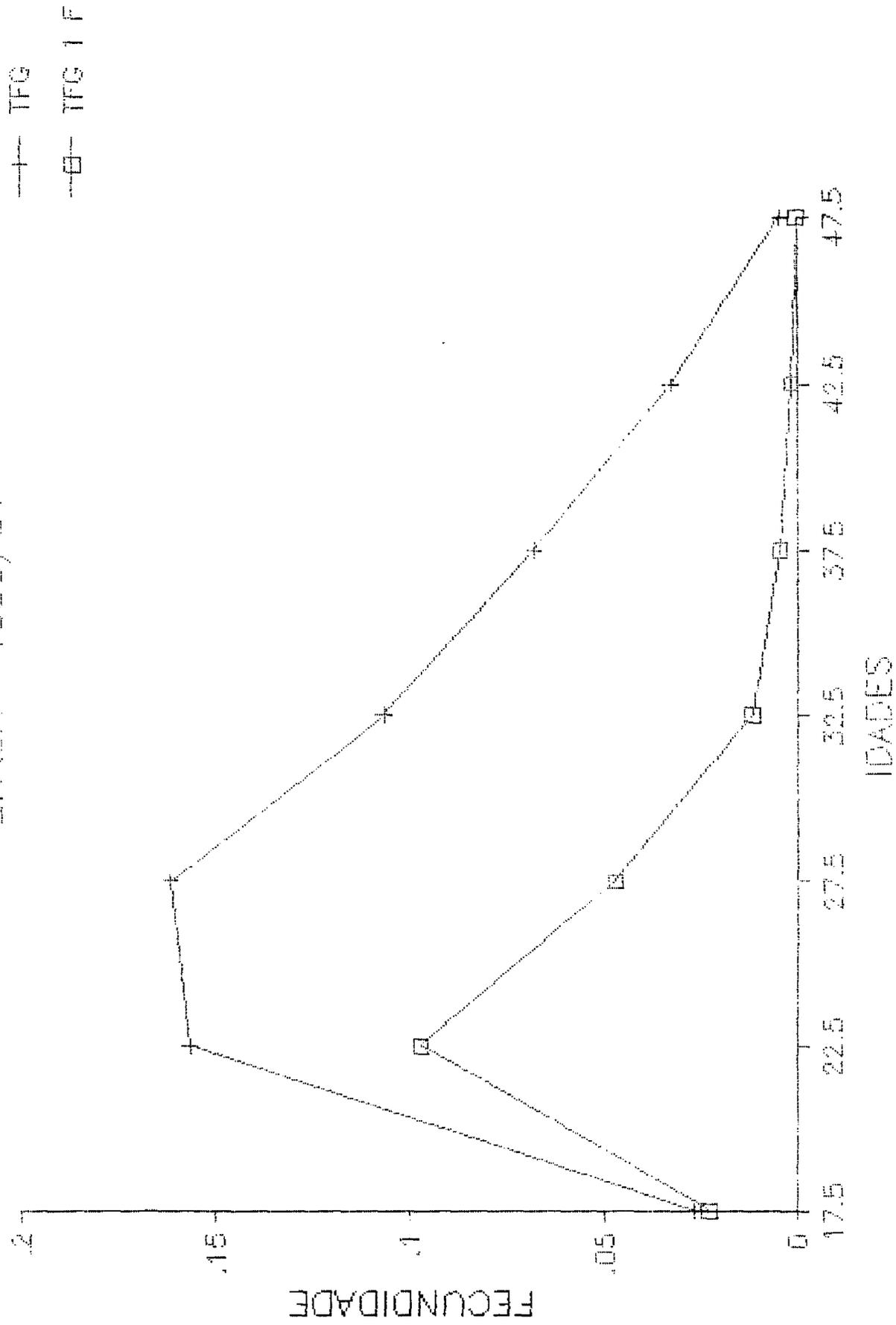
# ANALISE DA FECUNDIDADE

BEJA 1980/81



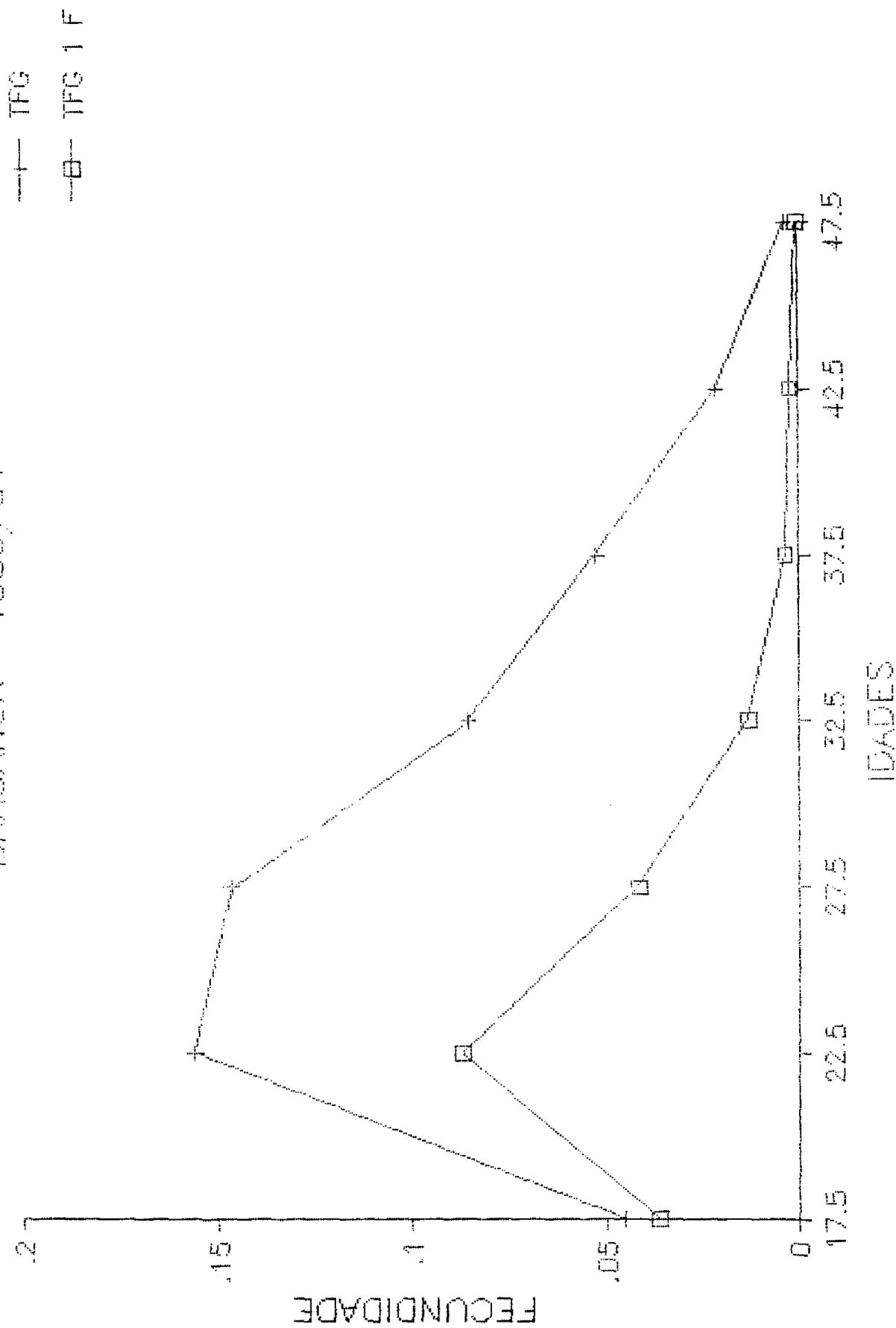
# ANALISE DA FECUNDIDADE

BRAGA 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

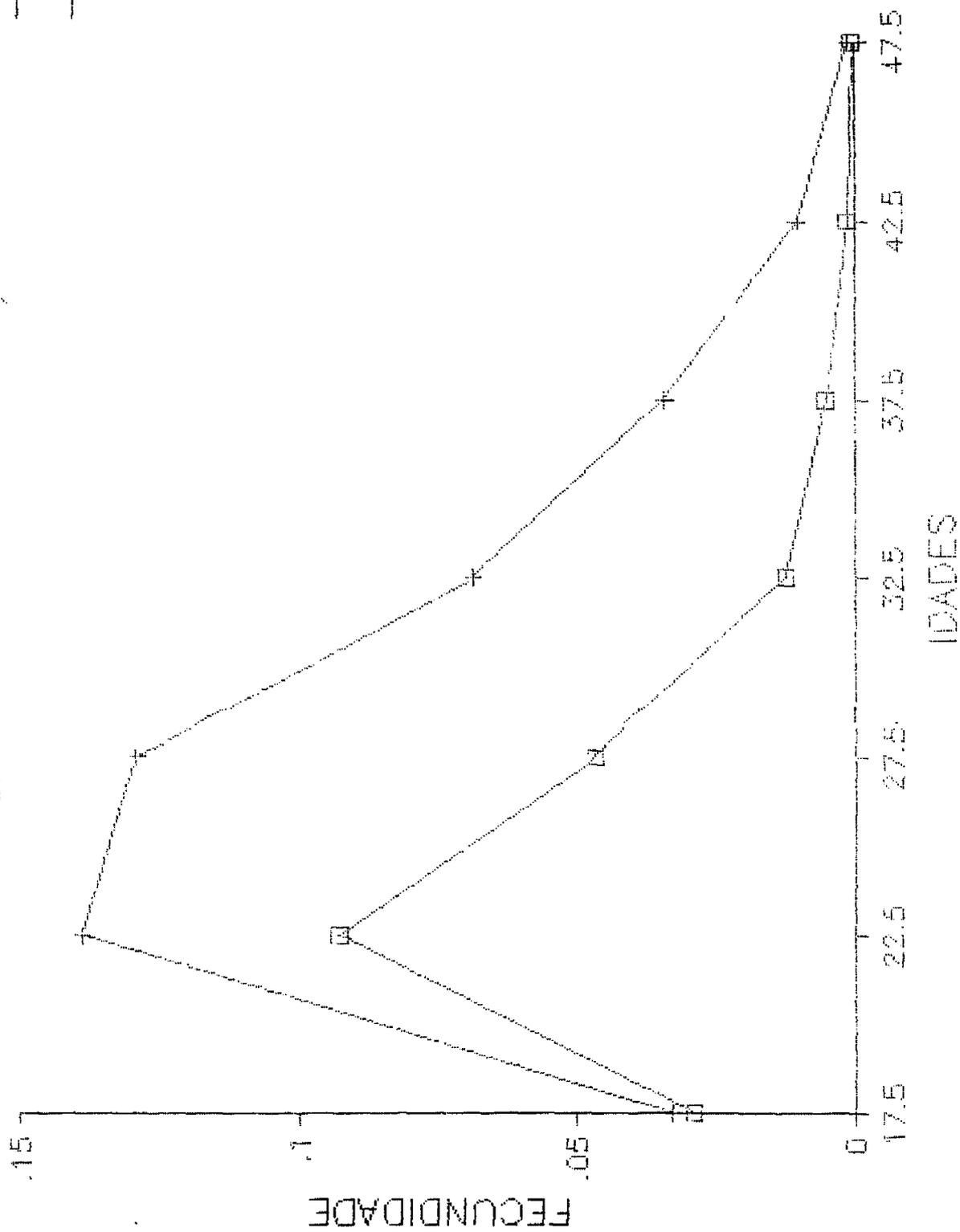
BRAGANCA 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

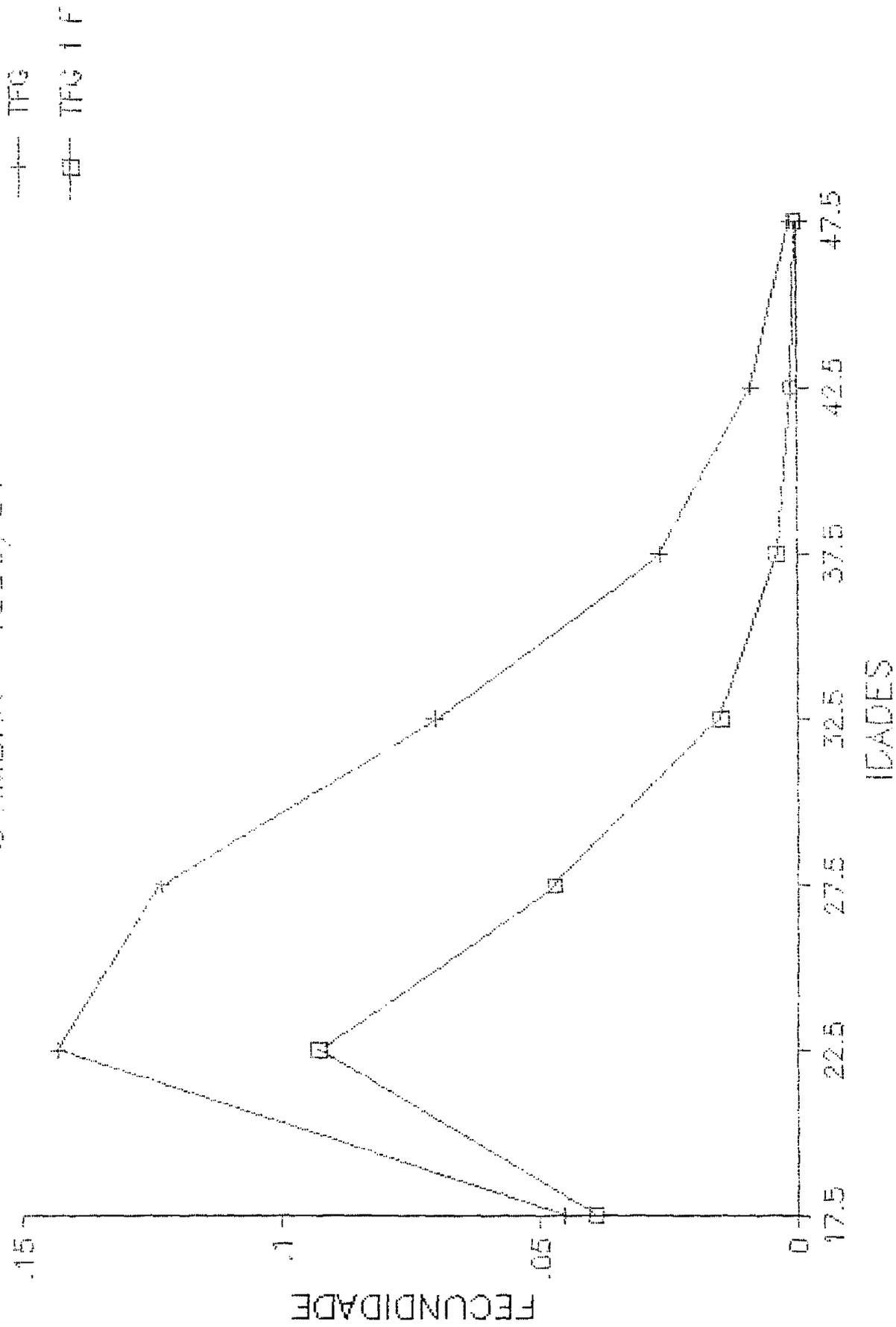
CASTELO BRANCO 1980/81

—+— TFG  
—□— TFG 1 F



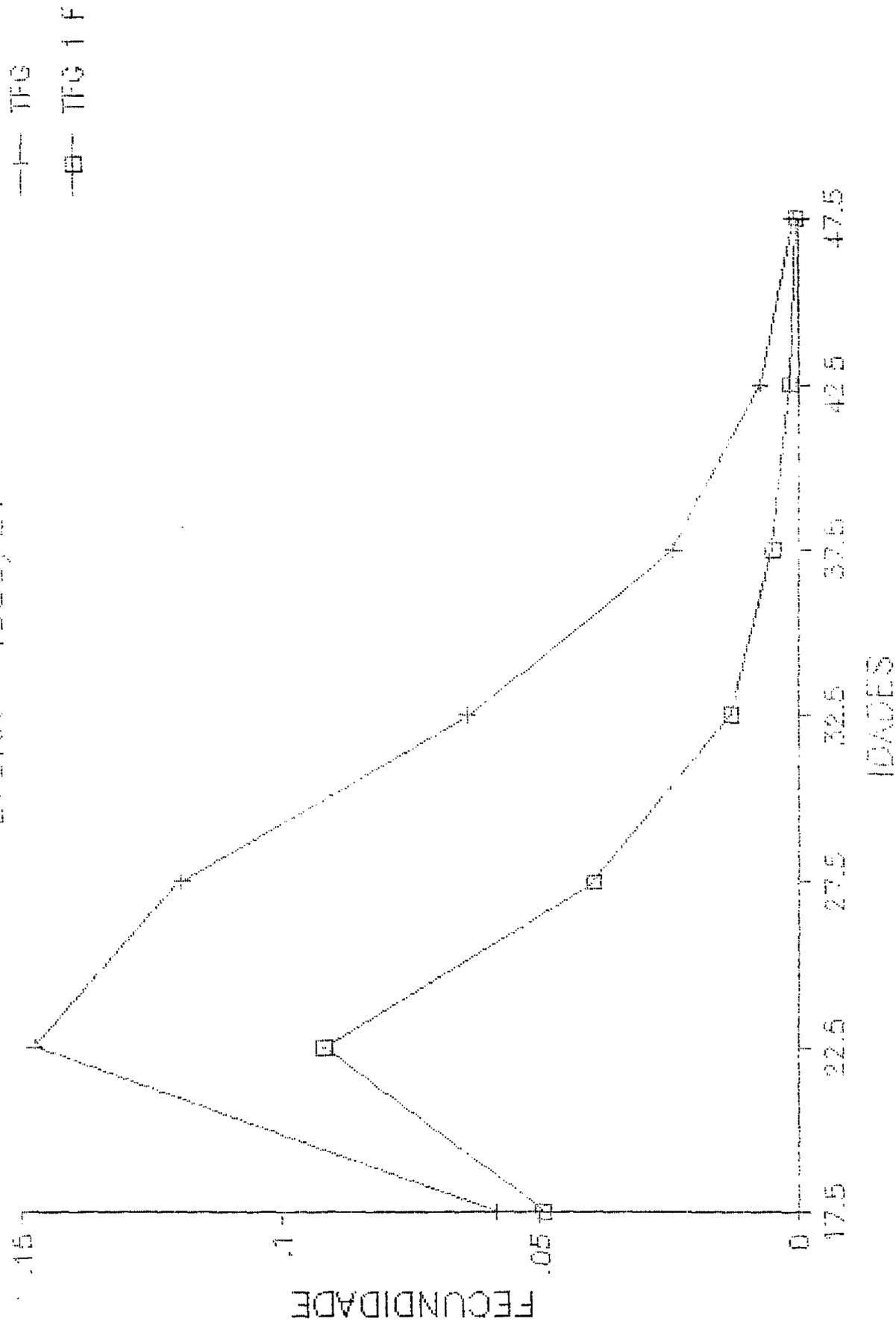
# ANALISE DA FECUNDIDADE

COIMBRA 1980/81



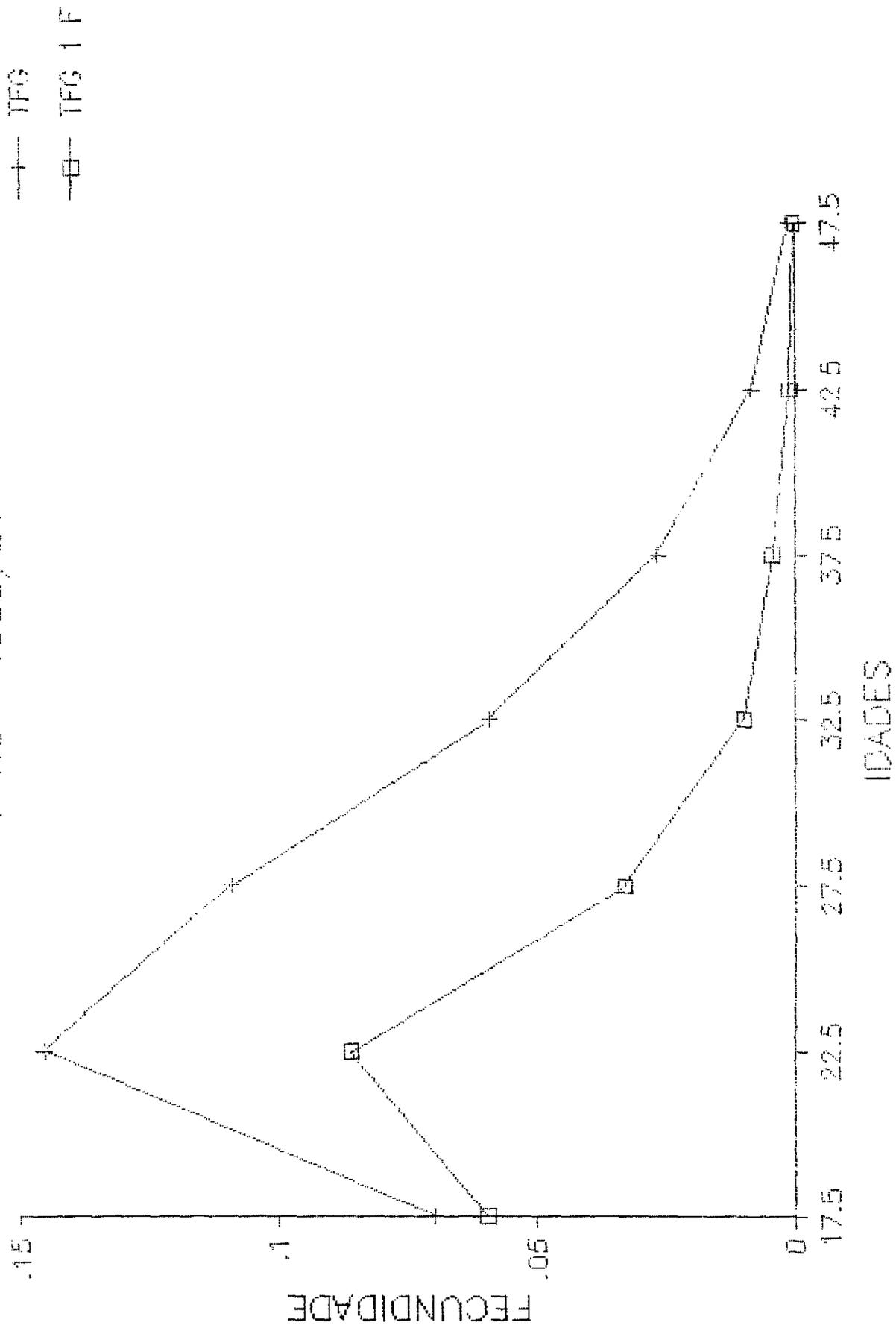
# ANÁLISE DA FECUNDIDADE

EMORA 1980/81



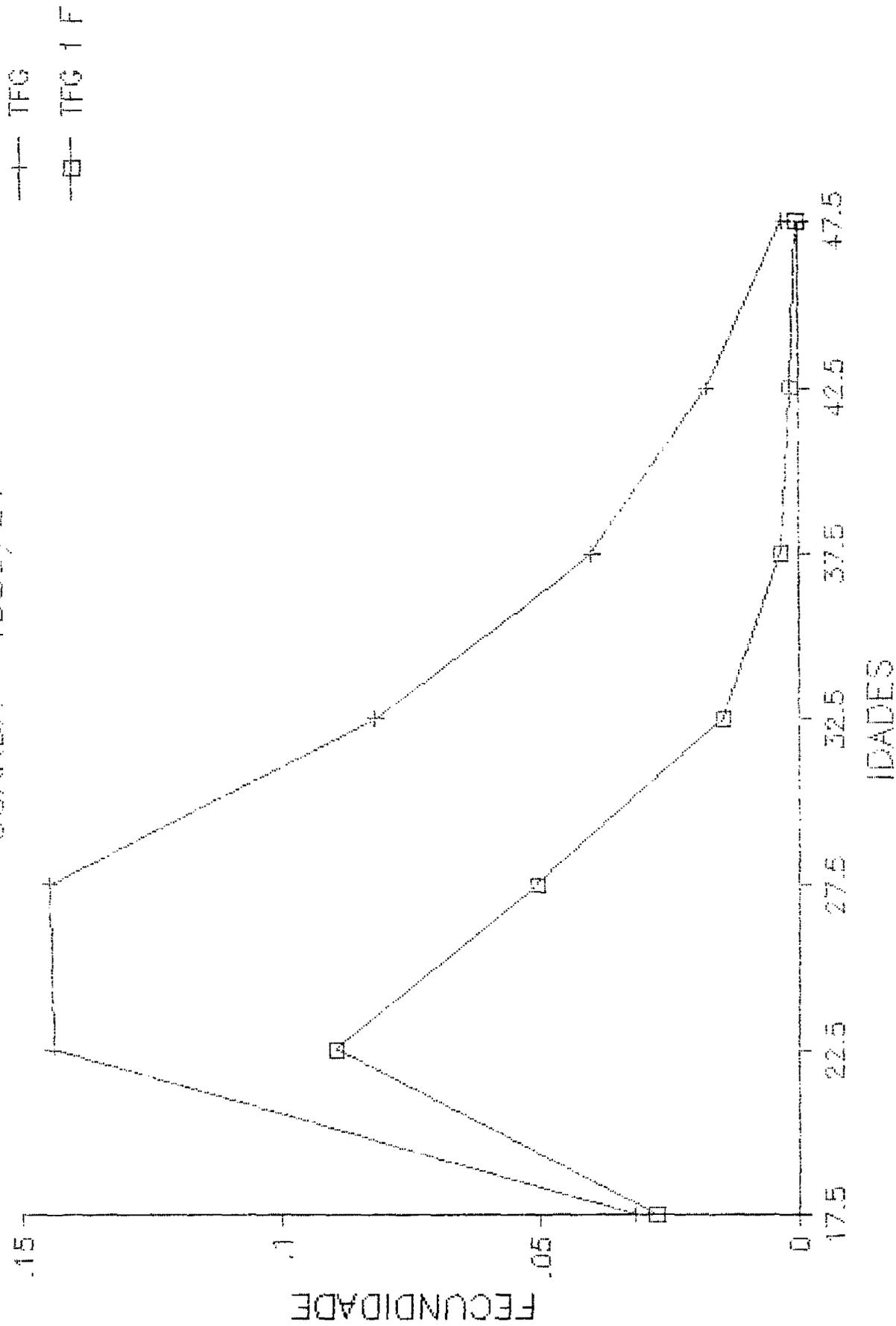
# ANALISE DA FECUNDIDADE

FARO 1980/81



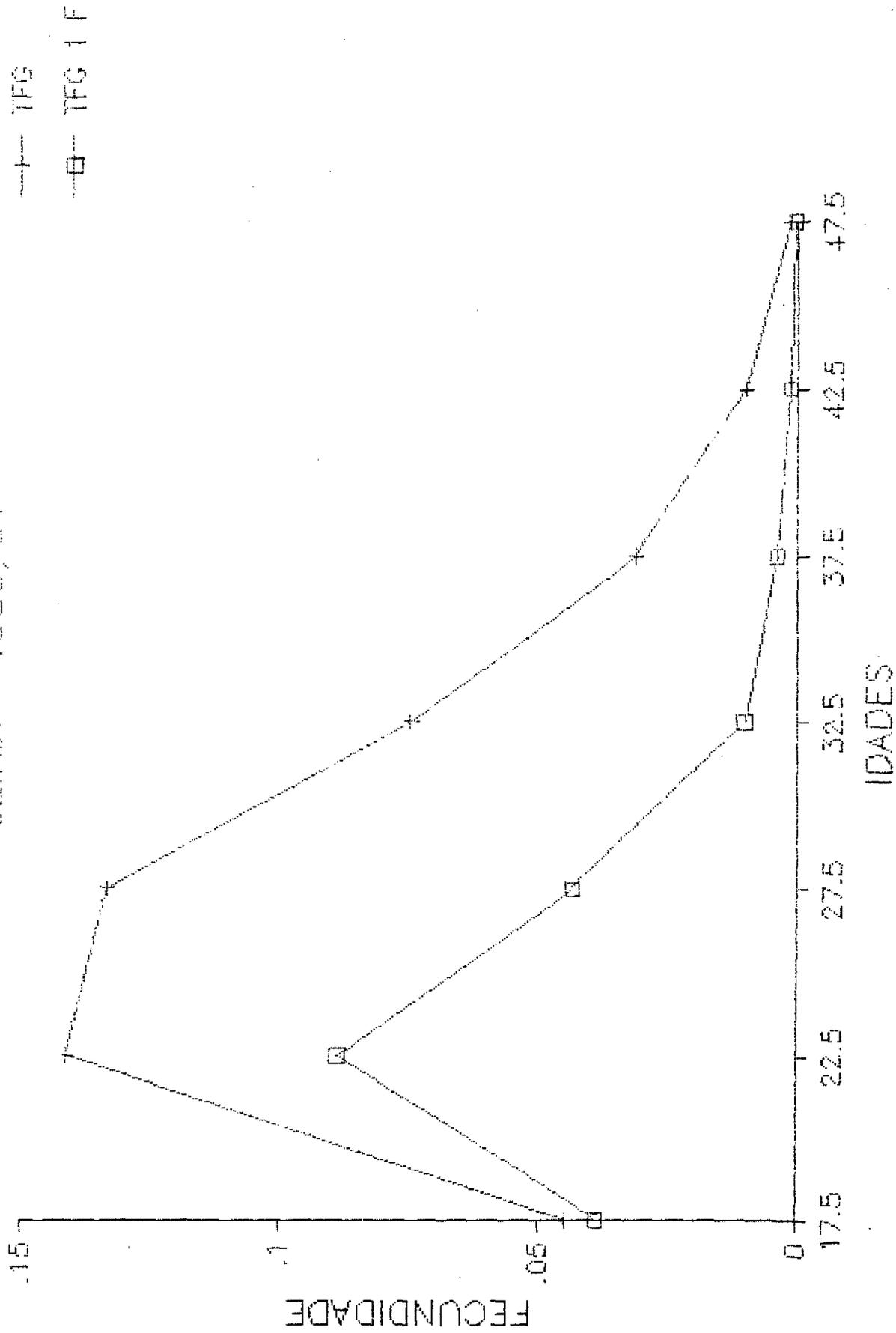
# ANALISE DA FECUNDIDADE

GUARDA 1980/81



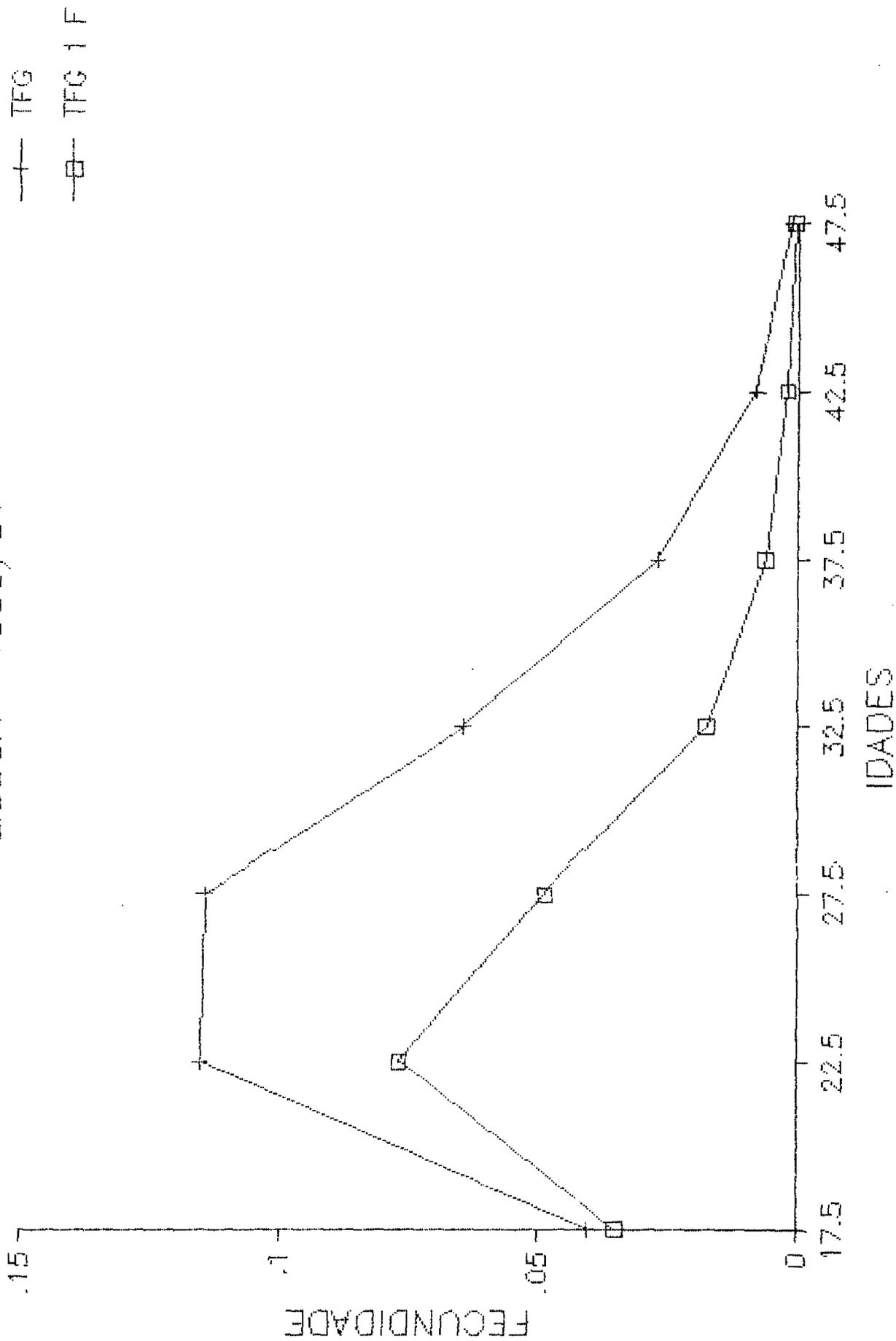
# ANALISE DA FECUNDIDADE

LEIRIA 1920/51



# ANALISE DA FECUNDIDADE

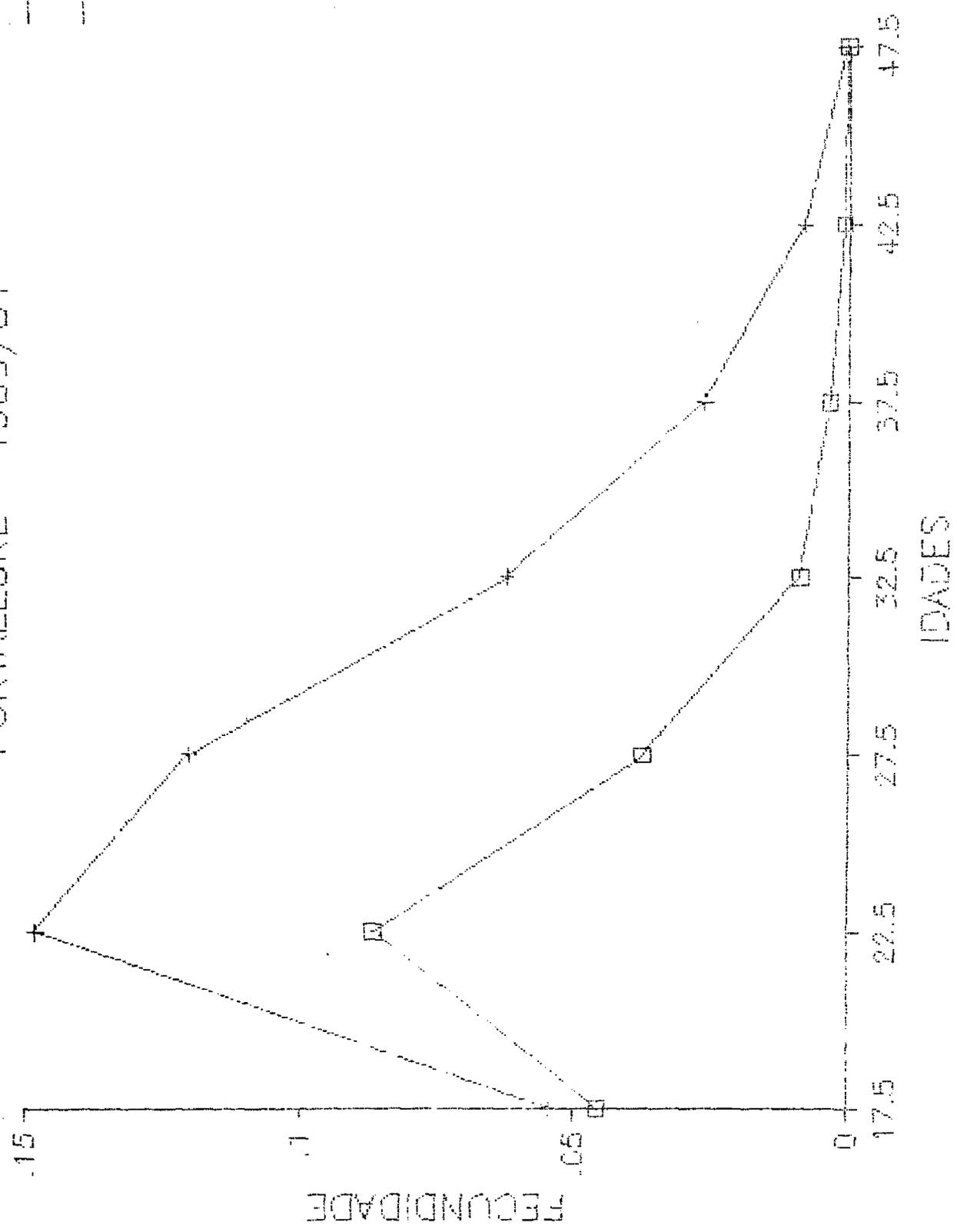
LISBOA 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

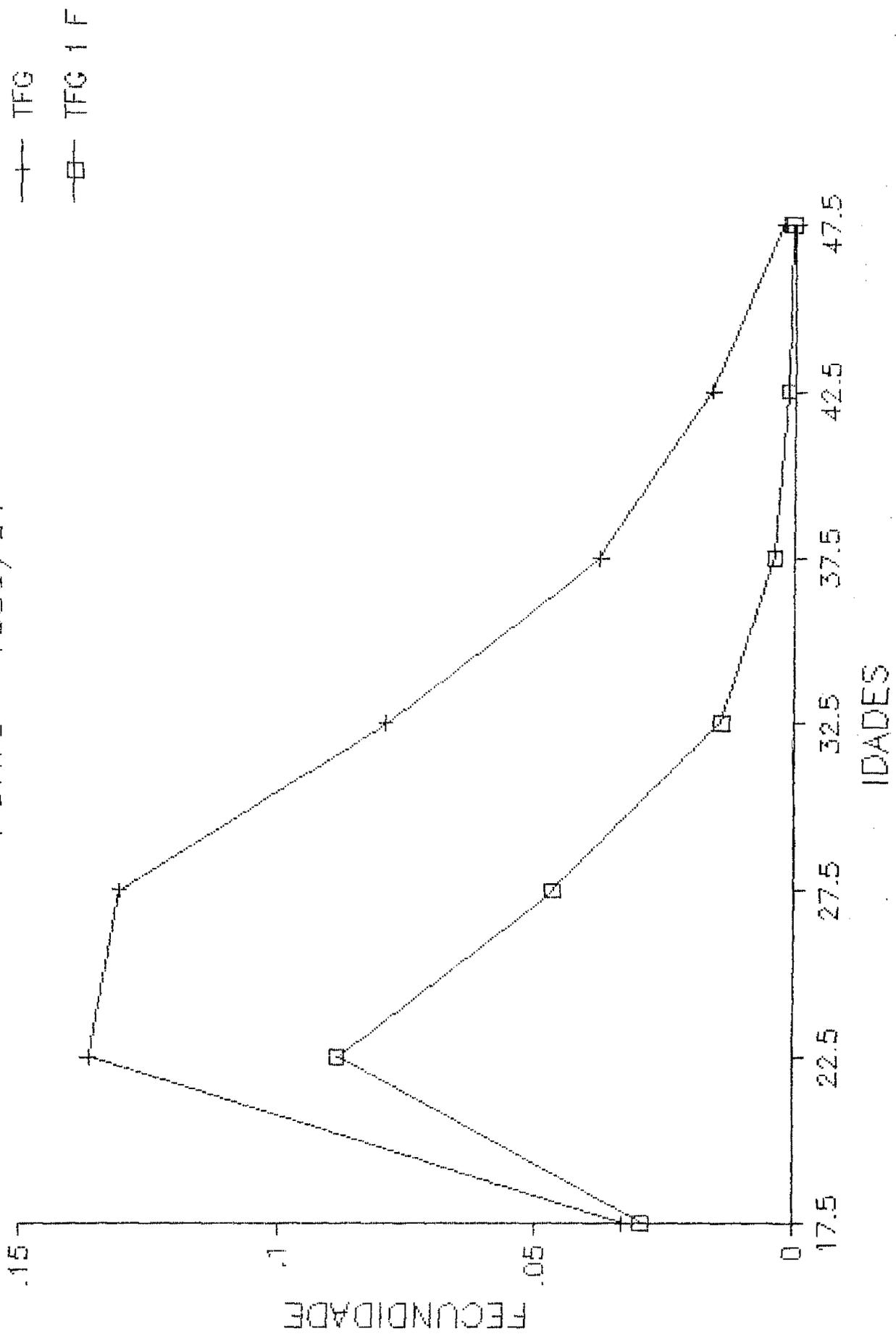
PORTALEGRE 1980/81

---+--- TFG  
---□--- TFG 1 F



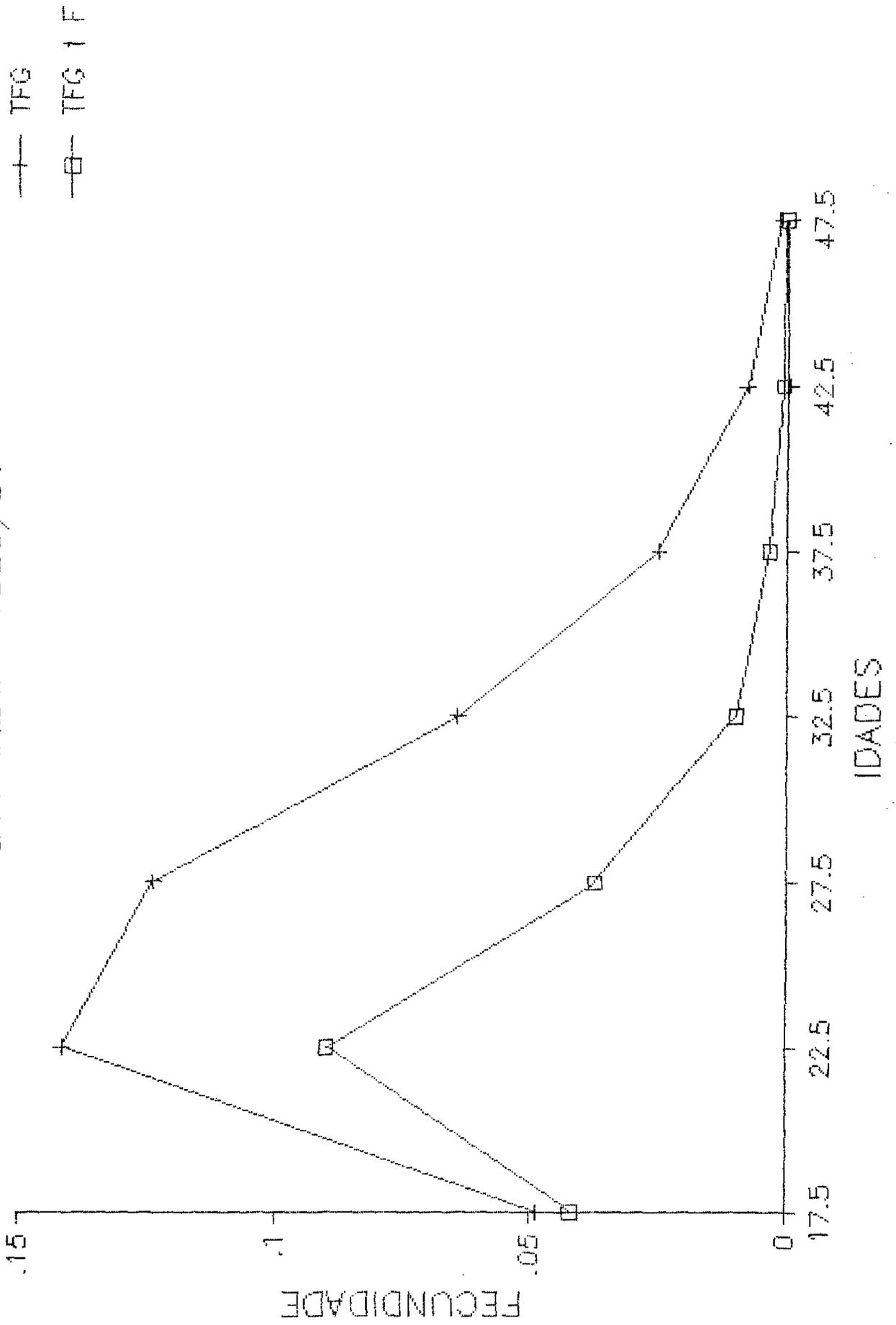
# ANALISE DA FECUNDIDADE

PORTO 1980/81



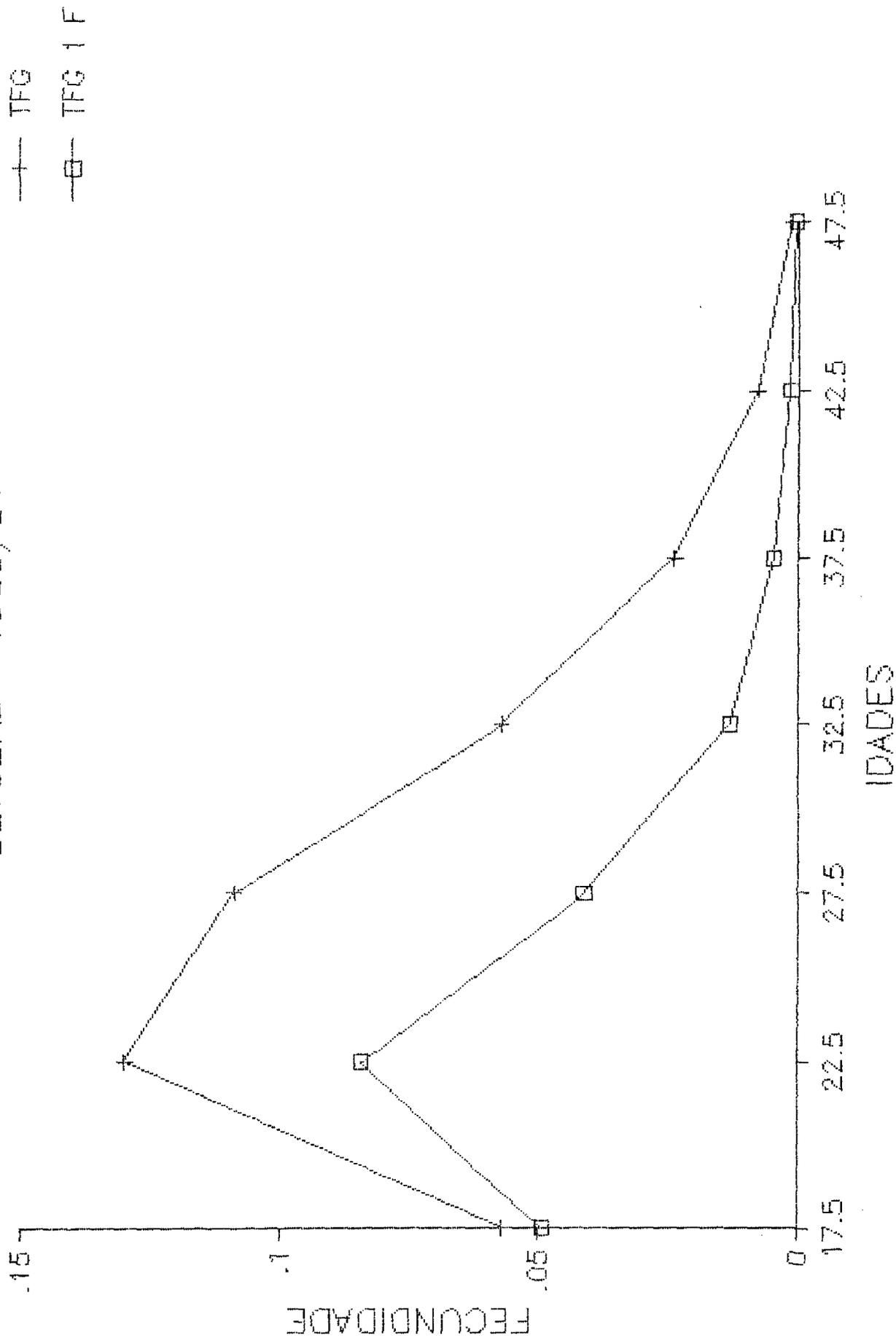
# ANALISE DA FECUNDIDADE

SANTAREM 1980/81



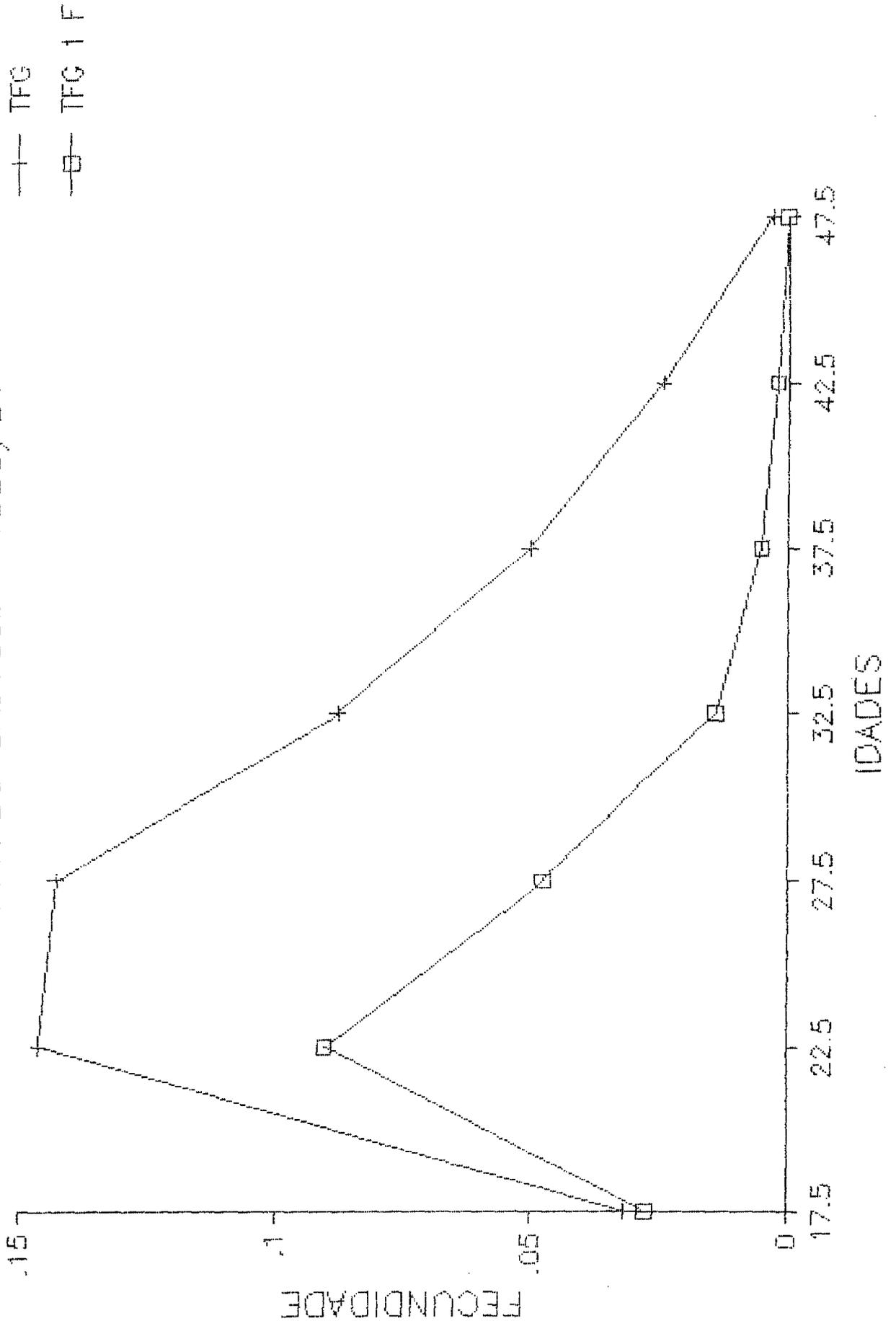
# ANALISE DA FECUNDIDADE

SETUBAL 1980/81



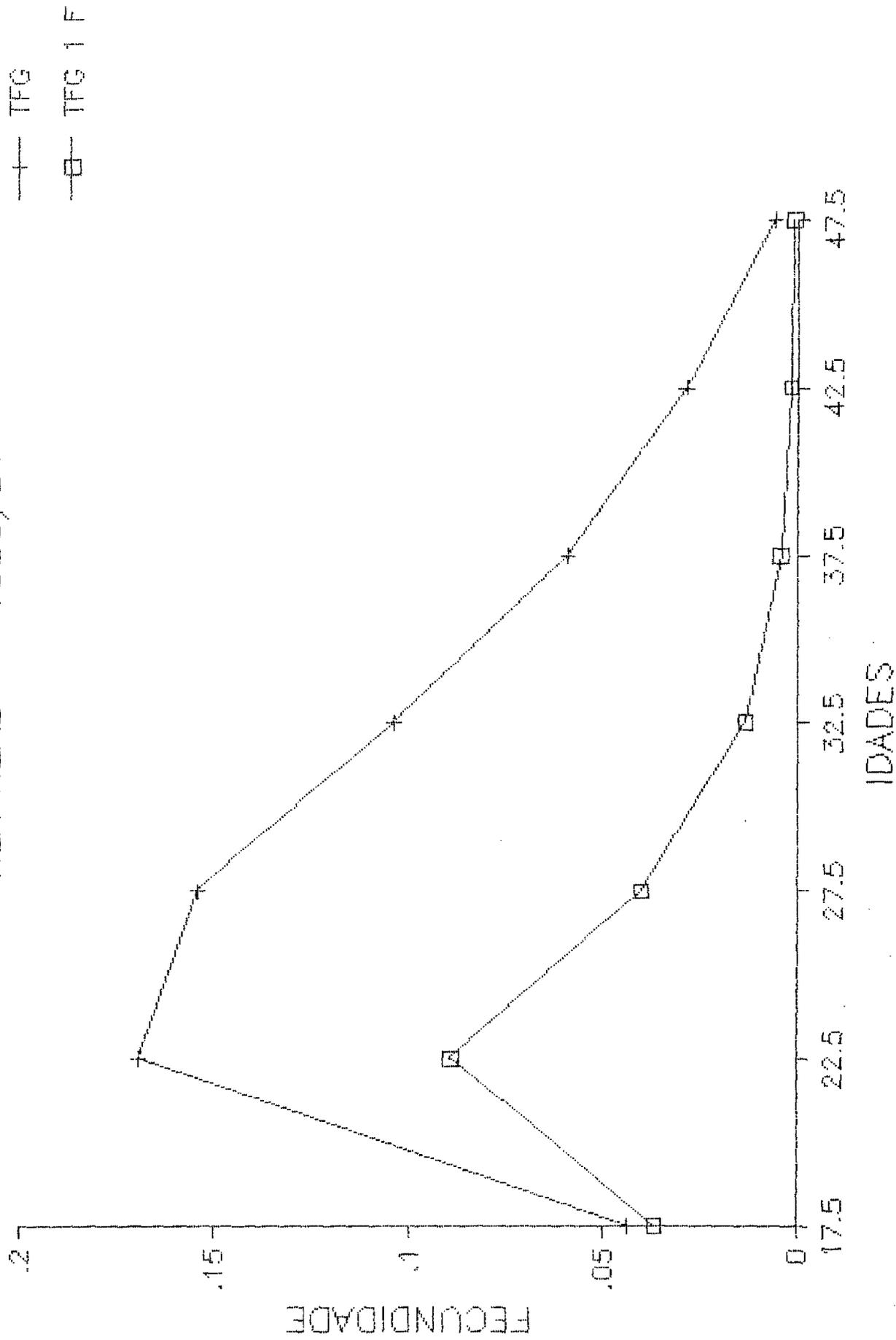
# ANALISE DA FECUNDIDADE

VIANA DO CASTELO 1980/81

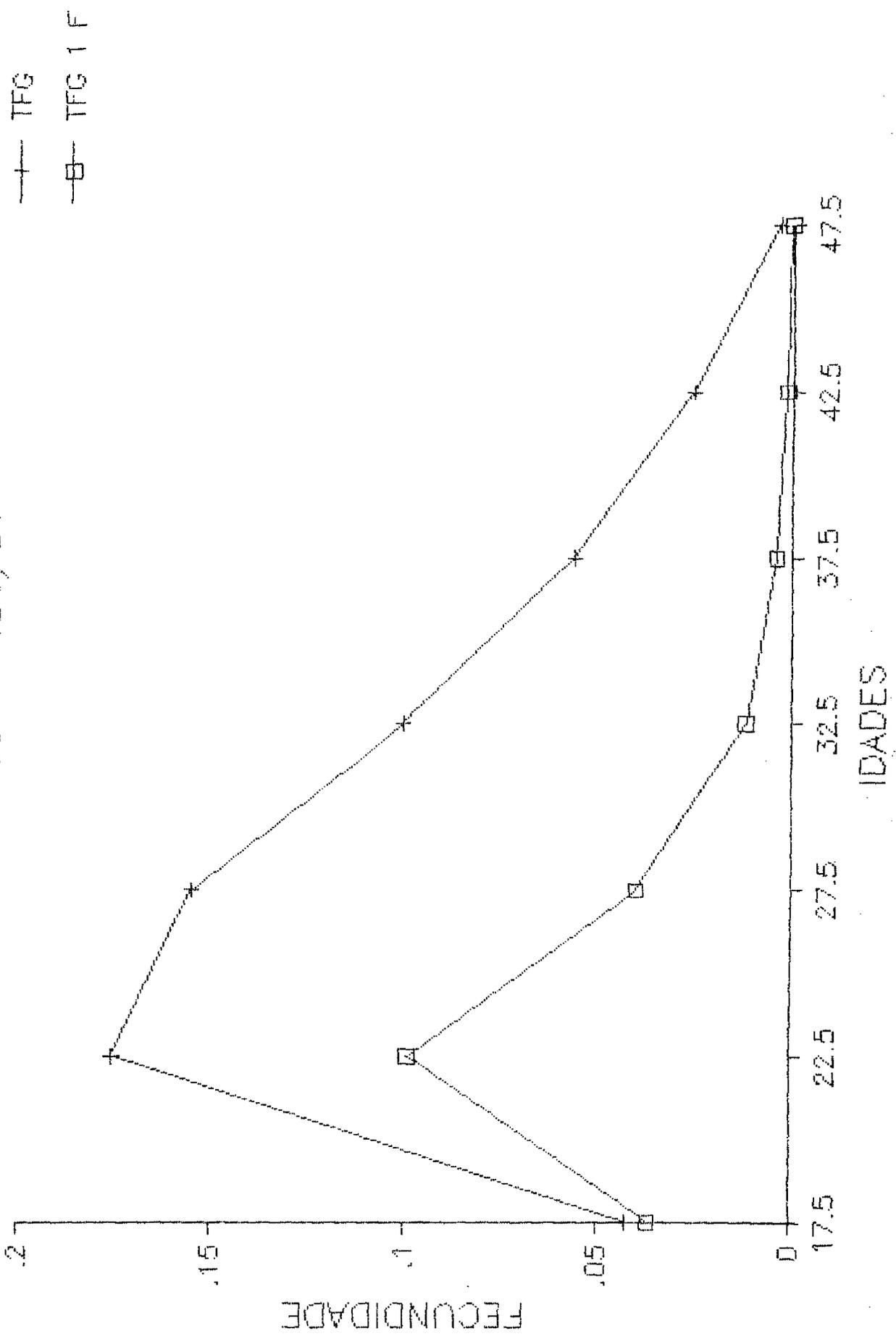


# ANALISE DA FECUNDIDADE

VILA REAL 1980/81



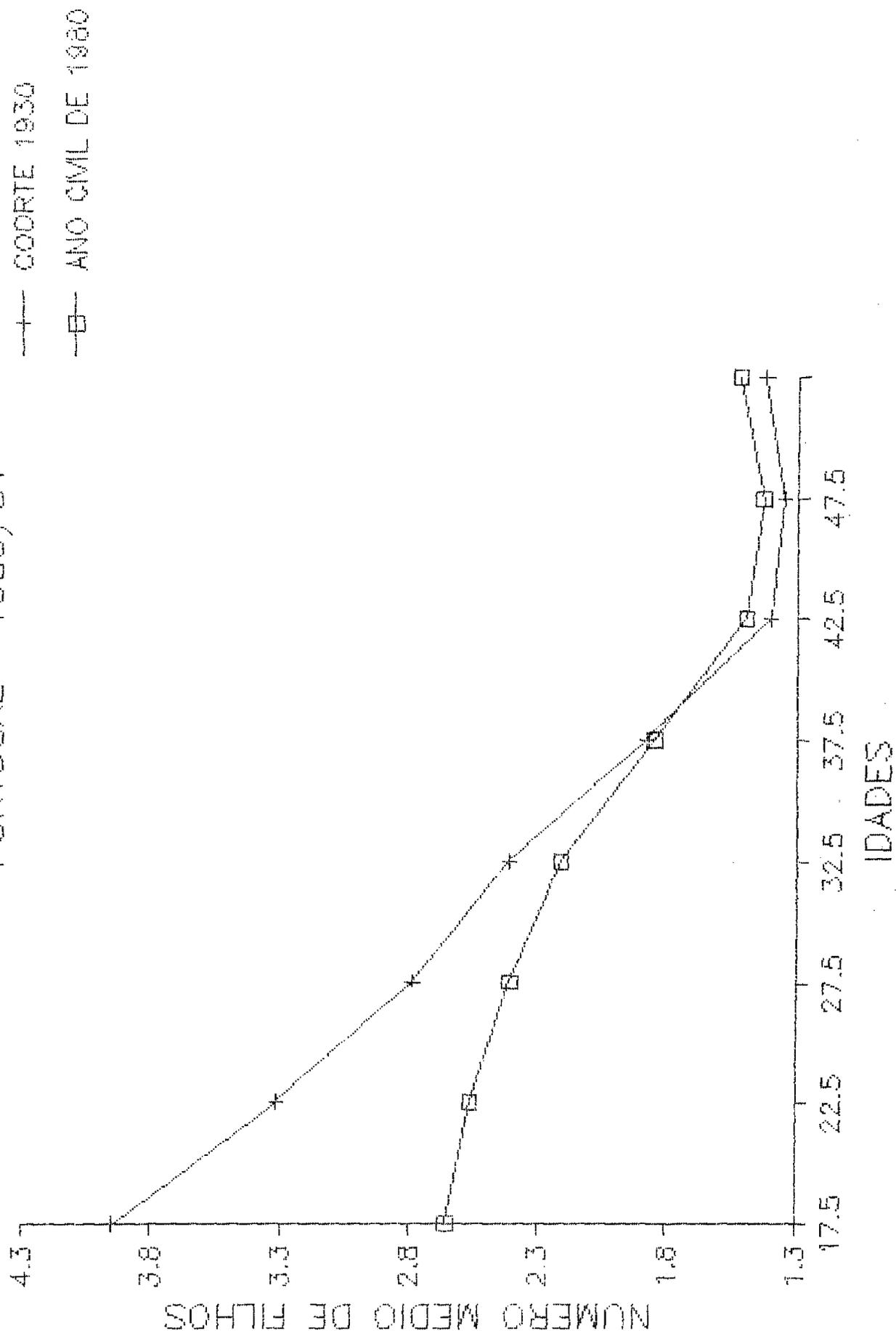
# ANALISE DA FECUNDIDADE VISEU 1980/81



A N E X O I I I

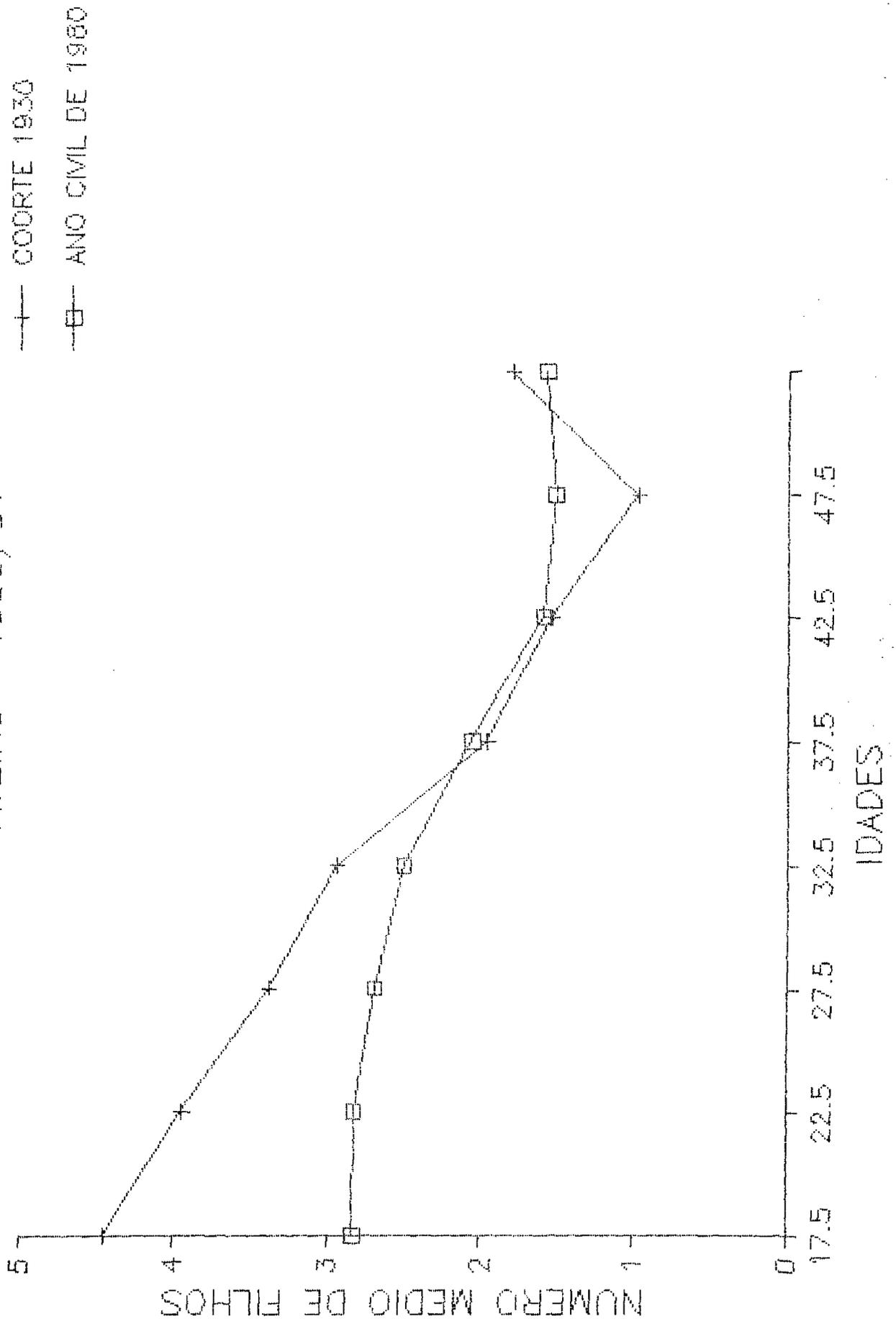
# ANALISE DA FECUNDIDADE

PORTUGAL 1980/81



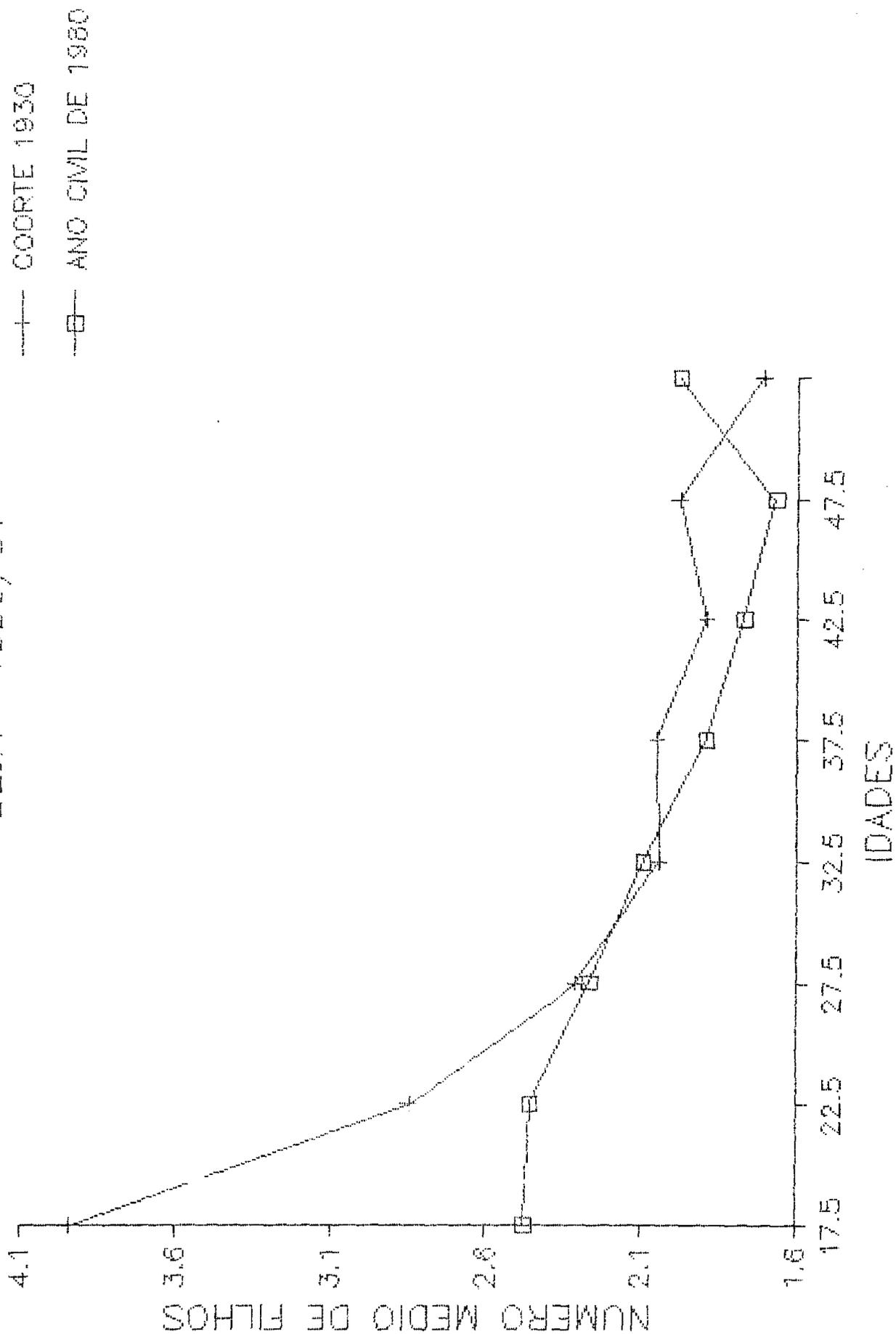
# ANALISE DA FECUNDIDADE

AVEIRO 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

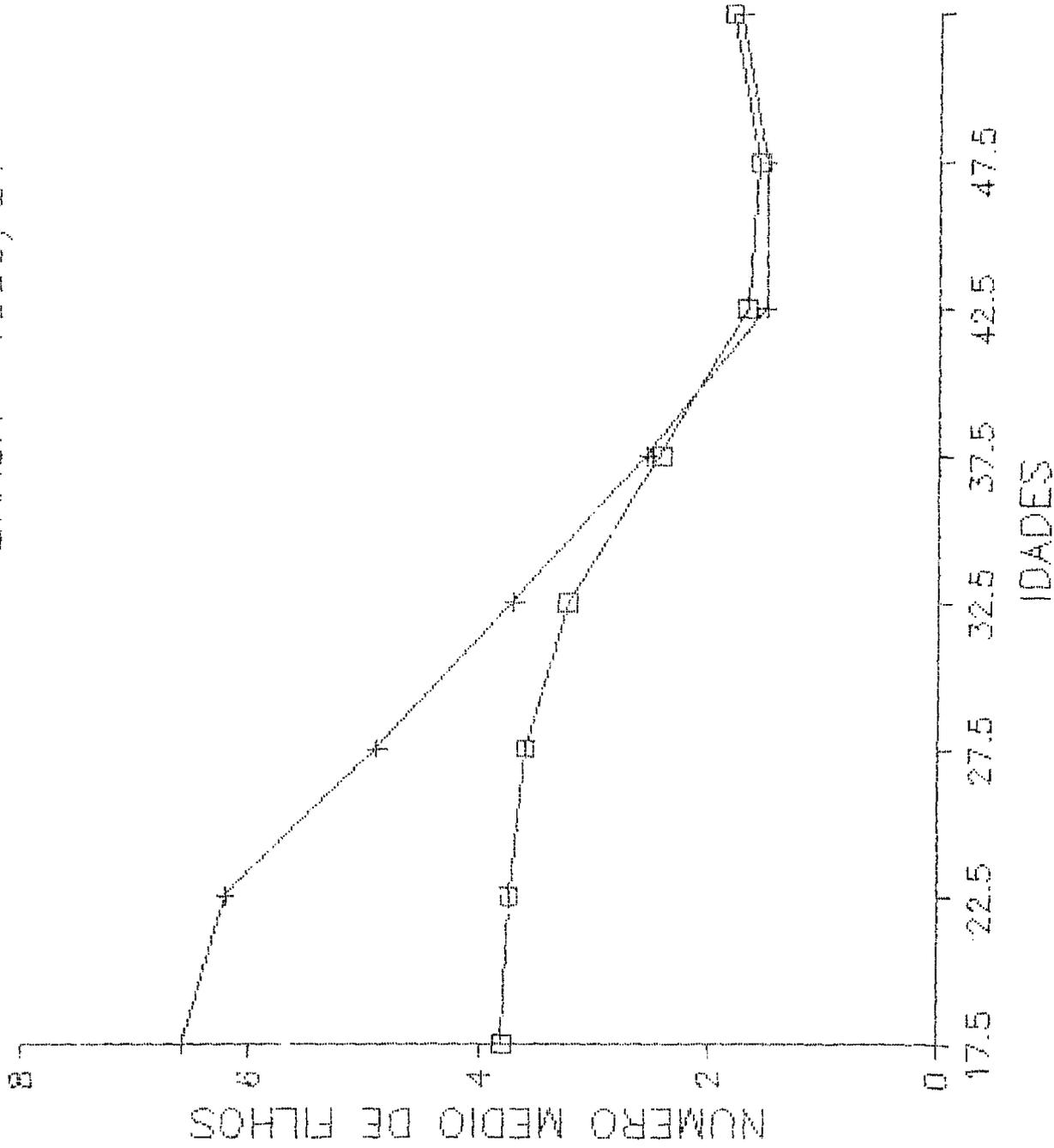
BEJA 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

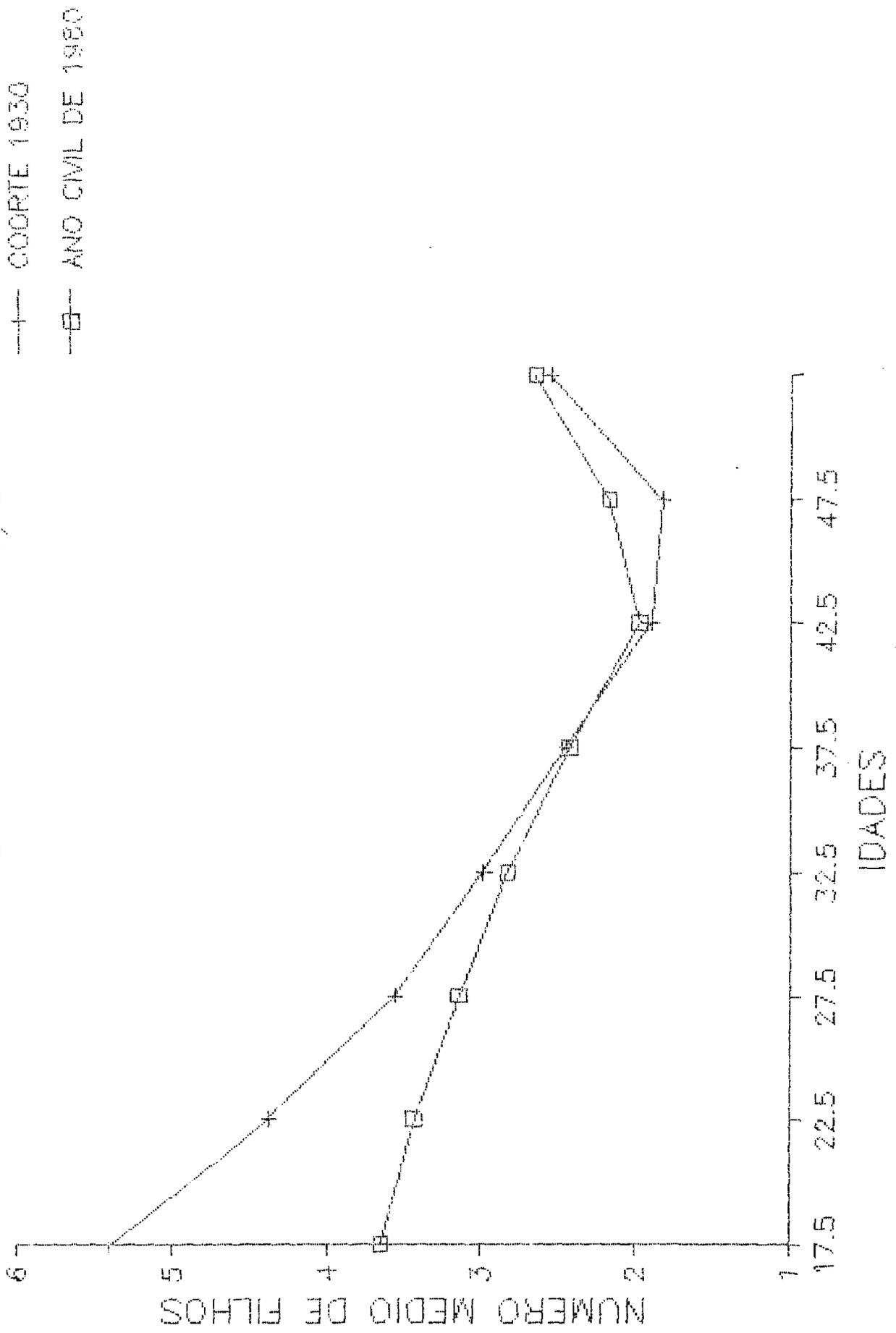
BRAGA 1980/81

- +— COORTE 1930
- ANO CIVIL DE 1980



# ANALISE DA FECUNDIDADE

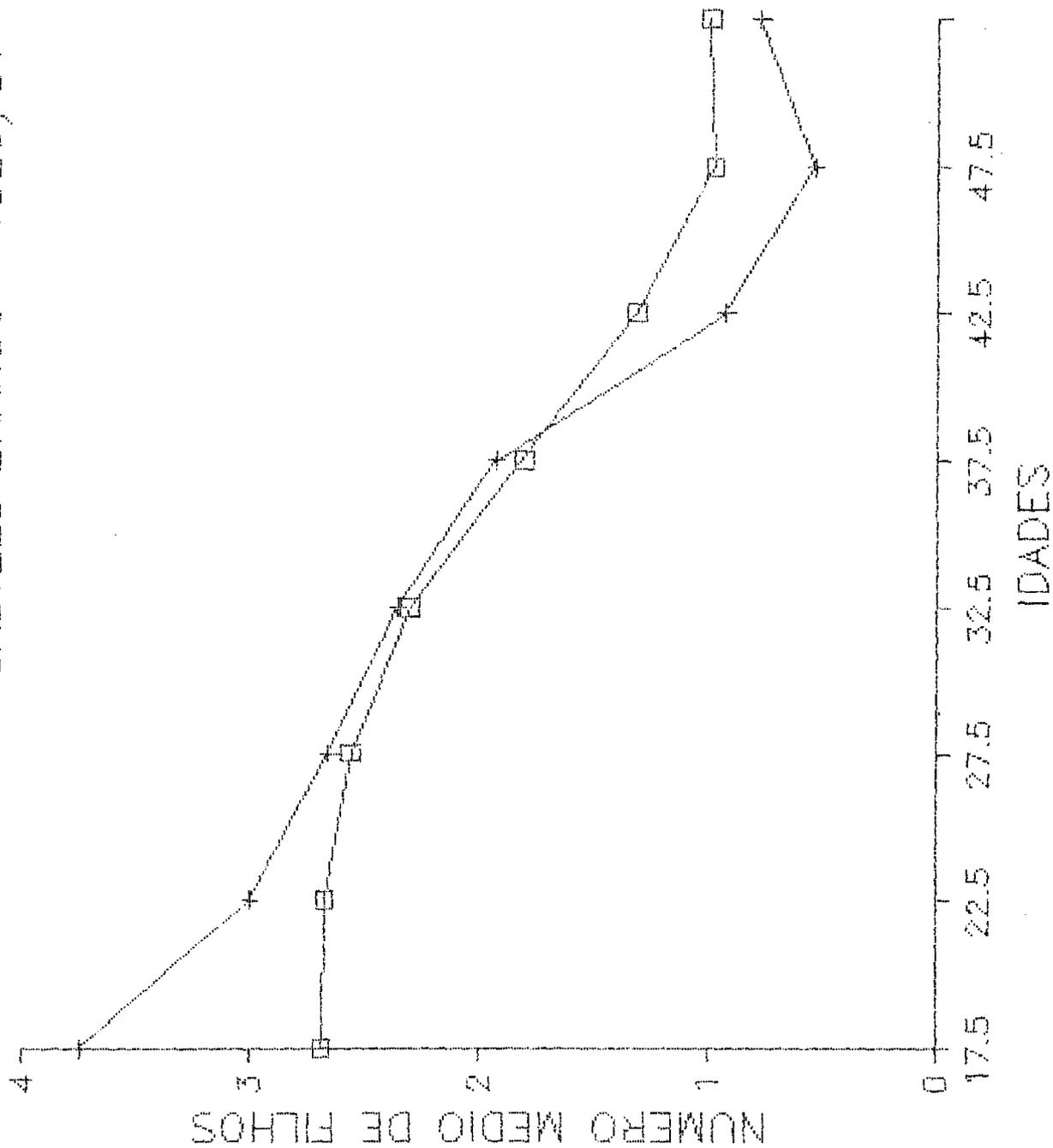
BRAGAN A 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

CASTELO BRANCO 1980/81

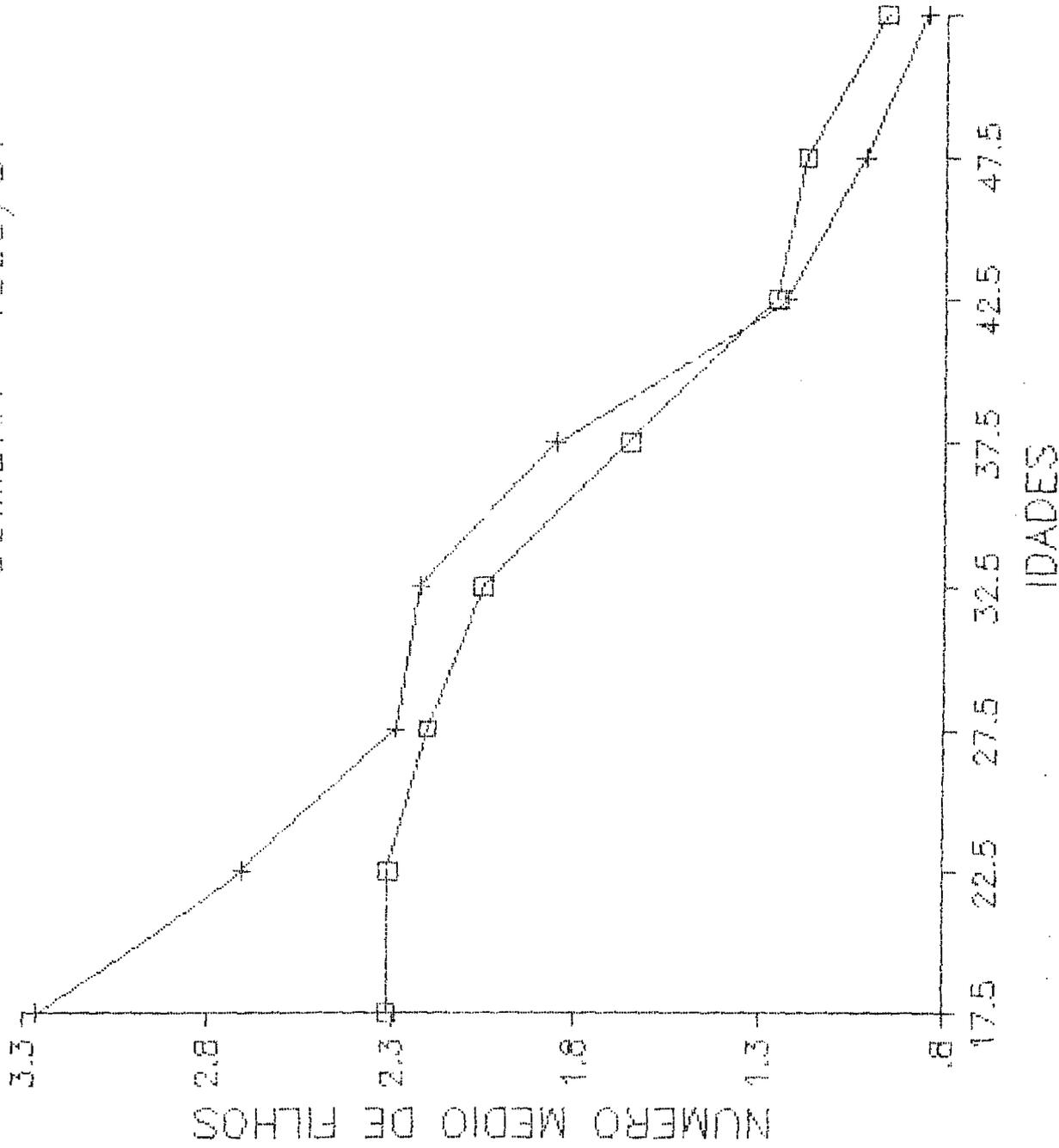
—+— CODRTE 1930  
—□— ANO CIVIL DE 1980



# ANALISE DA FECUNDIDADE

COIMBRA 1980/81

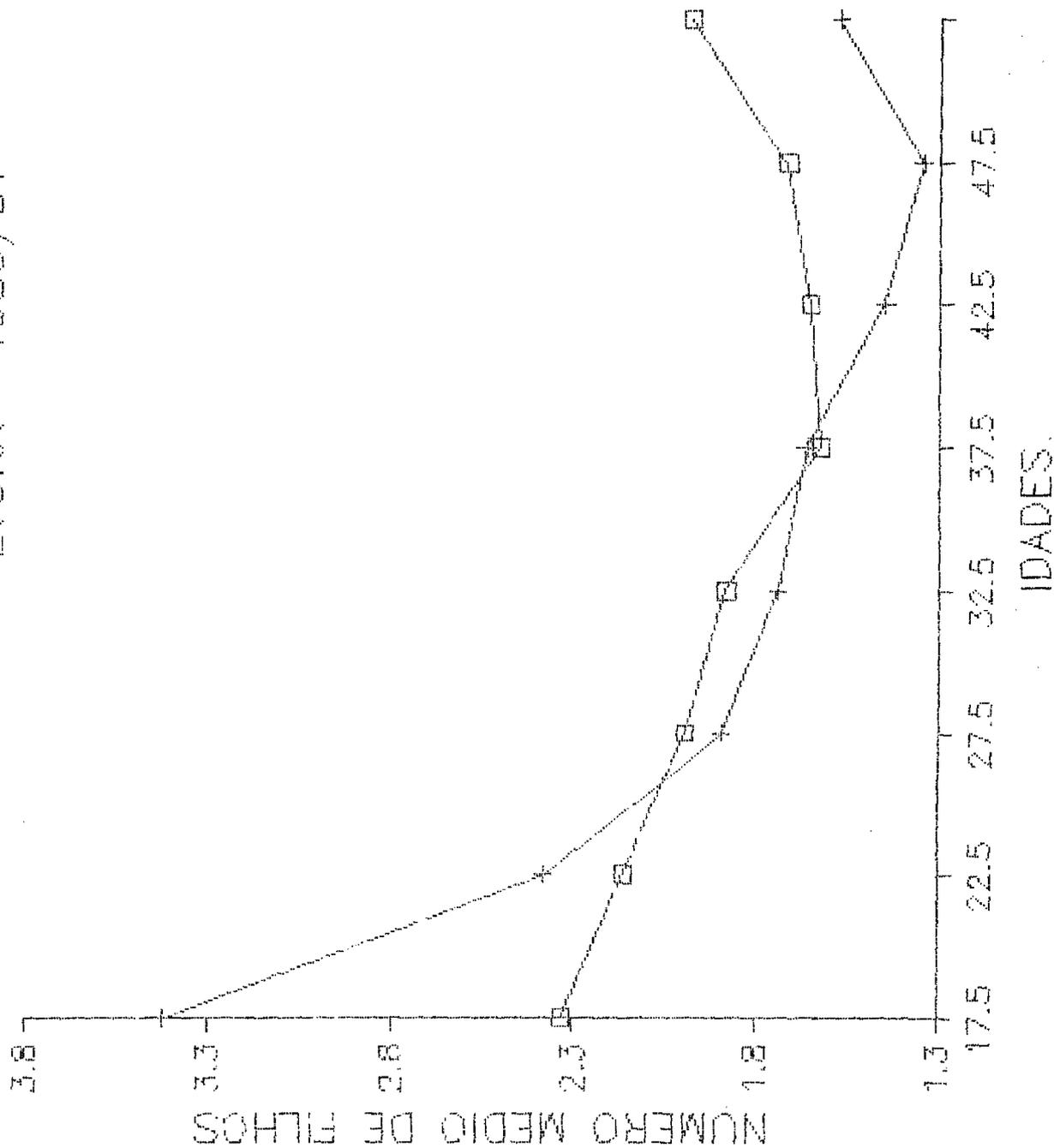
—+— COORTE 1930  
—□— ANO CIVIL DE 1980



# ANALISE DA FECUNDIDADE

EVORA 1980/81

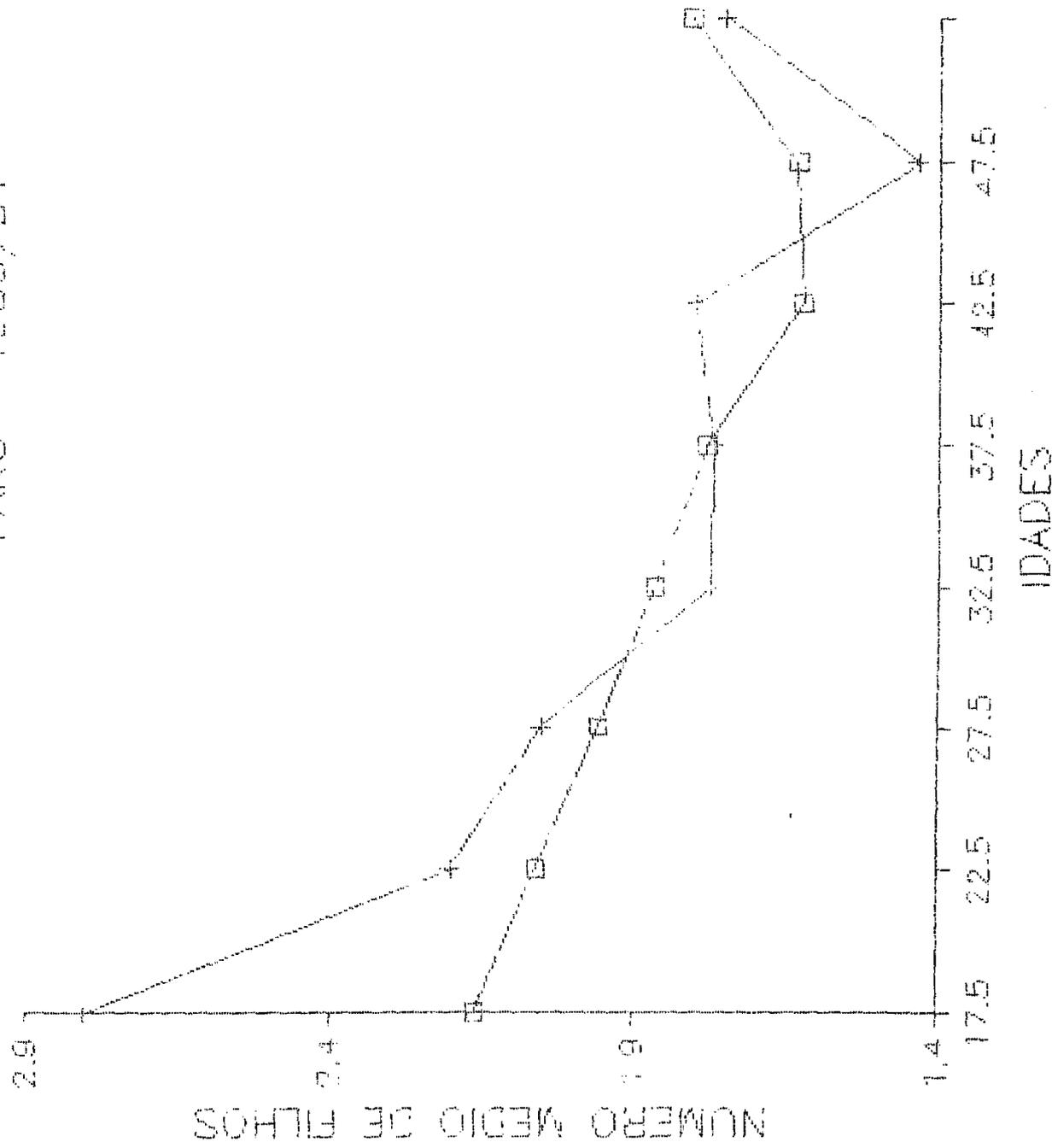
—+— CODRTE 1930  
—□— ANO CIVIL DE 1980



# ANALISE DA FECUNDIDADE

FARO 1960/81

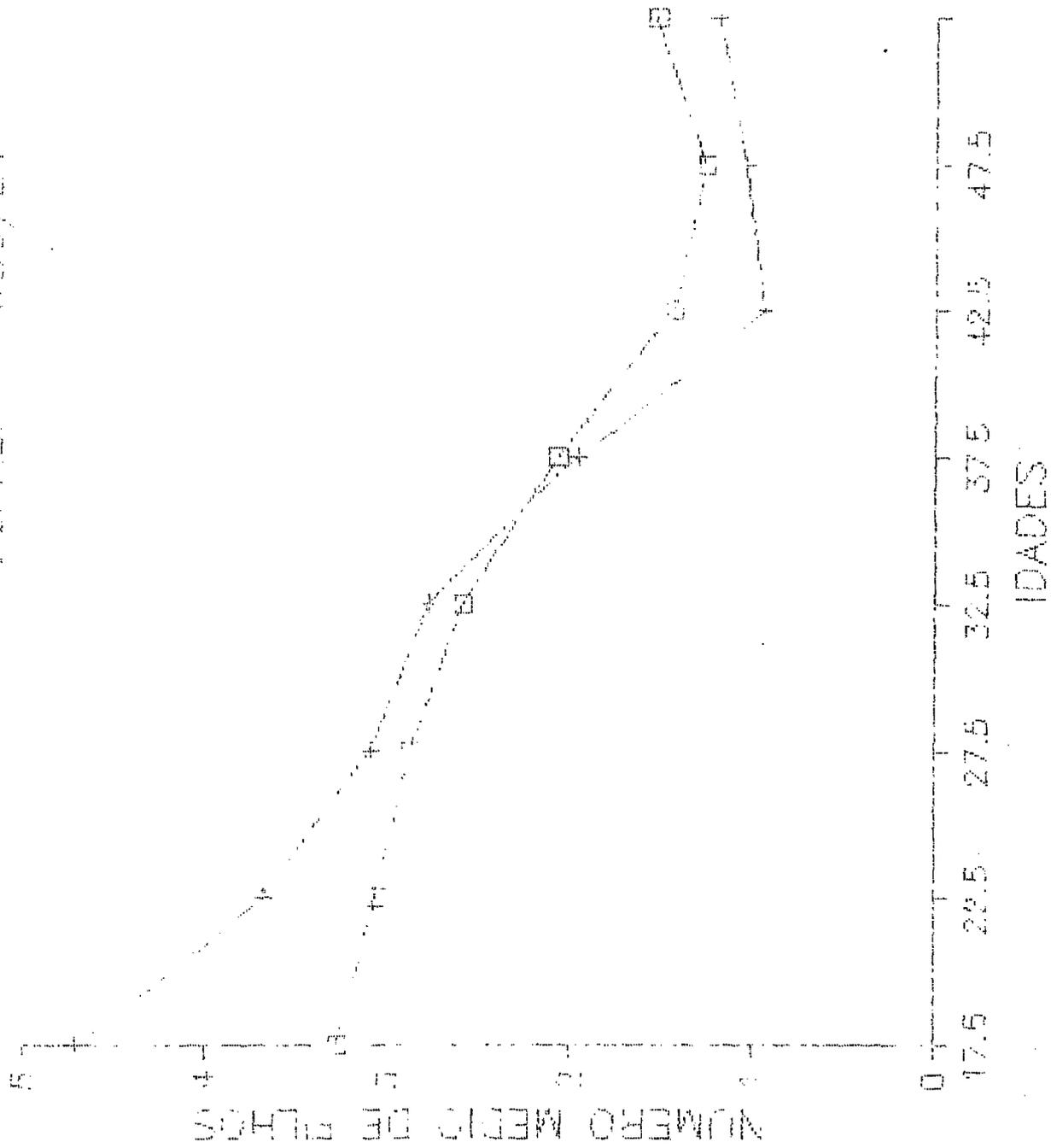
- +— COORTE 1930
- ANO CIVIL DE 1980



# ANALISE DA FECUNDIDADE

GUARDA 1982/81

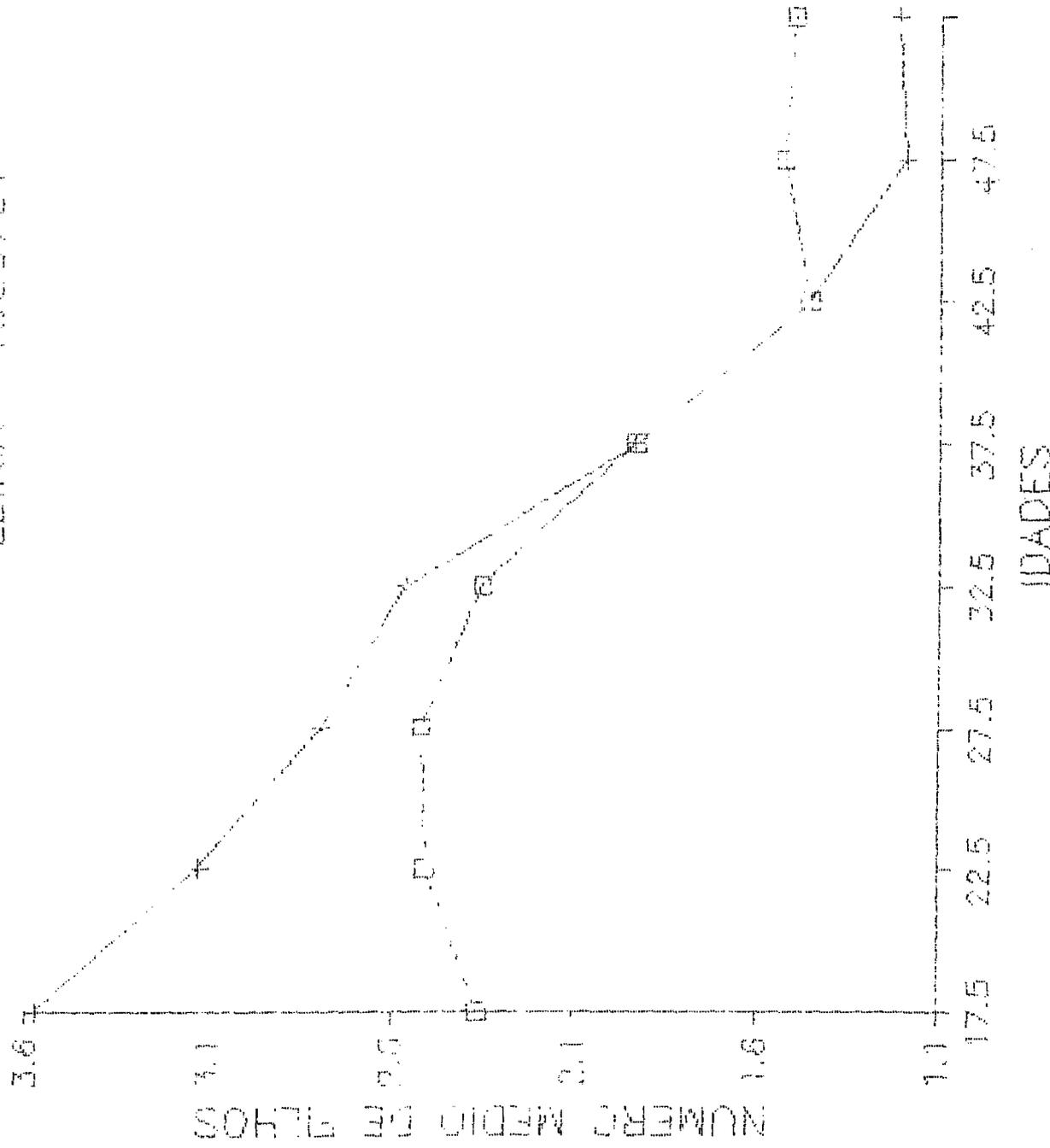
---+--- COCHIT 1950  
---□--- ANO CIVIL DE 1960



# ANALISE DA FECUNDIDADE

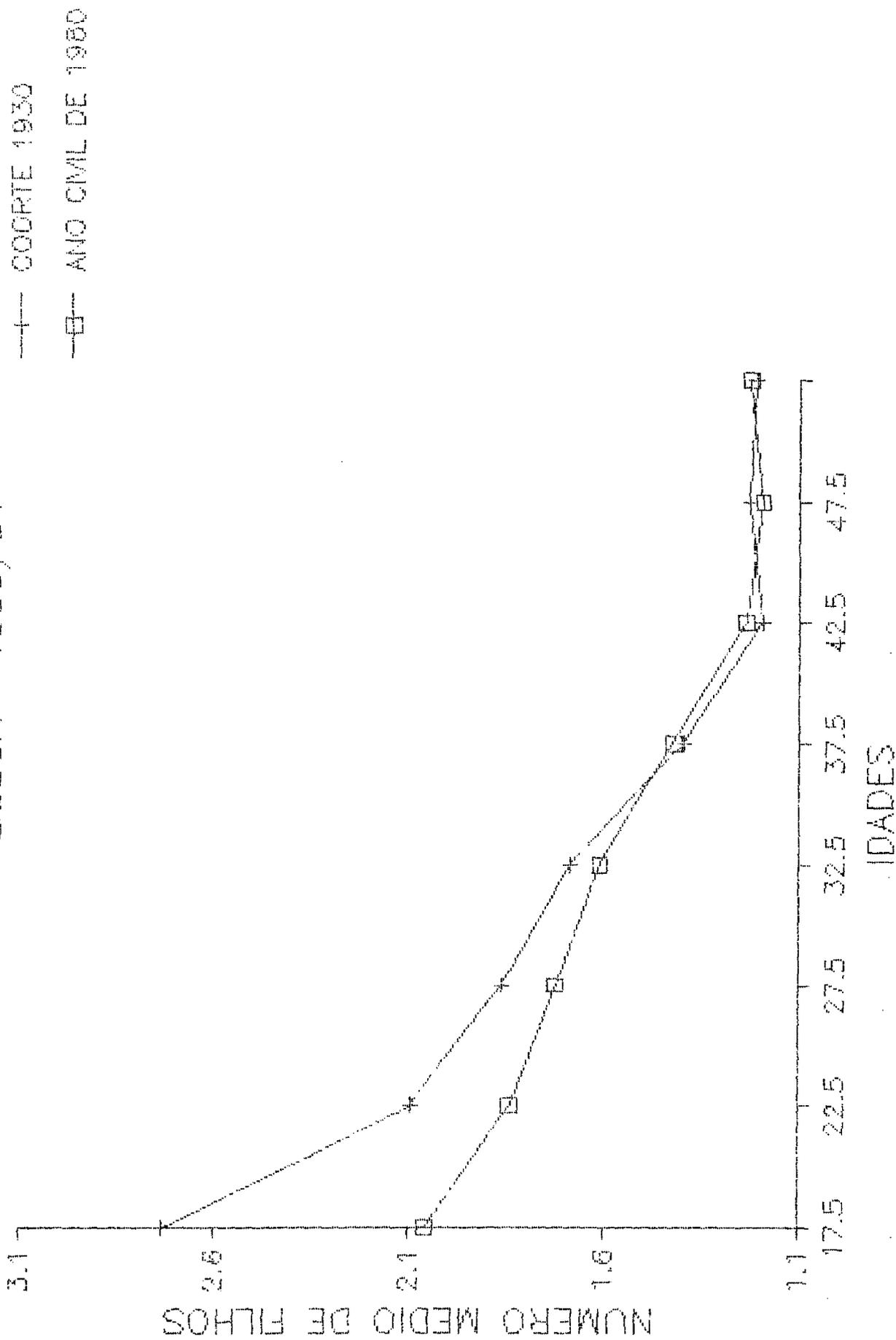
LEIRIA 1980/81

---+--- COORTE 1930  
---E--- ANO CIVIL 1981



# ANALISE DA FECUNDIDADE

LISBOA 1980/81

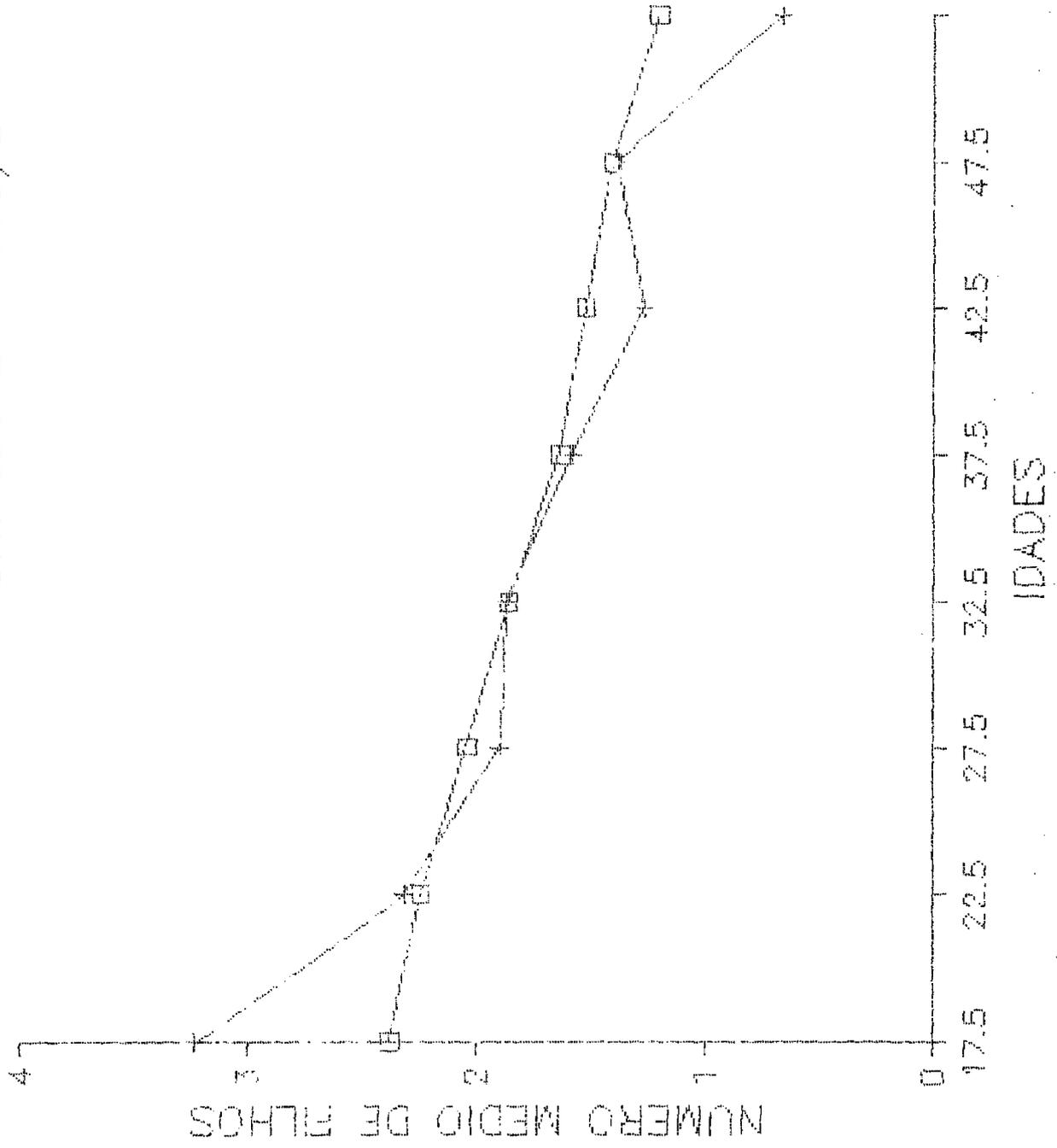


# ANALISE DA FECUNDIDADE

PORTALEGRE 1980/81

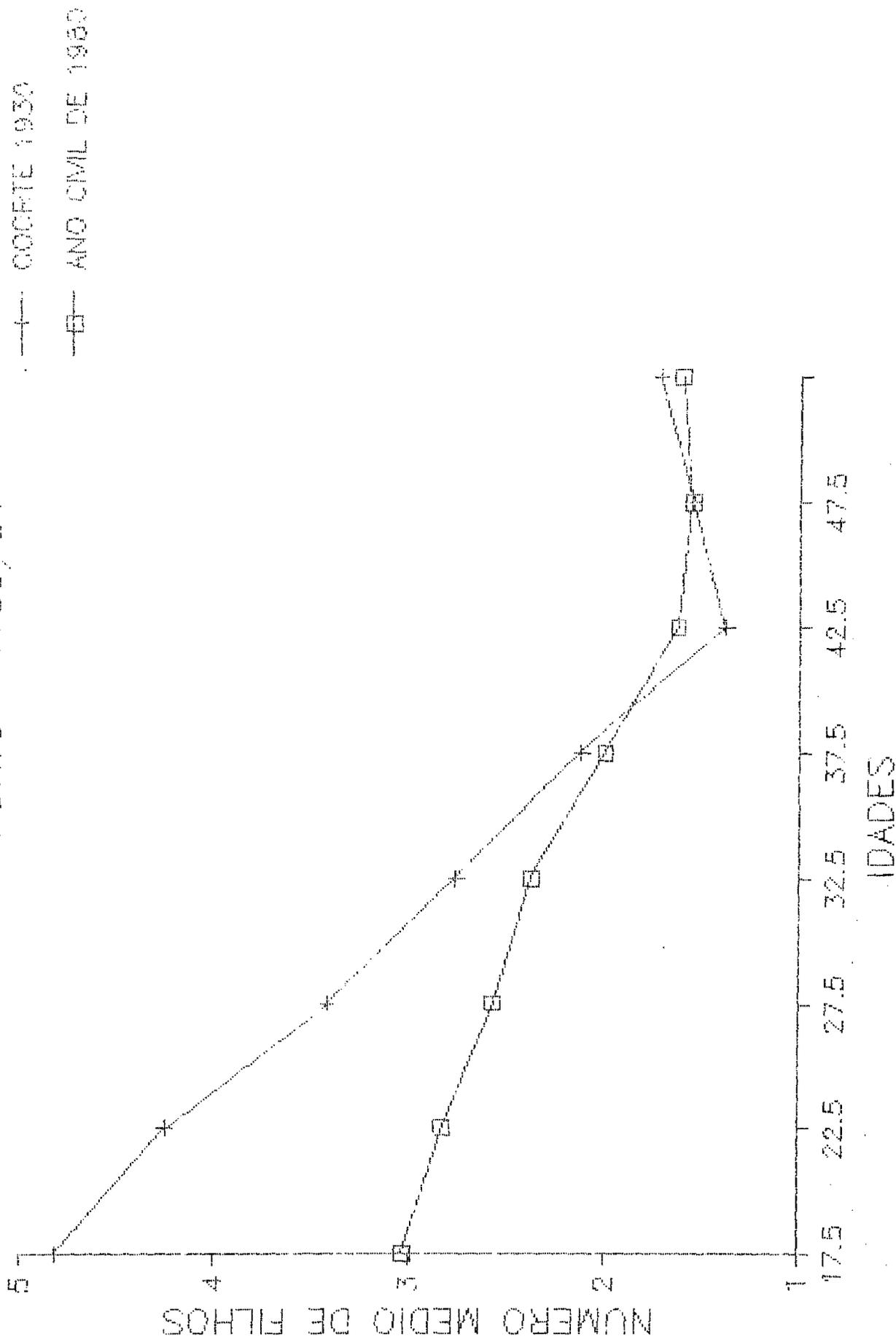
—+— COORTE 1930

—□— ANO CIVIL DE 1960



# ANALISE DA FECUNDIDADE

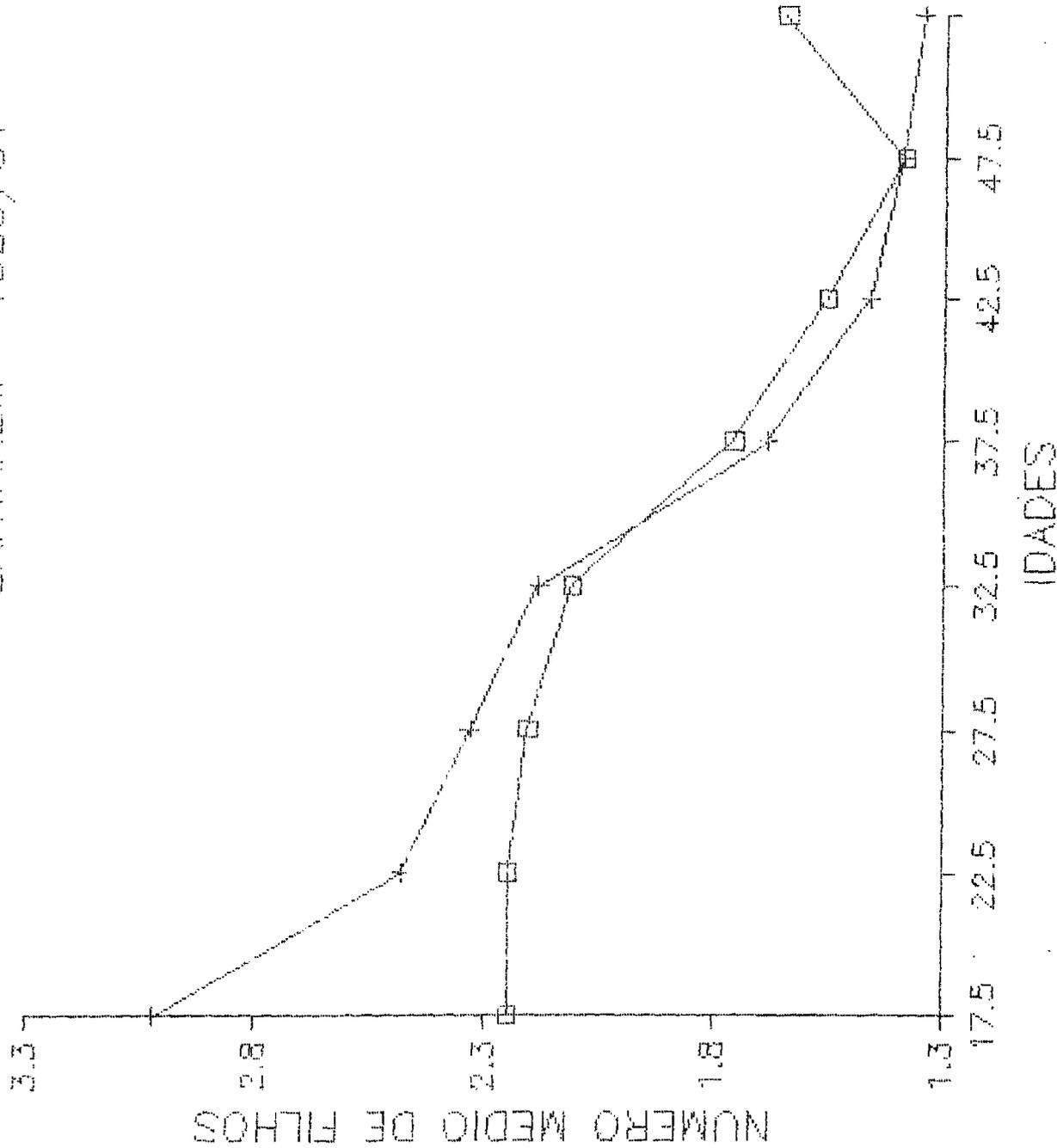
PORTO 1980/81



# ANALISE DA FECUNDIDADE

SANTAREM 1980/81

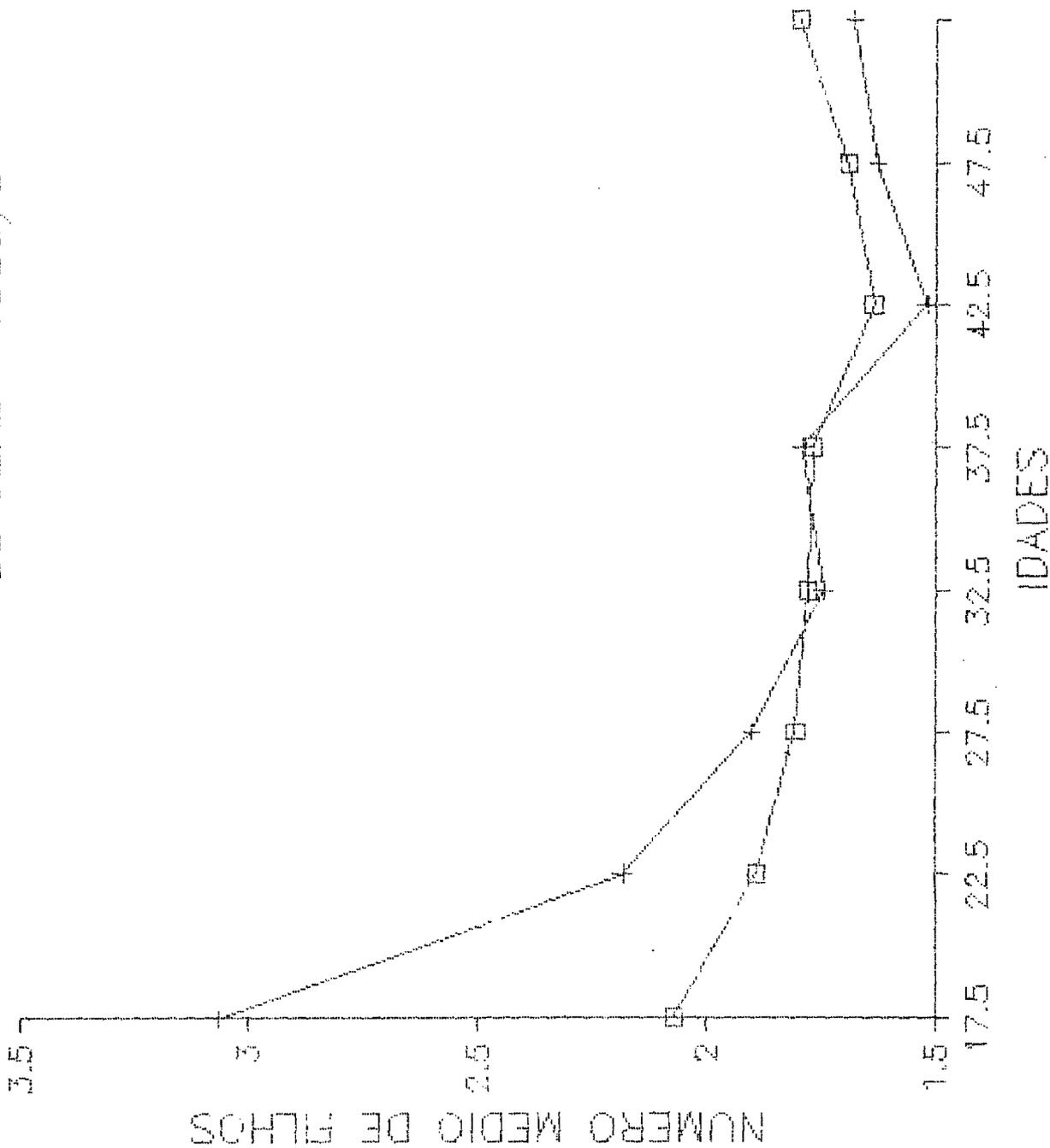
—+— COORTE 1930  
—□— ANO CIVIL DE 1980



# ANALISE DA FECUNDIDADE

SETUBAL 1980/81

—+— CÔORTE 1930  
—□— ANO CIVIL DE 1980

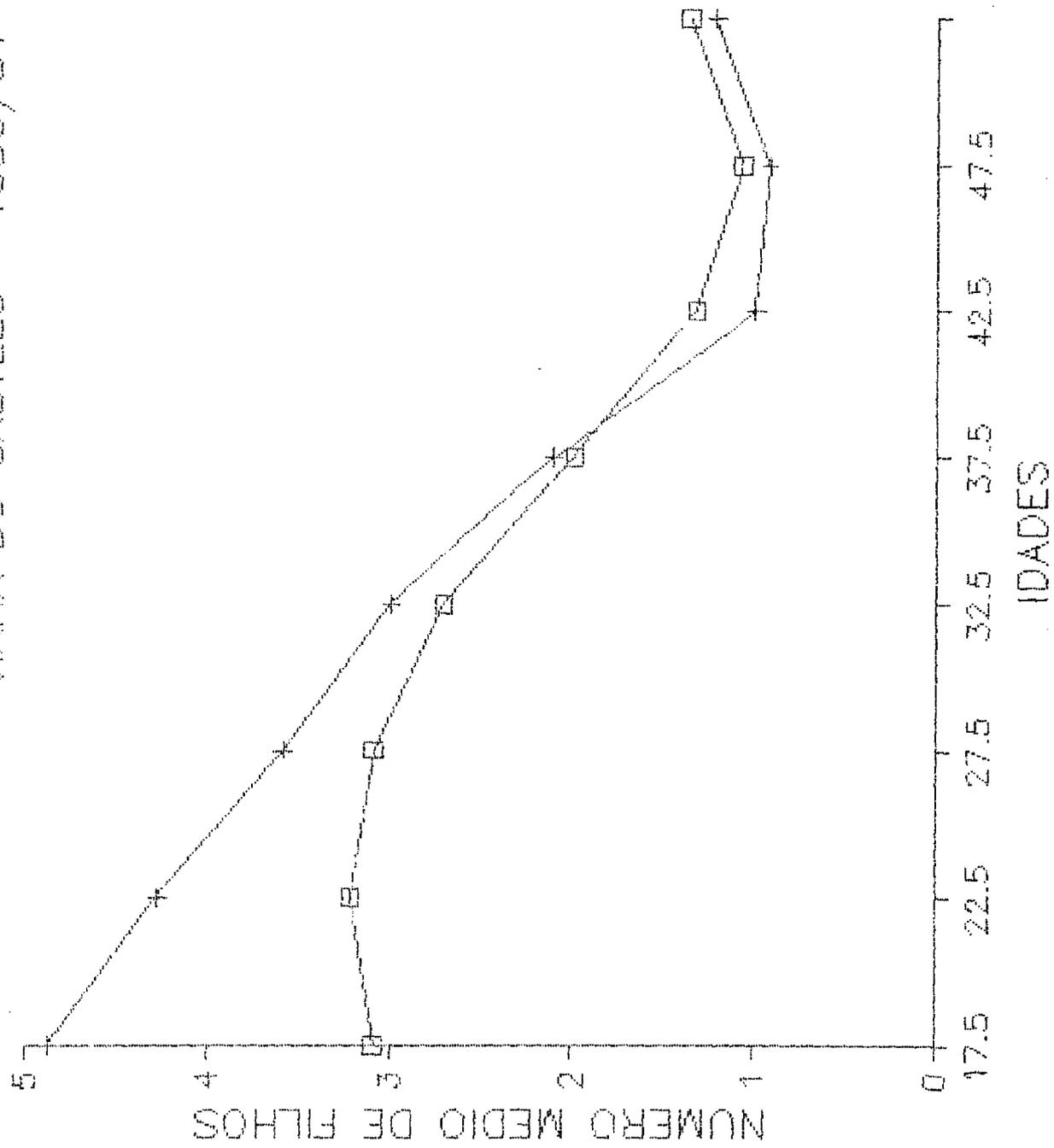


# ANALISE DA FECUNDIDADE

VIANA DO CASTELO 1980/81

---+--- COORTE 1930

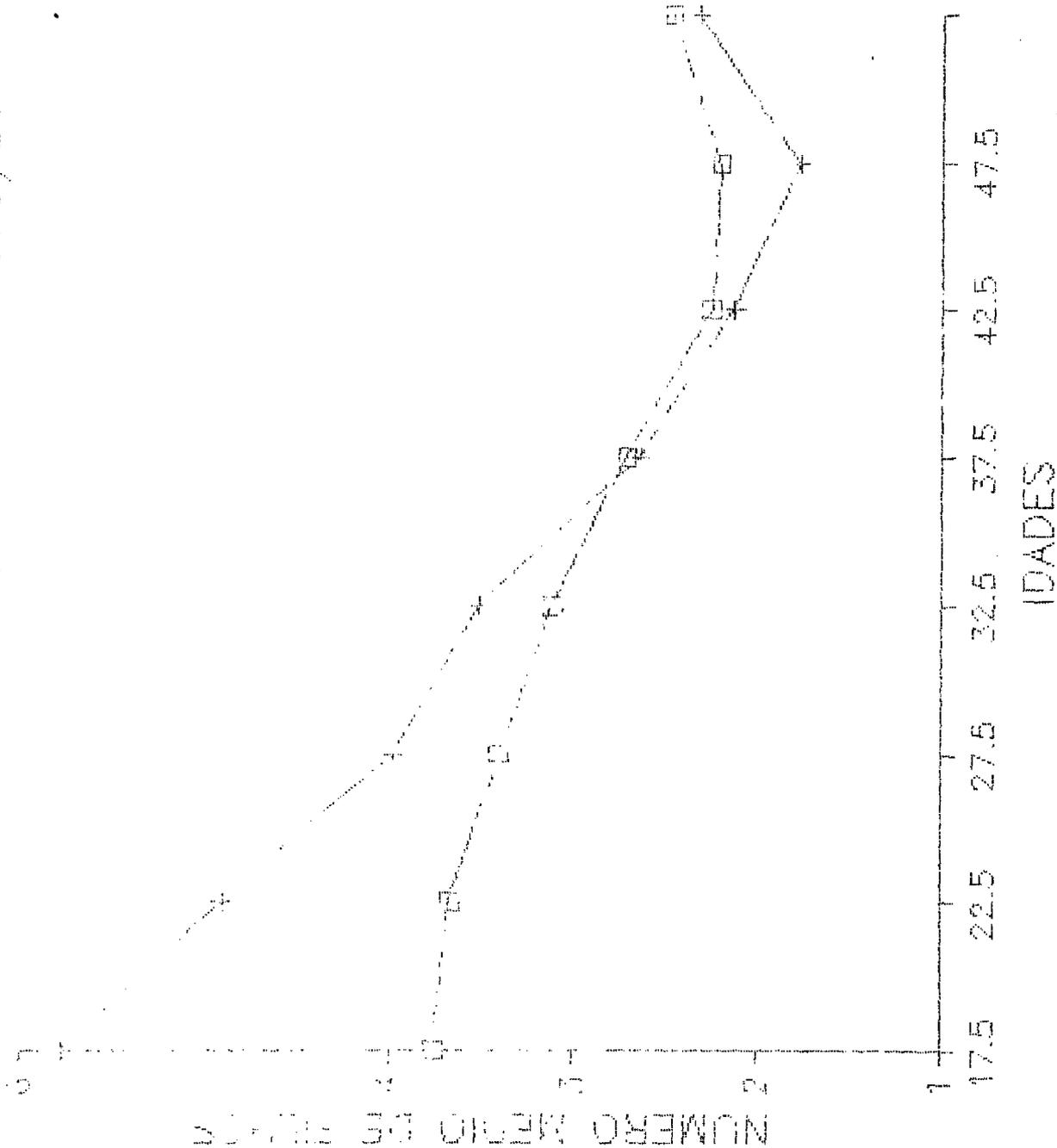
---□--- ANO CIVIL DE 1980



# ANÁLISE DA PERIODICIDADE

VILA RITA 1980/81

CP  
---H---

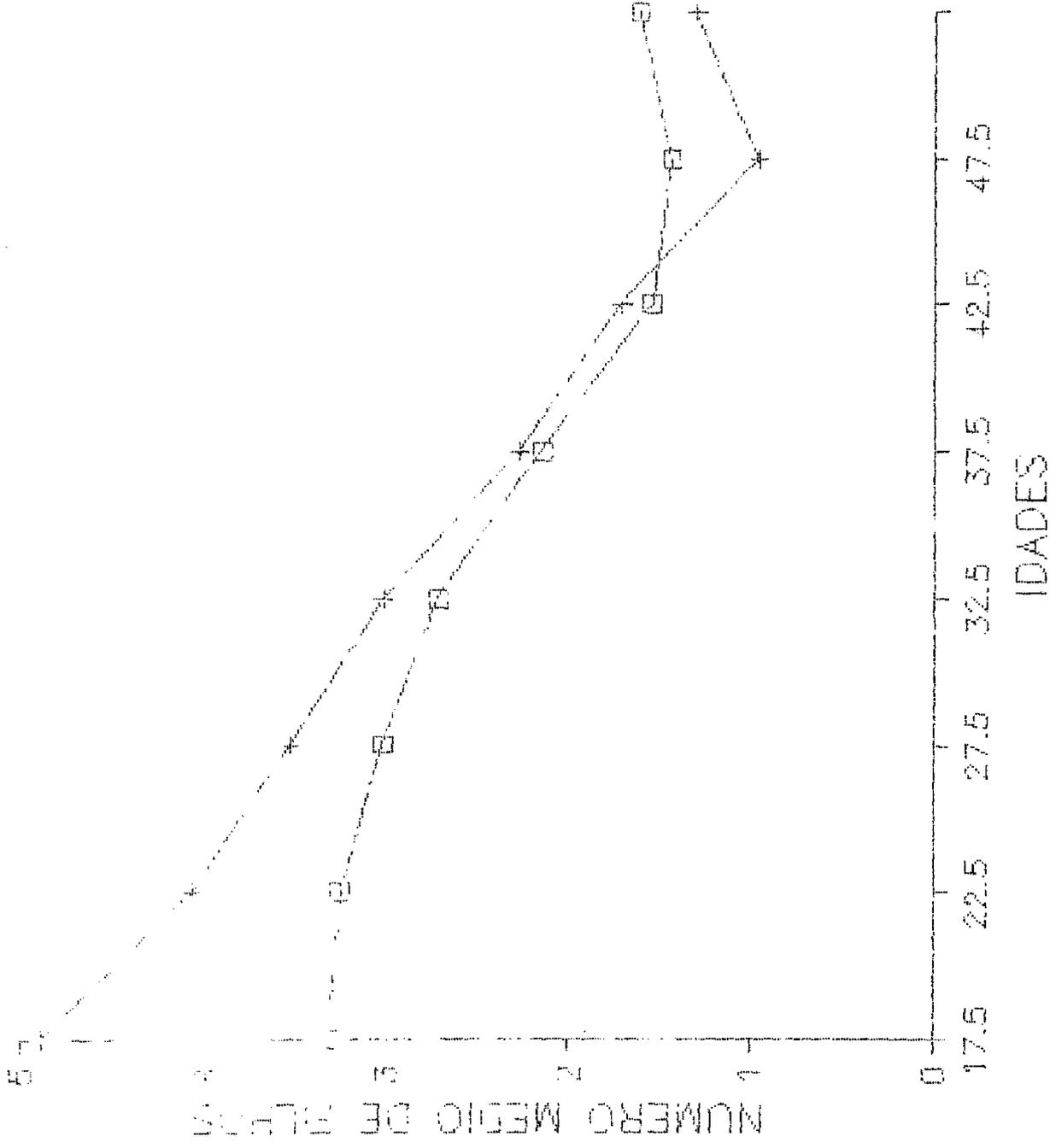


# ANALISE DA FUNDICAO

VEGAL - 1930/31

--- OCEANO

--- RIO SPALLO



# CENSOS 91

XIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO  
III RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

## A PROBLEMÁTICA DA DEMOGRAFIA PORTUGUESA NOS ANOS NOVENTA

J. MANUEL NAZARETH

Seminário - Coimbra, 22 e 23 de Novembro - 1990

# **SEMINÁRIO CENSOS 91**

**A PROBLEMÁTICA DA DEMOGRAFIA PORTUGUESA**

**NOS ANOS NOVENTA**

*Por:*

*J. Manuel Nazareth*

*Director do Gabinete de Estudos Demográficos  
do Instituto Nacional de Estatística*

**1. Portugal face à última fase da transição demográfica:**  
**a progressiva maturação da complexidade**

A ideia fundamental da transição demográfica é a passagem de um estado de equilíbrio, em que a mortalidade e a fecundidade têm elevados níveis, para um outro estado de equilíbrio, em que a mortalidade e a fecundidade apresentam níveis baixos, na sequência ou paralelamente a um processo de modernização.

A diversidade de variantes introduzidas nas fases clássicas da transição, e a recusa generalizada de um modelo único não invalidaram a convergência de pontos de vista no que diz respeito às características fundamentais da última fase: crescimento tendendo para zero e baixos níveis de mortalidade e fecundidade. Porém, à medida que os diferentes países foram atingindo esta última fase da transição a aparente simplicidade das suas consequências começou a levantar algumas questões de fundo. A complexidade dessas questões foram de tal importância que emergiu a ideia de uma segunda transição. Se na primeira se falava em crescimento zero na segunda começa a ser admitida a ideia da possibilidade de uma regressão da população. A primeira transição demográfica aparece-nos ligada a processos tais como a modernização, a industrialização, a urbanização e o laicismo. Agora começamos a verificar que o declínio da fecundidade, independentemente do confronto existente entre as diversas teorias, fez emergir novos sistemas de normas e valores. Inicialmente falava-se em valores ligados à redução da dimensão da família devido aos

feitos positivos que esta redução tem na própria família e nas gerações futuras. Por oposição a este sistema de valores de tipo "altruista" a segunda transição demográfica concentra a sua atenção predominantemente nas mudanças profundas que intervieram nas normas e nos valores levando as pessoas a uma atitude mais "individualista". As noções fundamentais a reter passam a ser duas: os direitos do indivíduo e a realização pessoal.

Nesta optica, a atitude face à vida, à criança e até mesmo à movimentação no espaço deixa de ter referências globais, nacionais, como por exemplo a de equilíbrio população/recursos, e passa cada vez mais a ter como referência a procura de uma maior liberdade pessoal e promoção social. Os comportamentos e os modos de vida das pessoas são determinados não em função das vantagens e desvantagens que têm para o espaço em que se inserem mas em função das vantagens e inconvenientes face às diversas opções possíveis. Consequentemente a problemática fundamental com que nos deparamos passa a ser a seguinte: como conciliar as legítimas aspirações individuais com as necessidades do colectivo em que nos inserimos?

Num trabalho recente Van de Kaa <sup>(1)</sup> procurou fazer um primeiro esforço de sistematização dos países europeus em relação a esta segunda transição demográfica dividindo-os em quatro grupos. O primeiro grupo engloba os países da Europa setentrional e ocidental que já se encontram em plena fase de segunda transição. O segundo grupo integra os países da Europa meridional (Grécia, Portugal e Espanha) que estão na fase inicial. O terceiro grupo integra os países do leste europeu que são de difícil

classificação à luz das informações disponíveis. Finalmente, o quarto grupo, integra países como a Islândia, a Turquia e a Irlanda que se encontram ainda na primeira transição demográfica.

Em síntese, Portugal tendo terminado a sua primeira transição, aparece-nos como um país que no início dos anos noventa tem que prospectivar a sua evolução demográfica num contexto de complexidade de comportamentos de carácter "individualista". É neste contexto de complexidade actual que temos de olhar para a situação de Portugal inserido no contexto da Europa Comunitária e tentar identificar os grandes desafios de natureza sociodemográfica com que iremos ser confrontados.

## 2. Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta

Em termos de volume populacional a Comunidade Económica Europeia (2) aparece-nos no final de 1989 com um total de 327 milhões de habitantes dos quais 10,3 pertencem a Portugal (3,1% do total). Os quatro países com mais de 50 milhões de habitantes (Alemanha, França, Italia e Reino Unido) concentram 72% da população. Se juntarmos a este grupo os quase 40 milhões de habitantes da Espanha verificamos que estes cinco países concentram 83% da população. Consequentemente, a primeira grande linha de força que se identifica é o desigual peso populacional dos 12 países da Comunidade e que Portugal pertence ao grupo de países com menor expressão numérica. Esta desigualdade não está directamente relacionada com o espaço uma vez que os países com maior densidade populacional (Países Baixos com 431 habitantes por km<sup>2</sup> e Bélgica com 323 habitantes por km<sup>2</sup>) pertencem ao grupo de países com menos volume populacional.

Uma outra grande disparidade existente nos países da C.E.E. é a diversidade dos ritmos de crescimento natural, migratório e total. Globalmente, este conjunto de países passou, em vinte anos, de uma taxa de crescimento natural de 8 por mil para uma taxa de 1,8 por mil mas, as disparidades encontradas ainda são muito importantes. As duas situações extremas são a Irlanda com 5,8 por mil e a R.F. da Alemanha com - 0,3 por mil. Neste último país, o número de óbitos já é superior ao número de nascimentos, e na Irlanda a existência de um nível de fecundidade, que se

encontra no limite da substituição das gerações associado a uma estrutura ainda jovem, proporciona a existência de um crescimento natural francamente positivo. Portugal, com uma taxa de crescimento natural de 2,2 por mil tem um valor muito próximo da média comunitária.

Curiosamente quando analisamos os ritmos de crescimento migratório é o inverso que se observa: a R.F. da Alemanha tem o maior crescimento (16,1 por mil) e a Irlanda o menor (-12,1 por mil). As recentes perturbações observadas no leste europeu (ainda antes da unificação alemã) tiveram como consequência directa um crescimento migratório estimado em cerca de um milhão de pessoas enquanto que na Irlanda a emigração continua a ser significativa. Portugal com uma taxa de crescimento migratório de 0,9 por mil, aparece-nos assim com uma capacidade atractiva das mais baixas no contexto europeu, resultante de um nível superior de retorno em relação ao de emigração.

A combinação destes dois tipos de crescimento conduz necessariamente a uma grande diversidade regional no ritmo de crescimento real ou total. A população total da Comunidade, cuja tendência nos últimos anos era de um aumento anual de um milhão de habitantes, viu no fim do decénio a sua população aumentar, num ano, quase dois milhões de habitantes, sendo 2/3 devido ao saldo migratório positivo. Esta situação excepcional é em grande parte devida à R.F.A. (antes da unificação) que isoladamente é responsável por 85% do saldo migratório comunitário. Neste contexto, não admira que sendo o crescimento anual da Comunidade, no seu conjunto, de 5,4 por mil, no período 1989-90, a R.F.Alemanha nos

apareça com um crescimento total de 15,8 por mil apesar de ter uma taxa de crescimento natural negativa. O Luxemburgo também apresenta um crescimento total bastante acentuado (9,2 por mil) devido ao grande peso do seu crescimento migratório. Nos Países Baixos e na França, países que se seguem na importância do crescimento total (com 6,7 e 5,1 por mil), o elemento preponderante no seu crescimento é, ao contrário dos outros dois, o movimento natural. No extremo oposto temos a Irlanda que é o único país com um crescimento total negativo apesar de ter o maior crescimento natural dos países da C.E.E. Portugal, encontra-se assim no grupo dos países com crescimento moderado, embora prosseguindo, a nível do decénio, uma inequívoca tendência para a declínio.

A nível da fecundidade a Comunidade registou em 1989 menos 41000 nascimentos que em 1988 fazendo assim com que o indicador conjuntural de fecundidade se situe à volta de 1,6 filhos por mulher. Este fenómeno é fundamentalmente devido ao declínio continuado da fecundidade na Espanha, na Irlanda, na Itália e em Portugal. Se a média da Comunidade se situa à volta de 1,6 filhos por mulher na Itália e na Espanha encontramos o valor mais baixo (1,3).

Portugal, com 1.5 filhos por mulher, prossegue o acentuado declínio iniciado no final dos anos setenta e tem actualmente um valor conjuntural da fecundidade próximo da média europeia. A Irlanda prossegue o seu declínio, apesar de conservar ainda o valor mais elevado, e atingir em 1989 o limite mínimo para a

renovação das gerações. A continuar esta última tendência, em 1990, nenhum país da Comunidade assegurará a renovação das gerações.

No que diz respeito à nupcialidade, em 1989, a existência de cerca de 30 000 casamentos a mais em relação a 1988, aumentou a taxa de nupcialidade em 1,5% o que permite aos países comunitários encontrarem o nível de 1981. A Irlanda e a França apresentam os valores mais baixos (5 por mil) mas o sentido da sua evolução é diferenciado. Na França, depois de um declínio continuado durante 15 anos, começamos a observar, a partir de 1989, um aumento. Na Irlanda, observamos desde o início da década um declínio da nupcialidade que evoluiu paralelamente à fecundidade. Portugal, seguido de muito perto pelo Reino Unido, mantém a sua posição de país com o maior nível de nupcialidade (7,1 por mil).

Quanto aos nascimentos fora do casamento podemos observar que, em 1989, 17,1% são concedidos nesta situação, ou seja, quatro vezes mais do que os observados em 1960. Esta grande transformação sociodemográfica, ocorrida nos últimos trinta anos, atinge de forma diferenciada os diversos países. A Dinamarca continua a liderar esta situação a uma grande distância de todos os outros países. Ao atingir o valor de 45% mostra-nos que praticamente metade dos nascimentos ocorrem fora do casamento. A França e o Reino Unido têm tido uma evolução e apresentam valores em 1989 muito semelhantes (entre 25% e 30%) enquanto que na Itália (6,1%) e na Grécia (2,1%) este fenómeno é praticamente inexistente. Os restantes países, nos quais se inclui Portugal, têm percentagens de nascimentos fora do casamento que se situam

entre os 10% e os 15% valores próximos da média da Comunidade (17,1%).

A nível do divórcio é de novo a Dinamarca o país mais atingido por este fenómeno (2,9 por mil) seguido de muito perto pelo Reino Unido. No extremo oposto temos a Espanha, Itália, Grécia e Portugal com um nível de divórcio inferior à unidade e com valores inferiores à média da Comunidade.

A mortalidade infantil em 1960 era de 34,8 por mil na Comunidade enquanto que em 1988 o seu valor é de 8,2 por mil. A Holanda, a França, a Dinamarca, a R.F. da Alemanha e a Irlanda têm valores que variam entre 6,8 e 7,6 por mil colocando-se assim a nível dos melhores valores à escala mundial (Japão e Suécia com 4,8 e 5,8 por mil respectivamente) e à frente dos Estados Unidos da América (9,9 por mil) e em particular da URSS (25,4 por mil). Em Portugal esta taxa foi dividida por mais de 6 desde 1960 (enquanto que na Comunidade foi por 4). Partindo de uma posição altamente desfavorável, Portugal em 30 anos realizou progressos enormes se bem que continue a ter a taxa de mortalidade infantil mais elevada da Comunidade (12,1 por mil) estando ainda distante dos dois países que imediatamente lhe seguem (a Grécia e o Luxemburgo com 9,9 por mil).

Quando passamos para a análise dos valores da esperança de vida à nascença verificamos que Portugal não tem os valores mais baixos. No sexo masculino é a Bélgica que tem a esperança de vida mais baixa (70,0 anos) seguida de imediato pelo Luxemburgo (70,6

anos) e por Portugal (70,7 anos). No sexo feminino, é a Irlanda que tem a esperança de vida mais baixa (76,7 anos) seguido da Belgica (76,8 anos) da Grécia e de Portugal (77,6 anos). As esperanças de vida com valores mais elevados são os pertencentes à França, no sexo feminino, e aos Países Baixos no sexo masculino. Um outro aspecto é o continuo aumento das diferenças observadas nos dois sexos. Em 1960, no conjunto dos países da Comunidade, observamos uma diferença de 5,4 anos e em 1989 essa diferença aumentou para 6,6. A França é o país com diferença mais acentuada (8,2 anos), seguido do Luxemburgo (7,3 anos) e de Portugal (6,8 anos). A Grécia é o país comunitário com a diferença menos acentuada.

Neste contexto, Portugal pertence ao grupo dos países europeus com menores valores de esperança de vida à nascença e onde as diferenças entre os sexos são as mais acentuadas.

Resta-nos finalmente analisar os aspectos estruturais. O país da Comunidade com maior envelhecimento na base é a R.F. da Alemanha (com 14,7% de jovens) e o menos envelhecimento é a Irlanda (com 28,2% de jovens). Esta enorme dispersão é mais aparente do que real uma vez que a grande maioria dos países oscila entre os 17% e os 20%. Quanto à importância da população idosa a Irlanda volta a ser o país mais jovem (11,1%) mas, o país mais envelhecido é a Dinamarca (15,6%) seguido de muito perto pela R.F.da Alemanha (15,2%). A dispersão observada é menor do que no envelhecimento na base situando-se a maior parte dos valores entre os 13% e os 15%. Portugal, ao apresentar em 1989 um valor de 20,9% de jovens e 13,1% de idosos e se considerarmos que

a média da Comunidade é de 19.4% e 13,7% respectivamente deixa de ser considerado como um país moderadamente envelhecido no contexto europeu. É inequivocamente um país duplamente envelhecido.

Em síntese, Portugal, no contexto da Europa Comunitária, aparece-nos no final dos anos oitenta como um país de reduzida expressão numérica, com um ritmo moderado de crescimento e com um tendência para o declínio, com níveis de fecundidade e de envelhecimento próximo dos valores médios europeus mas com os mais elevados valores de nupcialidade e de mortalidade infantil. É claramente um país de transição acabada à beira da entrada na complexidade das problemáticas inerentes à segunda transição demográfica.

QUADRO Nº 1 - MOVIMENTO DA POPULAÇÃO NA EUROPA  
COMUNITARIA EM 1989

	População em 31/12/89 (milhares)	Taxa C.Nat. (%)	Taxa C.Mig (%)	Taxa C.Total (%)
Belgica	9 947,8	1,4	0,7	2,1
Dinamarca	5 135,4	0,4	0,7	1,1
R.F.Alem.	62 700,0	-0,3	16,1	15,8
Grécia	10 046,0	0,9	1,7	2,6
Espanha	38 924,5	2,2	-0,3	1,9
França	56 304,0	4,2	0,9	5,1
Irlanda	3 498,8	5,8	-12,1	-6,3
Itália	57 576,4	0,5	0,6	1,1
Luxemburgo	378,4	1,8	7,4	9,2
P. Baixos	14 891,9	4,0	2,6	6,7
R. Unido	57 326,6	2,1	1,1	3,2
Portugal	10 337,0	2,2	0,9	3,1
Europa 12	327 066,8	1,8	3,6	5,4

Fonte: (3)

QUADRO Nº 2 - EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO NA  
EUROPA COMUNITARIA DE 1960 A 1989

	População no 19de Janeiro (milhares)	Taxa C.Nat. (%)	Taxa C.Mig. (%)	Taxa C.Total (%)
1960	278 627	8,0	0,2	8,2
1965	292 259	8,1	0,1	8,2
1970	302 889	5,8	2,0	7,8
1975	311 276	3,1	1,0	4,1
1980	317 201	2,7	1,8	4,5
1985	321 529	1,5	0,9	2,4
1986	322 324	1,6	1,0	2,7
1987	323 167	1,9	1,0	2,9
1988	324 011	1,8	1,7	3,5
1989	325 315	1,8	3,6	5,4
1990	327 067	-	-	-

Fonte: (3)

QUADRO Nº 3 - PRINCIPAIS INDICADORES DEMOGRÁFICOS  
NA EUROPA COMUNITARIA EM 1989

PAISES	Indice Sintetico Fecundidade	% de nascimentos fora do casamento	T.B. Nupcialidade (%)	T.B. Divorcio (%)	T.M. Infantil (%)	H e o	M e o	Pop(x) 0-14 anos (%)	Pop. (x) 65 e + anos (%)
Belgica	1,6	11,0	6,4	2,0	8,6	70,0	76,8	18,3	14,4
Dinamarca	1,6	45,0	6,0	2,9	7,5	71,8	77,7	17,3	15,6
R.F.Alemanha	1,4	10,3	6,4	2,1	7,5	71,8	78,4	14,7	15,2
Grécia	1,5	2,1	6,1	0,6	9,9	72,6	77,6	20,0	13,6
Espanha	1,3	10,0	5,6	0,5	8,3	73,1	79,6	21,1	12,9
França	1,8	28,4	5,0	1,9	7,4	72,5	80,7	20,2	13,8
Irlanda	2,1	12,6	5,0	-	7,6	71,0	76,7	28,2	11,1
Itália	1,3	6,1	5,4	0,5	8,8	72,6	79,1	17,8	13,8
Luxemburgo	1,5	11,8	5,8	2,3	9,9	70,6	77,9	16,9	13,3
P. Baixos	1,6	10,7	6,1	1,9	6,8	73,7	80,0	18,5	12,5
R. Unido	1,9	26,6	6,9	2,6	8,4	72,4	78,1	18,9	15,5
Portugal	1,5	14,5	7,1	0,9	12,1	70,7	77,6	20,9	13,1
Europa 12	1,6	17,1	6,0	1,7	8,2	72,0	78,6	19,4	13,7

(x) Na Belgica, Grécia, Irlanda, Itália e Países Baixos os dados são respeitantes ao ano de 1988; na R.F. Alemanha, Luxemburgo e Reino Unido os dados são respeitantes a 1987.

### **3. Portugal nos anos noventa: os grandes desafios de natureza sociodemográfica**

#### **(i) Desafio da desigual ocupação do espaço**

De um lado, temos o direito à igualdade nas condições de existência, à necessidade de corrigir as assimetrias, à defesa da importância das regiões associada a capacidade de criar polos atractivos. Mas, por outro lado, temos o país real que de bipolar - Lisboa e Porto - se litoriza cada vez mais. Os resultados do próximo Censo vão ser importantes para precisar onde se encontra a população. Seja quais forem os resultados a questão de fundo permanece: concentrar os investimentos no país real (onde se encontra a população) em ordem a melhorar a produtividade e a qualidade de vida ou dispersá-los com o argumento da "justiça espacial"?

#### **(ii) Desafio da mudança das estruturas familiares**

Uma das consequências mais importantes da recente evolução demográfica foi a alteração das estruturas familiares nomeadamente o aumento do divórcio, da cohabitação e das famílias monoparentais. Para além das evidentes implicações desta diversidade familiar nos tipos de consumo, na habitação e nos processos de socialização um outro tipo de consequências não pode ser ignorado: que redes de solidariedade alternativas passarão a existir? Deveremos assumir e fomentar essas novas alternativas ou, pelo

contrário, reconhecer que as famílias prestam um serviço real à sociedade o que implica o estudo de soluções para uma melhor compatibilização entre o tempo para o trabalho e o tempo para a família?

### (iii) Desafio ambiental

Se mais de 70% da população se irá concentrar no litoral português como integrar esta malha densa num ambiente saudável se simultaneamente esta região é a mais industrializada, a com melhor aptidão agrícola e a com maior capacidade de atracção turística?

### (iv) Desafio dos Recursos Humanos

Em relação ao início da década, tendo como horizonte o final do milénio, a população potencialmente activa em Portugal aumentará em mais de um milhão. Se tivermos em consideração que ao passarmos de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta a racionalização e a especialização são estratégias fundamentais não correremos, a prazo, o risco de aumentar o "analfabetismo funcional", apesar de o "analfabetismo real" diminuir? Se a maior riqueza são os homens estes tanto podem ser um autêntico "capital humano" como uma fonte de crescente marginalidade social.

### (v) Desafio do envelhecimento

Portugal, à semelhança de todos os outros países europeus, continuará a ter uma população a evoluir no sentido de um aumento

dos idosos e de uma diminuição dos jovens. No período que vai de 1980 até final do milénio iremos, em princípio, trocar meio milhão de jovens por meio milhão de pessoas idosas.

Este envelhecimento demográfico vai certamente provocar um conjunto considerável de distorções e rupturas nos equilíbrios sociais existentes: na relação entre activos e inactivos, no aumento da pressão fiscal sobre o P.I.B., na alteração da estrutura das despesas sociais, das estruturas do consumo e na emergência de uma nova problemática social - o aumento dos idosos isolados.

É neste contexto que começa a emergir a ideia de que não podemos continuar a dar às pessoas que têm capacidade e vontade de exercer actividades económicas e sociais papeis sociais sem conteúdo, como é o caso da reforma, a qual tem tendência a ocupar um quinto da existência. Não se trata apenas do peso económico excessivo que os não activos irão ter sobre os activos (nenhuma projecção é optimista nesta matéria) mas de encontrar um novo contrato social entre as gerações onde o tempo para o estudo, o trabalho e o lazer não sejam exclusivamente determinados pela idade.

NOTAS:

- (1) Kaa, D. J. Van de, The second demographic transition revisited: theories and expectations, Paper presented at the conference on Population and Europe Society, Florence, December, 1988
- (2) Sem incluir a R.D.Alemanha
- (3) Conseil de l'Europe, Evolution demographique récent dans les Etats membres du Conseil de l'Europe, Strasbourg 1990; Eurostat, Statistiques Rapides n° 4, Luxembourg, 1990.